

# REVISTA UNI-RN

Centro Universitário do Rio Grande do Norte



v. 15 n. 1 / 2

JANEIRO / DEZEMBRO 2016

ISSN 2446-8142

EDUCAÇÃO EM NÍVEL SUPERIOR



# **REVISTA UNI-RN**

## **Centro Universitário do Rio Grande do Norte**

---

v. 15 n. 1/2

janeiro / dezembro 2016  
ISSN 2446-8142

---

## LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE

### Presidente

Dr.<sup>o</sup>. Manoel de Medeiros Britto

## CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE – UNI-RN

### Reitor

Prof.<sup>o</sup>. Daladier Pessoa Cunha Lima

### Vice-Reitora

Prof.<sup>a</sup>. Ângela Maria Guerra Fonseca

### Pró-Reitora Acadêmica

Prof.<sup>a</sup>. Fátima Cristina de Lara M. Medeiros

### Pró-Reitor Administrativo

Prof.<sup>o</sup>. Édson Luiz Amaral de Oliveira

### Coordenador de Pesquisa e Pós-Graduação

Prof.<sup>o</sup>. Aluísio Alberto Dantas

### Coordenadora do Núcleo de Extensão

Prof.<sup>a</sup>. Ana Maria da Silva Souza

### Coordenadora das Clínicas Integradas

Prof.<sup>a</sup>. Romeica Cunha Lima Rosado

### Coordenadora do Curso de Administração

Prof.<sup>a</sup>. Catarina da Silva Souza

### Coordenadora do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação

Prof.<sup>o</sup>. Alexandre Luiz Galvão Damasceno

### Coordenador do Curso Superior de Tecnologia em Redes de Computadores

Prof.<sup>o</sup>. Alexandre Luiz Galvão Damasceno

### Coordenador do Curso de Ciências Contábeis

Prof.<sup>o</sup>. Domingos Carvalho de Souza

### Coordenadores do Curso de Direito

Prof.<sup>o</sup>. Walber Cunha Lima

Prof.<sup>o</sup>. Alan Dias Barros

### Coordenadores dos Cursos de Bacharelado e de Licenciatura em Educação Física

Prof.<sup>a</sup>. Vera Lucia Bruch

Prof.<sup>o</sup>. Paulo Sergio Santa Rosa Castim

### Coordenadora do Curso de Enfermagem

Prof.<sup>a</sup>. Rejane Medeiros Millions

### Coordenador do Curso de Fisioterapia

Prof.<sup>o</sup>. Robson Alves da Silva

### Coordenadora do Curso de Nutrição

Prof.<sup>a</sup>. Carina Leite de Araújo Oliveira

### Coordenadora do Curso de Psicologia

Prof.<sup>a</sup>. Alessandra Silva de Oliveira Martins

## ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

### REVISTA UNI-RN

## UNI-RN CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE

Rua Prefeita Eliane Barros, 2000 – Tirol – Natal/RN – CEP 59.014-540

Web Site: <http://www.unirn.edu.br/revistaunirn> - E-mail: [revistaunirn@unirn.edu.br](mailto:revistaunirn@unirn.edu.br)

## **CONSELHO EDITORIAL**

### **Presidente**

Ângela Maria Guerra Fonseca

### **Secretário**

Aluísio Alberto Dantas

### **Conselheiros**

Catarina da Silva Souza

Patrícia Froes Meyer

Rejane Medeiros Millions

### **Coordenação Editorial**

Vânia de Vasconcelos Gico

### **Bibliotecária**

Helena Maria da Silva Barroso

## **CONSELHO CIENTÍFICO**

### **Boaventura de Sousa Santos**

Universidade de Coimbra – Portugal

### **Edgar Morin**

Centre National de la Recherche Scientifique  
(CNRS) – França

### **Gustavo Just da Costa e Silva**

Universidade Federal do Pernambuco (UFPE)

### **José Alfredo Ferreira Costa**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

### **José Willington Germano**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

### **Maria da Conceição Xavier de Almeida**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

### **Paula Virginia de Vasconcelos Souza**

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

### **Paulo Bonavides**

Universidade Federal do Ceará (UFCE)

### **Tereza Neuma de Castro Dantas**

Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq)

## **Ilustração da Capa**

Levi Bulhões

## **Revisão em línguas estrangeiras**

Yazigy Internexus

## **Projeto Gráfico**

Waldelino Duarte Ribeiro

## **Normalização**

Biblioteca do UNI-RN

## **Editoração eletrônica da REVISTA UNI-RN – Disponível no**

site: <<http://www.unirn.edu.br/revistaunirn>> - E-mail: <[revistaunirn@unirn.edu.br](mailto:revistaunirn@unirn.edu.br)>

Prof<sup>a</sup>. Dra<sup>a</sup> Vânia de Vasconcelos Gico

Terceirize Projetos Gráficos e Editoriais

# **REVISTA UNI-RN**

## **Centro Universitário do Rio Grande do Norte**

---

v. 15 n. 1/2

janeiro / dezembro 2016  
ISSN 2446-8142

---



**Copyright:** Direitos desta edição reservados ao  
Centro Universitário do Rio Grande do Norte – UNI-RN

A REVISTA UNI-RN do Centro Universitário do Rio Grande do Norte é associada à



Associação Brasileira de Editores Científicos

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDITORES CIENTÍFICOS**



**FÓRUM DA GESTÃO DO ENSINO SUPERIOR NOS PAÍSES E  
REGIÕES DE LÍNGUA PORTUGUESA – AFORGES**



**ASSOCIAÇÃO DAS UNIVERSIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA – AULP**

Versão Online da REVISTA UNI-RN (ISSN 2446-8142)

On-line access - <http://www.unirn.edu.br/revistaunirn>

E-mail: [revistaunirn@unirn.edu.br](mailto:revistaunirn@unirn.edu.br)

Catálogo na Publicação – Biblioteca UNI-RN  
Setor de Processos Técnicos

---

R 349 Revista da FARN / Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte – v.1 n.1 (jan./jun.2001) - . - Natal: FARN, 2001-

A partir de 2012 a Revista da FARN – Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte – passa a se intitular REVISTA UNI-RN – Centro Universitário do Rio Grande do Norte – para acompanhar a nova denominação da instituição.

Semestral

Descrição baseada em v. 15, n. 1/2 (jan. /dez. 2016).

ISSN Versão Online: 2446-8142

ISSN Versão Impressa: 2446-8134 (até o volume 11/2012)

1. Energia solar. 2. Sustentabilidade-Custo-benefício. 3. Configurações familiares. 4. Ancestralidade feminina. 5. Imagem social feminina. 6. Servidor público - Comprometimento. 7. Eficiência – Resultados. 8. Valor Adicionado. 9. Novo Mercado. 10. Incompletude. 11. Conjugalidade. 12. Individualidade-Relacionamento. 13. Fidelidade Partidária. 14. Sistema Majoritário. 15. Resíduos de construção civil. 16. Concreto e Argamassa. 17. Testamento Vital. 18. Diretivas Antecipadas de Vontade. 19. Autonomia Individual. 20. Dignidade Humana. 21. Ortotanásia. 22. Morte digna. I. Centro Universitário do Rio Grande do Norte.

## SUMÁRIO

<b>EDITORIAL .....</b>	<b>11</b>
<i>Vânia de Vasconcelos Gico</i>	
<b>ANÁLISE E UTILIZAÇÃO DO POTENCIAL SOLAR EM EDIFICAÇÕES DE NATAL-RN .....</b>	<b>13</b>
<i>Aline Barboza da Silva</i>	
<i>Fábio Sergio da Costa Pereira</i>	
<b>ANCESTRALIDADE FEMININA EM IMAGENS DE FAMÍLIA - O PAPEL SOCIAL DO FEMININO.....</b>	<b>36</b>
<i>Déborha Rachel Coelho Costa</i>	
<b>COMPROMETIMENTO DO SERVIDOR PÚBLICO COMO FERRAMENTA DESENCADEADORA DA EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA.....</b>	<b>59</b>
<i>Mariana Guimarães Manoel</i>	
<i>Karina de Oliveira Costa Bezerra</i>	
<b>DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO: UMA ANÁLISE DOS INDICADORES DE MEDIÇÃO DE DESEMPENHO DAS EMPRESAS LISTADAS NO NOVO MERCADO DA BM&amp;F BOVESPA .....</b>	<b>87</b>
<i>Adriana Araújo Bezerra</i>	
<i>Lis Daiana Bessa Taveira</i>	
<i>Fabiana Lucena Bezerra de Azevedo</i>	
<b>A INCOMPLETUDE NA CONJUGALIDADE.....</b>	<b>106</b>
<i>Isabela da Cruz Martins</i>	
<b>INFIDELIDADE PARTIDÁRIA E SUA APLICAÇÃO A ELEIÇÕES MAJORITÁRIAS NO SISTEMA ELEITORAL BRASILEIRO.....</b>	<b>127</b>
<i>Luanna Graciele Maciel</i>	
<i>Abraão Luiz Filgueira Lopes</i>	
<b>POSSIBILIDADES DE UTILIZAÇÃO DE CONCRETOS E ARGAMASSAS COM ADIÇÃO DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL, FÁBRICAS E DE POÇOS DE PETRÓLEO .....</b>	<b>151</b>
<i>Elias Trindade de Brito</i>	
<i>Fábio Sergio da Costa Pereira</i>	

**UMA REFLEXÃO SOBRE O SENTIDO DE FAMÍLIA PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES ABRIGADOS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....166**

*Lara Mendes Braga Rigoti*

**TESTAMENTO VITAL E O DIREITO À MORTE DIGNA: UMA BREVE ANÁLISE À LUZ DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA..... 187**

*Laura Borges da Silveira Martins Duarte*

*Luciana Flávia Nunes Casimiro*

**RESENHA**

SANTOS JUNIOR, Rosivaldo Toscano dos. **A GUERRA AO CRIME E OS CRIMES DE GUERRA: UMA CRITICA DESCOLONIAL ÀS POLITICAS BELIGERANTES NO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL BRASILEIRO.** Florianópolis: Empório do Direito, 2016. ....**211**

*Maria Cecília Varela Marinho*

**ESTUDO DE CASO**

**PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: COMPREENDENDO O PROCESSO DE GERÊNCIA CONTÍNUA QUE DETERMINA PARÂMETROS ESSENCIAIS PARA O SUCESSO DAS EMPRESAS .....215**

*Andreia Teixeira Alves*

**RELATO DE EXPERIÊNCIA**

**RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO NAS CLÍNICAS INTEGRADAS DO UNI-RN: ATENDIMENTO À PACIENTE COM DISFUNÇÃO CERVICAL.....227**

*Cesar Virgínio Pereira de Oliveira*



## CONTENTS

<b>EDITORIAL .....</b>	<b>11</b>
<i>Vânia de Vasconcelos Gico</i>	
<b>ANALYSIS AND UTILIZATION OF SOLAR POTENTIAL IN BUILDINGS OF NATAL-RN .....</b>	<b>13</b>
<i>Aline Barboza da Silva</i>	
<i>Fábio Sergio da Costa Pereira</i>	
<b>FEMALE ANCESTRALITY IN FAMILY IMAGES - THE SOCIAL ROLE OF THE FEMININE .....</b>	<b>36</b>
<i>Deborah Rachel Coelho Costa</i>	
<b>COMMITMENT TO THE PUBLIC SERVER AS A TOOL FOR THE ADMINISTRATIVE EFFICIENCY .....</b>	<b>56</b>
<i>Mariana Guimarães Manoel</i>	
<i>Karina de Oliveira Costa Bezerra</i>	
<b>ADDED VALUE STATEMENT: AN ANALYSIS OF THE PERFORMANCE MEASUREMENT INDICATORS OF THE COMPANIES LISTED IN THE NEW MARKET OF BM&amp;F BOVESPA .....</b>	<b>87</b>
<i>Adriana Araújo Bezerra</i>	
<i>Lis Daiana Bessa Taveira</i>	
<i>Fabiana Lucena Bezerra de Azevedo</i>	
<b>INCOMPLETUDE IN CONJUGALITY .....</b>	<b>106</b>
<i>Isabela da Cruz Martins</i>	
<b>PARTISAN INFIDELITY AND ITS APPLICATION TO THE BRAZILIAN ELECTORAL MAJORITY SYSTEM.....</b>	<b>127</b>
<i>Luanna Graciele Maciel</i>	
<i>Abraão Luiz Filgueira Lopes</i>	
<b>POSSIBILITIES OF USE OF CONCRETE AND MORTAR WITH ADDITION OF CIVIL CONSTRUCTION WASTE, FACTORIES AND PETROLEUM WELLS.....</b>	<b>151</b>
<i>Elias Trindade de Brito</i>	
<i>Fábio Sergio da Costa Pereira</i>	

**A REFLECTION ON THE SENSE OF FAMILY FOR ADOLESCENTS COVERED:  
A BIBLIOGRAPHIC REVIEW .....166**  
*Lara Mendes Braga Rigoti*

**LIVING WILL AND THE RIGHT TO DIE DIGNIFIED: A BRIEF ANALYSIS IN  
THE LIGHT OF THE DIGNITY OF THE HUMAN PERSON .....187**  
*Laura Borges da Silveira Martins Duarte*  
*Luciana Flávia Nunes Casimiro*

## **REVIEW**

SANTOS JUNIOR, Rosivaldo Toscano dos. **THE WAR ON CRIME AND WAR  
CRIMES: A DECOLONIAL CRITIQUE OF BELLIGERENT POLITICS IN THE  
BRAZILIAN CRIMINAL JUSTICE SYSTEM.** Florianópolis: Empório do Direito,  
2016. ....**211**  
*Maria Cecília Varela Marinho*

## **CASE STUDY**

**STRATEGIC PLANNING: UNDERSTANDING THE PROCESS OF CONTINUOUS  
MANAGEMENT THAT DETERMINES ESSENTIAL PARAMETERS FOR THE  
SUCCESS OF THE COMPANIES.....215**  
*Andreia Teixeira Alves*

## **EXPERIENCE REPORT**

**SUPERVISED INTERNSHIP REPORT AT UNI-RN INTEGRATED CLINICS:  
CARE FOR PATIENTS WITH CERVICAL DYSFUNCTION.....227**  
*Cesar Virgínio Pereira de Oliveira*

## EDITORIAL

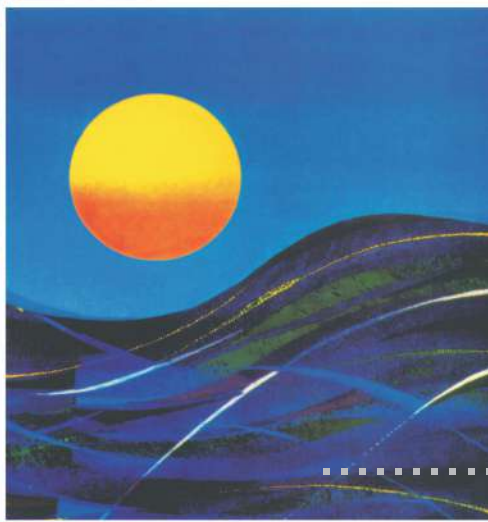
.....

É consensual em toda comunidade acadêmica a importância de um veículo de comunicação científica para divulgar a produção dos professores e alunos de uma instituição. Assim a REVISTA UNI-RN do Centro Universitário do Rio Grande do Norte, substituiu a Revista da FARN e continua cumprindo o seu papel de divulgadora da produção científica docente e discente, bem como sua busca de qualidade editorial e apresentação das informações divulgadas, exigência imprescindível para qualquer revista científica.

Tem seu registro internacional normalizado na Biblioteca Nacional para publicações seriadas (International Standard Serial Number – ISSN), desde o segundo número (1677-2261), em 2002, quando era publicada só na versão impressa; posteriormente, em 2008, iniciou sua publicação online e recebeu para a versão eletrônica o ISSN: 1983-0939. Em 2012, conforme já anunciado, mudou seu nome para REVISTA UNI-RN, acompanhando a dinâmica institucional, quando a FARN passou a ser um Centro Universitário e recebeu um novo número para a versão impressa (2446-8134) e outro para a versão online (2446-8142). Mais recentemente (2013) optou apenas pela versão online, visto que é considerada por seus pares e órgãos avaliadores no mesmo patamar da versão impressa, e, lhe é dado mais agilidade para comunicação das informações. Desse modo tanto o processo de publicação como submissão dos artigos são processados eletronicamente pelo sistema SEER, reconhecido pela comunidade científica. Ainda é possível enviar contribuições em português, espanhol e inglês – que, se aceitas, serão publicadas no idioma original de submissão. A sistemática de aprovação foi aprimorada, de modo a assegurar a avaliação cega dos artigos e observância de prazos mínimos de preparação de cada número, no espaço de tempo da sua periodicidade.

Reafirmamos os nossos propósitos de receber artigos em fluxo contínuo, da comunidade acadêmica interna, docentes e discente do UNI-RN (70%), bem como do público externo de reconhecida qualificação profissional, incentivando-se ao corpo docente o convite a *experts* no âmbito nacional e internacional, para publicarem na REVISTA UNI-RN.

Vânia de Vasconcelos Gico  
Coordenadora Editorial  
REVISTA UNI-RN



## **ARTIGOS**

---

# ANÁLISE E UTILIZAÇÃO DO POTENCIAL SOLAR EM EDIFICAÇÕES DE NATAL-RN

*Aline Barboza da Silva<sup>1</sup>  
Fábio Sergio da Costa Pereira<sup>2</sup>*

## RESUMO

Pelo fato do Brasil se encontrar no equador, é um dos países que mais recebe incidência dos raios solares e segundo o Atlas Solarimétrico do Brasil (2000), Natal/RN teve um índice de radiação solar anual de 18 MJ/M<sup>2</sup>dia. Apesar do alto grau de insolação, o Brasil não está na lista dos 10 países do mundo que mais utilizam energia limpa e renovável, mostrando que infelizmente esse potencial energético não é explorado apropriadamente. A utilização de painéis solares é uma alternativa viável e sustentável para produção de energia elétrica ou térmica nas edificações. Este artigo tem como objetivo avaliar o potencial solar da cidade de Natal/RN nas edificações e suas diferentes utilizações sendo dividido em 2 fases. Na primeira fase fizemos o uso de pesquisas para salientar o potencial energético de Natal/RN, mostrando os fatores que influenciam a energia solar: O sol, o espectro solar, as massas de ar, o ângulo de incidência dos raios solares e a radiação incidente sobre a superfície inclinada, o histórico dos painéis foto voltaicos, o histórico da energia no Rio Grande do Norte, a análise da radiação global em Natal, os ângulos da instalação dos painéis (ângulo de inclinação da superfície, ângulo azimutal da superfície [Y]), os diferentes tipos de painéis solares foto voltaicos, os painéis solares térmicos, a tecnologia usada no sistema de aquecimento solar e a utilização da energia solar nas construções. Na segunda fase os dados coletados de um hotel em Natal (RN) informando o que é uma fração solar, sua relação com a edificação, a utilização do sistema PROMATHER, o dimensionamento médio a ser realizado para o aquecimento da água, os melhores programas para auxiliar na instalação dos painéis solares, e todo o sistema de aquecimento de água através dos painéis para a garantia de uma edificação sustentável.

**Palavras-chave:** Energia solar. Sustentabilidade. Custo/benefício

## ANALYSIS AND UTILIZATION OF SOLAR POTENTIAL IN BUILDINGS OF NATAL-RN

### ABSTRACT

Because Brazil is in the equator, it is one of the countries that receives the highest incidence of solar rays. According to Solarimetric Atlas of Brazil (2000) Natal/RN had an annual solar radiation index of 18 MJ / M<sup>2</sup> day. Despite the high degree of insolation, Brazil is not on the list of the 10 countries in the world that use the most clean and renewable energy, showing that

- 
- 1 Discente do curso de Engenharia Civil do Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN), [aline-barboza123@hotmail.com](mailto:aline-barboza123@hotmail.com). Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/1898419144030073>
  - 2 Docente. PhD em Ciência e Tecnologia dos Materiais, Coordenador do curso de Engenharia Civil - UNI-RN, [engecal.fabio@gmail.com](mailto:engecal.fabio@gmail.com). Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/6695109770318583>.

unfortunately this energy potential is not properly exploited. The use of solar panels is a viable and sustainable alternative for the production of electric or thermal energy in buildings. This article aims to evaluate the solar potential of the city of Natal/RN in the buildings and their different uses being divided into 2 phases. In the first phase we used the research to highlight the energy potential of Natal/RN, showing the factors that influence solar energy: The sun, the solar spectrum, the air masses, the angle of incidence of the solar rays and the incident radiation the history of the photovoltaic panels, the history of the energy in Rio Grande do Norte, the analysis of the global radiation in Natal, the angles of the installation of the panels (angle of inclination of the surface, azimuth angle of the surface [Y]), the different types of photovoltaic solar panels, thermal solar panels, the technology used in the solar heating system and the use of solar energy in buildings. In the second phase the data collected from a hotel in Natal (RN) informing what is a solar fraction, its relationship with the building, the use of the PRO-MATHER system, the average design to be made for water heating, the best programs for help in the installation of the solar panels, we will also show the whole system of water heating through the panels to guarantee a sustainable building

**Keywords:** Eletrochemical techniques. Cathodic protection. Concrete.

# 1 INTRODUÇÃO

Atualmente nenhum país consegue manter sua economia funcionando sem a eletricidade. Devido as intensas explorações as fontes de energia não renováveis estão sumindo por causa da escassez de matéria prima e a grande depredação na natureza, este fato levou os seres humanos a procurar fontes alternativas de energia que não agridam de forma espantosa o meio ambiente e que sejam inesgotáveis, que dentre elas se destaca a energia solar.

Utilizar a energia solar para geração de energia elétrica é uma opção que não só é uma alternativa de baixo custo, com muitas vantagens, mas também é um meio ecologicamente correto.

O mundo inteiro vem usando essa forma de geração de energia, principalmente em regiões com maior incidência de raios solares. Devesse ressaltar que a utilização da energia solar não se restringe apenas a dias e regiões ensolaradas, pois a produção de um dia de sol pode ser armazenada em baterias, que continuam abastecendo a propriedade à noite e em dias de pouco sol.

Por esta pesquisa possuir como objetivo avaliar o potencial solar de Natal/RN nas edificações e suas diferentes utilizações ele foi dividido em 2 fases. Na primeira mostraremos o estado da arte da energia solar de Natal/RN, ou seja, a descrição do sistema mostrando o histórico da energia solar fotovoltaica, seu funcionamento e os diferentes tipos de painéis existentes depois mostraremos os dados coletados de um hotel em Natal (RN) que utilizou energia solar

## 2 FATORES QUE INFLUENCIAM NA ENERGIA SOLAR

### 2.1 O sol

O Sol é a [estrela](#) central do [Sistema Solar](#). A distância da Terra ao Sol é de cerca de 150 milhões de [quilômetros](#), ou 1 [unidade astronômica](#) (UA). Na verdade, esta distância varia com o ano, de um mínimo de 147,1 milhões de quilômetros (0,9833 UA) no periélio a um máximo de 152,1 milhões de quilômetros (1,017 UA) no [afélio](#), em torno de [4 de julho](#). A [luz solar](#) demora aproximadamente 8 [minutos](#) e 18 [segundos](#) para chegar à [Terra](#) e é a responsável pelos [fenômenos meteorológicos](#) e o [clima](#) na Terra.

### 2.1.1 Espectro solar

O sol emite energia para o nosso planeta através das radiações eletromagnéticas, sendo isso consequência da sua energia interna, que é proporcional a sua temperatura. A energia que uma onda pode transmitir está proporcionalmente associada a sua frequência, ou seja, quanto maior a frequência, maior a energia transmitida.

As ondas eletromagnéticas se dividem em 7 partes, sendo elas as ondas de rádio (com o maior comprimento de onda, por isso possui a menor frequência), micro-ondas, infravermelho, luz visível, raios ultravioletas, raios x e raios gama

Essas ondas eletromagnéticas incidem sobre os corpos sendo transformadas em energia cinética transmitindo, assim, energia para seus átomos e suas moléculas, mas há ocasiões que quando essas ondas incidem em certos materiais, eles produzem alterações nas propriedades elétricas ou originam tensões e correntes elétricas como é o caso do efeito fotovoltaico.

Figura 1 - Espectro solar.



Fonte: Disponível em :<<http://efeitoazaron.com/>> Acesso em: 20 abr. 2015.

### 2.1.2 Ângulo de incidência dos raios solares

A declinação solar ( $\delta$ ) é definida como a posição angular do sol ao meio-dia em relação ao plano do equador, variando ao longo dos dias do ano no intervalo:  $(-23,45^\circ \leq \delta \leq 23,45^\circ)$ . As coordenadas negativas representam o lado sul do globo terrestre e as coordenadas positivas representam o lado norte e quando  $\delta=0$  está localizado na linha do equador. A declinação solar pode ser calculada através da fórmula:



$$\delta = 23,45 \cdot \sin 2\pi \left( \frac{284 + d}{365} \right)$$

d = corresponde ao dia do ano que varia de 1 a 365, sendo d=1 o dia 1<sup>o</sup> de janeiro.

Para melhor aproveitamento da energia solar é necessário que os raios incidam perpendicularmente ao módulo. Isso significa que para poder captar o máximo de da energia solar, a inclinação do módulo deve ser sempre ajustada para adequar-se a altura do sol do dia em questão.

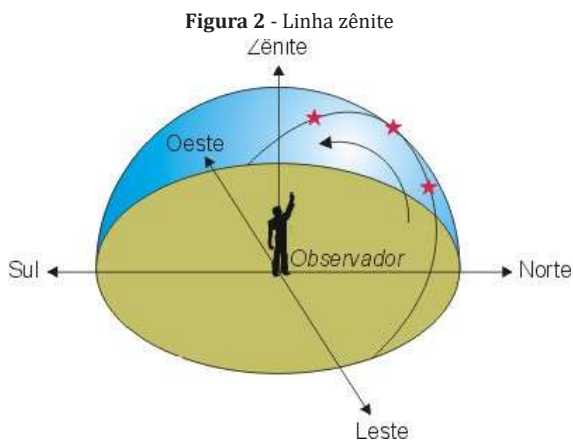
## 2.2 Massas de ar

A radiação solar sofre difusão frequentemente ao atravessar a atmosfera terrestre e suas características dependem da espessura da massa de ar (onde seu tamanho depende da distância do trajeto até o solo e esse trajeto depende do ângulo de inclinação do sol com relação a linha zênite\*) e da composição da atmosfera, incluindo o ar e elementos suspensos como o vapor e a poluição. O valor da massa de ar é obtida através da secante do ângulo Zenital.

O trajeto dos raios solares dependem o ângulo Zenital onde um ângulo maior representa uma camada de ar mais espessa gerando, assim, uma influencia maior da atmosfera sobre a radiação solar um exemplo são os países de zona tropical, como o Brasil, os raios incidem em ângulos azimutais menores e por isso possuem massas reduzidas. Por isso, essas zonas são as mais iluminadas e quentes.

A distribuição de luz depende da localização geográfica (quanto menor a angulação dos raios maior será a sua incidência), da hora, do dia do ano (a inclinação do eixo da terra faz com que os hemisférios norte e sua fiquem mais afastados ou mais pertos do sol), das condições climáticas, da altitude, etc.

*\*Zênite: é a linha imaginária perpendicular ao sol e seu ângulo é nulo quando se encontra exatamente em cima do observador.*



**Fonte:** Disponível em: <http://montessorianos11.blogspot.com.br/2011/05/zenite-ponto-em-que-vertical-de-um.html>. Acessado em: 2014

### 2.3 Radiação incidente sobre a superfície inclinada

A radiação solar média mensal incidente no plano inclinado pode ser encontrada por meio da equação (DUFFIE; BECKMAN, 1991)

Formula 02 – Radiação solar média mensal

$$\overline{H}_r = \overline{H} \cdot \left( \frac{1-HD}{H} \right) \cdot RB + \overline{HD} \cdot \left( \frac{1+\cos\beta}{2} \right) + HPS \left( \frac{1-\cos\beta}{2} \right)$$

Em que:

Hr: radiação solar global incidente no plano inclinado

H: radiação solar incidente no plano horizontal

HD: radiação solar difusa incidente no plano inclinado

HPS: refletância da vizinhança nas proximidades do coletor

RB: razão entre a radiação extraterrestre incidente no plano inclinado e na horizontal, calculada por meio da equação:

Formula 03 - Razão entre a radiação extraterrestre  
incidente no plano inclinado e na horizontal

$$RB = \frac{\left( \frac{1}{180} WS' \right) \left( \text{sen} \delta_s \cdot \text{sen} \varphi \cdot \text{cos} \beta - \text{sen} \delta_s \cdot \text{cos} \varphi \cdot \text{sen} \beta \cdot \text{cos} \gamma \right) + \text{sen}_{ws} \cdot \text{cos} \delta_s \left( \text{cos} \varphi \cdot \text{cos} \beta + \text{sen} \varphi \cdot \text{sen} \beta \cdot \text{cos} \gamma \right)}{\text{cos} \varphi \cdot \text{cos} \delta_s \cdot \text{sen}_{ws} + \left( \frac{1}{180} WS' \right) \cdot \left( \text{sen} \delta_s \cdot \text{sen} \gamma \right)}$$

Em que:

WS': ângulo horário em que ocorre o pôr do sol para na superfície inclinada

Os valores de WS' para o hemisfério sua podem ser calculados através a equação:

Formula 04 - WS'

$$WS' = \left[ \begin{array}{l} \cos^{-1} \left( - \text{tag} \varphi \text{ tag} \delta \right) \\ \cos^{-1} \left( - \text{tag} \left( \varphi + \beta \right) \text{ tag} \delta \right) \end{array} \right]$$

## 3 HISTÓRICO

### 3.1 Histórico dos painéis fotovoltaicos

O efeito fotovoltaico foi observado em 1839 pelo físico francês [Alexandre Edmond Becquerel](#) que observou pela primeira vez o paramagnetismo do oxigênio líquido. Ele conduzia experiências eletroquímicas quando, por acaso, verificou que a exposição à luz de elétrodos de platina ou de prata dava origem ao efeito fotovoltaico. Esse acaso foi determinante na construção da primeira célula. Anos depois, em 1877, Adams e o seu aluno Richard Day desenvolveram o primeiro dispositivo sólido de fotoprodução de eletricidade, um filme de selênio depositado num substrato de ferro em que um filme de ouro muito fino servia de contato frontal. Este dispositivo apresentava uma eficiência de conversão de aproximadamente 0,5%.

Charles Fritts duplicou essa eficiência para cerca de 1% uns anos depois construindo as primeiras verdadeira células solares, construindo dispositivos assentes igualmente em selênio, primeiro com um filme muito fino de ouro e depois um sanduíche de selênio entre duas camadas muito finas de ouro e outro metal na primeira célula de área grande.

No entanto, não foram as propriedades fotovoltaicas do selênio que excitavam a imaginação da época mas sim a sua fotocondutividade, isto é, o fato de a corrente produzida ser proporcional à radiação incidente e dependente do comprimento de onda de uma forma que o tornava muito atraente como medir a intensidade da luz em fotografia. E de fato, estes dispositivos encontraram a sua primeira aplicação nos finais do século XIX pela mão do engenheiro alemão Werner Siemens (o fundador do império industrial homônimo) que os comercializou como fotômetros para máquinas fotográficas.

Embora tenha sido [Russell Ohl](#) quem inventou a primeira solar de silício, considera-se que a era moderna da energia solar teve início em 1954 quando Calvin Fuller, um químico dos Bell Laboratories em Murray Hill, New Jersey, nos Estados Unidos da América, desenvolveu o processo de dopagem do silício. Fuller partilhou a sua descoberta com o físico Gerald Pearson, seu colega nos Bell Labs e este, seguindo as instruções de Fuller, produziu uma junção p-n ou díodo mergulhando num banho de lítio uma barra de silício dopado com um elemento doador electrónico. Ao caracterizar eletricamente a amostra, Pearson descobriu que esta exibia um comportamento fotovoltaico e partilhou a descoberta com ainda outro colega, Daryl Chapin, que tentava infrutiferamente arranjar uma alternativa para as baterias eléctrica que alimentavam redes telefônicas remotas.

As primeiras células fotovoltaicas assim produzidas tinham alguns problemas técnicos que foram superados pela química quando Fuller dopou silício primeiro com arsênio e depois com boro obtendo células que exibiam eficiências recorde de cerca de 6%.

A primeira célula solar foi formalmente apresentada na reunião anual da National Academy of Sciences, em Washington, e anunciada numa conferência de imprensa no dia 25 de Abril de 1954. No ano seguinte a célula de silício viu a sua primeira aplicação como fonte de alimentação de uma rede telefônica em Americus, na Geórgia.

### **3.2 Histórico de energia do Rio Grande do Norte**

Muitas pessoas ainda usavam lamparinas para fugir da escuridão em 1990 nas periferias do Rio Grande do Norte, pois o custo para a instalação de energia eléctrica era caro, os equipamento pouco confiáveis e o armazenamento

problemático. Atualmente a matriz energética do Brasil é predominantemente renovável, sendo mais de 74% energia hidráulica. Devido a falta de chuvas ocorrida em 2001, o Brasil teve que racionalizar a energia elétrica, este fato levou nosso país a incrementar a participação de fontes alternativas de energia. Esta necessidade por novas fontes de energia faz com que as potencialidades regionais sejam aproveitadas, o que configura a mudança do modelo de geração, passando de geração centralizada para geração distribuída. Devido ao fato do Brasil se encontrar próxima da linha do equador, os dias possuem maior duração solar, tornando a energia solar mais promissora. O Rio Grande do Norte (RN) tem um dos maiores índices de incidência solar do território brasileiro (300 horas de sol por ano), o que o torna apto a receber investimentos para a instalação de usinas solares fotovoltaicas.

De acordo com o SEDEC e com o IDEMA o governo do Rio Grande do Norte receberá mais nove parques eólicos com capacidade instalada de 235,6 MW e uma usina de energia fotovoltaica com capacidade de 30 MW. Os novos números são provenientes do resultado do Leilão de Energia de Reserva realizado nesta sexta-feira (31) pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Com previsão para entrar em operação até outubro de 2017, os novos parques e a usina fotovoltaica somados aos empreendimentos no ACR (Ambiente de Contratação Regulada), ACL (Ambiente de Contratação Livre) e Proinfra (Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica) garantirão ao Rio Grande do Norte capacidade instalada total de 4,6 GW a partir de fontes renováveis (eólica e solar).

De acordo com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico (SEDEC) esses investimentos trarão mais R\$ 1,062 bilhão para o setor de energia renovável do RN, o que representa um total de R\$ 16 bilhões de investimentos contratados e em operação. Na análise do titular da SEDEC, Silvio Torquato, a partir desse primeiro leilão - onde a energia fotovoltaica teve uma disputa exclusiva para essa fonte - o aumento de números de empreendimentos de energia solar no RN terá uma participação cada vez mais significativa. "Teremos novos leilões com a disputa apenas entre empreendimentos de energia solar e a tendência é que os próximos contemplem o estado com um número maior de usinas", destacou Torquato.

## 4 TIPOS E FUNCIONAMENTO DOS PAINÉIS SOLARES

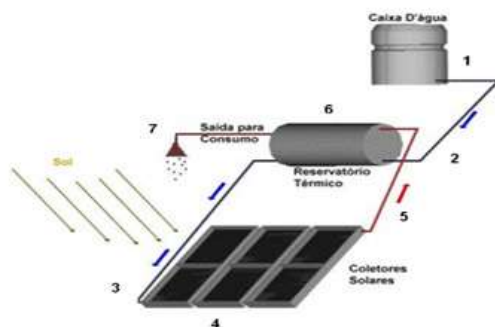
Os tipos de painéis solares mais usados são os painéis térmicos e os fotovoltaicos.

### 4.1 Painéis solares termicos

O painel solar térmico é um equipamento mais simples do que o fotovoltaico. Esse tipo é bastante utilizado no aquecimento de água de piscinas como também em chuveiros e torneiras.

A tecnologia usada no sistema de aquecimento solar é simples bastando apenas de um coletor, um reservatório e um consumidor.

Figura 3 – Sistema de aquecimento de água



Fonte: Disponível em: <https://ecodhome.wordpress.com/tag/economia-de-agua/>.

Acesso em: 2014

#### 4.1.1 Coletor dos painéis solares térmicos

O coletor é responsável pelo aquecimento do fluido de trabalho, que pode ser a água, ar ou outro fluido térmico, através da conversão da radiação solar em energia térmica. Há 2 tipos de coletores, os abertos e os fechados, a escolha do coletor mais apropriado para a instalação é feita com base na temperatura escolhida pelo usuário.

- a) **COLETORES ABERTOS:** São apropriados para o aquecimento de piscinas que não exijam temperaturas muito elevadas, variando entre 26 a 30<sup>o</sup>C. O nome aberto se dá ao fato de não obterem cobertura transparente ou isolamento térmico. Seu rendimento cai consideravelmente em altas temperaturas.

Figura 4 – Coletor solar aberto



Fonte: Disponível em: <http://www.sempresustentavel.com.br/solar/aquecedor/aquecedor-solar.htm>. Acesso em : 2015

- b) **COLETORES FECHADOS :** Atingem temperaturas entre 70 e 80<sup>o</sup>C e normalmente são usados para fins sanitários. Quando há uma queda significativa na temperatura, com dias nublados e períodos de chuvas, provocam certa defasagem entre o período de produção de água quente pelos coletores solares e o seu uso. Logo, se deve usar utilizar reservatórios térmicos para que se possa fazer a adequação entre a produção e o uso da água quente.

Figura 5 – Coletor solar fechado



Fonte: Disponível em: [http://www.dicaspraticas.com/articles.php?article\\_id=682](http://www.dicaspraticas.com/articles.php?article_id=682). Acesso: em 2014

#### 4.1.2 Reservatório dos painéis solares térmicos

Responsável por acumular a água quem para ser usada no momento em que houver demanda

#### 4.1.3 Consumo

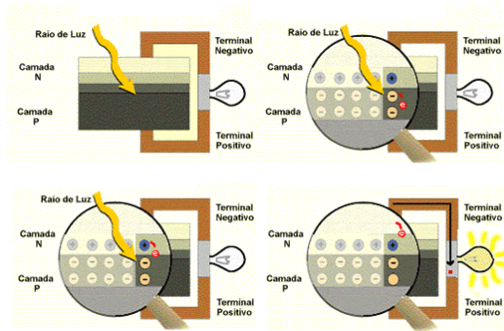
Consiste na distribuição da água aquecida entre o reservatório térmico e o ponto de consumo.

### 4.2 Painéis solares fotovoltaicos

Os painéis fotovoltaicos são, basicamente, dispositivos utilizados para converter a energia da luz do sol em energia elétrica. Os painéis coletam fótons da luz solar e os convertem em corrente elétrica, gerando energia para o funcionamento dos aparelhos elétricos, como geladeira, televisão, computador, entre outros. Suas células são fabricadas com materiais semicondutores que precisam passar por um processo de purificação e de dopagem com a adição de determinada quantidade de elementos químicos, como boro e fósforo, para que ocorra o efeito fotovoltaico. A junção P-N (responsável pelo efeito fotovoltaico) é criada quando os elétrons livres N se deslocam para o lado P, onde existem lacunas que os capturam. Dessa forma, os elétrons se acumulam do lado P e o tornam carregado negativamente. Consequentemente, o N tem a quantidade de elétrons reduzida e fica carregado positivamente. Essas cargas dão origem a um campo elétrico que impede a passagem de mais elétrons através da junção. Quando a junção P-N é exposta à radiação solar, a incidência de fótons faz com que os elétrons se desloquem através de campo elétrico criado e gerem um corrente elétrica quando os terminais da junção são conectados a um circuito elétrico.



Figura 6- Ligações P-N



Fonte: Disponível em: <http://projetolabfisica.zip.net/>. Acesso em: 2014

Atualmente existem 3 tipos de painéis solares que são :

- a) **PAINÉIS FOTOVOLTAICOS COM CÉLULAS MONOCRISTALINAS:** Esse tipo de painel são os mais eficientes produzidos em larga escala e disponíveis comercialmente. Alcançam a eficiência de 15% a 18%, mas têm o custo elevado do que outros tipos de células. São células rígidas e quebradiças, que precisam ser montadas em módulos para adquirir resistência mecânica para o uso prático.

Figura 7- Painel fotovoltaico com células monocristalinas



Fonte: Disponível em: <http://www.mrwatt.eu/pt/10-monocristalino->. Acesso em: 2014.

## **b) PAINÉIS FOTOVOLTAICOS COM CÉCULAS POLICRISTALINAS:**

As células de silício policristalino têm eficiência comercial de 13 a 15%, ligeiramente inferiores às das células monocristalinas, entretanto seu custo de fabricação é menor e isso compensa a redução de eficiência. Suas células são rígidas e quebradiças, que precisam ser montadas em módulos para adquirir resistência mecânica.

**Figura 8** – Painel fotovoltaico com células policristalinas

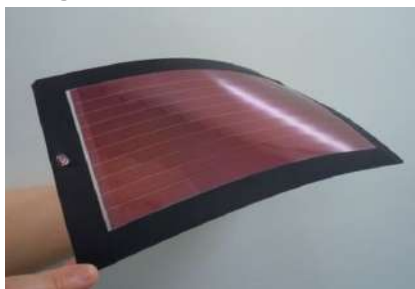


**Fonte:** Disponível em: <http://www.paineisfotovoltaicos.com/policristalinos.php>. Acesso em: 2014

## **c) PAINÉIS FOTOVOLTAICOS COM FILMES FINOS:** Os principais tipo de células fotovoltaicas de filmes finos no mercado são:

- Células de silício amorfo: São construídas com grandes áreas e consomem pouca energia em seu processo de fabricação. Porém apresentam algumas desvantagens como a baixa eficiência de conservação (5 a 9,5%) e o processo de degradação que ocorre nos primeiros meses de operação reduzindo a eficiência de célula ao longo da sua vida útil.

**Figura 9** - Filme fino de silício amorfo



**Fonte:** Disponível em :<http://www.mercosolar.com/tecnologia/>. Acesso em: 2014

- Células de disseleneto de cobre-índico: Elas têm como um de seus pontos fortes sua estética, podendo ser usadas de forma integrada com a arquitetura da edificação. Sua eficiência é mediana e varia em 7 a 19,2%.

**Figura 10**-Filme fino de disseleneto de cobre-índico



**Fonte:** Disponível em: [http://www.newhome.com.br/htmls/Ekohome/Solar/Fotovoltaico/Cristalino/primeiros\\_passos\\_ger\\_fotovolt.htm](http://www.newhome.com.br/htmls/Ekohome/Solar/Fotovoltaico/Cristalino/primeiros_passos_ger_fotovolt.htm). Acesso em: 2014

- Células de telureto de cádmio: Essas células possuem atualmente a maior aplicação encontra-se em pequenas calculadoras, porém a tecnologia na forma de filmes finos fez com essas células passassem a concorrer com as células de silício cristalino e amorfo com vantagem em relação à aparência estética e ela possui a melhor eficiência em comparação as citadas anteriormente. Sua eficiência varia de 8 a 16,5%.

**Figura 11**-Filme fino de telureto de cádmio



**Fonte:** Disponível em: <http://www.blue-sol.com/energia-solar/energia-solar-como-funciona-tipos-de-celulas-fotovoltaicas/>. Acesso em: 2014

## 5 ÂNGULOS PARA A INSTALAÇÃO DOS PAINÉIS

Grande parte dos painéis possuem ângulo fixo de inclinação, então para que haja a captação máxima possível é necessário a escolha de um ângulo cujo os raios incidam perpendicularmente, para isso é necessário saber o ângulo de inclinação da superfície (é o ângulo formado entre o plano do coletor e o plano horizontal de referência) e o ângulo azimutal da superfície (ângulo formado entre o eixo norte-sul e a projeção no plano horizontal da reta normal à superfície da placa do coletor).

### 5.1 Ângulo da inclinação da superfície

Essa angulação depende da latitude do local para um bom aproveitamento dos raios solares, Natal, por exemplo, possui uma latitude de 05°S então a inclinação recomendada é a mínima de 10° ( não se recomenda uma angulação menor pois assim, evita o acúmulo de poeira nas placas ).

### 5.2 Ângulo azimutal da superfície ( $\gamma$ )

Seu ângulo varia no intervalo ( $-180^\circ \leq \beta \leq 180^\circ$ ), sendo  $\gamma=0$  no sul, positivo para o oeste e negativo para o leste. É recomendável direcionar o coletor para o norte.

## 6 UTILIZAÇÃO DE ENERGIA SOLAR EM CONSTRUÇÕES

Nas cidades, o sistema de aproveitamento da energia solar mais utilizado é para o aquecimento de água em residências. Isso acontece principalmente devido ao alto consumo de eletricidade dos chuveiros elétricos e de sistemas de aquecimento de água em tanques ou boilers, que utilizam grandes resistências elétricas e fazem com que as contas de eletricidade sejam bastante elevadas. Com a utilização do sistema solar, a conta de luz passa a ser bem menor, pois todo o consumo será apenas da iluminação doméstica e dos eletro-eletrônicos (TV, geladeira, máquina de lavar, etc.).

No campo e na agroindústria, a geração de eletricidade através da energia do sol, além de reduzir custos e não agredir o meio ambiente, pode

ser utilizada em muitas atividades, como na produção avícola, piscicultura, bovinocultura de corte e leite, criação de cavalos, avestruzes, em mini-indústrias, em sistemas de hidroponia, irrigação e em todas as dependências da propriedade, como galpões, residências, etc.

No Brasil, ainda há pessoas de áreas rurais que não possuem energia elétrica. Para retirar essas pessoas da idade média um meio eficaz seria a instalação de painéis solares.

No futuro as tecnologias solares podem trazer uma contribuição especial para o orçamento de energia dos edifícios modernos e consequentemente no consumo de energia mundial. Edifícios podem ser os maiores coletores de energia solar e consequentemente o consumo de aparelhos elétricos, eletrônicos aliados a modelos inovadores de consumo de energia, pode reduzir a demanda por eletricidade e aumentar a importância de energia fotovoltaica no orçamento energético. Desenhos de prédios que utilizam energia solar passiva podem reduzir o consumo convencional de energia em até 75% e a energia fotovoltaica pode fornecer o resto. Nestes projetos os painéis fotovoltaicos substituem alguns outros componentes do edifício como, por exemplo, área do telhado, painéis de parede, ou venezianas de janelas, etc. Os fabricantes de painéis fotovoltaicos estão desenvolvendo padrões muito atraentes de cores e desenhos de painéis e arquitetos estão integrando-os em edifícios, tornando a aparência ainda mais interessante.

## **7 RESULTADOS OBTIDOS**

Há vários estudos que mostram o elevado potencial solar que Natal possui, dentre eles tem o artigo científico feito em 2012 pelos estudantes do IFRN Alexandro Vladno da Rocha, Cecília Caroline Andrade de Oliveira, Jessica Aline Rodrigues de Lima, Jessica Celly de Oliveira Paula, Sayonara da Silva Souza mostrando a análise da radiação global em Natal-RN entre abril de 2011 a março de 2012 e sua influência na produção de energia elétrica. Neste artigo eles mostram que os horários nos quais é possível a produção de energia são por volta das 05h30min até às 17h30min, e seu ápice é atingido entre 11h30min às 12h30min., produzindo 827 W/m<sup>2</sup> de energia.

Eles também verificaram que há meses em que a produção de energia solar é maior, com radiação solar global acima de 250W/m<sup>2</sup> (outubro

a março), como também haverá uma diminuição de incidência nos meses chuvosos, com radiação solar global abaixo de  $200\text{W}/\text{m}^2$  (maio a julho) e um período de média intensidade, com radiação solar global na faixa entre  $200\text{W}/\text{m}^2$  a  $250\text{W}/\text{m}^2$  (abril, agosto e setembro). Também descobriram que a energia solar total produzida durante um ano ( $2.083\text{kWh}/\text{m}^2$ ) fosse integralmente aproveitada e, considerando um consumo médio mensal de uma residência no valor de 400 kWh ( $4.800\text{kWh}/\text{ano}$ ), seria possível alimentar 100 residências ( $480.000\text{kWh}/\text{ano}$ ) com uma área de geração de energia de apenas  $230\text{m}^2$ , ou seja, em um terreno de  $10\text{m} \times 23\text{m}$ , poderia ser gerada a energia elétrica de 100 residências mas infelizmente não é possível aproveitar 100% da energia solar incidente.

Neste artigo eles consideraram que o painel trabalhará nas condições ideais que possibilitam máxima potência gerada, ou seja, instalação perpendicular à incidência da radiação solar e temperatura de trabalho de  $25^\circ\text{C}$  (padrão de teste do fabricante). E descobriram através de cálculos potência gerada durante o mês de 51 W e a energia anual é de 448 kWh de potencia. Considerando um preço médio de R\$ 0,54 por kWh, o painel instalado nas condições apresentadas acima irá gerar uma economia média anual de R\$ 241,37

## 8 FRAÇÃO SOLAR

A fração solar é o sistema e que descreve a fração de energia consumida para o aquecimento da água, ou seja, mede o quanto efetivamente a água foi aquecida. Sabendo que a fração solar é medida pela razão da quantidade de luz incidente pelo coluna de água a ser aquecida na obra em questão foi dimensionado que  $70\text{m}^2$  (Metros quadrados) de área de painéis solares térmicos eram suficientes para aquecer  $7000\text{m}^3$  (Metros cúbicos) de água.

Em um hotel, há períodos de cheia e períodos em que o hotel não recebe tantos hóspedes fazendo com que a fração solar oscile de acordo com o consumo dos hóspedes, ou seja, em época de cheia a fração solar decai e em épocas com poucos hóspedes a fração solar aumenta. Para evitar o constrangimento da água chegar fria para o hóspede em época de cheia é comum a utilização de um sistema de apoio, nesse hotel em particular, se foi usado um sistema de gás.

Figura 12- Sistema de gás



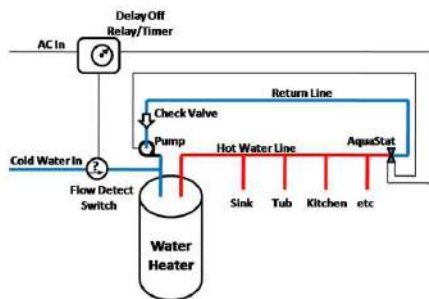
Fonte: Autorial própria

## 9 SISTEMA PROMATHER

É o sistema responsável por manter a água circulando por entre os tubos, evitando assim a desperdício, e fazendo com que a água não só se mantenha uniformemente aquecida como também chegue quente ao usuário. Essa circulação é feita a partir de sensores instalados no começo e no final da tubulação, quando a diferença entre os dois for maior ou igual a  $8^{\circ}\text{C}$  o sistema PROMATHER é ligado mantendo a temperatura da água aquecida.

Figura 13- Sistema PROMATHER

Demand Sensing Hot Water Recirculation Control



Fonte: Autorial própria

**Figura 14-** Painel do sistema PROMATHER



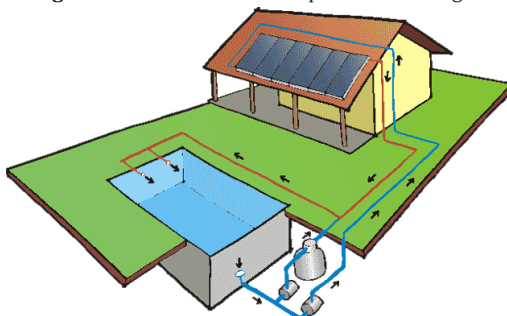
**Fonte:** Autoria própria

## 10 DIMENSIONAMENTO

Para o dimensionamento dos painéis são necessários as seguintes informações: Número de unidades ( apartamentos ), o consumo médio ( no Brasil é 50 litros ), tempo de banho (usualmente o tempo usado é 10 minutos), a vasação da ducha, se estiver tratando de um hotel precisa saber também da taxa de ocupação pois se hospedarem 2 pessoas em um hotel, uma pode gostar de banho quente e a outra pode não gostar, por isso que normalmente é adotado a taxa de ocupação de 1,5 por apartamento.

Em média é dimensionado que para cada 100L (Litros) de água para aquecimento se faz necessário  $1m^2$  (metros quadrados) de painel solar, em Natal foi convencionado que para cada 100L (Litros) de água são necessários  $1,3m^2$  (metros quadrados) de painel.

**Figura 15-** Sistema solar de aquecimento de água



**Fonte:** Autoria própria



## 11 SISTEMAS DE APOIO USADOS DA OBRA EM QUESTÃO

### 11.1 Pressurizador

Sabendo que os apartamentos da cobertura são os que possuem o maior valor, é necessário um sistema com um pressurizador para garantir a pressão da água nesses locais, mantendo assim um sistema de alimentação pequeno (A água passar passa pelo pressurizador para chegar com pressão necessária até o consumidor) e um sistema de alimentação grande (Onde a água por meio da gravidade alimenta todos os apartamentos sem precisar de um pressurizador pois quanto maior a queda d'água gerada pela gravidade maior é a pressão.)

**Figura 16-** Pressurizador usado na obra



**Fonte:** Aatoria própria

### 11.2 Sistema de gás

Em uma construção não se pode construir um sistema unicamente alimentado por painéis solares, pois haverão dias chuvosos ou dias em que o total de energia produzida é inferior ao que se consome e em obras como a de um hotel, por exemplo, não se pode ocorrer esses empecilhos, havendo assim a necessidade de um sistema misto. No caso da obra em questão foi o sistema de gás.

## 12 SISTEMA DE PAINÉIS SOLARES

É necessário um sistema de 4 boilers (cilindros de aço nitrificado, isolado pelo reservatório térmico que são protegido por uma capa de vidro) para manter a temperatura da água quente como mostra a figura 17, onde eles ficam a alta pressão, com um sistema para evitar o aparecimento de bolhas quando a água for aquecida como mostra a figura 18.

**Figura 17-** Conexão dos boilers



Fonte: Autoria própria

**Figura 18-** Sistema para evitar as bolhas



Fonte: Autoria própria

Esse sistema de boilers são conectados as placas por canos que aguentam temperaturas elevadas, sempre mantendo o fluxo de baixo para cima para garantir que a água se aqueça. As placas normalmente possuem uma inclinação de 20°, mais para a obra em questão foi usado 30°.

## 13 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através das pesquisas obtidas chegamos à conclusão de que a energia solar é uma das fontes mais ecológicas e viáveis para a produção de energia em Natal-RN, pois é considerada uma alternativa energética muito promissora para enfrentar os desafios da expansão da oferta de energia com menor impacto ambiental.

As vantagens da energia solar ficam evidentes quando os custos ambientais de extração, geração, transmissão, distribuição e uso final de fontes fósseis de energia são comparadas à geração por fontes renováveis, como elas são classificadas.

Futuramente, na segunda fase deste artigo, vamos mostrar as aplicações dos painéis solares em Natal/RN, onde vamos entrar em contato com no mínimo 10 hotéis, mais 3 residências para avaliarmos a aplicação dos painéis solares no Rio Grande do Norte, para quantificarmos a quantidade de radiação solar que Natal-RN recebe diariamente e sabermos quanto se pode economizar ao instalar os painéis solares.

## REFERÊNCIAS

SANTOS, Marco Aurélio dos. **Fontes de energia nova e renovável**. Rio de Janeiro, 2013.

VILLALVA, Marcelo; GAZOLI, Jonas. **Energia solar fotovoltaica: conceitos e aplicação**. São Paulo, 2013.

ROCHA, Alexandro Vladno da; OLIVEIRA, Cecília Caroline Andrade de; LIMA, Jessica Aline Rodrigues de Lima; PAULA, Jessica Celly de Oliveira; SOUZA, Sayonara da Silva. **Análise da radiação global em Natal-RN entre abril de 2011 a março de 2012 e sua influência na produção de energia elétrica**. Natal-RN, 2012.

SILVA, Francisco Raimundo da; OLIVEIRA, Hugo Sérgio Medeiros de; MARINHO, George Santos. **Análise das componentes global e difusa da radiação solar em Natal-RN entre 2007 e 2008**. Natal-RN, 2008.

PEREIRA, Fábio Sérgio da Costa. **Utilização de energia solar em construções no Rio Grande do Norte**. Natal-RN, 2014.

# ANCESTRALIDADE FEMININA EM IMAGENS DE FAMÍLIA - O PAPEL SOCIAL DO FEMININO<sup>1</sup>

*Déborha Rachel Coelho Costa<sup>2</sup>*

## RESUMO

Realiza-se uma leitura da ancestralidade feminina nas imagens sociais, a partir de uma visão sistêmica do conhecimento e estratégia de pesquisa da revisão bibliográfica, complementada pela leitura de imagens de configurações familiares. Discute-se como a sociedade tem vivido o feminino e as implicações dessas diferentes perspectivas em diversificados momentos socioculturais. O feminino é uma figura permanente na sociedade, marcadamente na criação dos filhos e mais recentemente na inserção da mulher na vida social em geral e mais significativamente no mercado de trabalho. Contudo podemos falar que o feminino é valorizado em nossa sociedade ocidental? Com a mudança de paradigmas na atualidade, conseqüentemente, mudanças na estrutura familiar, houve uma ressignificação do feminino? O objetivo dessa pesquisa é realizar uma leitura social das imagens do feminino, para verificar se podem revelar essas mudanças do papel social feminino em imagens de família. Houve mudanças no papel social do feminino e na estrutura familiar, mas a luta pela igualdade entre os gêneros permanecerá como pauta, muito provavelmente, por um longo período; almeja-se que as significações arcaicas, discriminatórias e que não nos interessam mais socialmente desapareçam, deixem de constar no seio da sociedade. Os resultados indicam que o objetivo da pesquisa foi alcançado mostrando que a leitura social das imagens selecionadas apontam a tendência de convivência de paradigmas antigos e novos como possibilidades de acordo e mudança de configurações sociais e de estruturas familiares. Conclui-se que as mudanças do contexto histórico do feminino é decorrente da crise da família nuclear, da entrada da mulher no mercado de trabalho, da separação da sexualidade da reprodução e da política de visibilidade da homossexualidade.

**Palavras-chave:** Configurações familiares. Ancestralidade feminina. Imagem social feminina.

## FEMALE ANCESTRALITY IN FAMILY IMAGES - THE SOCIAL ROLE OF THE FEMININE

### ABSTRACT

A reading of the female ancestry in social images is carried out, based on a systemic view of the knowledge and research strategy of the bibliographic review, complemented by the reading of images of familiar configurations. It discusses how society has experienced the feminine and the implications of these different perspectives in diverse sociocultural moments. The feminine is a

---

1 TCC- Especialização em Intervenção Familiar Sistêmica do Centro Universitário do Rio Grande do Norte- UNI-RN.

2 Psicóloga. Especialização em Intervenção Sistêmica Familiar - Centro Universitário do Rio Grande do Norte- UNI-RN. E-mail: <deborha\_rachel@hotmail.com. Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/0211950221366833>.

permanent figure in society, especially in the creation of children and more recently in the insertion of women in social life in general and more significantly in the labor market. But can we say that the feminine is valued in our Western society? With the change of paradigms in the present, consequently, changes in the family structure, there was a resignification of the feminine? The objective of this research is to perform a social reading of the images of the feminine, to verify if they can reveal these changes of the feminine social role in family images. There have been changes in the social role of the feminine and in the family structure, but the struggle for equality between genders will remain, for a long period, most likely to be the agenda; it is hoped that the archaic, discriminatory meanings that do not interest us more socially disappear, cease to be part of society. The results indicate that the objective of the research was achieved showing that the social reading of the selected images point to the tendency of coexistence of old and new paradigms as possibilities of agreement and change of social configurations and familiar structures. It is concluded that the changes of context feminine history is due to the crisis of the nuclear family, the entry of women into the labor market, the separation of sexuality from reproduction and the politics of visibility of homosexuality.

**Keywords:** Family Settings. Female ancestry. Female social image.

## 1 INTRODUÇÃO

*Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino* (BEAUVOIR, 1967).

Quando nos propomos a pensar no feminino inevitavelmente uma gama de aspectos psicossociais deve ser abordada, e quando falamos de nossa ancestralidade estamos falando de nossas origens; desde os cuidados com as crianças, passando pelas estruturas familiares, responsabilidades e lugares que ocupamos, até a realidade de mercado de trabalho. Cotidianamente nossas origens têm sido cada vez mais negligenciadas ou mesmo distorcidas de acordo com o que convém para certas configurações sociais.

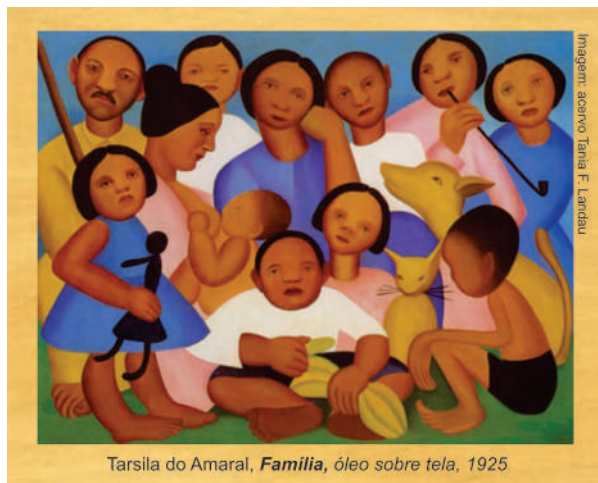
O que expressa do feminino a nossa história? O que ela nos diz de nossos caminhos até então e o que nos revela de possibilidades? Quando observamos as imagens deixadas pelos caminhos que a humanidade trilhou, percebemos não apenas como as relações têm se constituído, ou como as famílias têm se estruturado, mas também como tendem a se renovar. Buscamos abordar nesse estudo bibliográfico fontes que tragam o lugar que o feminino tem ocupado em algumas eras da civilização, e quem, sabe começar a questionar e desconstruir mitos e paradigmas do que entendemos ser o papel feminino.

De acordo com Guillen (2016), os costumes das sociedades tradicionais vêm sendo considerados como ultrapassadas e descoladas da contemporaneidade, contudo na realidade ritos, ciclos e reconstruções dos que já passaram pela vida, continuam encantando e exercendo, de certo modo, influência sobre as sociedades modernas. Isso contribui para a geração de novos paradigmas, seja reestruturando ou refutando os paradigmas de seus ancestrais nas dinâmicas sociais.

Nesse panorama, a família pode ser exemplo dessa dinâmica e expressar mudanças estruturais ao longo dos tempos, tanto na composição dos seus membros quanto nos papéis de cada um, contudo, mas recentemente a pluralidade da sua composição tem mostrado uma diversidade sem parâmetros previsíveis, acelerando tanto a composição, quanto a mu-

dança de papéis entre seus familiares. É perceptível que durante as mudanças de paradigmas, mesmo em um contexto sociocultural completamente outro, muitas sentenças do antigo paradigma ainda vigorem. Ainda assim, não serão vivenciados da mesma forma.

**Figura 1** - a Família. Tarsila do Amaral



Fonte - <http://www.tempodecreche.com.br/>

A obra “Família”, de Tarsila do Amaral, nos mostra uma configuração familiar numerosa, provavelmente rural e sendo ainda hoje presente, porém mais comum em comunidades do interior do Brasil, onde talvez sejam mais preservados os hábitos e costumes familiares. Cada período social traz consigo uma série de conceitos e pré-conceitos, que, embora se amoldando ao momento vivenciado pela sociedade, traz em si sua dinâmica, edificando-se, transformando-se e avançando em outras configurações. Nesse contexto de constantes mudanças algo se mantém sempre presente: o papel feminino na composição familiar.

Por sua vez, a maternidade, bem como o viver feminino, traz consigo uma bipolaridade entre opostos, evidenciada entre amor e fel, vida e morte, luto e esperança, mas também um conjunto de sentimentos e valores que falam da humanidade, por vezes mesmo sem palavras, diferentemente do

que se idealiza, principalmente na literatura ou nos discursos ideológicos. De acordo com Gutman (2013), a maternidade não se limita ao embalo do bebê sorridente em nossos braços; a realidade, muitas vezes invisibilizada, é um misto de emoções aparentemente paradoxais, tais como o sentimento de alegria e angústia, e uma sensação de perda de identidade, exaustão e excitação, entretanto muitas vezes, só concebida como uma graça divina, na qual a mãe mulher, para ser merecedora, tem que renunciar a sua própria vida e viver a dos filhos.

Assim, parece que temos até então atribuído, numa sociedade patriarcal, como papel do feminino, nada mais do que uma construção social em continuidade, na qual vive-se ainda aquela realidade em que homens saíam para buscar o sustento e mulheres ficavam em casa, cuidando dos filhos, da casa e de seu marido, quando este chegasse em casa.

Segundo Angeli (2003), essa condição de papéis foi reforçada e embasada no período entre 1890 e 1930, com um discurso político e científico da medicina da época sendo esta, muitas vezes, perpassada pelo “saber popular”, deixando a cargo da mulher os cuidados com a saúde e bem-estar familiar, cabendo a ela o domínio privado, doméstico, enquanto aos homens cabia à busca do desenvolvimento social, por meio de sua agressividade e inteligência. Mesmo assim se validou pela ciência da época, o domínio sobre o corpo feminino, colocando-o em um lugar de frieza e repudiando o aborto, sendo também atribuídas às gestações de filhos mal formados e doentes.

O matrimônio, assim como a política e a ciência, era também uma forma de controle sobre a mulher, seu corpo e suas atividades. Essa pressão veio a diminuir depois das lutas do movimento feminista, em meados da década de 1970.

Mas os tempos passaram; nosso contexto sociocultural atualmente é de mulheres e homens que trabalham, contudo, ainda é comum atribuir-se à mulher, a continuação dos cuidados das crianças, da casa, da alimentação e do marido, acrescentando-lhe também o papel agora compartilhado de mantenedora financeira da família, em pleno século XXI.

Assim, a maneira como a sociedade compreende e trata o feminino, de acordo com Angeli (2003), é um misto que oscila entre a exaltação e a opressão, o que parece permanente e determinante na constituição da humanidade, mesmo que ampliemos nossa perspectiva de humano e ser



social numa visão sistêmica, ou mesmo por isso. As influências da agressividade valorizada pelo sistema patriarcal parecem ainda presente atualmente em certos comportamentos com o feminino, tanto influenciando o comportamento social da mulher, como também corroborando com uma estrutura social machista, perversa, que mata, estupra, denigre e tira qualquer possibilidade de empoderamento da mulher, embora haja caso particulares de mulheres que exercem cargos públicos ou comandam equipes representativas de emancipação feminina.

## **2 ANCESTRALIDADE FEMININA: O LUGAR DA MULHER NAS ERAS PRÉ-CRISTÃS E CRISTÃS**

*Todos temos responsabilidade pela geração que nos precedeu e a próxima. A caminho do fim, após uma vida cheia de aventuras (internas e externas), tentamos compreender o sentido disso tudo, e então morremos. É disto que trata a mitologia [...] A mitologia é tão fundamental para os seres humanos que todas as culturas, sem exceção, criam a sua (PARIS, 2000).*

No período pré-histórico, a família antes de ser compreendida como um conjunto de pessoas de laços consanguíneos recebia interferência social da comunidade, devida a participação de cada membro nas atividades corriqueiras. Desta forma, não se constituía somente de membros de laços consanguíneos, mas da própria comunidade; assim todos eram responsáveis pelo grupo. Posteriormente vão se definindo papéis, e já é possível afirmar, que se pode começar a desconstruir a naturalização de papéis femininos e masculinos.

Ainda nesta fase, constatou-se a partir de estudos desenvolvidos na *University College London*, que fortes indícios apontam para a possibilidade de que entre homínídeos, posteriormente homens, existia a igualdade entre os gêneros e que isso, teria sido fundamental para a sobrevivência e evolução da espécie, o que pode ser depreendido da Figura 2: a caça, a preparação do alimento e o cuidado com os filhos eram atividades compartilhadas por ambos os sexos.

Figura 2 - Jornadas ibéricas de gastronomia pré-histórica



Fonte - <http://misteriosdosdeuses.blogspot.com.br/2015/08/>

A partir da sedentarização das sociedades, ou seja, com o surgimento da agricultura e do acúmulo de recursos, a desigualdade entre os gêneros iria se definindo em caminhos opostos, percebendo-se que, anteriormente, quando homens e mulheres interferem nas decisões do grupo de forma igualitária, havia uma expansão das possibilidades, incluindo a adesão de novos membros no grupo, não apenas membros de mesma consanguinidade, diferentemente de quando homens mantêm-se soberanos.

Segundo Paglia (1992), com a predominância do gênero masculino, o controle do corpo da mulher pelo homem, tornou-se evidente, chegando mesmo a ser exigido o confinamento feminino em um harém trancado, a fim de que o homem pudesse ter certeza que o filho de sua mulher seria seu filho também. O corpo feminino seria um insuportável mistério onde se aplicam todos os aspectos das relações entre homens e mulheres. *Que aparência terá aí dentro? Ela tem orgasmo? É mesmo meu filho? Quem foi de fato meu pai? O mistério envolve a sexualidade da mulher.*

A partir destas indagações, depreende-se que a imagem do corpo misterioso da mãe, fazia uma conexão com o que havia de mais entranhado na existência humana. Para Santos (2008), o arquétipo feminino perpassa vários mitos e religiões, desde o antigo culto à Deusa, fortemente representada pela

estatueta mundialmente conhecida por *Vênus de Willendorf*, que traz consigo toda a simbologia de fertilidade, até cultos cristãos, que tem como representante do sagrado feminino a Virgem Maria, fazendo assim um tributo, mesmo que inconsciente, à súbita geração de um novo ser originado pela figura materna.

Perpassando os séculos, o feminino tem lugar não apenas em nossas lembranças de fotos de família, mas também em vários cultos milenares, muitas vezes retratados em obras de arte. Ainda que se tente estigmatizar a mulher, invariavelmente chegaremos a um ponto em comum. Sem ela o ser humano não nasceria. Tão obvio, contudo tão pouco valorizado em nosso cotidiano.

A imagem da estatueta *Vênus de Willendorf*, na Figura 3, nos remete não apenas aos padrões femininos, mas também nos faz refletir quanto ao lugar que o feminino ocupava, quando a percebemos como uma divindade cultuada, e mesmo quanto aos valores dados a esta. O respeito ao corpo feminino como algo sagrado, faz completamente outra imagem do que temos em vigência a respeito da experiência de vida, de mulheres e homens, no meio social. Percebemos que antes, os ciclos de vida e da natureza eram observados, cultuados e respeitados. Nos dias atuais o que assistimos é o atropelo dos ciclos de vida e dos valores em prol de um bem comum.

**Figura 3** - *Vênus de Willendorf*



**Fonte**-<https://pt.wikipedia.org/wiki/Estatuetas-de-V%C3%AAnus>

A partir das questões míticas, Angeli (2004), aponta como as crenças têm também interferido na imagem feminina e conseqüentemente na sua significação quanto ao ser mulher. Por exemplo, na religião judaico-cristã, Eva é tida como a introdutora do mal, do pecado original, tanto quanto Lilit, considerada como o próprio mal figurado na serpente. Durante o século XVIII foram impostos tantos pudores às mulheres, que tanto o sexo, quanto o prazer feminino, passou a ser visto como algo sujo e indigno; passados quase três séculos, essas crenças culturais dominantes, ainda reproduzem-se, muitas vezes, nos discursos das próprias mulheres. Percebemos assim, que a maior opressão social é quando o opressor consegue alienar o oprimido a ponto de naturalizar questões socioculturais puramente ideológicas, concebidas como verdadeiras.

Desse modo, no decorrer dos séculos a imagem do feminino foi permeada por aspectos passivos, maternos e de uma sexualidade oprimida, a partir de conceitos preconceituosos e deturpados, como afirma Laraia (2015), ao se referir as imagens arquetípicas das mitologias pré-cristãs e cristãs. Prossegue observando os perfis de Lilith e Eva, trazidas como ex-esposa e esposa de Adão; a primeira feita ao mesmo tempo e da mesma matéria de Adão, sendo ela considerada o primeiro ícone do feminismo que não se rende aos desmandos masculinos, intitulada em momento posterior como a própria serpente que tenta Adão e Eva, causando a expulsão de Adão e Eva do paraíso, como aparece no teto da capela sistina, na obra de Michelangelo di Lodovico Buonarroti Simoni (1475 – 1564), Figura 4.

**Figura 4** - O pecado original e a expulsão do paraíso, de Michelangelo di Lodovico Buonarroti Simoni (1475 – 1564)



**Fonte** - <http://www.mdzol.com/nota/231974-procread-y-multiplicaos-el-sexo-en-la-biblia/>

Lilith é ligada à imagem de demônio. A segunda esposa, Eva, como sendo a passiva, submissa e ingênua que leva adão à perdição; outras figuras femininas que trazem esses conceitos são: Maria, a “mãe de Cristo” e Maria Madalena, “a prostituta” protegida pelo próprio Cristo. Mesmo Maria, a mãe de Cristo, não se livrou do peso do patriarcado machista e passou por esses estigmas quando expôs sua gestação, sendo dita como adúltera e posteriormente como a virgem “mãe de Deus”, castrada nessa realidade patriarcal em sua sexualidade.

Fortes (2007), questiona o nosso sistema sociosimbólico de dominação masculina e nos faz refletir quanto à possibilidade de pensar a diferença fora deste sistema. Em algumas sociedades pré-cristãs, onde a nutrição e a força vinham do matriarcado – como podemos perceber retratado na Figura 5 – mantinha-se o equilíbrio socioambiental, respeitando a condição de geradora e mantenedora da vida e da fertilidade.

**Figura 5-** Sagrado-feminino-mulher-e-sua família



**Fonte** - <http://misteriosdosdeuses.blogspot.com.br/2015/08/>

Esse respeito e equilíbrio entre feminino e masculino, vivenciado por meio de um estilo de vida e crença diferentes do que comumente observamos nas sociedades contemporâneas. Em muitas sociedades politeístas existe participação social significativa das mulheres, como afirma Carvalho (2008). Porém, há que considerar que o ideal seriam sociedades onde fosse possível um equilíbrio entre o feminino e o masculino e não o domínio de um sobre o outro.

### 3 O PAPEL DO FEMININO NAS SOCIEDADES

Com a fixação do homem à terra a partir da agricultura, e a demarcação da propriedade privada, desenvolveu-se também o conceito de herança, enquanto repasse do trabalho anterior da família. Nesse marco histórico significativo, acentuar-se-ia não apenas a realidade econômica e social, mas também a sexualidade, em especial a feminina, e a delegação de papéis. Os homens ao saírem de casa trariam para suas famílias o resultado do seu trabalho; às mulheres ao permanecerem no recinto do lar, cuidariam das crianças, e dos afazeres domésticos, e estariam assim em um lugar mais “protegido”, mas também reclusas às atividades reprodutivas e domésticas.

Figura 7 – A família do camponês de um interior, de Louis Le Nain (1646-1648)



Fonte - <http://belverede.blogspot.com.br/2014/12/nain-familia-campones-interior-familie-depaysans-dans-un-interieur-negacao-de-sao-pedro-Le-reniement-de-saint-Pierre-antoine-louis-mathieu-le-nain-pinturas-arte-cenas-biblicas-Louvre.html>

Ainda segundo Carvalho (2008), para a garantia de tais “privilégios”, a mulher deveria então unir-se em matrimônio, virgem e manter-se fiel, garantindo ao homem a certeza de que a criança seria de fato seu herdeiro por direito. Assim, a imposição de “sexo fraco”, tem início na privatização de terras, que leva consigo a privação do corpo feminino, ao recinto do lar.

A necessidade de mão de obra abundante, paralelo ao conceito de mulheres reprodutivas, seria também um importante fator para manter as mulheres constantemente grávidas. Quanto maior a quantidade de filhos, como observamos na figura 7, maior seria a força de trabalho para colheita. Além disso, havia um alto índice de morte de recém-nascidos e mulheres durante o parto, muitas vezes pelas condições sociais precárias de higiene e condições de qualidade de vida; fator naturalizado e postergado por um longo período da história.

**Figura 9** - Vida em Família - George Caleb Bingham  
- pintor norte- americano - 1811 - 1879



No quadro “Vida em família”, de George Caleb Bingham, é possível constatar mais uma vez as atividades domésticas atribuídas às mulheres. O homem aparece indiferente quanto às crianças, enquanto às mulheres cabem-lhes o trabalho de servir a ele e a família.

Carter (1995) deixa claro o papel central que as mulheres desempenham no seio familiar, desde sempre, e coloca que seu papel por muito tempo vem sendo definido pelo homem que lhe acompanha, seja ele seu pai, seu marido ou filho. Desta forma percebemos que, não só os papéis, mas também o ciclo de vida da mulher, presente em algumas realidades ainda hoje, é determinado pelo homem. Envoltas nesses ciclos era, e ainda é raro, que mulheres tivessem direito sobre sua própria vida, sem que tivessem que lutar por ele.

De acordo com o estudo realizado por Xavier (2011), que faz uma relação direta entre papéis de gêneros e histórias infantis, onde mutuamente exercem influência um ao outro, é notório que as representações dessa literatura ganham sentido e concretude no discurso dos sujeitos em formação. As princesas de histórias infantis terminam por serem exemplos a serem seguidos, para que se tenha o final feliz, ao lado de seu príncipe encantado e família feliz. Os papéis que permeiam o imaginário das meninas, nesse espaço lúdico, são de mulheres dóceis, obedientes, “prendadas”, com aptidões à cozinha, submissas e abnegadas. Esse estudo mostra ainda, que o imaginário dos meninos também passa por influências desse ideal de mulher, porém de forma diferenciada, já que esse tipo de literatura usualmente é direcionada ao público feminino.

**Figura 8** - “Família Reunida”, de Almeida Júnior (1850 – 1899), autor brasileiro.



**Fonte** - <https://peregrinacultural.wordpress.com/tag/jose-ferraz-de-almeida-junior/>



Observando atentamente a imagem acima da obra de Almeida Júnior, constatamos função prioritária do feminino, o cuidado das crianças. Percebemos também o que perdurou por séculos e que atualmente passa por mudanças significativas de paradigmas: o estudo acadêmico, que antes era privilégio dos homens. Os estudos de Carvalho apontam que crescem as proporções de mulheres em ensino superior, contudo sua inserção no mundo acadêmico data há menos de um século. Mesmo quando as mulheres em tempos medievais dominavam os saberes da medicina popular estas eram estigmatizadas. Tidas como bruxas acabavam por serem queimadas pela heresia de tais “feitiços”.

No quadro de Botero, figura 6, percebemos a imagem do homem como provedor. O homem que vai ao trabalho, enquanto a mulher fica em casa cuidando dos filhos e das atividades domésticas. Carvalho (2008), questiona as bases que puseram a mulher no lugar daquela que cuida dos filhos, da casa e do marido. Esse lugar teria sido produzido realmente por tendências psicobiológicas ou seria uma arbitrariedade cultural?

**Figura 6** - Homem indo para o Trabalho – Botero 1969



**Fonte** -<http://zephirespagnol-973.eklablog.fr/la-familia-de-botero-pintor-colombiano-a59073217>

Entretanto, a partir do século XVIII, com a revolução industrial, as mudanças sociais vão se acentuando, especialmente no mundo ocidental, no qual a diferença entre classes se torna notória, o que mudaria também o estilo de vida das famílias. Na crise econômica da industrialização, precisava-se de mão de obra em abundância; assim homens, mulheres e crianças se submetem a condições insalubres de trabalho, ganhando pelo resultado deste um valor irrisório, mal dando para o próprio sustento. Neste contexto ainda não se tinha o conceito de infância vigente nos dias atuais. Quando os filhos mais novos se punham em pé e já tivessem o mínimo necessário para aprender um ofício, um trabalho lhe era atribuído.

Famílias inteiras trabalhavam nas fábricas, contudo a desigualdade se acentua ainda mais entre homens e mulheres, e, que, se mantêm até os dias atuais: mulheres ganhavam menos que os homens, mesmo exercendo as mesmas funções e tendo a mesma carga horária de trabalho. Mas com o passar do tempo e a conscientização dessa desigualdade, as mulheres se organizam e criam movimentos de luta por seus direitos:

Com o advento do movimento feminista e as audaciosas conquistas históricas, as mulheres foram obtendo seu merecido espaço na vida pública e mais direitos sobre seu próprio corpo, colaborando assim para a desconstrução de alguns discursos produzidos e mantidos pela ideologia masculina. Contudo, ainda na contemporaneidade, tem-se muito para conquistar, e é preciso não perder de vista os aspectos e contextos em que a mulher ainda é discriminada, tendo como resultado dessas práticas, salários desiguais em comparação aos dos homens, dupla jornada de trabalho (devido à falta de uma cultura para a divisão de tarefas domésticas) e pequena ocupação de cargos. As conquistas foram inúmeras e de incomensurável valor, mas a luta ainda se faz persistir (ANGELI, 2004, p. 138).

Após as grandes guerras do século XX, o feminino, mais uma vez, emerge a ressignificação social e familiar. Há um crescimento expressivo da presença da mulher no mercado de trabalho, agora não mais como operária, mas como profissionais na área da saúde, da educação, em escritórios, comércios e serviços públicos, trazendo para a contemporaneidade outra realidade, entretanto, embora a oferta de trabalho seja igualmente oferecida, a diferença entre salários de mulheres e homens que exercem as mesmas funções, com

mesma carga horária, há predominância de homens em cargos de liderança, no mundo inteiro, evidenciando a discriminação em nosso cotidiano.

Os aspectos femininos outrora socialmente valorizados e reconhecidos como sinônimos de vida e fertilidade, hoje passam por sinônimo de fraqueza. A mulher procura a cada dia superar as expectativas sociais do mercado de trabalho, embora precise também se ocupar das atividades domésticas, criando seus filhos e cuidando dos maridos, duplicando ou triplicando sua jornada de trabalho. Mas esta é uma luta invisível, exigindo-se dela, vestir-se de uma “força masculina” para que então seja reconhecida.

Assim sendo, a ideia de sexo frágil e incapaz não é mais condizendo com o aspecto feminino atual; podemos mesmo perceber que ela, além de desempenhar bem as suas funções de trabalho, ainda parecer ser a agregadora da família e já vem contando com importantes parcerias dos homens em sua vida, tanto no lar como fora dele, pois a participação dos homens na criação dos filhos vem aumentando paulatinamente (CARVALHO, 2008), visto que, é cada vez mais comum que o casal esteja trabalhando fora de casa e compartilhando suas finanças, tendo espaços de tempo semelhantes para a manutenção da casa e criação dos filhos.

Como vimos abordando, o lugar do feminino no âmbito familiar vem passando por diversificados papéis no decorrer dos séculos, sendo o papel da maternidade um ponto em comum mesmo com todas as mudanças sociais características de cada era. Contudo é a partir do século XXI que o papel de cuidado das crianças passa a ser questionado quanto a ser de responsabilidade única da mulher. Antes o que se esperava da mulher era o cuidado com a casa, filhos e marido, como é retratado na obra de arte “Vida em Família”, do pintor norte-americano George Caleb Bingham (Figura 9, anterior).

É verdade que a mulher acumulou uma série de papéis que a sobrecarregam, mas também é verdade, que, ao mesmo tempo a deixam cada vez mais independentes dos contratos conjugais. Mas, sendo mãe, esposa, “dona de casa”, trabalhadora e tendo uma vida socialmente mais movimentada do que nos tempos de outrora, as pressões sociais ficam cada vez mais pesadas para que se dê conta de tantos papéis. Daí a necessidade de divisão de responsabilidades, o que inclui o cuidado com os filhos, num real envolvimento de ambos quanto à criação e também na divisão de atividades domésticas.

Assim sendo, durante o breve século XX e início deste século XXI, estamos numa transição paradigmática de valores e costumes sociais e culturais; um momento histórico de mudanças significativas. O que se entendia por feminino no século XX vem mudando bastante e isso é percebido quando as diferentes gerações familiares compartilham seus prazeres e angústias. Se antes o homem passava o dia inteiro no trabalho e a mulher em casa, cuidado dos afazeres domésticos e também das responsabilidades maternas, o que evidenciamos na obra de Botero, “Homem indo para o Trabalho” (Figura 6, anterior); nos dias atuais, existem novas configurações de papéis, de trabalho e familiares, embora ainda caiba à família os valores familiares que fortalecem os indivíduos, não importam quais sejam suas configurações.

#### **4 NOVAS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES E A RESSIGNIFICAÇÃO DO LUGAR DA MULHER**

A literatura científica oferece diversas definições sobre o termo família. Em 1982, Minuchin ressaltou que a família é um sistema aberto e em constante transformação devido à troca de informações com os sistemas extra familiares. Historicamente, a configuração das famílias vem se modificando através do tempo e exigindo uma constante adaptação. Segundo Carter e McGoldrick (1985/1995), tais mudanças são decorrentes, em grande parte, de transformações socioeconômicas, da reformulação do papel e das tarefas exercidas pela mulher e da pluralidade atual nos arranjos familiares. Essas transformações motivaram a existência de novos arranjos e configurações familiares (PALUDO, 2008, p. 25).

Assim o conceito de família tornou-se algo que vive em estado de mudança e parece acompanhar as mudanças socioeconômicas. Novos paradigmas, dessa forma, sobrepõem os antigos. Como estamos em um momento de constantes transições ainda é possível compreendermos antigos paradigmas sendo vivenciados. Então podemos ver, por exemplo, em nosso cotidiano uma realidade machista, tentando abafar um movimento de empoderamento feminino. Percebemos formações familiares da era pré-cristã, e de forma mais primitiva como as formações tribais que mantiveram viva a humanidade por meio de seus vínculos afetivos e funcionais, sendo estas mudanças mais paulatinas, pois parece que o mundo não tinha pressa.

Diferentemente destas fases anteriores, em meados do século XX, o movimento *hippie* trouxe consigo uma revolução, principalmente quanto à sexualidade e liberdade de expressão, o divórcio, os métodos contraceptivos, o movimento feminista, a inserção das mulheres no mercado de trabalho e mesmo na vida acadêmica, o reconhecimento de gêneros diversos e as crises sociais e econômicas, que foram fatores fundamentais para mudanças significativas no que entendíamos por família.

**Figura 10** - Família nuclear



**Fonte** - <<http://www.sociologia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=542&evento=2>>

As configurações familiares possíveis atualmente são diversificadas e no decorrer dos séculos percebemos que a tendência é que as novas possibilidades continuem surgindo e modificando paradigmas que se tornam ultrapassados. No século XX o termo família aplicava-se à família nuclear - pai, mãe e filhos - e que por vezes incluíam-se os agregados, parte da família extensa - avós, tios, primos, cunhados.

Mas há ainda outras possibilidades de configuração familiar, como a família ampliada. De acordo com Carter(1995), a família ampliada é uma possibilidade para a família nuclear em momentos conturbados e calmos. Esta estrutura familiar consiste no compartilhamento de responsabilidades quanto aos cuidados e educação das crianças da família. Por se tratar, de um

grupo maior, a família se torna geograficamente mais limitada quanto a sua mobilidade. Neste modelo familiar as gerações conversam entre si e há um cuidado mútuo. Outro aspecto a ser observado é que se trata de um modelo onde comumente, não está propícia a individualidade e privacidade.

Quando a mulher pôde se beneficiar com a possibilidade do divórcio e ter maior controle quanto a sua sexualidade através do meios contraceptivos, famílias monoparentais, com apenas um dos pais assumindo as responsabilidades quanto a criação dos filhos, começaram a surgir, ou ainda com um par homoafetivo.

**Figura11-** Família com par homoafetivo



Fonte - <http://www.papodecinema.com.br/entrevistas/>

Na contemporaneidade, com o advento de novas leis de apoio às minorias LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros), direitos a estes como o casamento e adoção tem garantido uma pluralidade ainda maior no que se refere às configurações familiares.

Além do mais, quando o ciclo de vida de uma família é quebrado ou cortado, seja por meio de divórcio ou morte, e então há uma nova união com outra família, tal rearranjo é chamado por Carter (1995) de família recasada, sendo também muito comum em nossa contemporaneidade.

Mas, numa perspectiva da psicologia sistêmica os mitos familiares podem ultrapassar várias gerações, o que termina pela convivência de diversificados arranjos familiares numa mesma época, principalmente nos dias atuais, de novas configurações sociais em outros patamares. Pires (2008), por sua vez, afirma que a sociedade é perpassada por mitos, que vão para além de mitologias religiosas ou mesmo de histórias tradicionais que usualmente explicam fenômenos naturais, e que estes podem sustentar papéis sociais, de modo que estes sejam naturalizados e reproduzidos pelas gerações seguintes, bem como, podem descrever ou mesmo explicar questões da natureza fenomenológica psíquica. Isso implica a perpetuação de paradigmas, não só pelas gerações familiares, mas também por uma sociedade inteira, se considerarmos que as famílias fazem parte e ao mesmo tempo constituem os sistemas sociais, alimentando culturas, conceitos e preconceitos, o que caracteriza determinados sistemas sociais.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O objetivo dessa pesquisa foi realizar uma leitura social de imagens, para verificar como estas podem revelar o papel feminino no âmbito familiar, em diversos momentos históricos. Podemos perceber que o feminino passa por diversificadas facetas sociais e configurações familiares em constante mudança, sendo ressignificada a cada nova transição paradigmática. Por sua vez, as mudanças paradigmáticas trazem consigo germes de avanços, mas também resíduos dos antigos costumes, isso foi o que nos mostrou a revisão bibliográfica realizada, abordando de forma sistêmica a temática, verificando aspectos sociais, culturais, históricos e religiosos que foram significativos para o percurso de nossa civilização.

Com os novos paradigmas, segundo Aran (2017), os novos paradigmas têm surgido em forma de questionamento dos antigos, como por exemplo, a fragilidade feminina que em outrora era uma das justificativas para sua maior permanência no espaço privado de suas casas. O movimento atual, segundo a autora é de mulheres multifacetadas, que estudam, trabalham, são esposas, mães e autônomas em suas vidas.

Com este trabalho percebemos que a tendência para a qual caminhamos é de uma sociedade que permanecerá permeada por paradigmas antigos,

porém com novos paradigmas sendo postos como possibilidades de acordo com as mudanças de configurações sociais. A igualdade entre os gêneros permanecerá como pauta, muito provavelmente, por um longo período, mas desejamos que as significações arcaicas, discriminatórias e que não nos interessam mais socialmente desapareçam, deixem de constar no seio da sociedade.

Estamos mesmo, em um contexto histórico que propicia mudanças significativas quanto à relação entre os sexos, tendo como principais fatores: *a crise da família nuclear, a entrada da mulher no mercado de trabalho, a separação da sexualidade da reprodução e a política de visibilidade da homossexualidade*, como afirma Fortes (2007).

Quando falamos em direito de igualdade entre gêneros, estamos falando também na divisão justa de responsabilidades familiares. Percebemos uma tendência à flexibilização de papéis até então pré-estabelecidos, para que as relações sejam viabilizadas efetivamente, não apenas quanto aos sentimentos que as cercam, mas também em relação ao equilíbrio destas responsabilidades.

Este estudo trouxe um parâmetro geral da nossa realidade atual e progressiva, fazendo-se necessária uma maior fundamentação teórica em conteúdos específicos, como por exemplo, o movimento feminista, para que possamos ter uma compreensão mais aprofundada das condições femininas.

## 6 REFERÊNCIAS

AGUIAR, Ione. **Igualdade entre os sexos ajudou homem das cavernas a sobreviver[...].**2015 Disponível em: [www.url: http://super.abril.com.br/blogs/historia-sem-fim/igualdade-entre-os-sexos-ajudou-homem-das-cavernas-a-sobreviver-diz-pesquisa/](http://super.abril.com.br/blogs/historia-sem-fim/igualdade-entre-os-sexos-ajudou-homem-das-cavernas-a-sobreviver-diz-pesquisa/). Acesso em: 02 dez., 2015.

ANGELI, Daniela. Uma breve história das representações do corpo feminino na sociedade. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 243-245, aug. 2004. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2004000200017>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

ARAN, Márcia. Os destinos da diferença sexual na cultura contemporânea. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 399-422, Dec. 2003. Available



from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2003000200004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2003000200004&lng=en&nrm=iso)>.access on 11 July 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2003000200004>.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967. v.2.

CARTER, Betty. **As mudanças no ciclo de vida familiar**: uma estrutura para a terapia familiar. Betty Carter e Monica McGoldrick; tradução Maria Adriana Veríssimo Veronese – 2ª edição - Porto Alegre: Artmed, 1995.

CARVALHO, Ana Maria Almeida, et al. Mulheres e cuidado: bases psicobiológicas ou arbitrariedade cultural? **Paideia**, Ribeirão Preto, v.18, n. 41, p. 431-444, dec. 2008. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-863X2008000300002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2008000300002&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 26 set., 2015.

FORTES, Isabel. O feminino como possibilidade de novas formas de sociabilidade. **Ágora**, Rio de Janeiro, RJ, v. 10, n. 1, p. 131-132, june 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1516-14982007000100009>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. **Ancestralidade e oralidade nos movimentos negros de Pernambuco**. apr. 2016. Disponível em: [https://www.revistas.uneb.br/index.php/africanas/article/view/3417&ei=D\\_zrMZZR&lc=pt-BR&s=1&m=817&host=www.google.com.br&ts=BR&s=1&m=817&host=www.google.com.br&ts=1499707212&sing=ALNZjWk\\_myE6tZG38095FaYM9XLOafzM2g](https://www.revistas.uneb.br/index.php/africanas/article/view/3417&ei=D_zrMZZR&lc=pt-BR&s=1&m=817&host=www.google.com.br&ts=BR&s=1&m=817&host=www.google.com.br&ts=1499707212&sing=ALNZjWk_myE6tZG38095FaYM9XLOafzM2g). Acesso em: 10 jul. 2017.

GUTMAN, Laura. **Mulheres visíveis, mães invisíveis**. Tradução Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Best Seller, 2013.

JORNADAS Ibéricas de Gastronomia Pré-Histórica,1. Vale do Tejo de Mação, Portugal: Museu de Arte Pré-Histórica. Disponível em: <http://misteriosdosdeuses.blogspot.com.br>. Acesso em: ago., 2015.

LARAIA, Roque de Barros. Jardim do Éden revisitado. **Rev. Antropol.**, São Paulo v.40, n.1, p.149-164,1997. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-77011997000100005>. Acesso em: 08 nov., 2015.

PAGLIA, Camille. **Personas sexuais: arte e decadência de Nefertite a Emily Dickison**. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

PALUDO, Simone dos Santos; KOLLER, Silvia Helena. Toda criança tem família: criança em situação de rua também. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 42-52, apr. 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822008000100005>. Acesso em: 04 dec. 2015.

PIRES, ValériaFabrizi. **Lilith e Eva: imagens arquetípicas da mulher na atualidade**. São Paulo: Summus, 2008.

PARIS, Ginette. **O sacramento do abordo**. Tradução de Maria da Conceição Fornos de Magalhães. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 2000.

SANTOS, Irinéia M. Franco dos. Iá Mi Oxorongá: as mães ancestrais e o poder feminino na religião africana. **Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana**, n. 2, dez., 2008. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/sankofa/article/viewFile/88730/91627>. Acesso em: 04 de dez. 2015.

XAVIER FILHA, Constantina. Era uma vez uma princesa e um príncipe...: representações de gênero nas narrativas de crianças. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 591-603, Aug. 2011. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X201100200019&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X201100200019&lng=en&nrm=iso)>.access on 11 July 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2011000200019>.

UNIVERSITY COLLEGE LONDON (UCL), Londres, Reino Unido. Disponível em: <http://www.ucl.ac.uk/anthropology/studying/phd-human-biology-evolution/portuguese>. Acesso em: ago. 2015.

# COMPROMETIMENTO DO SERVIDOR PÚBLICO COMO FERRAMENTA DESENCADEADORA DA EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA

*Mariana Guimarães Manoel<sup>1</sup>  
Karina de Oliveira Costa Bezerra<sup>2</sup>*

## RESUMO

Este estudo visa retratar o novo perfil do servidor público e como o seu comprometimento pode ser definitivo para que todos possam usufruir de um serviço de qualidade, não só eficaz por atribuição, mas eficiente e voltado para resultados efetivos em prol da coletividade. Diante do histórico negativo dissipado durante anos, o qual resultou numa visão pouco animadora quanto à administração pública brasileira, já se consegue visualizar um novo cenário baseado na visão gerencial, ou seja, na busca pelo resultado, produtividade, eficiência na prestação de serviços etc. O estudo de caso realizado na Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, utilizando a entrevista focalizada realizada com seis gestores das unidades administrativas objetivou a análise do comprometimento do servidor público como ferramenta desencadeadora da eficiência administrativa e suas consequências, especificando o atual perfil profissional deste servidor e analisando o desempenho dos gestores quanto aos fatores de motivação e qualificação. Ainda enfrentando barreiras típicas, como as interferências políticas e a falta de infraestrutura, pode-se constatar mudanças gradativas que caracterizam o novo perfil profissional e o novo modelo de gestão, que agora permeiam o ambiente público, tal como problemas persistentes, mas não passíveis de transformações, como a burocracia excessiva, falhas de comunicação e a falta de ferramentas de controle. Tal perspectiva encontrada reafirma a necessidade de uma reforma administrativa e demonstra que medidas estão sendo tomadas para a reformulação e melhoria do serviço que tem como objeto final a sociedade.

**Palavras-chave:** Servidor público. Comprometimento - Servidor Público. Eficiência administrativa. Resultados - administração pública.

## COMMITMENT TO THE PUBLIC SERVER AS A TOOL FOR THE ADMINISTRATIVE EFFICIENCY

### ABSTRACT

This study aims to portray the new profile of civil servants and how their involvement can be definitive for all to enjoy quality service not only effective for assignment, but efficient and focused on actual results for the benefit of the community. Faced with the negative historical dissipated

---

1 Discente do Curso de Administração do Centro Universitário do Rio Grande do Norte. E-mail: mariana82gm@hotmail.com  
2 Professora Orientadora do Curso de Administração do Centro Universitário do Rio Grande do Norte. E-mail: karina@unirn.com. Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/4348459165021163>.

over the years, which resulted in a bleak vision for the Brazilian government, as one can see a new scenario-based management approach, that is, in the search for a result, productivity, efficiency in service delivery etc. The case study on the Attorney General of Justice of Rio Grande do Norte state, using the focused interview six managers of administrative units aimed at the analysis of the civil service commitment as a trigger tool for administrative efficiency and its consequences, specifying the current professional profile of this server and analyzing the performance of managers as to the motivation and qualification factors. Still experiencing typical barriers such as political interference and lack of infrastructure, it can be seen gradual changes that characterize the new professional profile and the new management model, which now permeate the public environment such as persistent problems, but not likely to transformations, such as excessive bureaucracy, miscommunication and lack of control tools. This perspective found reaffirms the need for administrative reform and demonstrates that steps are being taken to reform and improvement of the service that has as its ultimate object society.

**Keywords:** Public server. Commitment - Public Servant. Administrative efficiency. Results-public administration.

## 1 INTRODUÇÃO

O histórico do funcionalismo público brasileiro ostentou ao longo dos anos a imagem popular de um serviço lento e, muitas vezes, ineficiente. No entanto, é perceptível uma grande preocupação com a mudança dessa situação, devido não apenas a maior consciência da sociedade em relação aos seus direitos e os deveres do Estado, mas também a crescente busca por melhor qualidade de trabalho, bem como por profissionais capacitados e comprometidos com o que fazem, norteados sempre pelo conceito de que o ato de administrar está ligado ao alcance dos objetivos de forma eficiente e eficaz, tentando desviar de fatores comprometedores da motivação, como a complexidade hierárquica e a falta de incentivos.

Perpassando assim pela história da Administração Pública, desde o modelo Patrimonialista até o Burocrático, notando-se a ineficiência deste último, surge a preocupação com o excesso de burocracia, precisamente em 1956, quando é implantado o Decreto nº 39.519 (04 de julho de 1956), que propunha a simplificação das normas e rotinas administrativas, além das diversas reformas que tratavam de assuntos como descentralização e delegação.

Na visão patrimonialista a visão de que a gestão pública deveria servir a população para satisfazer ou dar condições para que suas necessidades fossem atendidas era antagônica, ou seja, entendia-se que o Estado era uma entidade que deveria ter suas necessidades satisfeitas por meio do trabalho dos seus governados (SILVA, 2013, p.3).

Tal concepção fortaleceu-se com a globalização que trouxe um grande aumento de informações e transformações bruscas quanto às relações sociais, as quais levaram a Administração Pública externar suas ações, interagindo diretamente com a sociedade, mas reformas administrativas também fizeram com que um novo rumo fosse tomado nas políticas internas dos órgãos públicos.

A atual reforma está apoiada na proposta de administração pública gerencial, como uma resposta à grande crise do Estado dos anos 80 e à globalização da economia — dois fenômenos que estão impondo, em todo o mundo, a redefinição

das funções do Estado e da sua burocracia. A crise do Estado implicou na necessidade de reformá-lo e reconstruí-lo; a globalização tornou imperativa a tarefa de redefinir suas funções. Antes da integração mundial dos mercados e dos sistemas produtivos, os Estados podiam ter como um de seus objetivos fundamentais proteger as respectivas economias da competição internacional. Depois da globalização, as possibilidades do Estado de continuar a exercer esse papel diminuíram muito. Seu novo papel é o de facilitar para que a economia nacional se torne internacionalmente competitiva (PEREIRA, 1996, p. 7).

Conforme Trosa (2001) um dos desafios é a globalização e seus efeitos, que compara o desempenho das empresas privadas com o das entidades públicas, àquelas que mantêm relações transnacionais que fornecem aos seus agentes maior flexibilidade e especialização, ao contrário do que acontece com os servidores, que vivenciam processos nacionais constantemente.

Contudo, vivenciamos hoje uma nova realidade quanto ao perfil de muitos servidores, efetivos e comissionados, os quais, em sua maioria, possuem maior nível de formação, interesse no crescimento profissional e que buscam soluções e resultados. Ressaltam esses aspectos a importância de uma gestão qualificada, capaz de coordenar os agentes para que cheguem, participativamente, aos resultados de forma eficiente.

No Brasil, a administração pública, em 1995, com o governo de Fernando Henrique Cardoso, trouxe a reforma administrativa sob o aspecto gerencial e conseqüentemente uma nova abordagem com características bem distintas da administração pública burocrática, vistas no quadro abaixo, por Santos (2003, p.5):

**Quadro 1** - Diferenças entre a Administração Pública Burocrática e a Gerencial.

<b>Administração Pública Burocrática</b>	<b>Administração Pública Gerencial</b>
Concentra-se no processo.	Orienta-se para resultados.
É auto-referente.	Orientada para o cidadão.
Definição de procedimentos para contratação de pessoal, compra de bens e serviços.	Combate o nepotismo e a corrupção.
Satisfaz as demandas dos cidadãos.	Não adota procedimentos rígidos.
Controle de procedimentos.	Definição de indicadores de desempenho - utilização de contratos de gestão

Ainda diferenciando o sistema burocrático do Gerencialismo, Barze-  
lay (1992 apud BRESSER-PEREIRA, 1998, p.29): “uma agência burocrática  
se concentra em suas próprias necessidades e perspectivas; uma agência  
orientada para o consumidor concentra-se nas necessidades e perspectivas  
do consumidor”.

E afirmei que para podermos ter uma administração pública  
moderna e eficiente, compatível com o capitalismo competi-  
tivo em que vivemos, seria necessário flexibilizar o estatuto  
da estabilidade dos servidores públicos, de forma a aproxi-  
mar os mercados de trabalho público e privado. (BRESSER-  
PEREIRA, 1998, p. 21)

## 2 OBJETIVOS

Diante do exposto, o estudo propõe-se a esclarecer a seguinte ques-  
tão: **Como o nível de comprometimento dos servidores públicos pode  
influenciar na eficiência dos processos administrativos?** Desenvolveu-  
-se uma pesquisa no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio Gran-  
de do Norte – MPRN, mais precisamente na Procuradoria Geral de Justiça  
– PGJ, instituição, que no Brasil surgiu no século XIX e que possui como  
missão promover a justiça, servindo a sociedade na defesa de seus direitos  
fundamentais, fiscalizando o cumprimento da Constituição e das Leis e de-  
fendendo a manutenção da democracia.

Verificar a relação existente entre o comprometimento dos servidores e  
o incremento na eficiência dos processos administrativos, considerando o mo-  
delo de gestão ao qual estão sujeitos, identificando o atual perfil dos servido-  
res, atentando para fatores de motivação e qualificação, variáveis como prazo  
e rotinas processuais e seus cumprimentos e possíveis causas de formação de  
gargalos no andamento das atividades administrativas é o que se propõe.

## 3 JUSTIFICATIVA

Seguindo o princípio da eficiência, afirmado por Meirelles (1996)  
como aquele que estipula que todo o agente público deve exercer suas fun-  
ções com presteza, não só dentro da legalidade, com o propósito de atender

satisfatoriamente as necessidades coletiva e considerando a necessidade de uma gestão competente, qualificada, flexível e estrategista, consegue-se antever toda a reestruturação necessária, não a total desburocratização, mas a flexibilização de determinados procedimentos, a fim de agilizar os serviços prestados a sociedade.

Atenta Martins (2012) para o novo atributo do servidor público como fator determinante na mutação do sistema, o qual, agora, requer uma visão mais ampla, como a de um setor privado, tendo sido feitas para isso, alterações constitucionais que atingissem diretamente alguns pontos críticos que importunavam a produtividade dos agentes, como exemplo a estabilidade. Mudanças como o aumento do tempo de estágio probatório e a implantação de avaliação de desempenho são exemplos de inputs no processo, que abrange também a Gestão, a qual assume a responsabilidade de manutenção da qualificação de seus servidores, tal como, capacidade de motivação, ou seja, saber lidar com os objetivos próprios de cada indivíduo, o que os fazem agir de maneiras diferentes em função das mesmas razões. Bergamini (2003) acredita que esses objetivos refletem as opções feitas, intrinsecamente, de acordo com a personalidade de cada pessoa.

Espera-se, com a realização da referida pesquisa, a promoção de um maior conhecimento do clima organizacional, identificação das principais falhas relacionadas aos procedimentos administrativos e, por fim, colaborar para o aumento da eficiência administrativa, contribuindo para um serviço público efetivo.

#### **4 METODOLOGIA DA PESQUISA**

Pesquisar nada mais é que o meio utilizado para encontrar respostas a questionamentos propostos, visando a solução de problemas. A pesquisa realizada define-se como exploratória e descritiva, sendo utilizada a técnica de estudo de caso, definida abaixo:

Estudo de caso é o circunscrito a uma ou poucas unidades entendidas essas como uma pessoa, uma família, um produto, uma empresa, um órgão público, uma comunidade ou mesmo um país. Tem caráter de profundidade detalhamento. Pode ou não ser realizado no campo (VERGARA, 1998, p. 47).



O estudo foi realizado no âmbito da PGJ, tendo como população-alvo os gestores das unidades administrativas subordinadas à Diretoria Geral, sendo proposta a entrevista focalizada, que para Ribeiro (2008, p.141) é “a técnica mais pertinente quando o pesquisador quer obter informações a respeito do seu objeto, que permitam conhecer sobre atitudes, sentimentos e valores subjacentes ao comportamento”.

As entrevistas, previamente e formalmente solicitadas e autorizadas pela Administração Superior, foram realizadas na sede da PGJ/RN, utilizando o método de gravação e para maior e fácil caracterização quanto a identificação dos gestores ao decorrer do estudo e manutenção da discrição quanto a identificação destes foram estabelecidos os seguintes códigos:

**Quadro2** –Codificação dos gestores das unidades administrativas

<b>Gestores</b>	<b>Unidade</b>	<b>Código</b>
JÁ	Chefe do Setor de Administração de Pessoal	Respondente 1 (R1)
JM	Diretor Administrativo	Respondente 2 (R2)
CT	Diretora de Planejamento, Gestão e Estratégia	Respondente 3 (R3)
PA	Diretora de Orçamento, Finanças e Contabilidade	Respondente 4 (R4)
SF	Diretor de Tecnologia e Informação	Respondente 5 (R5)
JK	Chefe do Setor de Produção e Artes	Respondente 6 (R6)

**Fonte:** Dados da pesquisa, julho de 2015.

Posteriormente às entrevistas, os áudios foram transcritos (corpus da pesquisa), seguindo a técnica de análise de conteúdo, caracterizada por Bardin (2011) como um conjunto de técnicas de análise de comunicações, que se utilizam dos conteúdos obtidos de mensagens ou indicadores com interesse de inferir desses conhecimento. Dentre os tipos de análise de conteúdo, a categorial temática explorará o tema central do trabalho.

Quanto ao tipo de abordagem, a qualitativa foi a utilizada no tratamento dos dados, caracterizando-se pela maior liberdade de influência por parte do entrevistador, permitindo-lhe tratar as informações de forma mais flexível e adaptável ao seu entendimento, o que não afasta possíveis erros de interpretação, devido à ausência de frequências consideravelmente altas. Sobre a análise qualitativa:

Em conclusão, pode dizer-se que o que caracteriza a análise qualitativa é o facto de a “inferência - sempre que é realizada - ser fundada na presença do índice (tema, palavra, personagem etc.), e não sobre a frequência e sua aparição, em cada comunicação individual” (BARDIN, 2009, p. 115-116).

Em seguida, iniciou-se a seleção das categorias, originando as categorias temáticas, sendo elaborado o quadro abaixo:

**Quadro 4 - Categorias e Subcategorias Temáticas para análise dos resultados**

<b>Especificação das Categorias e Subcategorias Temáticas</b>	
<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>
<b>Identificar o perfil profissional (PP)</b>	Perfil da estrutura hierárquica <b>(PEH)</b>
	Perfil profissional dos servidores <b>(PPS)</b>
<b>Analisar o desempenho dos gestores (DG)</b>	Desempenho da gestão superior quanto a fatores motivacionais e qualificação <b>(DGS)</b>
	Desempenho da gestão de forma auto-avaliativa <b>(DGA)</b>
<b>Apontar causas de formação de gargalos administrativos (GA)</b>	Gargalos administrativos quanto desempenho dos servidores <b>(GADS)</b>
	Gargalos administrativos na visão do Gerencialismo <b>(GAG)</b>
	Gargalos administrativos: visão do serviço público atual <b>(GASA)</b>

**Fonte:** Dados da pesquisa, julho de 2015.

## **5 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS**

### **5.1 Perfil dos gestores e dados avaliativos**

Os seis gestores entrevistados, caracterizados anteriormente no quadro2, disponibilizaram dados informativos, que serviram para maior conhecimento quanto ao grau de capacitação, bem como o tempo de gestão na PGJ referente a cada um deles, proporcionando a constatação de que a maioria

pertence ao sexo masculino e encontram-se na média de 37,5 anos. Possuem especialização e tempo de gestão superior a 2 anos, o que mostra conhecimento e propriedade para assuntos que tratam da comparação entre os diferentes tipos de gestão superior a qual estiveram e estão subordinados.

Após a categorização dos objetivos deste trabalho e da transcrição dos dados das entrevistas, verificou-se que muitas questões abordadas pelos gestores contemplam os conceitos dos diversos autores citados nesta pesquisa, que serão explanados de acordo com as categorias temáticas e subcategorias pré-definidas, seguindo assim, as unidades de registro extraídas dos diálogos realizados. O quadro a seguir, identifica os itens a serem explorados:

**Quadro 3 - Categorias, Subcategorias e Unidades de registro**

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Unidades de registro</b>
<b>5.1.1PP</b>	5.1.1.1PEH	Mudanças na estrutura hierárquica
		Melhorias a serem obtidas na estrutura hierárquica
	5.1.1.2 PPS	Comprometimento e capacitação como diferencial
		Rotatividade nos setores
		Incentivo Institucional
		Mix de profissionais
<b>5.1.2DG</b>	5.1.2.1 DGS	Motivação como fomentadora da responsabilização
		Evolução técnica da qualificação
		Comunicação como falha no processo
	5.1.2.2 DGA	Falha de comunicação entre as unidades
		Otimização das metodologias de processos
		Descentralização e engajamento
<b>5.1.3 GA</b>	5.1.3.1 GADS	Fator financeiro x Gratificações
		Falhas nas rotinas processuais
		Fornecedores como um dos maiores gargalos
		Co-responsabilização
	5.1.3.2 GAG	Maior cobrança da sociedade
		Busca pelo resultado
		Planejamento estratégico
		Importância da apresentação dos resultados: o contexto envolvido.
	5.1.3.3 GASA	Aspecto cultural negativo
		Aumento da fiscalização
		Maior engajamento dos servidores
		Tendência de um serviço público melhor

**Fonte:** Dados da pesquisa, julho de 2015.

### 5.1.1 Perfil Profissional (PP)

A primeira categoria analisada identificou o perfil profissional dos servidores, ocupantes de cargos efetivos ou comissionados, que atualmente exercem funções administrativas na Sede da PGJ. Para uma melhor caracterização desse perfil, procurou-se inicialmente tomar conhecimento sobre a visão de cada gestor quanto a estrutura hierárquica que, hoje, compõem a instituição, bem como, as rotinas administrativas desta, com o intuito de se obter um apanhado geral sobre a atual estrutura organizacional, considerando pontos positivos e negativos nela contidos.

#### 5.1.1.1 Perfil da estrutura hierárquica (PEH)

Como em qualquer organização, a hierarquia faz-se presente e muitas vezes necessária para a manutenção de uma determinada ordem e uma divisão racional das responsabilidades e tarefas a serem realizadas minimamente de forma eficaz.

Dentro desse contexto, a busca por uma estrutura equilibrada, que atenda às necessidades de uma instituição, torna-se constante, principalmente no ambiente público, que tem o trabalho desenvolvido em prol da coletividade, não se admitindo mais, diante da globalização, a antiga estrutura enrijecida e inflexível.

Muitas mudanças vêm ocorrendo na administração pública, trazendo consigo melhorias, tratando mais precisamente do âmbito da PGJ, conforme a fala do R2: “Desde o momento em que eu entrei na Instituição foram feitas algumas melhorias e nos últimos anos a gente conseguiu uma conformação próxima ao necessário para o bom funcionamento da Instituição”. Mudança também constatada na fala da R4: “Teve a arquitetura organizacional em 2010 que melhorou bastante, porque promoveu em parte uma descentralização de determinadas atividades”.

A reestruturação organizacional, ocorrida em 2010, como já referida pela R4, trouxe como uma das características positivas a melhor divisão das atividades, o que se observa claramente nas falas de R6: “[...] a Comunicação especificamente é uma área com muitas vertentes, então com essa mudança, com essa estruturação, a gente conseguiu organizar de forma mais

racional as nossas rotinas”. Afirma ainda: “[...] eu acho que facilitou muito a divisão do trabalho, mas também a interação entre todos nós”. A divisão hoje encontrada é caracterizada pelo R5: “A divisão é muito boa, as características de cada divisão são bem definidas, bem separadas. Existem outros órgãos que não têm essa divisão tão bem fundamentada”.

A busca por melhorias é um dos traços da atual gestão superior e é também explicitada pelo R1: “[...] a gente vê que os projetos são de crescimento, de investimento na ferramenta humana”. E de forma complementar ao relato da R3, percebe-se que a necessidade da continuidade dessa renovação, já é um fato que exige ações específicas para que não haja ruptura de todo o processo, como enfatiza o R2 ao dizer que: “[...] é lógico que a estrutura tem que ser revisada constantemente, porque ela acompanha a estratégia da Instituição, o crescimento, o foco”. Corroborando o R5:

Existe a necessidade de se fazer uma evolução, de se criar novos cargos específicos, de modificar, mas de uma forma geral, para o tamanho do MP, para os cargos que hoje possuem, principalmente na área de TI, acho que está bem dividido, as mudanças são bem pontuais.

Este cenário tipifica bem a progressão da Administração Pública, que possui, hoje, uma realidade diferente da de anos atrás, retomando o conceito de Pereira (1996) quando afirma a necessidade do Estado de redefinir suas funções diante da globalização, tendo que se especializar, se moldar às tendências, deixando de lado a centralização do poder, a falta de incentivos, a sobrecarga de atividades etc., voltando seu foco para a descentralização, o equilíbrio das responsabilidades, de maneira a se obter uma maior interação e contribuição entre todos os elementos envolvidos.

#### 5.1.1.2 Perfil profissional dos servidores (PPS)

Com a nova arquitetura organizacional, muitos fatores, antes não tão observados, vêm à tona e são cada vez mais imprescindíveis para o êxito das novas metas traçadas pela gestão, pois não basta apenas uma estrutura bem segmentada, se não há indivíduos capacitados para atuarem nesse novo formato de trabalho proposto, confirmando a concepção de Martins

(2012) quanto a expectativa do foco do servidor como fator decisivo para a mudança do sistema.

Tendo em vista toda a evolução da estrutura organizacional da PGJ, averiguou-se que também houve mudanças no perfil profissional dos servidores que compõem atualmente o órgão, tratando não apenas do quesito qualificação, mas também de valores subjacentes, como o comprometimento.

A capacitação dos servidores é sem dúvidas um dos diferenciais da atual Administração Pública, que conta com profissionais extremamente habilitados, como verificado na fala do R 6:

Bem, eu entrei em 2004 e de lá pra cá eu sinto que ano após ano isso foi sendo otimizado, indubitavelmente percebe-se que o servidor público possui uma realidade, hoje, um nível de capacitação muito alto, geral e específico também, por exemplo, nós aqui da Comunicação, todos somos formados em Jornalismo, mas todos nós somos especialistas tanto na área administrativa como na área afim.

A qualificação técnica é outra vertente que surgiu como exigência a ser cumprida pela gestão pública devido ao avanço tecnológico oriundo da globalização. Áreas específicas, como a TI tornaram-se fundamentais para o desenvolvimento e suporte de diversos projetos, tal como o aprimoramento das rotinas administrativas, exigindo um alto grau de competência técnica, como afirmado pelo R5: “A minha área em relação à capacitação é muito boa, porque é um perfil técnico [...] os profissionais que nós temos hoje são bem qualificados”.

Essa competência aliada ao comprometimento foram as características enfatizadas pela maioria dos gestores entrevistados, traçando assim, o novo perfil dos servidores públicos e do ambiente no qual estão inseridos, como se pode observar na fala do R1 ao dizer que uma das principais características para se trabalhar com recursos humanos, setor sob sua gestão (SAP), é a de ser comprometido com o que se faz, eximindo assim, o gestor de uma preocupação maior. Nota-se também o reconhecimento desse envolvimento dos servidores com suas funções pelo relato da R4: “Hoje se percebe maior dedicação, vestem a camisa, os servidores desse setor, como no geral, estão sempre procurando se qualificar, desenvolvem suas atividades na maior harmonia, pontualidade, que também faz parte, integridade, totalmente comprometidos”.

Cabe salientar que toda essa transformação tem como influência o estímulo da própria Instituição, que atua como incentivadora do aprimoramento de seus “colaboradores” como bem destaca o R2:

Considero um perfil diferenciado até pelo histórico das decisões que foram tomadas pela administração, no sentido de profissionalizar a gestão, no sentido de incentivar a meritocracia, o reconhecimento, eu acho que a gente se diferencia da administração pública local, de maneira geral como uma ilha de excelência em termos de resultados, qualificação, de comprometimento.

O R1 endossa a fala do R2 e reforça a importância de haver interesse por parte da instituição pública em equiparar-se com as privadas, por meio de qualificação de seus profissionais e investimentos em sua infraestrutura, estimulando o plano de carreira com oferecimento de especializações aos seus servidores.

Essa iniciativa caracteriza o novo modelo de gestão, que aos poucos vai sendo implantado nos órgãos públicos, buscando melhores resultados através de estratégias que conduzam a eles de forma eficiente e não meramente eficaz, reforçando o conceito de Madureira; Rodrigues (2006) ao certificar que tanto as entidades públicas quanto as privadas devem ser geridas por gestores. Conciliando tais interesses, detectam-se algumas dessas estratégias já sendo colocadas em prática nas unidades administrativas da PGJ, como bem exposto pela R3, que ressalta a importância das unidades possuírem profissionais de diversas áreas, além da administrativa, a fim de suprirem as carências que possa vir a surgir.

O mix de profissionais em uma organização é de grande importância, pois facilita a reação às inovações, principalmente no âmbito público, que comumente se utiliza de “intervenções políticas”, a fim de favorecer determinadas pessoas através de cargos comissionados, por exemplo, sem ponderar o grau de capacitação destas. Fato que contraria a real necessidade que há em se compor um quadro com verdadeiros profissionais, aptos às mudanças do ambiente que envolve as instituições, expectativa percebida na fala do R2 ao se referir às seleções realizadas: “O processo seletivo que a gente realiza para o provimento dos cargos em comissão permite que tragamos do mercado, profissionais sem nenhum tipo de contorno político, que são típicos da administração pública”.

Tendo em vista a perspectiva quanto à aplicabilidade da pluralidade de profissionais atuantes, infere-se que há a intenção de se agilizar as rotinas administrativas, diminuir os gargalos, ou seja, encurtar as esperas de soluções para os problemas permanentes e contínuos da instituição. Uma das estratégias utilizadas com esse intuito é a de rodízio entre os servidores de uma mesma unidade, como explica o R1:

[...] por sermos uma unidade que não pode ter uma rotatividade grande e nem dispor de servidores que precisam se deslocar com frequência, não dá! Estabelecemos agora um rodízio de postos de trabalho, então não há mais aquela história de fulano quem faz férias, fulano quem faz cadastro. Tem um posto de trabalho que um mês, outro mês, a gente vai definindo que aquela pessoa é responsável por aquele posto de trabalho no rodízio. Então todos atuam em todas as atividades e uma outra que a gente vê como importante para todo mundo é o senso de participação [...].

Outro tópico relevante é o quesito rotatividade, que como já referido pelo R1, é um fator consideravelmente implicador do andamento e realização das tarefas administrativas. Tal afirmativa também se dá quando R4 diz que os servidores encontram-se em uma capacitação continuada e que setores como o que está sob a sua gestão possui pouca rotatividade devido a complexidade das tarefas ali desenvolvidas.

Contudo, mesmo diante desse cenário de constante aperfeiçoamento, ainda são encontradas lacunas a serem preenchidas de forma a sanar presentes e futuras barreiras que dificultam a capacitação dos servidores. O R6 explana sobre algumas dessas dificuldades:

Especificamente, em algumas realidades, a gente percebe que a instituição, como o MP é um órgão que tem uma diversidade muito grande de funções, na prática, apesar de todos nós sermos técnicos administrativos, na prática desempenhamos funções muito específicas, como nós aqui da comunicação. Eu percebo que a instituição possui uma certa dificuldade em promover a capacitação desses servidores no geral. Ela termina oferecendo capacitação em áreas muito gerais, ou administração ou na área de direito, que é a área afim do MP, e a gente percebe que outras áreas são pouco



deixadas de lado, provavelmente por essa dificuldade de uma oferta tão diversa de capacitação, então eu sinto uma certa dificuldade de retorno da instituição na capacitação de nós servidores nesse aspecto, mas no geral eu percebo que sim, sendo pela instituição ou fora dela os servidores eles tendem a buscar melhor capacitação para o trabalho.

Como se pode inferir, mesmo havendo um grande interesse da Administração Superior em capacitar seu quadro de servidores, ainda há um grande contraste na questão da promoção de qualificação para todos os tipos de profissionais ali existentes, o que fica claro na fala do R6, contrapondo-se à fala do R3, que ressalta a importância da gama de profissionais. Entende-se a necessidade da diversidade de especialistas, os quais atuem em várias áreas, porém se faz indispensável oferecer condições de manutenção da qualidade destes, propiciando capacitações específicas em suas áreas afins, não em áreas comuns à finalidade do órgão, o que não corresponde às necessidades desses servidores.

### 5.1.2 Desempenho dos gestores (DG)

Uma das questões mais discutidas nas organizações é a de como mover à pessoa a desempenhar da maneira desejada e adequada suas funções, de modo que traga satisfação pelo que faz, atendendo algumas necessidades próprias do ser humano, como as de autoestima e de realização pessoal e, obviamente, traga resultados eficientes e eficazes para a instituição. A motivação exige dos gestores a capacidade de interpretação do comportamento do servidor, utilizando-se, como exemplo, questionamentos que lhe apontem a causa da desmotivação ou motivação.

#### 5.1.2.1 Desempenho da gestão superior (DGS)

Trazendo o assunto abordado para a realidade encontrada na PGJ, no que diz respeito ao papel da Administração Superior quanto à motivação dos seus gestores designados para gerenciar as unidades administrativas, consegue-se caracterizá-la como uma gestão impulsionadora, como dito pelo R3: “[...] o que eu observo é que eles estão dando condições para que as Diretorias desenvolvam seus trabalhos e também que eles descentralizaram”.

O R2 atenta para a importância da prática utilizada pela atual Administração Superior ao dizer que ela é a fomentadora da motivação na Instituição ao definir o clima e os valores a serem compartilhados, refletindo-os assim no trabalho de todos os envolvidos. A característica dada de “fomentadora da motivação” também é destacada como algo positivo por R6 ao dizer que: “Existe subjetivamente a motivação pelo fazer bem, então isso é notado pela própria forma como a gestora desempenha seu trabalho e também como ela cobra que nós desempenhemos o nosso”. Deve-se destacar a questão da subjetividade em relação à motivação, pois pode tal comportamento passar despercebido, interferindo na real intenção de incentivo da gestão.

Observou-se que o modelo de Gestão abordado possui algumas medidas adotadas e acertadas que potencializam a motivação dos servidores, como informado na fala de R1: “Há um interesse da Instituição na motivação dessa carreira do servidor, da capacitação... criou-se a escola à distância que está ajudando bastante”.

O plano de carreira também é um dos pontos destacados pelo R5 como um dos destaques positivos da gestão, tal como o empenho em atender às diferenciadas demandas provenientes de cada unidade:

Do ponto de vista de qualificação a gente tem muitos projetos estratégicos que dependem da TI e a gente tem que implementar nossos projetos para que outros projetos funcionem e para a gente implementar esses projetos a gente precisa dessa qualificação. Como é algo que vai subindo, ou seja, a TI como estratégia vai trazer a estratégia para o MP, então a gente como tem sempre pedido cursos, que são cursos bem caros, temos sido atendidos, um caso ou outro que acontece, como a gente está num momento de crise, mas de uma forma geral em nível de qualificação a gente tem sido bem atendido realmente. Do ponto de vista motivacional, a questão desses projetos estarem sendo aceitos é boa, a questão da qualificação também é um outro fator motivacional muito bom, temos um plano de carreira que também é bem interessante

Tais medidas são características de uma gestão visionária, que demonstra ter um pensamento otimista e aberto às tendências globais que atingem também o âmbito público. Característica de uma Administração com maior conhecimento técnico, de forma superior ou ao menos

equiparada aos seus colaboradores, o que favorece na interação entre os superiores e as diferentes unidades, cada uma com sua peculiaridade, como a R4 expõe: “Há uma evolução muito técnica, hoje os gestores lidam muito bem com a matéria, com a temática orçamentária, vinculada aqui com o setor, com a matéria contábil também”.

Essa observação feita pela R4 demonstra a importância de se manter a constante especialização e abrangência em diversas áreas de conhecimento, visando extinguir ou pelo menos diminuir os contornos políticos, que ainda influenciam decisões e ações na Administração Pública em geral. A prioridade referente à capacidade profissional é, hoje, fator indispensável para a saúde de qualquer instituição pública e vital para às análises e tomadas de decisões. Ainda de acordo com o R4: “Isso satisfaz muito, até posso dizer que há prazer em despachar e conversar sobre determinada matéria, que hoje em dia são matérias fundamentais para gerir uma Instituição”.

O R6 destaca também a valorização do grau de requisitos exigidos para a ocupação de um cargo público: “A qualificação é inegável, em todo o MP do estado a questão da qualificação é um ponto muito importante, que a gente percebe que é levada em conta quanto a seleção de um gestor”. Tal questão ainda é algo a se creditar, pelo menos, não é o que acontece em todos os órgãos públicos brasileiros, que sofrem ainda com apadrinhamentos em seleções que deveriam ser estritamente voltadas para a qualificação.

Conquanto, ainda há muito a ser mudado e melhorado, mudanças ocorrem gradativamente, quer seja em uma organização pública ou privada. Mesmo com a avaliação positiva quanto a motivação e qualificação da Administração Superior, ainda há questões que merecem atenção, a fim de que a melhoria não seja interrompida. Algumas restrições que obstaculizam as atividades são apontadas pelo R5: “[...] ainda tem algumas coisas para evoluir, do ponto de vista de definições estratégicas, áreas pouco mais fundamentadas, precisamos criar novos processos”. Ressalta ainda:

[...] a maior falha é o problema de comunicação, um problema de comunicação muito grave, então uma forma de resolver esse problema de comunicação é criando processos, metodologias e isso motiva de certa forma, porque não estou fazendo um trabalho baseado só em mim ou em alguma coisa, mas baseado em todo um método”.

Sabe-se que a comunicação de qualidade é de suma importância para se manter a continuidade dos procedimentos administrativos de uma organização. Tão importante quanto a comunicação, a utilização de métodos pré-definidos, padronizados, favorece de forma não só eficaz, mas eficiente os processos e operações, evitando o retrabalho e/ou o retardo dos resultados, como apontado por Oliveira (2006) ao dizer que os processos devem ter uma relação lógica que atenda às necessidades, tanto dos servidores quanto da sociedade.

#### 5.1.2.2 Desempenho dos gestores de forma auto-avaliativa (DGA)

Diante da análise realizada anteriormente, a qual constatou a qualificação e empenho quanto ao incentivo aos servidores, a fim de despertar a motivação destes, por parte da atual gestão superior, foi também imprescindível avaliar como os gestores enxergam seu próprio gerenciamento, como analisam os métodos escolhidos para dirigir as unidades que estão sob a sua gestão. Percebe-se a importância dessa auto-avaliação devido a necessidade de se reconhecer possíveis falhas que devem ser superadas ou mesmo identificar medidas que estão surtindo efeito e otimizá-las.

Dentre os fatores que se destacaram dessa auto-análise, alguns já foram tratados no tópico anterior, reforçando ainda mais a relevância a ser dada a eles, como a falha na comunicação existente entre as unidades e entre as unidades e a Administração Superior, como se pode observar na fala do R2:

Ao longo desses dez anos acho que a gente vive várias fases no amadurecimento profissional. Eu acho que nessa minha atual fase eu diria que melhorar, fortalecer a comunicação com as outras unidades, inclusive superiores e outras unidades não ligadas aqui à diretoria administrativa. Existia uma distância de contato mais permanente com os outros gestores e eu acredito que isso também exista hoje, uma lacuna entre o contato dos gestores e a administração superior por falta de espaço de discussão e reflexão.

Essa falha também é verificada pela R3, que ao reconhecê-la propõe algumas iniciativas que servirão como ações preventivas a esse tipo de problema: “Eu acho que falta a gente sentar, momentos de reuniões, de definições, eu acho que falta um pouco devido a correria do dia-dia”.

Outro ponto já destacado e que também reaparece como uma extensão dessa falha de comunicação é o que trata da necessidade de se padronizarem as metodologias processuais, as quais são responsáveis pela grande demora da resolução eficiente de algumas práticas decorrentes. Pode-se verificar essa afirmativa na fala do R5: “Voltando para aquele caso da comunicação, se eu não tenho uma metodologia, um processo bem definido, então uma pessoa faz de um jeito, a outra faz de outro e aí a gente gera problemas”.

Ainda aspectos típicos do dia-dia de uma organização também surgem como implicadores ao desempenho dos gestores e conseqüentemente dos seus subordinados, principalmente pela Instituição estar em um processo de mudança no modelo de gestão desde 2010, como R1 enfatiza ao dizer que melhorias devem ser feitas quanto ao aspecto físico, o qual não acomoda bem a gama de servidores e estagiários atual, gerando ruídos e o excesso de demandas que também sobrecarrega o setor, o que os obrigam a fazer horas extraordinárias a fim de adiantar os serviços.

Já o R5 chama atenção para outro típico problema organizacional, a centralização das atividades, admitindo ser um dos passos a ser tomado como melhoria na sua gestão: “O único ponto que talvez eu poderia dar uma atenção é descentralizar um pouco, por ser tão empolgante e quero participar de tudo e não dá, você tem que delegar mais”. Porém, observa-se que em outras unidades questãõ como a descentralização já é uma realidade, referida pela R3, que afirma manter um bom nível de gerenciamento, devido as atividades já estarem bem divididas, delegadas, e os servidores estarem engajados e terem competência para cumprir com o que é proposto.

### 5.1.3 Gargalos administrativos (GA)

Ao se obter uma prévia das dificuldades encontradas ao analisar toda a conjuntura da organização, foram avaliadas também as causas, não só referentes as diretrizes que regem a administração pública, mas as que atingem diretamente o desempenho dos servidores, buscando resoluções no modelo gerencial e expectativas quanto ao serviço público atual e futuro.

### 5.1.3.1 Gargalos administrativos quanto ao desempenho dos servidores (GADS)

Procurando respostas a possíveis interferências ao desempenho dos servidores identificou-se como uma das causas o fator financeiro, que realmente é uma das questões mais debatidas nas organizações. Sem dúvidas quando uma organização investe no lado financeiro como forma de recompensa e reconhecimento consegue criar algum tipo de incentivo entre os servidores, como pode se inferir das falas do R1 e R6, principalmente quando o primeiro cita o plano de cargos e salário existente na Instituição: “A gente tem o plano de cargos e salário já estabelecido, então o servidor trabalha com a perspectiva, todo o dia, de que no final do ano terá um percentual de reajuste”.

Outra medida de estímulo utilizada é o uso das gratificações que também são consideradas como forma de reconhecimento, prêmio pelos resultados alcançados, neste sentido declara o R6: “Eu sinto que o aumento da motivação para o trabalho inevitavelmente passa pelo reconhecimento que se traduz em forma de benefícios, salário, que é um fator que sempre esperamos ser melhorado”.

Algumas considerações ressaltam possíveis transtornos causados à atuação dos servidores, mais uma vez citadas, as falhas nas rotinas processuais, as quais se tornam grandes gargalos nas atividades administrativas, interferindo significativamente no desempenho. Neste ponto concordam o R4 e o R5, como pode se observar na fala do primeiro: “Eu vejo que algumas questões eram para terem sido corrigidas, mas persistem, como quando a gente pega um processo e tem que voltar pra ajustar determinada falha”. Esse tipo de interrupção agrava ainda mais a questão da morosidade, esta que já está convencionada e não é mais um fator que atinge a motivação dos servidores, como atenta o R3 e o R5, que acreditam na burocracia como algo necessário e inevitável para que se tente chegar a “perfeição”, porém, de acordo com R3, usada por alguns como pretexto para “empurrar” o trabalho.

A questão da falha processual é um desencadeamento da falha na comunicação, já colocada em pauta, notando-se a necessidade de aprimoramento dessa relação, principalmente entre as unidades administrativas, destacando a importância da interdepartamentalização e o R2 remete ao

conceito de responsabilização (accountability), relacionada a incumbência de cada um quanto aos seus atos e obrigação de prestar conta deles, e faz uma relação interessante entre a motivação e a atenção que deve haver em não se deturpar o emprego dessa nova prática no setor público:

Sim. Eu acho que no aspecto motivacional devem ser traçadas estratégias para fortalecer o motivacional dos gestores principalmente, favorecer a comunicação, criar um ambiente mais de sinergia, porque quando você tem um ambiente de pressão, de competição, ele desperta alguns comportamentos que podem favorecer ou indesejáveis na instituição. Eu acho que agente tem que trabalhar sobre essa ótica motivacional, de integração, não diria de responsabilização, mas de co-responsabilização, porque somos todos responsáveis pelos resultados e não questão de buscar culpados para os problemas e sim considerar o problema como da instituição e obviamente o senso de prioridade que a gente tem que ter isso bem posto pela administração, estando bem internalizado pelos gestores e servidores.

Compreende-se, portanto, o quão relevante é a manutenção de um ambiente interativo e comprometido, percebe-se pela fala de R6 ao afirmar a de R2:

Tratar de motivação é complicado porque ela passa por muitas questões, desde questões muito objetivas, como fator salarial até questões subjetivas próprias da pessoa [...] eu sinto que, especificamente no nosso setor, nós temos o comprometimento alto, e o comprometimento ele caminha ao lado da motivação, existem pessoas que nem estão muito motivadas a fazer o melhor, mas têm o comprometimento alto com o trabalho e isso faz com que elas façam o trabalho de uma forma satisfatória, provavelmente se tivessem motivadas fariam ainda melhor, mas como são comprometidas fazem o trabalho corretamente, como deve ser feito.

### 5.1.3.2 Gargalos administrativos na visão do gerencialismo (GAG)

Diante de todo o exposto, verificou-se que muitas características baseadas no gerencialismo já despontam como solução para muitas das problemáticas existentes no serviço público em geral, e especificamente no

caso da PGJ pôde-se avaliar que uma das principais vertentes do modelo gerencial apontadas pelos R2, R4, R5 e R6 é o maior entendimento da população quanto aos seus direitos e deveres do setor público para com ela, ou seja, o aumento da cobrança por resultados, estes demonstrados em sua maioria através da apresentação de informações detalhadas, muitas vezes focada em dados quantitativos do que qualitativos.

Pela fala do R2, que trata do assunto com propriedade, reconhece-se a maior exigência tanto por parte da sociedade quanto de órgãos fiscalizadores:

Mudou bastante, acho que do que eu conheço daqui, tomando como referência a própria instituição e das minhas experiências em outros estudos e contatos com a administração pública, a gente vê que a população cobra mais do serviço público. Nós estamos recebendo, principalmente no âmbito federal e vai descendendo até o estadual e municipal, servidores mais qualificados, a qualificação do servidor cresceu bastante; bem capacitados, os órgãos de controle, o próprio MP, o tribunal de contas, as defensorias, as AGU, CGU, eles cobram do setor público resultados, isso muda realmente a postura, mas como dizem os estudiosos, a gente numa instituição pode ver os três tipos de administração pública, a patrimonial, aquelas velhas disfunções do patrimonialismo, o nepotismo, o favorecimento e a politicagem; a burocrática com uma administração ensimesmada, voltada para processos de trabalho e pouco focada no resultado e a gerencial que desde algum tempo vem ganhando espaço na agenda política; antigamente a gente via políticos prometendo muitas coisas, mas agora a gestão também faz parte do discurso, e com isso acho que a gente consegue perspectiva positiva para a administração pública e gerencialismo de forma geral.

Porém, os R4, R5 e R6 levantam o lado negativo nessa busca incessante pelos resultados, como a de implantação gradativa e não repentina de novas atividades voltadas para atingir tais objetivos. Esclarece-se melhor esse receio apresentado por alguns gestores quando R6 diz: “Eu sinto que existe uma certa deturpação por essa busca pelo resultado, que seria uma certa preocupação grande em apresentar dados, resultados, uma preocupação excessiva em relação a isso em detrimento do fazer bem feito”.



Ainda quanto a essa preocupação em fornecer números, o R5 salienta: “[...] então se eu for fazer um projeto e eu passo para a sociedade, para os fornecedores, a importância daquele projeto, porque está sendo feito, é algo mais interessante, ter essa transparência maior, não somente na divulgação de números”. E o R6 ao concordar com R5, acrescenta:

Eu sinto que o serviço público, como um todo, muitas vezes há uma criação imensa de projetos e trabalhos pra que aquilo seja listado em forma de relatório, para aparentar que estejamos fazendo muita coisa e no lugar disso deveríamos estar tentando fazer o que a gente se propõe a fazer, de uma forma mais otimizada, ou seja, se preocupar menos com números, nomes bonitos de projetos e tentar fazer o básico de uma forma mais otimizada, de forma mais efetiva.

O gerencialismo, ainda influenciado pelo sistema anterior; o burocrático, como remete Mansoldo (2009), ainda se apresenta como um dos avanços consideráveis e determinantes para o aperfeiçoamento do serviço público. A R3 enfatiza o grande significado da utilização do planejamento estratégico para o sucesso das práticas do gerencialismo. De acordo com a R3: “Não existe MP que não trabalhe com projetos... e a gente “tá” fazendo um movimento nacional para que se tenha área de processos”. Destaca a participação ativa do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) como grande incentivador do trabalho voltado para resultados, procurando nivelar a estrutura, alinhar e traçar trabalhos, de forma a todos eles atingirem o mesmo patamar de organização, destacando o MP do Rio Grande do Norte que possui uma área de planejamento estratégico, com metas, indicadores, projetos, que permitem medir o resultado alcançado.

### 5.1.3.3 Gargalos administrativos: visão do serviço público atual (GASA)

Neste último tópico houve a preocupação em mostrar como a imagem do serviço público vem se modificando, mesmo que vagarosamente, mas contínua, e com intuito de, culturalmente, mudar a visão negativa que vem imperando aos olhos da sociedade, uma concepção de um serviço excessivamente burocrático, estagnado e de descaso, contudo, essa realidade tem sido transformada, mesmo que ainda não seja de conhecimento geral.

Todos os respondentes acreditam na melhoria do serviço público e no engajamento de todos os envolvidos, como destaca a fala da R2:

Acredito que o serviço público está em um processo de formação, em uma estrada que é longa, de muitos reverses por conta do nosso sistema político, mas acredito que a tendência é de melhorar, da gente conseguir realmente que o gerencialismo se dissemine de maneira mais presente, principalmente nas organizações responsáveis pela promoção da política pública, as prefeituras, as secretarias, que padecem de uma estrutura adequada para o funcionamento, mas ainda sou mais otimista do que pessimista em relação ao serviço público de maneira geral.

O aumento da fiscalização é outro marco dessa nova fase, que exige maior controle e clareza dos gastos públicos; referente a isso o R5 cita um canal pelo qual os cidadãos têm acesso às informações orçamentárias e financeiras de um órgão público: “Está tendo um avanço no serviço público em diversas áreas, o portal da transparência é um caso, tem muita gente que se debruça sobre ele para verificar”. Essa ferramenta comprova como os meios de comunicação oferecidos pela tecnologia começam a trabalhar a favor da sociedade, que não admite mais deslizos, estes facilmente e rapidamente divulgados.

Eis que cada vez mais o comprometimento do servidor e seu engajamento em fazer o que se propõe, da melhor forma possível, torna-se a nova realidade e característica própria do âmbito público brasileiro.

## 7 CONCLUSÕES

A eficiência é um dos princípios que regem a Administração Pública, a melhor maneira encontrada de se alcançar os objetivos de um órgão que tem como obrigação atender às necessidades coletivas, encontrando pelo caminho diversas barreiras que impedem a realização de tarefas consideradas simples para quem está de fora, porém que exigem dedicação e comprometimento por parte dos envolvidos.

O estudo de caso foi realizado na Sede da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte e teve como objetivo o de analisar

como o comprometimento do servidor público pode desencadear a eficiência administrativa, considerando para isso, diversos fatores relevantes, como a divisão hierárquica e suas características, os aspectos intrínsecos e extrínsecos que influenciam o comportamento e desempenho profissional, bem como o desenvolvimento e aplicação do gerencialismo como novo conceito dado à Administração Pública.

A coleta de dados deu-se através de entrevistas realizadas na PGJ com seis gestores das unidades administrativas e posteriormente realizada a análise de conteúdo categórica, que possibilitou um diagnóstico, comparativo, do atual cenário do serviço público de forma geral e específica da PGJ.

Quanto aos objetivos específicos, houve a intenção de, primeiramente, identificar o perfil do servidor público nos dias atuais e se a conformação estrutural a qual ele está inserido satisfaz as necessidades demandadas a cada unidade, considerando inclusive aspectos como a qualificação. Constatou-se que de fato o perfil do servidor público encontrado na instituição de estudo é de alto nível, tanto quanto a qualificação, sendo a maioria pós-graduada ou até com mais de uma formação ou especialização, quanto ao comprometimento com suas funções, o que contribui para baixos níveis de rotatividade nos setores e facilita a lidar com as novas expectativas e exigências da globalização, que também atinge o âmbito público, devido ao mix de profissionais aptos a atuarem nas diversas áreas da PGJ, ressaltando a importância dos incentivos proporcionados, financeiros ou de qualificação, pela Instituição como fator de estímulo a essa grande transformação desse perfil. A estrutura também aparece como fator positivo, pois a constante reformulação, mais significativa a ocorrida de 2010 até os dias atuais, realizada pela Gestão Superior vigente, permite uma melhor divisão das tarefas, maior delegação de responsabilidades, dando maior senso de organização e controle, que são premissas para uma gestão de qualidade.

O segundo aspecto abordado refere-se ao desempenho da gestão superior quanto a fatores motivacionais e de qualificação. A motivação aparece como uma marca da atual gestão, incentivando a capacitação e proporcionando maior liberdade de atuação, de delegação das responsabilidades, o que já aparece como fator favorável ao desempenho dos servidores. No que diz respeito a qualificação, a evolução técnica é incontestável, pois cada vez mais exige-se conhecimento nas diversas áreas, capacidade técnica para

gerir uma instituição. Todavia, a falha de comunicação aparece como um dos grandes problemas a serem contornados por interferir diretamente no andamento das atividades, tornando-se uma das fortes causas que afetam a eficiência administrativa, por ocasionar transtornos, como retrabalhos na fase de abertura de um processo administrativo. Não só a gestão superior foi avaliada, mas também a auto-avaliação dos gestores entrevistados foi realizada, a fim de que os próprios gestores refletissem sobre aspectos negativos e positivos existentes na gestão destes e novamente a questão da falha de comunicação e necessidade de maior quantidade de momentos de reuniões foram pontuados como algo a ser melhorado o mais breve possível, para que se otimize as rotinas e as relações interdepartamentais. Outras problemáticas comuns a qualquer organização também foram abordadas, como excesso de demandas e horas extraordinárias.

Por último, já com a análise prévia do ambiente e das possíveis variáveis que prejudicam o desempenho profissional, procurou-se apontar de forma direta as causas da formação de gargalos, de fatores que interferem diretamente a performance dos servidores e ratificando alguns tópicos já tratados, quesitos como falhas nos métodos processuais e fator salarial aparecem como aspectos negativos, porém as gratificações e o plano de carreira aparecem como equilibrador da questão financeira que sempre é questão de insatisfação em um organização. Vale salientar que a responsabilização surge como um dos pontos a serem bem trabalhados e explorados entre os servidores, que vivenciam a adoção do gerencialismo que emprega a busca por resultados e consequentemente traz a cobrança por parte da população e da gestão superior. Conclui-se que o serviço público está em constante evolução, com servidores mais qualificados e comprometidos, engajados na mudança cultural que predominava até então no país quanto a um serviço lento e burocrático.

Diante dos resultados encontrados, apura-se que se deve atentar para as falhas apontadas, principalmente no que diz respeito à comunicação, essa que é essencial para o êxito da relação entre os gestores e seus subordinados, tal como entre os gestores e a administração superior, sendo esta indispensável para traçar e cumprir metas, chegar aos resultados. Une-se a isso, a aplicação de ferramentas de controle para acompanhar o percurso dos processos, suas fases e prazos, o aprimoramento das metodologias processuais, a divulgação conjunta dos objetivos e resultados obtidos, **não somente**

**dos quantitativos, visando assim a otimização** das rotinas não só para os agentes envolvidos diretamente no processo, bem como para mais interessada na melhoria da qualidade do serviço público, a sociedade.

## 8 REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

\_\_\_\_\_. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2009.

BERGAMINI, Cecília W. **Motivação**: uma viagem ao centro do conceito • v.1. n.2. nov. 2002 / jan. 2003. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/gvexecutivo/article/view/34822/33620>> Acesso em: 25 out. 2015.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Gestão do setor público**: Estratégias e estrutura para um novo Estado. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. Disponível em: <[http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/7562\\_Cached.pdf](http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/7562_Cached.pdf)>. Acesso em: 17 out. 2015.

MADUREIRA, César; RODRIGUES, Miguel. A Administração Pública do século XXI: Aprendizagem organizacional, mudança comportamental e reforma administrativa. **Comportamento organizacional e gestão**, v.12, n.2. Disponível em: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/cog/v12n2/v12n2a02.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2015.

MANSOLDO, Mary Cristina Neves. **Evolução histórica dos modelos administrativos da administração pública**: o princípio da eficiência no atendimento público. 2009. 61 f. Monografia (Graduação em Direito) - Universidade José do Rosário Vellano. Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <[www.arcos.org.br/download.php?codigoArquivo=193](http://www.arcos.org.br/download.php?codigoArquivo=193)>. Acesso em: 06 abr. 2015.

MARTINS, Cristiane Fortes Nunes. **O Princípio da eficiência na administração pública**. 2012. Disponível em: <<http://www.faete.edu.br/revista/artigocristiane.pdf>>. Acesso em: 03 maio 2015.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 1996.

OLIVEIRA, Dijalma de Pinho Rebouças de. **Sistemas, organização e métodos: uma abordagem gerencial**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

RIBEIRO, Elisa Antônia. **A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa. Evidência: olhares e pesquisa em saberes educacionais**. Araxá, MG, n. 04, p.129-148, maio 2008.

SANTOS, Alba Conceição Marquez dos. **A administração pública gerencial**. Faculdades Porto-Alegrenses. Porto Alegre: 2003. Disponível em: <<http://www1.seplag.rs.gov.br/upload/AdministracaoPublicaGerencial.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2015.

SILVA, Adival do Carmo. **Evolução da administração pública no Brasil e tendências de novos modelos organizacionais**. Cuiabá: Instituto Cuiabano de Ensino, 2013. Disponível em: <<http://www.ice.edu.br/TNX/storage/webdisco/2013/12/13/outros/27b4d512efbac7d37520bc37aa78cac1.pdf>>. Acesso em: 24 maio 2015.

TROSA, Sylvie. **Gestão pública por resultados: Quando o Estado se compromete**. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

# DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO: UMA ANÁLISE DOS INDICADORES DE MEDIÇÃO DE DESEMPENHO DAS EMPRESAS LISTADAS NO NOVO MERCADO DA BM&F BOVESPA

*Adriana Araújo Bezerra<sup>1</sup>*

*Lis Daiana Bessa Taveira<sup>2</sup>*

*Fabiana Lucena Bezerra de Azevedo<sup>3</sup>*

## RESUMO

As informações contidas na Demonstração de Valor Adicionado (DVA) servem como base para a realização da análise de diversos indicadores que possibilitam identificar o grau de contribuição para a riqueza de terceiros, o percentual de distribuição do valor adicionado ao Governo e outros. Tem-se como objetivo desta pesquisa verificar as informações geradas por meio dos indicadores de medição de desempenho calculados a partir da DVA das empresas que compõem o segmento Novo Mercado da BM&F Bovespa. A metodologia utilizada foi uma análise descritiva das informações extraídas da DVA, por meio de análise documental a partir das Demonstrações Contábeis publicadas no site da BM&F Bovespa. O período analisado compreendeu os anos de 2011 a 2015, e as empresas que compõem a amostra são constituídas pelas companhias listadas no setor de construção civil. Os resultados evidenciaram que as informações que podem ser extraídas da DVA são: Indicadores de participação de remuneração a capital próprio, gastos com pessoal, carga tributária, remuneração paga a terceiros. Diante de todas as empresas analisadas, foi possível verificar que as companhias com indicadores mais elevados foram a: Viver; Rossi, Gafisa e Tecnisa.

**Palavras-Chave:** Demonstração de Valor Adicionado. Indicadores- Demonstração de Valor Adicionado (DVA). Novo Mercado- BM&F BOVESPA.

**ADDED VALUE STATEMENT: AN ANALYSIS OF THE PERFORMANCE MEASUREMENT INDICATORS OF THE COMPANIES LISTED IN THE NEW MARKET OF BM&F BOVESPA**

## ABSTRACT

The information contained in the Statement of Added Value (DVA) serves as the basis for the analysis of several indicators that make it possible to identify the degree of contribution to the wealth of third parties, the percentage of distribution of added value to the Government and

1 Discente do curso de Ciências Contábeis Pela UNI/RN. E-mail: [adriana.bezerra83@gmail.com](mailto:adriana.bezerra83@gmail.com)

2 Professora Orientadora do Curso de Ciências Contábeis do UNI/RN. E-mail: [lisbessa@hotmail.com](mailto:lisbessa@hotmail.com). Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/1761300541826925>.

3 Professora Orientadora do Curso de Ciências Contábeis do UNI/RN. E-mail: [fabiana.bezerra@hotmail.com](mailto:fabiana.bezerra@hotmail.com). Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/9386836336859469>.

others. The objective of this research is to verify the information generated through the performance measurement indicators calculated from the DVA of the companies that make up the Novo Mercado segment of BM&F Bovespa. The methodology used was a descriptive analysis of the information extracted from the DVA, through documentary analysis based on the Financial Statements published on the BM&F Bovespa website. The analyzed period comprised the years 2011 to 2015, and the companies that compose the sample are constituted by the companies listed in the civil construction sector. The results showed that the information that can be extracted from the VAS are: Participation indicators of compensation to shareholders' equity, personnel expenses, tax burden, remuneration paid to third parties. In view of all the companies analyzed, it was possible to verify that the companies with the highest indicators were: Viver, Rossi, Gafisa and Tecnisa.

**Keywords:** Demonstration of Value Added. Indicators-Statement of Value Added (DVA).  
New Market - BM&F BOVESPA.



## 1 INTRODUÇÃO

Atualmente, a sociedade está cada vez mais atenta às questões de carácter ambiental e social e isso também se reflete nas demonstrações contábeis das empresas, que passaram a incorporar aspectos desta natureza, para além das tradicionais metodologias de avaliação financeira, abrangendo características resultantes da relação empresa *versus* sociedade.

As demonstrações financeiras são instrumentos de informação contábil, elaboradas e apresentadas a usuários externos em geral, e ao mesmo tempo levam em consideração suas diversas finalidades e necessidades. O principal objetivo destes relatórios é fornecer dados que sejam úteis na tomada de decisões e avaliações econômicas por parte dos utilizadores na sua totalidade, não tendo a intensão de atender casos ou necessidade específica de determinados grupos de usuários conforme apresentado no (CPC 00R1, 2011). Deste modo, é relevante destacar dentre a relação os relatórios contábeis, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

Neste contexto, a DVA é uma demonstração obrigatória para as companhias de capital aberto no Brasil de acordo com a Lei nº 11.638/07, não sendo obrigatória pelas normas internacionais de contabilidade. Esta demonstração surgiu como forma de suprir as lacunas de informações divulgadas pelo conjunto de relatórios já existentes, apresentando de forma mais estruturada a diferença entre o valor dos bens e serviços produzidos pela sociedade e o valor dos bens e serviços adquiridos de terceiros para uma produção. De acordo com Viceconti e Neves (2013, p. 453), essa demonstração tem por objetivo realçar a riqueza criada pela entidade no processo de produção de bens e serviços e a forma de distribuição dessa riqueza entre os que colaboraram para a sua formação, tais como: empregados (salários), financiadores da empresa (juros), governo (tributos e contribuições sociais) e os acionistas (Dividendos e Juros sobre Capital Próprio).

Assim, as informações contidas nesta demonstração servem como base para a realização da análise de diversos indicadores que possibilitam identificar a relação descrita acima tais como, o grau de contribuição para a riqueza de terceiros o percentual de distribuição do valor adicionado ao Governo e outros. Consonante descrito anteriormente surge a seguinte problemática: **Quais as informações que podem ser geradas por meio dos**

## **indicadores de medição de desempenho calculados a partir da DVA das empresas que compõem o segmento Novo Mercado da BM&F Bovespa?**

Este trabalho justifica-se, pois por meio da DVA é possível analisar indicadores financeiros e sociais, utilizando uma abordagem econômica, uma vez que essa demonstração evidencia a riqueza gerada pelas companhias em um dado período, servindo de base para o cálculo do Produto Interno Bruto – PIB no âmbito nacional. Arelado a isso, o trabalho é relevante, pois irá verificar o desempenho de indicadores utilizando como base a DVA em vários segmentos empresariais, analisando o desempenho por grupos.

Espera-se que esta investigação incentive outras na área acadêmica voltada para o estudo do valor adicionado. Diante do exposto, o objetivo geral desta pesquisa é o de verificar as informações que podem ser geradas por meio dos indicadores de medição de desempenho, calculados a partir da DVA das empresas que compõem o segmento Novo Mercado da BM&F Bovespa.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Demonstrações contábeis**

As Demonstrações Contábeis de acordo com o (CPC 00R1, 2011), representam um conjunto de relatórios contábil-financeiros elaborados e apresentados para usuários externos em geral observando suas finalidades distintas e necessidades diversas. Governos, órgãos reguladores ou autoridades tributárias, por exemplo, podem determinar exigências específicas para atender seus próprios interesses, desde que estas exigências não afetem as demonstrações contábeis elaboradas segundo esta Estrutura Conceitual.

Os relatórios elaborados de acordo com essa estrutura conceitual têm por objetivo fornecer informações que sejam úteis na tomada de decisões econômicas e avaliações por parte dos usuários em geral, não tendo o propósito de atender finalidade ou necessidade específica de determinados grupos de usuários (CPC 00R1, 2011).

Esses relatórios servirão para orientar o usuário da informação no momento de decidir quando comprar, manter ou vender instrumentos patrimoniais; avaliar a capacidade de a entidade pagar seus empregados e

proporcionar-lhes outros benefícios; determinar políticas tributárias; definir a distribuição de lucros e dividendos entre outros (CPC 00R1, 2011).

O (CPC 26R1, 2011) define relatórios contábeis como sendo uma representação estruturada da posição patrimonial e financeira do desempenho da entidade. O objetivo das demonstrações é proporcionar informação acerca da posição patrimonial e financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa da empresa que seja útil a um amplo número de utilizadores em suas avaliações e tomada de decisões (CPC 26R1, 2011).

## **2.2 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)**

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) começou a ser divulgada no Reino Unido, em meados dos anos 1970 segundo, (PONG; MITCHELL, 2005). No Brasil, essa demonstração passou a ser obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2008, com a promulgação da Lei n.º 11.638/07 que trouxe alterações à Lei n.º 6.404/76, tornando-se obrigatória sua elaboração e divulgação para as companhias de capital aberto, como uma parte integrante das informações contábeis divulgadas ao final de cada exercício.

O valor adicionado a que se refere o relatório representa a riqueza criada por uma entidade num determinado período de tempo que normalmente representa 1 (um) ano. Sendo assim, a soma das importâncias agregadas representa, na realidade, a soma das riquezas criadas. A necessidade de elaboração da DVA surgiu ao se perceber que através das demonstrações financeiras tradicionais não era possível saber com clareza o valor das riquezas criadas pela sociedade, bem como a sua efetiva distribuição.

Além disso, essa demonstração representa um dos elementos que compõem o Balanço Social e a sua finalidade é a de informar a riqueza gerada pela empresa, sua forma de distribuição entre os agentes que contribuíram para sua formação. O Balanço Social começou a ser elaborado, supostamente, com a necessidade de prestar informações aos funcionários e à sociedade em geral. Este novo conceito de balanço, que se preocupa muito com aspectos qualitativos, começou a ser difundida na Europa para satisfazer à necessidade dos usuários das empresas por informações de caráter social, a relação da empresa com seus colaboradores, bem como a relação desta com o ambiente no qual está inserida (CUNHA; RIBEIRO; SANTOS, 2005).

## 2.3 Indicadores de geração de riqueza

A DVA é dividida em duas partes: a primeira parte aborda a geração de riqueza, mostrando como a empresa agregou valor por meio de sua atividade econômica; e a segunda apresenta como essa riqueza está sendo distribuída entre os principais agentes econômicos relacionados à entidade. A seguir são explicados os indicadores utilizados na pesquisa.

- *Valor Adicionado/Ativo Total*

De acordo com Ribeiro e Santos (2003, p. 5), há o quociente entre o valor adicionado e o ativo total; sendo ambos uma boa unidade de medida e representa o volume de capitais aplicados na obtenção das riquezas geradas pelas empresas; as diferenças relativas à necessidade de aplicação de capitais são evidenciadas nesse quociente. Portanto é um indicador de eficiência dos investimentos em valor adicionado.

- *Valor Adicionado/Número de empregados*

Esse indicador mostra quanto cada funcionário produziu de riqueza para a empresa. Essa análise é diferente de quanto da riqueza geral foi distribuído para os empregados, pois foca na eficiência do capital humano aplicado para adicionar valor.

- *Valor Adicionado/Patrimônio líquido*

O quociente representa quanto da riqueza gerada recebem os investidores. Assim sendo, também é um indicador da eficiência do capital próprio em adicionar valor à economia.

- *Gasto com o pessoal/Valor Adicionado*

Esse quociente traz os gastos das organizações com os empregados (salários e benefícios) segundo Nobre; Mendes (2006, p. 9), que destacam que a remuneração do trabalho divide em duas partes: i) direta:

salários, férias, 13º salário e IR retido na fonte, entre outros; ii) indireta: é a remuneração que embora pertencendo ao empregado é destinada à constituição de fundos que poderão ser utilizados tanto no presente como no futuro. Nesse grupo estão os gastos que a empresa faz com FGTS, plano da previdência privada, plano de saúde, etc. Trata-se de um quociente de grande relevância, tendo em vista que o fator trabalho é um dos mais importantes dentre os indicadores macroeconômicos (RIBEIRO; SANTOS, 2003).

- *Gasto com Impostos/Valor Adicionado*

Os impostos equivalem à remuneração pela estrutura social, política e econômica que proporcionam as condições necessárias para a operação da empresa (MACHADO; MACEDO; MACHADO, 2011). É uma variável de grande relevância para o governo, mas que as empresas têm pouca discricionariedade para trabalhá-la. Representa, em última instância, a carga tributária efetiva sobre o valor bruto adicionado.

- *Gasto com remuneração de capital de terceiro/Valor Adicionado*

Esse indicador relaciona todos os valores pagos ou creditados aos financiadores, externos de capital (instituições financeiras através de juros e despesas financeiras, entidades do grupo, e os aluguéis pagos ou creditados a terceiros ou outros remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros, mesmo que originadas de franquias, *Royal tiés*, etc.).

- *Dividendos/Valor Adicionado*

Esse quociente indica a remuneração dos acionistas em relação ao valor adicionado no período. Essa análise irá dizer quanto da riqueza gerada foi destinada aos sócios. É indicador representativo de quanto de valor adicionado gerado foi destinado aos sócios e em forma de caixa, e não de retenção na entidade (ANDRADE; MARTINS, 2012).

- *Lucros Retidos/Valor Adicionado*

Esse quociente evidencia uma parte da riqueza que pertence aos acionistas, retida para reinvestir na empresa, incluindo também a participação dos minoritários. Esse indicador reflete o percentual da riqueza gerada que ficou na empresa, mas que pertence aos acionistas, e que não foi distribuída em termos de caixa (ANDRADE; MARTINS, 2012).

## **2.4 Governança corporativa (novo mercado)**

De acordo com o conceito divulgado no site do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa IBGC, a governança corporativa é o sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas.

As boas práticas de governança corporativa transformam princípios básicos em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de preservar e aperfeiçoar o valor econômico de longo prazo da organização, viabilizando seu acesso a recursos e contribuindo para a qualidade da gestão da organização, sua longevidade e o bem comum (IBGC, 2016).

## **2.5 Medições de desempenho**

Medição de desempenho é um tema muito debatido, mas difícil de ser definido por se tratar de um assunto muito amplo. Segundo (NELLY, 1998, p. 5) “um sistema de medição de desempenho admite que as decisões e ações sejam tomadas com base em informações porque ele quantifica a eficiência e eficácia das ações passadas por meio da coleta, exame, classificação, análise, interpretação e disseminação dos dados adequados”. Sendo assim, a análise das informações provenientes da DVA pode destacar o quanto a empresa ou setor agregou para a economia e os agentes beneficiados com a distribuição do valor adicionado (RIBEIRO; SANTOS, 2003).

Iudícibus et al (2010, p. 582) mencionam que as informações retiradas da DVA são importantes para:

- (i) analisar a capacidade de geração de valor e a forma de distribuição das riquezas de cada empresa;
- (ii) permitir a análise do desempenho econômico da empresa;
- (iii) auxiliar no cálculo do PIB e dos indicadores sociais;
- (iv) fornecer informações sobre os benefícios (remunerações) obtidos por cada um dos fatores de produção (trabalhadores e financiadores – acionistas ou credores) e governo;
- (v) auxiliar a empresa a informar sua contribuição na formação da riqueza à região, Estado, país etc. em que se encontra instalada.

Desta forma, é possível verificar o leque de informações de fundamental importância que esta demonstração traz para a gestão econômica governamental regional, dado que a instalação de uma empresa gasta, necessariamente, recursos públicos, por meio da implantação de infraestrutura básica, sendo necessário identificar o quanto essa empresa pode gerar de benefícios futuros, frente aos recursos que consome.

## **2.6 Estudos recentes**

Após obrigatoriedade, vários estudiosos resolveram pesquisar sobre o referido tema, como Machado; Morch; Santos; Siqueira (2009);

Tinoco; Moraes; Peleais; Claro; João (2011), estudaram sobre a carga tributária de empresas brasileiras através da demonstração do valor adicionado (DVA) – período de 2005 a 2007, com o objetivo de evidenciar, de forma transparente, o valor gerado pelas corporações, ou seja, a riqueza nova gerada a partir de sua atividade operacional e sua repartição aos segmentos beneficiários. Com esse estudo conseguiu-se identificar a existência de setores prejudicados com a imposição elevada de tributos, que são transferidos aos preços e, portanto, aos consumidores, penalizando-os, e interferindo negativamente na formação de preços, e na diminuição de investimentos e geração de empregos, de forma direta e indireta, como no preço do frete, que encarece todos os demais produtos.

No setor social, a alta carga tributária existente nos setores de alimentação, combustível (transporte), energia e telecomunicações, interferem negativamente na qualidade de vida da população, que é atingida por preços elevados em setores de necessidades básicas da sociedade.

Follmann; Paiva; Soares (2011), realizaram o estudo com o objetivo de analisar a distribuição do valor agregado, por setor de atuação, do grupo de empresas que compõem o segmento Novo Mercado do Setor de Governança Corporativa da BM&F Bovespa. Verificou-se em uma análise consolidada que em 2008 a maioria das empresas destinou a maior parte do valor adicionado gerado ao item Pessoal. Já em 2009 os itens mais representativos foram Impostos, Taxas e Contribuições. Em uma análise setorial observou-se que, tanto no exercício de 2008 quanto 2009 a maior parte dos setores teve como itens mais representativos, também os itens Impostos, Taxas e Contribuições.

Silva; Souza (2013); analisaram a DVA quanto à importância de conhecer a entidade e seu valor de contribuição na sociedade. Para isso, foi elaborada uma avaliação de lucratividade e rentabilidade através de índices financeiros.

Os autores Machado; Macedo; Machado (2015), realizaram um estudo com o objetivo de analisar a relevância do conteúdo informacional da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) no mercado de capitais brasileiro e chegaram à conclusão de que as evidências empíricas encontradas sugerem que a DVA possui conteúdo informacional relevante, pois consegue explicar a variação no preço das ações das empresas pesquisadas.

### **3 METODOLOGIA**

#### **3.1 Tipologia da pesquisa**

Para atingir o objetivo de explicar quais as informações podem ser extraídas da DVA por meio dos indicadores de geração de riqueza, utilizou-se a pesquisa descritiva que objetiva identificar, relatar, comparar e descrever as características de uma população ou um fenômeno sem a interferência do pesquisador nos resultados. Procurando



descobrir com maior exatidão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua conexão com os outros, sua natureza e características (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007).

Quanto aos procedimentos da pesquisa, se enquadram na pesquisa documental de natureza secundária, pois o levantamento bibliográfico será realizado em documentos inscritos, tais como, demonstrações contábeis- financeiras das empresas listadas no segmento de Novo Mercado da BM&F Bovespa. Na visão de CerVO; Bervian; Silva (2007), a pesquisa documental tem por objetivo analisar documentos com o propósito de descrever e comparar usos e costumes, tendências, diferenças e outras características possíveis de serem encontradas sempre na forma de papéis escritos, estejam eles impressos ou depositados em meios magnéticos ou eletrônicos. E secundários porque são colhidos em relatórios, livros, revistas, jornais e outras fontes impressas, magnéticas ou eletrônicas.

Quanto à abordagem do problema é uma pesquisa qualitativa/ quantitativa devido ao fato de envolver inicialmente dados qualitativos de análise, ou seja, de acordo com Oliveira (2011) são dados na forma verbal como os obtidos em entrevistas, discursos ou grupo focal sem a utilização de dados estatísticos e podendo sofrer diversas interpretações. Por sua vez, o método quantitativo é dado na forma de números que promove a interpretação única e apoiam-se em métodos estatísticos para comprovar ou refutar hipóteses.

### **3.2 Universo e amostra**

O universo estudado serão as empresas listadas no site da BM&F Bovespa que compõem o novo mercado; dentre estas a amostra se restringiu as empresas do setor de Construção Civil, por ser um grupo com volume considerável de empresas que pertencem ao segmento de Novo Mercado, conforme quadro 1.

**Quadro 1:** Empresas que compõem a amostra

<b>RAZÃO SOCIAL</b>	<b>SEGMENTO</b>
CR2 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A.	NM
CYRELA BRAZIL REALTY S.A.EMPREENDE E PART	NM
DIRECIONAL ENGENHARIA S.A.	NM
EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.	NM
EZ TEC EMPREENDE. E PARTICIPACOES S.A.	NM
GAFISA S.A.	NM
HELBOR EMPREENDIMENTOS S.A.	NM
JHSF PARTICIPACOES S.A.	NM
MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES S.A.	NM
PDG REALTY S.A. EMPREENDE E PARTICIPACOES	NM
RODOBENS NEGOCIOS IMOBILIARIOS S.A.	NM
ROSSI RESIDENCIAL S.A.	NM
TECNISA S.A.	NM
TRISUL S.A.	NM
VIVER INCORPORADORA E CONSTRUTORA S.A.	NM

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2016.

Relativamente à coleta e tratamento dos dados, serão baixadas às demonstrações contábeis do período de 2011 a 2015, do site da Bovespa, em seguida os dados serão inseridos no programa Microsoft Excel e reclassificados para posteriormente serem aplicados os indicadores de medida de desempenho e geração de riqueza utilizados parcialmente do trabalho de (ANDRADE; MARTINS, 2012). Expostos a seguir:

**Tabela 1:** Indicadores de geração de riqueza.

<b>Indicador</b>	<b>Embasamento teórico</b>
- Gastos com o pessoal / valor adicionado	ANDRADE e MARTINS, 2012
- Gastos com impostos / valor adicionado	ANDRADE e MARTINS, 2012
- Gastos com remuneração de capital de terceiros / valor adicionado	ANDRADE e MARTINS, 2012
- Dividendos / valor adicionado	ANDRADE e MARTINS, 2012

**Fonte:** Adaptado do trabalho de (ANDRADE; MARTINS, 2012)

## 4 ANÁLISE DOS DADOS

Analizou-se por meio dos indicadores listados anteriormente as empresas que compõem a amostra, obtendo os seguintes dados:

### 4.1 Gasto com o pessoal/valor adicionado

Este indicador mede a participação dos gastos com o pessoal em relação ao Valor adicionado pela companhia. Na formação do valor gasto com o pessoal estão contemplados os valores referentes à remuneração direta (salários, 13º salário, honorários da administração, férias, comissões, horas extras etc.), os benefícios (assistência médica, transporte, alimentação e outros) e o FGTS, representado pelos valores depositados em conta vinculada dos empregados (SANTOS; SCHMIDT, 2011). Por meio da análise deste indicador, foram obtidos os seguintes resultados, consoante tabela a seguir:

**Tabela 2:** Gasto com pessoal / Valor adicionado

EMPRESA/ANO	2011	2012	2013	2014	2015	MÉDIA
TECNISA	14%	469%	14%	16%	13%	<b>105%</b>
GAFISA	128%	37%	16%	29%	25%	<b>47%</b>
EVEN	22%	22%	27%	31%	36%	<b>28%</b>
MRV	17%	23%	30%	32%	35%	<b>27%</b>
RODOBENSIMOB	18%	14%	14%	19%	25%	<b>18%</b>
TRISUL	18%	14%	14%	19%	20%	<b>17%</b>
JHSF PART	11%	16%	12%	19%	6%	<b>13%</b>
EZTEC	9%	12%	10%	15%	13%	<b>12%</b>
HELBOR	5%	5%	6%	8%	13%	<b>7%</b>
PDG REALT	12%	-20%	27%	26%	-8%	<b>7%</b>
CR2	17%	51%	53%	-91%	-36%	<b>-1%</b>
VIVER	29%	-31%	34%	-679%	-45%	<b>-139%</b>
ROSSI RESID	27%	39%	24%	-889%	85%	<b>-143%</b>
<b>MÉDIA</b>	<b>25%</b>	<b>50%</b>	<b>22%</b>	<b>-111%</b>	<b>14%</b>	

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2016.

Com base na tabela acima, é notório que dentre as 13 (treze) empresas analisadas, a empresa Tecnisa apresentou a maior média de gastos, seguida da Gafisa e Even. Por outro lado, as empresas Rossi e Viver distribuíram um valor elevado, porém negativo, devido aos prejuízos obtidos nos anos de 2014 e 2015.

#### 4.2 Gasto com impostos / valor adicionado

Gasto com impostos inclui todos os impostos Federais, Estaduais, Municipais, taxas e contribuições pagas pela empresa. Os impostos de natureza compensatória tais como ICMS, IPI, PIS e COFINS devem ser considerados apenas os valores devidos ou já recolhidos, apresentado pela diferença entre os impostos incidentes sobre as receitas e os impostos considerados juntamente com os insumos adquiridos de terceiros (IUDÍCIBUS, et al, 2010). Assim, os gastos com tributos relacionados a este indicador são listados na tabela a seguir:

**Tabela 3:** Gasto com impostos / Valor adicionado

<b>EMPRESA/ANO</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>MÉDIA</b>
TECNISA	25%	318%	16%	19%	15%	<b>79%</b>
GAFISA	164%	34%	14%	30%	28%	<b>54%</b>
RODOBENSIMOB	39%	25%	20%	28%	41%	<b>31%</b>
TRISUL	54%	26%	21%	25%	24%	<b>30%</b>
HELBOR	27%	28%	15%	21%	29%	<b>24%</b>
JHSF PART	15%	21%	28%	26%	29%	<b>23%</b>
MRV	21%	18%	16%	16%	19%	<b>18%</b>
EVEN	0%	0%	19%	19%	23%	<b>12%</b>
EZTEC	13%	8%	10%	10%	11%	<b>10%</b>
PDG REALT	25%	-39%	31%	38%	-9%	<b>9%</b>
CR2	20%	29%	-9%	-127%	-54%	<b>-28%</b>
VIVER	28%	-18%	53%	-222%	-12%	<b>-34%</b>
ROSSI RESID	27%	27%	21%	-646%	49%	<b>-105%</b>
<b>MÉDIA</b>	<b>35%</b>	<b>37%</b>	<b>19%</b>	<b>-59%</b>	<b>15%</b>	

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2016.

A tabela 3 especifica o percentual de valor adicionado que as empresas distribuíram com impostos durante os últimos 5 (cinco) anos. Da análise efetuada, verificou-se que a empresa Rossi foi a que mais pagou impostos, e em seguida vem a Tecnisa e a Gafisa. Em todas as empresas, constata-se que os impostos Federais são os que pesam mais no que tange ao pagamento do tributo e isso impacta no desempenho da companhia afetando também a média.

### 4.3 Gasto com remuneração do capital de terceiros / valor adicionado

Este quociente representa o quanto de riqueza a empresa contribuiu para a formação da riqueza de terceiros através do pagamento de aluguéis, juros, despesas financeiras e outras. Através do cálculo do quociente citado acima, obteve-se os seguintes índices:

**Tabela 4:** Gasto com Remuneração do Capital de Terceiros / Valor adicionado

EMPRESA/ANO	2011	2012	2013	2014	2015	MÉDIA
TECNISA	14%	468%	19%	15%	14%	<b>106%</b>
GAFISA	160%	42%	22%	47%	39%	<b>62%</b>
EVEN	39%	48%	48%	43%	31%	<b>42%</b>
JHSF PART	28%	26%	16%	46%	47%	<b>32%</b>
TRISUL	58%	25%	20%	18%	28%	<b>30%</b>
PDG REALT	20%	20%	57%	102%	-61%	<b>27%</b>
CR2	40%	142%	119%	-143%	-29%	<b>26%</b>
MRV	21%	25%	27%	18%	17%	<b>22%</b>
HELBOR	5%	8%	9%	14%	30%	<b>13%</b>
RODOBENSIMOB	0%	10%	15%	12%	23%	<b>12%</b>
EZTEC	2%	1%	1%	1%	1%	<b>1%</b>
ROSSI RESID	39%	62%	49%	-1095%	306%	<b>-128%</b>
VIVER	112%	-125%	297%	-5254%	-420%	<b>-1078%</b>
<b>MÉDIA</b>	<b>41%</b>	<b>58%</b>	<b>54%</b>	<b>-475%</b>	<b>2%</b>	

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Deste indicador pode-se salientar que a companhia Viver e Rossi foram as que mais remuneraram o capital de terceiros e o valor negativo deve-se ao seu acúmulo de prejuízos ao longo dos anos últimos 5 (cinco) anos, fazendo com que a empresa não remunerasse o capital próprio e nem distribuisse dividendos. Por outro lado a empresa Tecnisa não remunerou tanto o capital de terceiros, mas conseguiu reter lucros e distribuir dividendos.

#### 4.4 Dividendos / valor adicionado

Neste indicador estão contemplados todos os valores distribuídos, pagos ou creditados aos acionistas e sócios com base no resultado do exercício, ressalvando-se os valores dos Juros sobre capital próprio transferido para a conta de reserva de lucros. É também necessário excluir deste item as participações estatutárias relativas aos acionistas da entidade (SANTOS; SCHMIDT, 2011). Segue abaixo a tabela com o percentual de quanto cada empresa destinou do valor adicionado para dividendos.

**Tabela 5:** Dividendos / Valor adicionado

<b>EMPRESA/ANO</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>MÉDIA</b>
EZTEC	18%	19%	19%	18%	18%	<b>18%</b>
TECNISA	16%	0%	15%	9%	6%	<b>9%</b>
EVEN	9%	9%	10%	9%	5%	<b>8%</b>
MRV	9%	7%	8%	8%	8%	<b>8%</b>
JHSF PART	17%	16%	3%	0%	0%	<b>7%</b>
HELBOR	21%	0%	0%	0%	0%	<b>4%</b>
TRISUL	0%	2%	6%	5%	5%	<b>4%</b>
RODOBENSIMOB	0%	0%	8%	0%	0%	<b>2%</b>
ROSSI RESID	8%	0%	0%	0%	0%	<b>2%</b>
GAFISA	0%	0%	2%	0%	2%	<b>1%</b>
CR2	0%	0%	0%	0%	0%	<b>0%</b>
PDG REALT	0%	0%	0%	0%	0%	<b>0%</b>
VIVER	0%	0%	0%	0%	0%	<b>0%</b>
<b>MÉDIA</b>	<b>8%</b>	<b>4%</b>	<b>5%</b>	<b>4%</b>	<b>3%</b>	

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2016.

Relativamente à remuneração do capital próprio, a empresa Eztec foi a que apresentou melhor desempenho, distribuindo dividendos e retendo lucros durante todos os anos analisados. Em seguida tem-se a companhia Tecnisa que só não distribuiu dividendos no ano de 2012, devido à prejuízos do período. E as empresas CR2, PDG Realt e Viver não distribuíram dividendos devido ao fato de terem acumulado prejuízo em todos os anos analisados.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta pesquisa objetivou verificar as informações geradas por meio dos indicadores de medição de desempenho calculados a partir da DVA das empresas que compõem o segmento Novo Mercado da BM&F Bovespa.

O período analisado compreendeu os anos de 2011 a 2015, as empresas que compõem a amostra são constituídas pelas companhias listadas no setor de construção civil. Os resultados evidenciaram que as informações que podem ser extraídas da DVA são: Indicadores de participação de remuneração a capital próprio, gastos com pessoal, carga tributária, remuneração paga a terceiros. Diante de todas as empresas analisadas, foi possível verificar que as companhias com indicadores mais elevados foram a: Viver, Rossi, Gafisa e Tecnisa.

Das 15 (quinze) empresas da amostra, a análise só foi efetuada sobre 13 (treze) devido à limitação de não possuírem a divulgação da DVA no ano de 2011.

No decorrer da análise foi possível verificar que a empresa Rossi foi a que mais se destacou em termos de distribuição nos três primeiros indicadores, apesar de apresentar um histórico de prejuízos acumulados nos últimos 4 (quatro) anos. O último indicador é mais afetado em decorrência dos prejuízos, onde a mesma não distribui dividendos.

Como recomendação para estudos futuros sugere-se a utilização de outros indicadores de medição de desempenho não compreendidos nesta pesquisa. É recomendável analisar outros setores e/ou segmentos diferentes, utilizando estatística para fazer uma correlação entre os indicadores e a riqueza gerada pelas companhias.

## 6 REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. E. M. C.; MARTINS, V. A. **Distribuição do valor adicionado nas empresas do setor elétrico**: uma análise fatorial. Florianópolis SC, 6 jun.2012. Disponível em: <http://congressos.anpcont.org.br/congressos-antigos/vi/images/cue%2064.pdf> Acesso em: 4 jun., 2016.

CERVO, Amado Luis; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CPC. **Pronunciamento Técnico nº. 00R1**. Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. 2011. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/>. Acesso em: 14 maio 2016.

CPC. **Pronunciamento Técnico nº. 9**. Demonstração do Valor Adicionado. 2008. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/>. Acesso em: 14 maio 2016.

CPC. **Pronunciamento Técnico nº. 26R1**. Apresentação das Demonstrações Contábeis. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/>. Acesso em: 14 de maio 2016.

CUNHA, J. V. A.; RIBEIRO, M. S.; SANTOS, A.. A Demonstração do Valor Adicionado como instrumento de mensuração da distribuição da riqueza. **Revista de Contabilidade e Finanças da USP**, São Paulo, n. 37, p.7-23, jan./abr. 2005.

Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Disponível em: <http://www.ibgc.org.br/inter.php?id=18161>. Acesso em 31 de maio 2016

IUDÍCIBUS, Sérgio; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, E. R.; SANTOS, Ariovaldo. **Manual de Contabilidade Societária**. São Paulo: Atlas, 2010.

MACHADO, M. A. V.; MACEDO, M. A. S.; MACHADO, M. R. Análise do conteúdo informacional da DVA no Mercado de Capitais Brasileiro. **Congresso de Controladoria e Contabilidade**, 11, USP, 2011.



NEELY, A. **Measuring business performance** London: The Economist Newspaper and Profile Books, 1998.

OLIVEIRA, Antônio Benedito Silva. **Métodos da pesquisa contábil**. São Paulo: Atlas, 2011.

RIBEIRO, M. S.; SANTOS, A. Avaliação das distribuidoras de energia elétrica a partir da DVA. In: Encontro brasileiro de finanças, 3, 2003, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2003.

SANTOS, José Luiz; SCHMIDT, Paulo. **Contabilidade societária**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

# A INCOMPLETUDE NA CONJUGALIDADE <sup>1</sup>

Isabela da Cruz Martins<sup>2</sup>

## RESUMO

Analisa-se o motivo pelo qual as pessoas se frustram em seus relacionamentos ao buscarem no outro o estado de completude, como se este fosse a “metade da laranja”, “a tampa da panela” ou ainda, sua “alma gêmea”. Discute-se o tema, com base na visão sistêmica do conhecimento, e tendo como estratégia de pesquisa a revisão bibliográfica, abordando-se a necessidade da completude a partir do estudo de três vertentes que retornam a momentos em que outrora fomos completos com o outro, sendo estas, a vertente da criação de Eva através da costela de Adão; o da mitologia que cita o *Andrógeno* como um ser completo com dois sexos; e o da gestação quando o bebê vive e é suprido pela mãe. Questiona-se como se dá a individualidade na conjugalidade? Por que as pessoas querem viver a conjugalidade e desprezam sua individualidade? Tem-se como objetivo de pesquisa entender o que leva as pessoas a buscarem tal plenitude e as consequências disto, sob o viés da intervenção familiar sistêmica, que, por sua vez, consiste na compreensão do todo (sistema família/sistema indivíduo) a partir de uma análise global das partes e da interação entre estas. Conclui-se que o ciúme e a dedicação total a vida a dois são considerados como certo medo insuportável de perder o parceiro, de retornar ao suposto estado de incompletude.

**Palavras-chave:** Incompletude conjugal. Conjugalidade. Individualidade conjugal. Relacionamento de casal.

## INCOMPLETUDE IN CONJUGALITY

### ABSTRACT

The reason why people get frustrated in their relationships is by analyzing the state of completeness, as if it were the “half of the orange,” “the lid of the pot,” or their “soul mate.” The topic is discussed, based on the systemic view of knowledge, and having as a research strategy the bibliographic review, addressing the need for completeness from the study of three strands that return to moments in which we were once complete with the other, being these, the aspect of the creation of Eva through the rib of Adam; the mythology that quotes Androgen as a complete being with two sexes; and that of gestation when the baby lives and is supplied by the mother. How is individuality in conjugality questioned? Why do people want to live conjugality and despise their individuality? The purpose of this research is to understand what leads people to seek such fullness and the consequences of this, under the bias of systemic family intervention, which, in turn, consists of the comprehension of the whole (family / individual system) from of an overall analysis of the parties and of the interaction between them. It is concluded that jealousy and total dedication to life for two are considered as an unbearable fear of losing the partner, of returning to the supposed state of incompleteness.

**Keywords:** Marital incompleteness. Conjugality. Marital individuality. Couple relationship.

1 TCC- Especialização em Intervenção Familiar Sistêmica do Centro Universitário do Rio Grande do Norte - UNI-RN.

2 Psicóloga clínica. Especialista em Intervenção Familiar Sistêmica - (UNI-RN).

## 1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos muito tem se falado sobre o amor. O amor é uma subjetividade que alcança a todos, seja solteiro ou casado, criança ou idoso, pessoas racionais ou emocionais, no estilo romântico ou frio. Afinal, há quem diga que nunca amou? A arte de amar nos é apresentada desde cedo, pois, assim que nascemos nos deparamos com o amor de uma mãe que tanto esperou pelo encontro com o filho.

Para Erick Fromm (1990, p.71), “O amor não é uma relação com uma pessoa específica; é uma atitude, uma orientação de caráter, que determina a relação de alguém para com o mundo como um todo”. Portanto, o amor não é compreendido como algo direcionado a um ‘objeto’ de amor, tampouco apenas um sentimento, ele é um movimento, por esta razão Georg Simmel (2006), diz que o amor não se explica, se vive, pois ele é algo que está inato, ele é o responsável pela transcendência do ser humano, acrescentando sentido e brilho à vida. Vivemos o amor uma vez que carregamos em nós o afeto, respeito e cuidado com os nossos pais, vizinhos, amigos, animais, bens materiais. O amor é algo que sou, e não algo que faço; ele não é um fazer, pois está na essência e é um estado de ser - uma conexão, uma formação de elos com outros mortais. Uma identificação que simplesmente flui de dentro para fora, independentemente de minhas intenções ou de meu esforço (JOHNSON, 1987).

Principalmente quando jovens, habita dentro de nós uma alma alimentada pela fantasia de que haverá em algum local, seja perto ou longe, um amor a nós destinado, amor este que está sendo preparado para futuramente se unir a nós, que aguarda e deseja o grande encontro mesmo sem saber quem somos.

A disseminação da ideia que o casal forma uma totalidade faz com que o casamento carregue um caráter sagrado, o que pode ser visto nos rituais das cerimônias de casamento, com promessas e juras de amor, cuidados, e de fidelidade eterna, principalmente em determinadas culturas, nas quais esses mitos vão se disseminando, acompanhados da promessa que o amor supera todas as diferenças (CARRASCO, 2003). Essa concepção faz com que adentremos no relacionamento cheio de expectativas, como se neste não pudesse haver divergência alguma, sendo, portanto, esta uma das razões pela qual não conseguimos com sabedoria passar por algumas barreiras comuns em uma relação amorosa de casal.

Prosseguindo, o autor em epígrafe ainda relata que o sentido de plenitude, de realização e recompensa em um relacionamento, vem desde as histórias de fadas, onde o desfecho gira em torno do “[...] e foram felizes para sempre!”, embora a continuidade do conto seja uma incógnita para todos nós. Sabe-se, porém, que na vida real o casamento depende de uma construção diária da relação, pois ele é composto por duas individualidades falhas, como todas as demais relações da vida; além do mais, a vida a dois envolve a todos os familiares e não só o casal em si; é uma conjugação de tempos passados e futuros, hábitos, costumes e culturas individuais que precisam se integrar, mantendo a individualidade.

Tendo como ponto de partida uma visão sistêmica do tema, complementado por uma estratégia de pesquisa bibliográfica, desenvolveremos um artigo de revisão de conjunto, para situar o estado d’arte da *“INCOMPLETUDE NA CONJUGALIDADE”*, tendo como objetivo geral compreender o que leva as pessoas a buscarem tal plenitude e as consequências disto, sob o viés da intervenção familiar sistêmica, que, por sua vez, consiste na compreensão do todo (sistema família/sistema indivíduo) a partir de uma análise global das partes em interação. Como objetivo específico, entender o que leva as pessoas a buscarem a plenitude no outro e as consequências disto, ou seja, analisar como se dá a individualidade na conjugalidade.

## **2 A BUSCA DA FELICIDADE**

Nós humanos, somos seres sociáveis e durante o fluxo da vida, precisamos da convivência com os outros. Jamais seria possível nascer e morrer sem nunca ter convivido com outro ser, pois, a vida está em constante movimento, e dentro desses movimentos estão os relacionamentos.

Relacionamo-nos com nossos vizinhos, familiares, amigos, e temos com estes vivências alegres e angustiantes, pode-se mesmo dizer que criamos nesses relacionamentos alguns legados, mas somente no relacionamento entre um casal podemos gerar o bem mais precioso, uma descendência.

Desde a infância guardamos na memória lembranças e atitudes estimuladas pelos contos de fadas assistido por nós. Aprendemos, então, que a menina formará uma imagem de apoio num outro mais forte para protegê-la, no caso um príncipe (RODRIGUES, M.; LEITE, M., FREITAS, M., 2010), e

que este encontrará sua princesa ideal. Muitas pessoas, em especial mulheres, vivem em busca de um outro que assim como nas lendas, possam desfrutar de uma linda história de amor e viver felizes para sempre.

Para Colette Dowling (1981, p.37), “as mulheres são educadas para se sentirem sempre parte de uma outra pessoa e, quando têm chance de se libertarem, assustam-se e rejeitam a oportunidade”; e segue refletindo que por mais que atualmente as mulheres tenham ganhado mais independência financeira e autonomia, no inconsciente coletivo, estas ainda carregam dentro de si o amor romântico e a busca pelo príncipe encantado, sendo a herança cultural longa e duradoura.

Já Aratangy (2009, p.78) acredita que “o desejo de proteção e segurança é inerente a todo ser humano, não é prerrogativa das mulheres, pois o desamparo e o medo da solidão fazem parte da bagagem de todos nós”, portanto, o complexo de cinderela também está ligado aos homens, pois estes também vêm nos contos de fada que os príncipes sempre encontram suas princesas, então, assim como as mulheres, esperam encontrar essa “metade da laranja”, “tampa da panela”, ou ainda “alma gêmea”. Prosseguindo, Aratangy fala ainda que “não há condição de independência ou sucesso profissional que desmintam o fato de que precisamos todos, homens e mulheres, sentir-nos amados, acolhidos e protegidos”. Porém, há uma linha muito tênue entre o querer sentir-se amado, acolhido e protegido de forma equilibrada e o querer tudo isso para sentir-se totalmente completo, colocando no outro a responsabilidade ilusória de suprir toda necessidade. Mattos (2014) fala que as pessoas possuem dentro de si uma esperança de que o outro possa complementar plenamente toda falta, anseio ou lacuna, como se na vida houvesse a possibilidade de juntamente com o outro existir um encaixe perfeito.

Vale ressaltar que muitos procuram uma pessoa que o complete a partir das competências pessoais deste outro, no intuito de compensar suas inabilidades (MATTOS, 2014); pode-se mesmo dizer que a atração entre parceiros se dá pelo que os diferencia, por aquilo que o par tem que o outro gostaria de ter (ARATANGY, 2009). Por esta razão, muito se vê em filmes americanos, como por exemplo, no filme “Ela é demais”; no qual fala sobre a formação surpreendente e imprevisível de um casal em que a garotinha *nerd* faz par com o garoto popular, e estes se dão muito bem, pois um encontra no outro aquilo que não possui como característica. Aratangy (2009,

p.106), comenta ainda que “apaixonar-se por alguém diferente pode ser um bom caminho para viver lados menos desenvolvidos da personalidade”.

Portanto, ao buscarmos nossa felicidade no outro, baseamos a procura naquilo que queremos que nosso parceiro tenha como característica física ou de personalidade. Segundo Max Weber (1974), existe um tipo ideal que criamos para determinadas análises que fazemos das coisas ou pessoas. Tal tipo ideal é uma construção teórica, um modelo abstrato e individual, que nos serve como parâmetro comparativo, pois através dele observamos certos aspectos do mundo real de forma mais clara. O autor ainda fala que o tipo ideal não se refere à realidade como um todo, pois é apenas um recorte dela, um modelo dentre vários outros elementos.

Sendo assim, o tipo ideal irá nos orientar quanto ao garoto (a) ideal, pois, a partir das características desejáveis e estabelecidas por nós, iremos eliminar ou considerar alguns possíveis parceiros. Sendo assim, o tipo ideal funciona como um guia diante da variedade de fenômenos existentes.

### 3 INCOMPLETUDE X COMPLETUDE

Vivemos em busca de uma suposta completude que nos possibilite sentir-nos inteiros. Buscamos tal completude ao gastarmos nosso dinheiro fazendo compras, ao nos movermos para saciar nossos desejos, mas, sobretudo, ao buscarmos o parceiro “ideal”.

Se nos sentimos incompletos é por que outrora fomos completos. Compreende-se que tal completude pode ser identificada em três momentos diferentes da história do homem. Sendo estes momentos:

- A) *o da criação do homem;*
- B) *o do mito da alma gêmea;*
- C) *e o da simbiose mãe-bebê.*

#### ► A) A criação do Homem

O livro de Gênesis diz “formou o Senhor Deus o homem do pó da terra, e soprou em suas narinas o fôlego da vida; e o homem foi feito alma vivente. Plantou o Senhor um jardim no Éden, do lado oriental; e pôs ali o homem que tinha formado” (2.7-8).

Deus primeiramente fez a Adão, do solo. Vendo então, a necessidade em criar um ser que pudesse auxiliar o homem. “E disse o Senhor Deus: Não é bom que o homem esteja só; far-lhe-ei uma ajudadora idônea para ele” (Gn 2.18).

Ainda no livro de Gênesis 2.19-20, Deus formou animais do campo, animais que voam e os levou a Adão, que por sua vez os nomeou, porém, diante de tanta criação ainda não se achava ajudadora idônea para o homem. Portanto, Deus na sua grandeza, bondade e criatividade, criou a mulher da seguinte forma:

Então o Senhor Deus fez cair um sono pesado sobre Adão, e este adormeceu; e tomou uma das suas costelas, e cerrou a carne em seu lugar; E da costela que o Senhor Deus tomou do homem, formou uma mulher, e trouxe-a a Adão. E disse Adão: Esta é agora osso dos meus ossos, e carne da minha carne; esta será chamada mulher, porquanto do homem foi tomada. Portanto deixará o homem o seu pai e a sua mãe, e apegar-se-á à sua mulher, e serão ambos uma carne. E ambos estavam nus, o homem e a sua mulher; e não se envergonhavam (Gn 2.21-25).

Deus criou Eva durante um profundo repouso de Adão. O Criador foi o primeiro feitor de uma cirurgia na história humana, pois Eva, como relata a passagem acima, foi criada através da costela de Adão. Portanto, tal criação do feminino tem origem no osso de um homem. Onde outrora este osso esteve na costela de Adão, mas agora se fez vida, vida nova.

O significado que há por trás da criação da mulher ter sido através da costela, se dá no sentido de que a costela, biologicamente falando, tem a função de proteger os órgãos vitais, como por exemplo, o coração e os pulmões. Ela se liga a coluna vertebral, e a medula óssea, que por sua vez, é a produtora de sangue. Com isso, entende-se que sangue representa vida, portanto, Eva complementava a vida de Adão. Ela era seu sangue, sua carne, sua necessidade vital. Ela, sendo costela, teria a função amorosa de envolver/abraçar o viver e o respirar de Adão, ou seja, o coração e o pulmão.

O livro de Efésios 5.23-31 relata que a mulher é carne da carne do homem:

Assim devem os maridos amar as suas próprias mulheres, como a seus próprios corpos. Quem ama a sua mulher, ama-se a si mesmo. Porque nunca ninguém odiou a sua própria carne; antes a alimenta e sustenta, como também o Senhor à igreja; Porque somos membros do seu corpo, da sua carne, e dos seus ossos. Por isso deixará o homem seu pai e sua mãe, e se unirá a sua mulher; e serão dois numa carne. Grande é este mistério; digo-o, porém, a respeito de Cristo e da igreja.

Com base nessas passagens bíblicas ressaltando a dependência do corpo da mulher ao corpo do homem, as igrejas como um todo, e as demais instituições sociais, foram ao longo dos tempos, tentando incutir a subordinação da mulher ao homem enquanto casal, ao qual lhe deve obediência, ao lado do que também precisa deste para ser completa; que a autoridade, “a cabeça” do casal está com o homem, e assim foram se formando as leis e os costumes sociais, a conformação das famílias, em especial os regimes patriarcais, como pensa Freyre (1987) ao descrever a família patriarcal colonial brasileira como uma família extensa, chefiada por um patriarca, o homem da casa, detentor de poder sobre esposa, filhos, agregados e escravos, reforçando essa dependência. Por sua vez, a Bíblia relata que ao casarem – ou seja, ao consumirem o ato sexual, o homem e a mulher, perante o Senhor, se tornam um só, pois seus corpos se unem retornando para a condição de um só ser.

#### ► B) O mito da alma gêmea

A mitologia surge a partir da curiosidade e necessidade que os gregos tinham de explicar a origem da vida e os problemas da existência. Portanto, os mitos são tentativas de reflexão que busca explicar os fenômenos da natureza e experiências comuns ao gênero humano de maneira simbólica, ou seja, são histórias originadas da alma coletiva dos seres humanos, o que por sua vez, muito se difere de uma mentira ou de um conto de fadas. Segundo Novaski (1988, p. 93), “para a razão, o mito, na acepção que aqui adotamos, não é ficção, engano, e falsidade; é, isto sim, um modo de falar, ver e sentir dimensões da realidade inatingíveis racionalmente, dando-lhes significado e consistência”.

Jean Cirillo (2014), afirma que as garotas são envolvidas pelos filmes de Hollywood que assistem, pelos contos de fada contados antes de dormir,



pelas conversas das pessoas de que existe alguém direcionado para nós, como diz o termo “feitos um para o outro”. Essas são experiências que alimentam ainda mais o desejo existente de achar nossa alma gêmea. Por isso que ao irmos a um encontro simplesmente esperamos o êxtase, esperamos o sentimento de prazer e que aquela seja a pessoa ideal, que seja de fato a pessoa que carrega consigo todas as características que desejamos em um par, ou seja, como vimos na teoria de Max Weber, que vá de encontro com o tipo ideal estabelecido e construído por nós. Tanto é que qualquer mínimo detalhe que confere ao tipo ideal – seja uma semelhança de gosto ao escolher a comida no cardápio, por exemplo -, já pensamos ser um sinal, uma confirmação divina; e ao contrário, se a situação se inclina para direita ou para esquerda, indo contra o tipo ideal, nos faz pensar “será mesmo que é nele que devo investir?”, isso ocorre porque não admitimos que nossa alma gêmea tenha algo desconforme, pois buscamos a sensação de completude.

O mito da alma gêmea é criado pelo filósofo grego Platão (428-348 ou 427-347 a.C.), em sua obra O Banquete, na qual ele reproduz o relato sobre o ser Andrógino, feito pelo mais famoso comediógrafo grego Aristófanes (450-388 a.C.). No relato (PLATÃO, 1991), Aristófanes afirma que no início dos tempos os homens eram dotados de duas cabeças, quatro braços e quatro pernas, eram seres completos, esféricos, vigorosos e fortes, nomeados de Andrógino – do grego *andros* que significa homem viril, aquele que fecunda, o macho; e *gynos*, mulher, fêmea. Por dar luz a si próprio, este ser era considerado quase perfeito, completo e fecundo, ele bastava-se a si mesmo.

O andrógino, por ser dois em um (homem e mulher), com duas cabeças e quatro membros (perna e braço), era um ser bem desenvolvido, que possuía um movimento muito rápido para se deslocar; achava-se autosuficiente e, por isso, decidiu subir aos céus e lutar contra os deuses a fim de destroná-los para ocupar seus lugares. Porém, a batalha foi vencida pelos deuses, e Zeus, chefe de todos os deuses, irado com a atitude dos andróginos resolve puni-los pela rebeldia, partindo-os ao meio com uma espada. Por esta razão, o ser dividido e caído em desespero saiu à busca da sua metade, sem a qual não suportaria viver (PLATÃO, 1991).

Por esta razão nós, humanos, divididos pela espada de Zeus, fomos desde os primórdios condenados a buscar nossa outra metade ao sentirmos que há algo em nós que está em falta, causando um vazio. Um dia fomos

inteiros, um ser pleno e completo, mas com o corte tornamo-nos algo novo, saudosos desse ser. A saudade de uma parte de nós que um dia foi perdida e que por isso nos traz angústia.

Diante disso, vivemos a procura do afeto e do abraço ideal, a fim de sentirmos outra vez, mesmo que por um curto espaço de tempo, a sensação da plenitude que tivemos um dia, pois, nossa alma jamais se sentirá inteiramente saciada, visto que o nosso anseio nunca chegará a ser completamente satisfeito. Com isso, de uma breve recordação da união perfeita renasce a saudade, saudade da completude. Retomando Aratangy (2009, p.32), ainda hoje refletimos a dor do corte de Zeus, visto que continuamos a incessante busca:

A ideia sobrevive até nossos dias, praticamente sem transformações: continuamos a acreditar que existe um outro que nos completa, sem o qual permanecemos como inválidos, incapazes de dar conta de nossa fragilidade. Assim ainda consideramos que o parceiro ideal é a metade que compensa e corrige nossa humana imperfeição. A “cara-metade” (ou seja, a querida metade que me falta) ou a “outra metade da minha laranja” são expressões que refletem a função do parceiro como o encaixe perfeito que completa e equilibra o conjunto, e lhe dá forma.

### ► C) Simbiose

Certamente para estarmos onde estamos, absolutamente todos nós passamos por um mesmo local: o útero. Há uma representação muito singela desse momento único de abrigo e aconchego na barriga da mãe. Fromm (1990) relata que esta relação entre a mãe grávida e o feto é denominada de união simbiótica, na qual ambos “vivem” juntos, representando dois em um, pois, compartilham do mesmo respirar, do mesmo sangue. O feto é de certo modo parte da mãe, esta, por sua vez, é literalmente o seu mundo, ela é quem o protege e alimenta. Gikovate (2006, 11), diz que a simbiose é “a mais primitiva e singela manifestação do complexo fenômeno amoroso: uma sensação de completude que deriva de um estado vivenciado como fusão com outro ser humano”.

A busca incansável desse amor que acolhe, protege, abriga e completa se dá, segundo Aratangy (2009), por conta do sentimento de solidão e

desamparo resultantes do corte do cordão umbilical, que demarca as fronteiras e os limites do eu, nos tornando eternos rastreadores do aconchego perdido. Antes éramos supridos pela mãe, mas ao nascermos e nos separarmos da mãe, sentimo-nos ameaçados, pois dela precisamos e dependemos, com isso, buscamos através da aproximação física da mãe consolar a dor da ruptura, da incompletude (GIKOVATE, 2006). Por isso é tão confortável e agradável estar no colo da mãe, pois nela, ou melhor, dentro dela, encontramos nosso porto seguro. Estar nesse colo que ampara é como se voltássemos para o lugar do qual viemos.

Abordando essa relação simbiótica, reafirma-se que “o amor é uma lembrança, uma reminiscência de completude de que o umbigo dá testemunho” (ARANTANGY, 2009, p.21), ou seja, o umbigo é a marca que carregamos como confirmação de uma união extrema. Portanto, toda relação amorosa é espelhada na nessa união, pois, assim como vimos na simbiose, Fromm (1990, p.43) diz que “no amor, ocorre o paradoxo de que dois seres sejam um e, contudo, permaneçam dois”, sendo reafirmado por Gikovate (2006), que o fenômeno amoroso tem relação com a simbiose, que a palavra “amor” tenha se originado desse sentimento que relaciona mãe e filho.

Na sequência, Gikovate (2008), em sua obra *Uma história de amor com final feliz*, relata que nosso primeiro registro cerebral é a sensação de completude vivenciada dentro do ventre de nossas mães, e que isto de certa forma é bastante problemático para nós, uma vez que o teremos sempre como parâmetro comparativo em nossos futuros relacionamentos, porém estes nunca alcançaram tal sensação de forma constante e completa.

A experiência da simbiose nos condena a procurarmos no outro esse lugar de proteção que fora perdido, mas, em contrapartida, por conta desta experiência carregamos uma resistência no que diz respeito a entrega amorosa, pois temos medo do apego ser seguido por uma nova perda (ARATANGY, 2009), ao mesmo tempo que queremos nos sentir completos novamente, temos o receio de haver uma ruptura que quebre tudo o que reconstruímos; por isso algumas pessoas optam por nem se relacionar, já outras não desistem da busca da completude, mesmo que haja constantes rupturas e divisões, pois não suportam o fato de estarem “pela metade”.

A sensação de que somos uma parte e não o todo, sempre existirá dentro de nós, pois quando éramos bebê dependíamos da nossa mãe e não

nos víamos ainda como indivíduos formados (GIKOVATE, 2008), porém mesmo que crescamos e nasçamos psicologicamente, ou seja, ganhemos autonomia e entendimento de quem somos, ainda assim existirá a necessidade e sensação de refazer a simbiose para que nos sintamos completos, pois quando estamos entretidos com nossas ocupações ficamos bem conosco, mas quando estamos com a mente desocupada, o vazio deixado pela outra metade entra em cena.

#### 4 O AMOR ROMÂNTICO

A busca pela plenitude, sentido de vida e êxtase se dá pelo pensamento do amor romântico em nós enraizado, como pensa Johnson (1987), pois, para esse autor, estamos habituados a conviver com as ideias e crenças do amor romântico, portanto, o consideramos e vemos como a forma única de amor que possa gerar um relacionamento verdadeiro.

O amor romântico não significa apenas amar alguém; significa “estar apaixonado”. Este é um fenômeno psicológico muito peculiar. Quando estamos “apaixonados”, acreditamos ter encontrado o verdadeiro sentido da vida revelado num outro ser humano. Sentimos que finalmente nos completamos, que encontramos as partes que nos faltavam. A vida, de repente, parece ter atingido uma plenitude, uma vibração sobre humana, que nos ergue acima do plano comum da existência. Para nós, estes são os sinais seguros do “amor verdadeiro” (JOHNSON 1987, p.14).

Ao considerar em sua obra “*Amor romântico: isto existe?*”, Geruza (2010, p.37), diferencia “o amor apaixonado do amor romântico”, afirmando que neste “predomina o amor sublime em vez do fogo sexual”, embora também abranja a sexualidade; portanto, no amor romântico são as qualidades de caráter que prevalecem distinguindo a outra pessoa como especial, já o amor apaixonado inclui as compulsões sexuais-eróticas, onde a emoção se sobressai da razão. Por esta razão o amor sublime e racional provoca em nós a temível possibilidade da perda do amado, confirmando o que Gikovate (2006, p.11) relata ao falar que “o amor romântico é, talvez, o modo mais ciumento e possessivo de amar, apesar de ser uma adorável

experiência e um ótimo remédio – paliativo – para nossa condição de desamparados”, pois, por sermos sedentos pela completude e pelo amparo, necessitamos nos sentir constantemente apoderados do outro para que a insegurança seja em parte substituída pela segurança no relacionamento.

Antigamente, em um relacionamento conjugal não havia sentimento amoroso, muito menos escolhas próprias, o parceiro era escolhido pelos pais conforme sua condição financeira e o histórico familiar. Pouco se falava no amor, este só surgiu e foi levado em conta muito depois, e em meio a isto veio a possibilidade de escolha do par, sendo “o amor romântico, mais do que nunca, considerado a única base legítima para o casamento” (ARATANGY, 2009, p.58). Portanto, esta concepção nos traz uma maior responsabilidade na escolha do parceiro, aumentando o peso sobre os casais, pois estes possuem a esperança de que na relação conjugal todos os seus sonhos e fantasias sejam realizados. Mas essa idealização da relação conjugal é exatamente uma das portas de entrada para muitas frustrações (ARATANGY, 2009) da vida a dois, composta de pessoas e situações com suas falhas, especialmente porque o amor romântico, associado à auto-realização e à autonomia, afasta os indivíduos das relações familiares e sociais, assim, estabelecendo com mais clareza a esfera do relacionamento conjugal (GIDDENS 1992), que passa a ser mais priorizado e valorizado, desnudando o vazio existente, por vezes desconhecido, que não pode ser preenchido por este ser que veio para somar, para transformar o indivíduo fragmentado em indivíduo “inteiro”.

## **5 INDIVIDUALIDADE NA CONJUGALIDADE**

Os primeiros passos para uma família ocorrem quando um casal se escolhe e decide se relacionar, entretanto para entender esta família, faz-se necessário ir além da escolha do casal, ampliando o olhar para o casal de pais dos parceiros, para se compreender melhor a formação conjugal. Inevitavelmente há um elenco de pessoas e de relações por trás das nossas ações e decisões quanto a escolha do parceiro, porém precisamos assumir essa responsabilidade como nossa, visto que “o processo de escolha amorosa influencia e é influenciado pela família de origem” (CARRASCO, 2003, p. 45).

Tornar-se parceiro de outro pode parecer embaraçoso, pois é ser dois sendo um, visto que um casal comporta duas histórias de vida, dois desejos, dois projetos de vida, duas inserções e percepções do mundo, diferentes costumes advindos da família de origem que, na relação amorosa, convivem com uma conjugalidade. Esta por sua vez, se refere a vida a dois, a convivência entre duas pessoas que se relacionam e compartilham sua individualidade. Tal conjugalidade é resultado de uma nova identidade formada por ambos, que define a existência conjugal e determina seus limites, e também diz respeito ao projeto de vida conjugal, ao desejo conjunto e a história de vida do casal. Com base nesta visão, Caillé (1991), afirma que no casamento um e um são três, ou seja, duas individualidades e uma conjugalidade. Diante disto, identifica-se que existem casais que vivem mais a individualidade, casais que vivem mais a conjugalidade e tem os que com sabedoria conseguem equilibrar os dois extremos.

A efetivação de um processo de individualização e de separação que se inicia no seio da família de origem, é, para cada membro de um casal, a representação do casamento (CARTER e MCGOLDRICK, 1995), no qual se solidifica, enquanto subsistema casal, ao buscarmos maior aproximação com o outro e nos debruçarmos diante de uma nova identidade familiar, composta pela fusão de duas histórias familiares, e, conseqüentemente nos afastarmos de nossa família de origem. Portanto, existe na formação de um casal, um dilema básico revelado quando os cônjuges se conscientizam que precisam dispensar determinados laços no sistema familiar de origem e, concomitante a isso, criar outros. Segundo a afirmativa dos autores Nagy, Spark (1983) e Costa (1997), o casal vive o conflito entre a lealdade à família constituída e à sua família de origem.

Com isso, uma das características do casamento é a transformação de uma união que antes era privada, para a união formal de dois sistemas complexos, pois, “a escolha conjugal é o ponto de intersecção de duas histórias familiares, onde presente e futuro são baseados em expectativas e exigências de gerações precedentes” (CARRASCO, 2003, p. 49). A capacidade de cada membro negociar a transição para a condição de casal está plenamente interligada aos padrões familiares (MCGOLDRICK, 1989). Portanto, entende-se que as questões mal resolvidas de um parceiro com sua própria família, possivelmente será um fator importante na escolha

conjugal, interferindo também no estabelecimento de um equilíbrio conjugal, como pode ser exemplo, se um rapaz possui uma família disfuncional, provavelmente ele irá buscar uma garota que tenha uma família funcional e saudável, no intuito de tapar um buraco existente em sua família de origem. Portanto, as famílias de origem com experiências mal resolvidas possivelmente levam para a parceria, a difícil individualidade; já os indivíduos de famílias de origem bem resolvidas, levam a individualidade, singularidade e autonomia.

Ainda que atualmente o casamento tenha se tornado uma relação mais flexível e descartável, percebe-se que muitos ainda procuram sua “alma gêmea”, vivem em busca da sua outra metade e depositam neste outro ser todas as suas expectativas de uma vida melhor e mais plena. No entanto, ao se iniciar um relacionamento com essa perspectiva, nota-se que, devido à tamanha expectativa, há muito investimento na conjugalidade, e a individualidade, por sua vez, termina ficando esquecida.

Esse investimento na conjugalidade também é justificado quando, segundo Aratangy (2009), retrocedemos ao início de tudo e refletimos sobre o fato de o bebê humano nascer prematuro - pois ainda não está pronto para enfrentar o mundo, o que implica em um período de absoluta dependência do outro. Na visão biológica entendemos ser necessária tal antecipação do nascimento, visto que é preciso que haja um espaço não calcificado em sua parte superior da calota craniana para que o bebê possa passar pelo estreito canal do parto. Portanto, a demanda da dependência se torna para nós uma linguagem de afeto, que nos faz muitas vezes associar o “depende” com o “amar”.

É na adolescência que o jovem testifica até que ponto essas duas palavras (depende e amar) estão interligadas e se é possível ser amado mesmo quando se é independente, pois esta é a fase em que o jovem busca sua independência e experimenta novas aventuras, com isso, atenua-se as divergências e surge o confronto, prossegue Aratangy (2009). Se o retorno desse movimento for negativo, certamente o jovem terá dificuldade em uma relação amorosa futura, pois como diz a autora, ele subentende que para manter o afeto dos pais ele terá que abrir mão de seus desejos/ideias, e carregará isso para os vínculos que formar quando adulto, se anulando por conta de uma relação; ou para não perder a liberdade tenta ao máximo fugir de uma entrega amorosa.

Por isso é importante em uma relação amorosa, analisarmos como foi a relação daquela pessoa com os pais enquanto bebê-criança-adolescente, pois estas nossas vivências demarcam nosso comportamento frente a um relacionamento. Costa e Katz (1992, p.27) falam que mesmo um casamento bem sucedido nunca deixará de representar uma tentativa de repetição de experiências e conflitos infantis, o que é reafirmado por Carrasco (2003), quando reafirma que a família exerce influências sobre o relacionamento do casal, pois dela são perpassadas atitudes, expectativas, conceitos funcionais e disfuncionais desempenhados pelos filhos em suas experiências pessoais.

A grande maioria de nós conhece uma ou duas pessoas que abriram mão da sua individualidade, seus gostos, desejos, amigos e até familiares em prol de um relacionamento. Tudo isso para além de agradar o parceiro, segurá-lo na relação, e, como diz Aratangy (2009), para conseqüentemente nos sentirmos amados e prolongarmos a fantasia de completude, de que o outro é a nossa tão buscada “alma gêmea”.

De modo geral, essas renúncias costumam ser unilaterais, ou seja, o companheiro continua a desenvolver seus próprios interesses e gostos, enquanto o outro se anula para realizar os desejos do parceiro. Essa é uma dinâmica que instala uma assimetria no relacionamento, afetando-o. Na maioria das vezes a renúncia é feita pelas mulheres, pois ainda que a mulher tenha conquistado reconhecimento e espaço, nossa cultura favorece que ela viva em função da vida do marido (ARATANGY, 2009).

Há casais que terminam o relacionamento, pois se vêm casado com uma pessoa completamente diferente daquela que havia se apaixonado. No caso, ao anular sua individualidade (vida própria, interesses e amigos), anula-se também o encanto que o parceiro tinha pela mesma, pois ele se depara com uma pessoa sem vida própria, sem identidade, e então, ele já não sabe mais com quem está casado. Aratangy (2009, p.141) diz que “quem abdica de seu reino para seguir o outro perde os atributos pelos quais se fazia reconhecer e amar”. Por esta razão, Mattos (2014), pontua que é plausível e até mesmo indicado, que haja parceria e complementaridade no relacionamento, que este seja formado a partir da individualidade de ambos, e não apenas a partir das características pessoais de apenas um.

Em contrapartida, também existem casais nos quais ambos os parceiros investem demasiadamente na relação, e numa tentativa de confirmar



o mito de que são feitos um para o outro, tendem a negar as diferenças e a valorizar e reforçar as afinidades. Segundo Aratanga (2009, p.99), isto se chama “síndrome do juntismo”, pois funciona somente em ordem unida: os parceiros expressam sempre os mesmos desejos e interesses, incapazes de tolerar qualquer divergência de gostos ou opiniões”. Porém, dentro da relação amorosa é importante que haja o equilíbrio para que as pessoas possam verdadeiramente ser felizes e para que o relacionamento não se desgaste.

Quando se tem muita expectativa no outro, em ser completado, percebe-se que há total dedicação ao relacionamento para que este perdure juntamente a sensação de completude. Porém, junto à dedicação extrema da conjugalidade, surge o ciúme, que é justamente o medo de perder o outro e retornar a insuportável condição de metade. De acordo com Gikovate (2006), as pessoas que sentem ciúme com mais frequência, não são, como regra, as que mais intensamente amam, mas as que mais temem perder o parceiro. Neste caso, a paz fica ligeiramente comprometida por este medo, pois parece impossível viver sem este outro. As pessoas esquecem que antes tinham vida, e que sem o amado com certeza ainda a terá. Aratanga (2009, p.86) diz que “a dor pela ruptura do vínculo amoroso, soma-se a dificuldade em abdicar da crença numa relação idealizada, em que cada parceiro se imaginava capaz de suprir todos os desejos e necessidades do outro”.

Muitas são as definições de ciúmes, porém todas elas carregam os mesmos elementos, sendo estes: uma reação frente a uma suposta ameaça percebida, uma reação que visa exterminar os riscos da perda do amado e a possibilidade de haver um rival real ou imaginário. Ferreira-Santos (2003), em sua obra “*Ciúme: o medo da perda*” define o ciúme como um sentimento de apreensão que alimentamos, relacionado à possibilidade de sermos menosprezados, rejeitados, abandonados, esquecidos ou de haver uma infidelidade na relação. Com ele vem o medo da solidão por conta do abandono, e o receio de não sermos mais amados e importantes, de não possuímos ou sermos donos de alguém. Para Rosset (2004) ele é compreendido como uma série de emoções provocadas por sentimentos de amedrontamento, que colocam em prova a estabilidade e qualidade de um relacionamento. O autor prossegue relatando, que uma relação saudável e leve é aquela em que cada indivíduo tem a sua própria identidade e deseja fazer o bem à pessoa amada, fazê-la feliz, sem com isso esperar recompensa.

Reforçando toda essa exigência de completude individual, na vida de conjugalidade, a sociedade exige sempre que nos casemos e que tenhamos filhos. Isso se dá, tanto na população como um todo como nas famílias individualmente. É o que sempre percebemos quando um indivíduo se encontra com a família e é questionado pelos tios (as), avôs (ós) sobre um namorado ou quando irá casar. Desse modo, além da necessidade de se cumprir esta meta imposta pela sociedade e pelos familiares, o indivíduo também se cobra quanto a isso devido sua necessidade de “completude”, levando mesmo alguns casais a se sentirem na obrigação de mostrar que possuem um relacionamento maravilhoso, de exibir uma imagem de perfeição, como se precisasse provar a todos que foram capazes de construir um casamento sólido e feliz; e atualmente, nessa sociedade líquida e das relações virtuais, passarem o tempo postando fotos e declarações como dois pombinhos que vivem felizes e aproveitam a vida (ARATANGY, 2009). Mas, por outro lado, há casais que fazem isto para provar para si, e principalmente para o parceiro, que a relação vai bem e que de fato nasceram um para o outro, tudo isso para que a fantasia criada não venha a ser destruída e a suposta incompletude não ressurja.

A felicidade conjugal e a harmonia da família tornaram-se atestados de que o parceiro foi bem escolhido e de que o casal é suficientemente sábio e amadurecido para conservar o vínculo. Surge daí uma ansiedade nova: marido e mulher procuram demonstrar ao mundo o sucesso da relação, por meio de provas materiais e simbólicas: a casa bonita e sempre em ordem, os filhos bem vestidos e com boas notas [...], provando ser uma boa companhia para si mesmo, e certamente mais interessante ainda para os outros (ARATANGY, 2009, p.23; 101).

Entretanto é interessante que cada um de nós identifique características e gostos que dizem respeito a nós mesmos, e que venhamos a praticá-las seja enquanto solteiros ou casados, pois, uma individualidade bem vivida acarreta uma conjugalidade mais leve e prazerosa.

Certamente é importante que haja qualidade em todas as relações pessoais, mas especialmente na relação do casal – relações casal/família da esposa, relações casal/família do marido, relação casal entre si, de forma

equilibrada, para que não haja no casamento afastamentos antes importantes para cada ser, trazendo desconforto para um dos parceiros, ou para ambos. Obviamente, como afirma Singly (1993), enquanto for prazerosa e “útil” para os cônjuges, a relação conjugal se manterá, portanto, é interessante prezar pelo equilíbrio das relações, visto que valorizar os espaços individuais significa, muitas vezes, fragilizar os espaços conjugais, assim como fortalecer a conjugalidade demanda, quase sempre, ceder diante das individualidades.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa bibliográfica realizada neste trabalho nos faz compreender que os parceiros que carregam consigo a fantasia de completude, predestinação e perfeição, registradas na lembrança do modelo primordial (criação do homem, mito da alma gêmea e simbiose mãe-bebê), nos filmes e desenhos assistidos quando criança, possivelmente viverão um relacionamento regado de insegurança e frustração, pois dentro da realidade, sabemos que somos humanos, logo, somos falhos, então, dentro de um relacionamento de pessoas falhas, este não poderá ser diferente. A fantasia de completude nos leva a acreditar que há uma cara metade, um ser que nasceu especialmente para cada um de nós, e ao andarmos sobre essa fantasia, esperamos que o relacionamento seja perfeito, sem conflitos e dificuldades, mas ao nos depararmos com o primeiro problema, devido a fantasia, não conseguimos ser resilientes e vivemos de frustração, ou sofrendo pela realidade diferente da imaginada, ou nos anulando para fazer a vontade do outro e não correr o risco de ter que declarar diante da sociedade e para si mesmo, o insucesso da tão sonhada conjugalidade.

Com base nas leituras, compreende-se que a busca incessante pela cara metade e a expectativa posta nela, provavelmente levará o casal a investir demasiadamente na conjugalidade, o que, por sua vez, levará a dependência e ao ciúme, devido ao medo da perda do grande amado. É necessário, portanto, que o casal abra mão da tal idealização impregnada em suas mentes para que não sejam condenados a sofrer, e que assim haja o equilíbrio entre os dois pólos individualidade/conjugalidade, para que dessa forma na relação não se perca o sentido da união e nem a identidade própria de cada membro, na qual o parceiro fora atraído.

A conjugalidade precisa ser o resultado da soma de talentos, habilidades, gostos e forças do casal, pois ela deve corresponder a duas vidas, a duas histórias e particularidades, e não apenas a uma. É importante que os parceiros tenham conhecimento da sua incompletude e a assumam ao lado de outra incompletude, reconhecendo que isto faz parte da experiência amorosa, para então viverem sem totais expectativas, e evitarem acusações e frustrações quando, no meio da caminhada a dois, ainda perceberem um vazio e insatisfação. Com isso, o caminho ideal para a felicidade de um casal seria primeiramente o da mudança interna, ou seja, da conscientização de que devemos olhar para o outro conforme o que ele realmente é, e não como nosso eu deseja que ele seja, pois assim o casal se tornará resiliente diante das dificuldades e construirá juntos maneiras de vivificar a relação conjugal.

Vale ressaltar que a frustração não pode ser inibida de nossas vidas, não conseguiríamos viver sem ela, pois ela é parte integrante de nossa vida, portanto, nossa essência humana não pode ser completa, até por que se vivêssemos em constante plenitude nossa vida se assemelharia com a morte, ou seja, sem movimentos que geram ações e reflexões; porém a condição de estar vivo implica em constantemente modificar-se, sendo o eu de hoje diferente do eu de ontem, configurando a cada vivência novos cenários.

## 7 REFERÊNCIAS

ARATANGY, L. **O anel que tu me deste**: o casamento no divã. São Paulo: Ed. Primavera, 2009.

BÍBLIA. Português. **A Bíblia da Mulher**: leitura, devocional e estudo. Tradução de Almeida. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2009. cap.2: O livro de Gênesis; cap.5: O livro de Efésios.

CAILLE, Philippe. **Um e um são três**: o casal se auto revela. São Paulo: Ed. Summus, 1994.

CARRASCO, L.K. **Por que casamos, com quem casamos?** Porto Alegre: EdPUCRs, 2003.

- CARTER, B. e MCGOLDRICK, M. **As mudanças no ciclo de vida familiar:** uma estrutura para a terapia familiar. Porto Alegre. Artes Médicas, 1995.
- CIRILLO, Jean. **O mito da alma gêmea.** Trad. Silvia Pomanti. São Paulo: Ed. Gente, 2014.
- COSTA, P. G., KATZ, G. **Dinâmica das relações conjugais.** Porto Alegre, Artes Médicas, 1992.
- DOWLING, Colette. **Complexo de Cinderela.** Trad. Amarylis Eugênia F. Miazzi. 43. ed. São Paulo, 1981.
- FERREIRA-SANTOS, E. **Ciúme:** o medo da perda. São Paulo: Claridade, 2003.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala:** formação da família brasileira sob o regime de economia rural. 25. ed. Rio de Janeiro: Jorge Olympio, 1987.
- FROMM, Erich. **A arte de amar.** Tradução de Milton Amado. Belo Horizonte: Itatiaia, 1990.
- GERUZA, S. **Amor romântico: isto existe?** do mito a realidade pós-moderna. São Paulo: Ed. Fonte, 2010.
- GIDDENS, A. **A Transformação da intimidade:** sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo, UNESP, 1992.
- GIKOVATE, Flávio. **Ensaio sobre o amor e a solidão.** 6. ed. São Paulo: Ed.MG, 2006.
- GIKOVATE, Flávio. **Uma história de amor...com final feliz.** São Paulo: Ed. MG, 2008.
- JOHNSON, Robert A. **WE: a chave da psicologia do amor romântico.** São Paulo: Mercuryo, 1987.

- MATTOS, Frederico. **Relacionamento para leigos**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2014.
- NAGY, I. B. e SPARK G. M., **Lealdades invisibles**. Buenos Aires. Amorrortu, 1983.
- NOVASKI, Augusto. Mito e racionalidade filosófica. In: MORAIS, Regis (Org.). **As razões do mito**. Campinas, SP: Papirus, 1988. p.93.
- PLATÃO. **O banquete**. 5. ed. Trad. José Cavalcante de Souza. Rio de Janeiro: Ed. Nova Cultura, 1991.
- RODRIGUES, Maria das Graças Alves; LEITE, Maria do Rosário Silva; FREITAS, Mauriene Silva de. O estudo etnográfico do discurso adolescente: em busca do príncipe encantado contemporâneo sob o olhar de Stephenie Meyer. In: **Anais do II Colóquio da Pós-Graduação em Letras** (Faculdade de Ciências e Letras de Assis) Universidade Estadual Paulista, Assis, São Paulo, 2010. p. 782.
- ROSSET, S. M. **O casal nosso de cada dia**. Curitiba: Sol, 2004.
- SIMMEL, Georg. **Filosofia do amor**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- SINGLY, F. **Sociologie de la famille contemporaine**. Paris: Nathan, 1993.
- WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. Organização e Introdução de H. H. Gerth e C. W. Mills. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1974.

# INFIDELIDADE PARTIDÁRIA E SUA APLICAÇÃO A ELEIÇÕES MAJORITÁRIAS NO SISTEMA ELEITORAL BRASILEIRO

*Luanna Graciele Maciel<sup>1</sup>  
Abraão Luiz Filgueira Lopes<sup>2</sup>*

## RESUMO

Discute-se a regra da fidelidade partidária, que surgiu com a Resolução do Tribunal Superior Eleitoral e só passou a ter tratamento legal com a Lei 13.165/2015, investigando-sua aplicação no sistema majoritário de eleição. Utiliza-se o método de procedimento hipotético-dedutivo, para responder a quem pertence o mandato eletivo obtido no sistema majoritário. A questão tem relevância jurídica, tendo em vista que detentores de mandatos eletivos majoritários estão a mudar de partido no curso de seus mandatos, impondo o questionamento quanto à repercussão da conduta neste. Colocando um fim às divergências à aplicação ao sistema majoritário da regra da infidelidade partidária, a Procuradoria Geral da República ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade, julgada pelo STF, que, então, concluiu a inaplicabilidade do conceito de fidelidade partidária ao mandato obtido a partir de eleição majoritária, não havendo dependência dos votos do partido para ser eleito como no sistema proporcional.

**Palavras-chave:** Fidelidade partidária. Sistema majoritário. Resolução - STF.

## PARTISAN INFIDELITY AND ITS APPLICATION TO THE BRAZILIAN ELECTORAL MAJORITY SYSTEM

### ABSTRACT

This work discusses the rule of party loyalty, which arose with the Resolution of the Superior Electoral Court and only started to have legal treatment with Law 13.165 / 2015. Investigating its application in the majority electoral system. To do so, it uses the hypothetical-deductive procedure method, in the search for answer to who belongs the elective order obtained in the majority system. The issue has juridical relevance, since holders of majority elective mandates are changing parties in the course of their mandates, imposing the questioning as to the repercussion of the conduct in this one. Putting an end to disagreements with the application to the majority system of the rule of party infidelity, the

---

1 Acadêmica do Curso de Direito do Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNIRN). E-mail: lg.maciel@yahoo.com.br  
2 Professor Orientador do Curso de Direito do Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNIRN). E-mail: abraao.lopes@rrc.adv.br

Office of the Attorney General filed a Direct Action of Unconstitutionality judged by the STF, which then concluded that the concept of party loyalty to the mandate obtained by majority vote was inapplicable, there being no dependence on the votes of the party to be elected as in the proportional system.

**Keywords:** Partisan loyalty. Majority system. Resolution. Supreme Federal Court.



## 1 INTRODUÇÃO

A regra da fidelidade partidária fruto da resolução do TSE n. 22.610/2007 sempre foi alvo de grande divergência por parte da doutrina. Contudo, hoje o que se discute é se esta também deveria ser aplicada em eleições de cunho majoritário e quais seriam os impactos dessa implementação, bem como na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) impetrada pela Procuradoria Geral da República e, por conseguinte, sobre a decisão já formulada recentemente pelo Supremo Tribunal Federal acerca da forma pela qual os casos pendentes de julgamento pelo TSE serão doravante resolvidos.

A metodologia aplicada neste trabalho envolve o procedimento *hipotético-dedutivo*, e são formuladas algumas hipóteses para a aplicabilidade ou não da regra da fidelidade partidária, tais como: o mandato eletivo em eleições majoritárias é do candidato ou do partido político? Seria uma quebra a princípios fornecer a concessão da extensão da regra? Os argumentos argüidos pelo STF terão efeitos vinculantes em casos pendentes de julgamento? A decisão prolatada pelo STF põe realmente um fim as diversas divergências doutrinárias? Essas e outras hipóteses serão retratadas no decorrer do trabalho, na busca de uma resolução, ainda que provisória, do problema formulado.

O aspecto histórico também é fator central nesta escolha metodológica, construindo uma estratégia para estabelecer um processo de continuidade e de entrelaçamento entre os fenômenos. Isto tendo em vista que o processo legislativo tanto da resolução do TSE como do julgamento feito pelo STF nasce de um anseio popular, o que dá sentido ao processo de entrelaçamento dito anteriormente.

Aplicando a referida metodologia, iniciar-se-á tratando das formas de participação do povo no governo, desenvolvendo, então, os conceitos de *cidadania passiva* e *cidadania ativa*. Ao identificar que a filiação partidária é uma condição necessária à cidadania passiva, é feita uma reflexão sobre os partidos políticos, suas características e importância para o processo eleitoral, o que, então, deságua na necessidade de estudar os sistemas eleitorais. Em uma das seções do texto, portanto, trata-se dos sistemas eleitorais, que vêm a ser as formas a partir das quais são formatados os governos estatais, o que, no contexto de uma democracia como a brasileira, significa a escolha dos representantes que exercerão o mandato em nome do eleitor.

Por fim, o texto investiga a dita *regra da fidelidade partidária* e como esta será aplicada, seja em eleições proporcionais como em eleições majoritárias fazendo análise de polêmicas surgidas a partir das divergências existentes, chegando a conclusão do presente tema.

## 2 DA CIDADANIA ATIVA E PASSIVA

Na contemporaneidade, o Estado não mais coaduna com o exercício direto da democracia diante da grande quantidade de indivíduos a participar do processo democrático. Noutras palavras, sendo contada em milhões a quantidade de pessoas aptas a participar das decisões governamentais, termina-se, em vias práticas, impossível que os destinos do governo sejam definidos por cada um desses indivíduos, os eleitores. Isso faz com que o Brasil adote um modelo de democracia pelo qual são escolhidos os representantes temporários para exercer as funções legislativas e executivas a partir de cargos chamados de *mandatos eletivos*. Isso quer dizer que através das eleições o povo outorga aos seus representantes um *instrumento de representação*.

Portanto, para exercer a democracia indireta, o instrumento necessário para a exteriorização de direitos é o voto. Parte-se da premissa de que todos têm o direito ao sufrágio, respeitando os requisitos constitucionais, tendo em vista que a cidadania é justamente a aptidão do exercício dos direitos políticos.

Assim sendo, o direito ao sufrágio poderá ser tanto ativo, quanto passivo. No ativo, retrata-se o direito de votar, o sujeito titular de direitos, chamado de eleitor. Já a capacidade passiva é a de ser votado, agindo como o representante autor de mandato eletivo, este dizemos que deve possuir o requisito da *elegibilidade*.

Deste modo, percebe-se a evidente importância da elegibilidade que, além de ser um dos requisitos da capacidade passiva, é também considerada essencial no momento do registro de candidatura. Além disso, só possui a capacidade passiva se já possui a capacidade ativa, sendo, contudo, possível haver a capacidade ativa sem ter a passiva. Um dos exemplos são as pessoas não alfabetizadas, que podem votar, mas não podem ser votadas.

As condições de elegibilidade são auferidas no momento de registro de candidatura, e neste momento o cidadão detentor da cidadania ativa e passiva deverá dispor de todos os requisitos presentes no art. 14, § 3º, da CF/1988 (BRASIL, 1988). Em suma, deverá ter nacionalidade brasileira, seja nata ou naturalizada, sempre enaltecendo o preceito fundamental democrático da Constituição de que “todo poder emana do povo”. Portanto, uma vez que é representativo, há a necessidade de se ter a nacionalidade brasileira.

Um dos demais requisitos é o pleno exercício dos direitos políticos, ou seja, o cidadão não pode ter presente em seu registro alguma das hipóteses elencadas no art. 15, da CF/1988 (BRASIL, 1988), que são: cancelamento de naturalização por sentença judicial transitada em julgado, incapacidade civil absoluta, condenação criminal transitada em julgado, improbidade administrativa, dentre outros.

Vale salientar, neste momento, a diferença entre perda e suspensão de direitos políticos. A primeira compreende a privação por prazo indeterminado de direitos políticos, ao passo que a segunda retrata a suspensão por um período determinado, ou seja, sanada a causa de suspensão, o cidadão estará em pleno gozo de seus direitos políticos (GOMES, 2015). Na perda, ao seu turno, será necessário que o indivíduo readquira os seus direitos, embora, assim como na suspensão, não se fale propriamente em perpetuidade de privação dos direitos políticos.

Outro importante requisito para a elegibilidade é o alistamento eleitoral, que é obrigatório para os casos de: menores de 18 anos e menores de 70 anos alfabetizados. Além disso, há a exigência de que o domicílio eleitoral do cidadão seja na mesma circunscrição, sendo este o que identifica onde o indivíduo vota e onde ele concorrerá ao cargo eletivo. Nos moldes do art. 42, parágrafo único, do Código Eleitoral, domicílio eleitoral é o lugar da residência/domicílio ou, como dispõe a jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o lugar onde o interessado tem vínculos, sejam eles sociais, políticos, negócios e patrimoniais.

O requisito seguinte é o da idade mínima. Para candidatar-se ao cargo de Presidente, Vice-Presidente ou Senador, a idade é de no mínimo 35 anos. Já para o cargo de Governador ou Vice-Governador, deve-se ter, no mínimo, 30 anos. Para os cargos de Deputado Federal, Estadual, Prefeito e Vice-Prefeito a idade mínima é de 21 anos e, por fim, para Vereador a idade mínima é de 18 anos.

Contudo, o requisito de maior importância para a elegibilidade e que está no cerne da presente pesquisa é a filiação partidária. No Brasil, não se admite a candidatura sem vinculação prévia a partido político – ou seja, veda-se a candidatura independente. Assim sendo, pelo menos seis meses antes do pleito eleitoral deve o pretense candidato estar filiado ao partido político pelo qual pretenderá concorrer. Deve-se observar que esta foi uma alteração trazida pela lei 13.165/2015, pois, antes do diploma, o prazo de filiação partidária prévia era de 01 ano em relação à data da eleição.

Em linhas gerais, o candidato deverá dispor de todos os requisitos já arguidos de maneira cumulativa. Todavia, salienta-se que com a minir-reforma eleitoral empreendida pela lei 13.165/15, restaram modificadas algumas características desses requisitos, além do próprio prazo de filiação já referido. Uma dessas modificações concerne à questão do domicílio, presente no art. 09 da referida lei, que dispõe que o cidadão deverá morar no novo domicílio em caso de mudança, em um prazo de um ano a contar da data do pleito, também deverá ter o deferimento de mudança nesse lapso de um ano antes das eleições.

Ademais, outra modificação foi na aferição da idade para candidatura ao cargo de Vereador. Embora comumente a idade mínima seja aferida na data da posse, tratando-se de candidatura a esse cargo, cuja idade é de 18 anos, deverá o candidato já contar com tal número quando do pedido de registro de candidatura, a teor do art. 11, § 2º, lei 13.165/15.

### 3 PARTIDOS POLÍTICOS

Os partidos políticos têm destacada relevância na democracia brasileira, sendo atualmente peças centrais em consideração nos critérios de elegibilidade, presente no art. 17 da Constituição Federal (BRASIL, 1988). No plano conceitual, as definições conceituais de partidos políticos ao final do século XIX e início do século XX tiveram grande contribuição de Max Weber, ao dividir a ideia de partido político em dois tipos: *patronagem*, cuja finalidade é única e somente chegar ao poder e usufruir de seus benefícios, e o tipo *ideológico*, este, com cargas valorativas, tendo como missão lutar pelos valores e concepções de uma “nova sociedade e Estado” (VELLOSO, 2012, p. 111-113).

Já Lenin, enxergando o partido enquanto estrutura, idealiza que esta ferramenta é a principal para que a classe trabalhadora se organizasse com os fins de tomada do poder (GOMES, 2015).

Com o passar dos anos, o Brasil implementou essa ideia desde a época da colônia, porém foi no Império que houve a formação de dois partidos: Partido Conservador e Partido Liberal, que se revezavam no poder até meados de 1889 – Regime republicano, tendo inclusive esses dois partidos dado origem à constituinte de 1923, mas que acabou sendo rejeitada pelo Imperador (GOMES, 2015).

Após a proclamação da República, houve a criação de partidos republicanos locais, onde cada Estado-membro aplicariam suas próprias diretrizes e estruturas. No ano de 1922, houve a criação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e posteriormente, em 1932 a Ação Integralista Brasileira (AIB), no mesmo ano surgiu a Aliança Nacional Libertadora (ANL) (GOMES, 2015).

O presidente Getúlio Vargas, alegando que os partidos ameaçavam perturbar a ordem pública, promoveu um golpe de Estado, restringindo as liberdades políticas, e nesse contexto, houve a dissolução dos partidos existentes e o exílio de seus líderes, bem como, fechamento do Congresso Nacional e a censura da imprensa.

No período pós-getulismo, entretanto, vários partidos surgiram: Partido Social Progressista (PSP), Partido Republicano (PR), Partido Libertador (PL), Partido Socialista Brasileiro (PSB), entre outros. Contudo, desencadeado pelo golpe militar de 1964, o novo governo já estabelecido editou o Ato institucional nº 2, com a finalidade de dissolver novamente os partidos políticos existentes. Porém, com o intuito de descaracterizar a ideia de governo autoritário, fora editado o Ato Complementar nº 4, permitindo a criação de dois novos partidos: Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) (GOMES, 2015).

Com o regime militar chegando ao seu crepúsculo, em 1979 foi editada a lei nº 6.676, que extinguiu o ARENA e MDB, bem como, permitiu a criação de novos partidos. Vale salientar que esta lei foi modificada pela lei nº 5.682/71, que exigiu o acréscimo da expressão “partido” nas siglas das novas agremiações partidárias (GOMES, 2015).

Assim, em busca de se desfazer dos resquícios deixados pela ditadura militar, que permitia apenas o bipartidarismo, a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) traz a ideia de *pluripartidarismo*.

Na égide constitucional atual, a criação de partidos políticos requer que se consiga um mínimo de apoio popular, acarretando certa dificuldade de criação, havendo, inclusive, uma antinomia jurídica onde se busca sair das amarras trazidas pela ditadura, mas que continuam impossibilitando a criação de partido que de fato representem a população, gerando, por consequência, uma crise de representatividade, fenômeno bastante acentuado nos dias de hoje. Como contraponto, todavia, há que se observar que os partidos políticos atualmente têm acesso a uma grande quantidade de recursos via fundo partidário, além de tempo em rede de televisão, não se podendo, de outro lado, abrir as portas para a criação desenfreada de grêmios partidários, pois, no final das contas, estar-se-ia incentivando a criação de partidos apenas para acessar tais benesses legais.

Atualmente, tem-se uma lei específica para os partidos políticos, que é a lei 9.096/95, que assegura a livre criação de agremiações, o que reitera o caráter de pluripartidarismo. A natureza jurídica dos partidos políticos é de entidade de direito privado, sendo que para a aquisição da personalidade jurídica na forma da lei civil, impõe-se o registro de seu estatuto perante o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), sendo nesse momento que obtém o partido a chamada *capacidade eleitoral*, que vem a ser a possibilidade de tomar assento nos processos eleitorais.

O registro, como dito anteriormente, será como a lei civil determina no cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, de Brasília, e o pedido deverá ser subscrito por seus fundadores, com número não inferior a 101, com domicílio eleitoral de no mínimo 1/3 dos Estados-membros (artigo 8º da Lei 9.096/95). Ademais, no ato do requerimento do registro deverá conter o nome e a função dos dirigentes assim como, endereço da sede do partido em Brasília, para que só assim adquira personalidade jurídica, firmando sua criação de maneira provisória.

Para que ocorra a consolidação de modo definitivo, a agremiação necessita obter apoio de no mínimo meio por cento dos votos dados na última eleição para a Câmara dos Deputados. Sendo assim, não serão computados os votos do tipo brancos e nulos, e deverão ainda ser distribuídos por no mínimo 1/3 dos estados da federação, com um mínimo de um décimo por eleitorado que tenha votado em cada um. Todos esses critérios mencionados têm por objetivo permitir o registro de estatuto partidário de partidos que tenham caráter nacional (art. 7º, §1º, da lei n. 9.096/95).

Tanto que preenchidos todos os requisitos ora referidos, os dirigentes nacionais deverão promover o registro do partido junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Nesse momento, o registro deverá acompanhar: exemplar autenticado do inteiro teor do programa e do estatuto partidário inscritos no registro civil; certidão do registro civil da pessoa jurídica e certidões dos cartórios eleitorais que comprovem obtenção do apoio mínimo de eleitores (artigo 9º da lei 9.096/95).

A prova do número mínimo de eleitores será exigida através de suas assinaturas acompanhadas com o número do título do eleitor, organizadas por zona eleitoral. Todos esses itens serão avaliados pelo escrivão eleitoral, que em 15 dias deverá lavrar o atestado favorável ou não à criação do novo partido.

Logo em seguida, o processo será distribuído ao relator que ouvirá a Procuradoria Geral da República e em caso de falhas no processo o encaminhará para diligências a fim de saná-las. Caso não sejam necessárias essas diligências, o Tribunal Superior Eleitoral registrará o estatuto no prazo de 30 dias (art. 9º, §§ 3º e 4º, da lei 9.096/95).

Uma vez superando todas essas exigências legais, como dito antes, os partidos políticos poderão dispor de candidatos nas eleições, candidatos esses que não de estar filiados há pelo menos 06 meses tendo em referência à data da eleição. Os filiados, então, se submetem à escolha por seus pares na ocasião da convenção partidária, que é a reunião interna voltada à definição das convenções, bem como à definição dos candidatos ao pleito eleitoral.

Com efeito, é essencial firmar como conclusão intermediária, que inexistente a possibilidade de se candidatar a cargo eletivo no Brasil - ou seja, de exercer a cidadania passiva - sem que o agente político conte com a vênua e o substrato do partido a que está filiado. Esta conclusão vale tanto para o pleito proporcional, como para as eleições majoritárias, cujos significados e características serão debatidos no próximo capítulo.

Antes, porém, firme-se que, dentro de um partido político congregam-se ideias a respeito da forma como deve se organizar a sociedade e o governo, daí ser um imperativo legal e constitucional a valorização da fidelidade partidária, que, por seu turno, em alguns momentos, parece se contrapor ao fato de que, a depender do sistema eleitoral, precise o candidato apenas de seus votos pessoais para ser eleito - muito embora sempre necessite do partido para se candidatar e, assim, lançar seu nome às urnas.

## 4 SISTEMAS ELEITORAIS

Os sistemas eleitorais, tal como aponta Gomes (2015, p. 121-122) “têm por função a organização das eleições e a conversão de votos em mandatos políticos”, visando “proporcionar a captação eficiente, segura e imparcial da vontade popular democraticamente manifestada, de sorte que os mandatos eletivos sejam conferidos e exercidos com legitimidade”. Quer dizer, nada mais são os sistemas eleitorais do que a forma como as eleições se definem.

No ordenamento jurídico brasileiro, portanto, tem-se a aplicação de dois sistemas: o majoritário e o proporcional, embora também haja registro da existência do sistema distrital simples e misto, esses não adotados no Brasil.

### 4.1 Sistema majoritário

Pelo sistema majoritário, o candidato que recebe maioria absoluta ou relativa dos votos válidos vence o certame. Na primeira sistemática, depende-se da obtenção da metade dos votos integrantes do corpo eleitoral mais um voto, ao passo que na segunda, não se leva em relação o número total de votantes, mas sim o maior número de votos em relação aos seus concorrentes.

No Brasil, adota-se o sistema majoritário nas eleições para Presidente da República, Governador, Prefeito e Senador, conforme dispõem os artigos 28, *caput*, 29, II, 32, §2º, 46 e 77, todos da Constituição Federal (BRASIL, 1988).

No caso do pleito para Senador, a sistemática aplicável será sempre a de maioria relativa, isto é, vencerá a eleição, simplesmente, o candidato que contar com mais votos. Já nas eleições para Presidente e Governador, sempre se aplicará a de maioria absoluta, o mesmo valendo para as eleições de Prefeito nos municípios que contem com mais de 200.000 eleitores (art. 29, II, Constituição Federal) (BRASIL, 1988).

Num sistema de maioria absoluta, ressalte-se, em primeiro turno o candidato somente sairá eleito se obtiver a maioria dos votos válidos conferidos no pleito (50% + 1). Do contrário, os dois candidatos mais bem votados haverão de disputar o segundo turno, onde, havendo apenas dois candidatos, o eleito será aquele mais votado, o que, na prática, é o mesmo que a maioria dos votos dos votos válidos.



## 4.2 Sistema proporcional

O sistema proporcional distribui as vagas existentes nas Casas Legislativas. Nele, o voto tem caráter dúplice, pois é destinado tanto ao candidato quanto ao partido/coligação.

Nesse sistema, além de ser possível votar no próprio candidato, é ainda factível o chamado *voto de legenda*, que consiste na escolha de uma das agremiações que concorrem ao pleito, o que, no final das contas, beneficiará os candidatos mais bem votados do partido ou coligação. Tal dispositivo visa assegurar a ideia de maior representatividade, já que se determinado partido político possuir mais votos, terá mais representantes na Câmara dos Deputados e Câmara dos Vereadores.

É importante observar também que no sistema proporcional, como ocorre no majoritário, somente são considerados os votos válidos, com a diferença de que, neste caso, além dos votos dados a candidatos, são contados também os votos dados à legenda.

Deste modo, de posse no número total de votos válidos dados a todos os candidatos e partidos, a Justiça Eleitoral calcula o chamado *quociente eleitoral*, que vem a ser o produto da divisão daquele número pela quantidade de vagas em disputa, dependendo da circunscrição (Município no pleito de Vereador e o Estado, no de Deputado Federal e Deputado Estadual). Este número, portanto, representará a quantidade mínima de votos que um partido ou coligação (reunião de partidos) precisará contar para eleger um representante à Câmara Municipal, Assembleia Legislativa ou Câmara de Deputados (art. 106 do Código Eleitoral).

Uma vez conhecido o quociente eleitoral, passa-se então a um segundo cálculo, que revelará a quantidade de eleitos por cada partido ou coligação. Trata-se do *quociente partidário*, que é obtido a partir da divisão do número de votos de cada partido ou coligação (somando-se todos os partidos que a compõem), aqui considerando tanto os votos nominais quanto os de legenda, pelo quociente eleitoral. O número inteiro encontrado da divisão indicará quantas cadeiras na respectiva casa legislativa serão preenchidas por cada partido ou coligação (GOMES, 2015, p. 124).

Encontrados por fim os quocientes de cada partido ou coligação, há a etapa de definição dos eleitos pela votação nominal de cada um dos

partidos ou coligações. Os mais votados, então, serão eleitos com os seus votos pessoais, porém, a quantidade de eleitos de cada partido ou coligação depende, anteriormente, de todos os votos válidos para cada grêmio partidário ou grupo de partidos. Tal constatação diferencia substancialmente o sistema proporcional do majoritário, no qual o candidato conta exclusivamente com seus votos pessoais para ser eleito.

O sistema proporcional é alvo de inúmeras críticas, especialmente porque os eleitos são definidos dentro de cada partido ou coligação, de sorte que é possível que um candidato com menos votos seja eleito em detrimento de outro, com mais votos, mas de distinto partido ou coligação. Eis o que salienta Hermens (1998) ao pontuar que apenas um número limitado de candidatos é que tem oportunidade de vencer um pleito. Isso significa uma vantagem extrema antes mesmo das eleições. Sendo assim, no sistema proporcional, seja como for, o êxito do candidato quase nunca depende do seu esforço pessoal.

Além disso, como o candidato conta ainda com os votos do partido ou coligação, pode acontecer o caso de alguém com pequena votação ser eleito, muito embora a reforma eleitoral de 2015 tenha estabelecido uma cláusula de desempenho, consistente numa quantidade mínima equivalente a 10% do quociente eleitoral.

Por outro lado, a favor do sistema proporcional está a possibilidade de vários partidos elegerem candidatos, muitas vezes agremiações que não teriam nenhum candidato em condições de ser eleito num pleito majoritário. Essa vantagem é, a par disso, por críticos, tratada como um problema. A objeção que é sempre feita a esse sistema é de que o excesso de partidos políticos provocaria certa instabilidade no poder, já que fragmenta as forças políticas impedindo a formação de maiorias consistentes (FREITAS, 2008). Logo, isso geraria dificuldade para o Chefe do Executivo obter uma maioria estável no parlamento.

## **5 FIDELIDADE PARTIDÁRIA**

A fidelidade partidária é, basicamente, a obrigação que um político deve ter para com o seu partido. Tal ideia passou a ser ventilada na corte do Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento do Mandado de Segurança nº 20.927, no ano de 1989.

Por sua vez, foi alegado certa pertinência lógica entre a ausência no atual ordenamento jurídico de texto, como o antigo artigo 152 da Constituição Brasileira de 1967/69, além dataxatividade do artigo 55 da nossa Carta Magna (BRASIL, 1988).

Exemplificando ai a situação, temos que com a emenda constitucional 25/85 deixou de existir o princípio da fidelidade partidária, e em razão disso não se aplicaria ao deputado (cargo que se refere ao sistema proporcional), uma vez que este foi revogado o inciso V do artigo, 35 da CF (BRASIL, 1988), no qual elencava as hipóteses de perda dos mandatos.

Na atual Constituição, contudo, não se adota o princípio da fidelidade partidária, o que tem permitido a mudança de partido por deputados. Assim, a decisão referente ao mandado de segurança reitera que a Constituição não estabeleceu a perda do mandato eletivo, porém, dá o devido valor a representação partidária, sem, entretanto, não impor nenhuma sanção, que se feitas, estariam elencadas no rol do art. 55, CF (BRASIL, 1988) (hipóteses de perda do mandado de deputados e senadores).

Tal incongruência ocorre pelo fato de que o Supremo Tribunal Federal à época entendia não ser cabível a aplicação desta regra e tampouco a decretação de perda do mandato. Ocorre que, posteriormente o tribunal veio a rever esta decisão na intenção demitigar os efeitos da migração partidária que cada vez mais ganhava corpo, e a virada se deu através dos julgamentos dos mandados de segurança nº 26.602, 26.203 e 26.204 no ano de 2007.

No entanto, em 01 de março de 2007o partido Democratas(DEM) formulou uma consulta nº 1.398/2007 perante o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) questionando se os partidos e coligações possuíam o direito de preservar a vaga obtida através do Sistema Proporcional em casos de desfiliação. O TSE então, à esta ocasião, definiu que os mandatos obtidos em eleições de cunho proporcional pertencem aos partidos políticos. Portanto, a mudança da agremiação após a diplomação ensejaria o direito aos partidos políticos reivindicarem a retenção do mandato eletivo.

Isto posto,houve a negativa por parte do presidente da Câmara dos Deputados em dar posse aos deputados suplentes mesmo após o julgamento da referida consulta formulada perante o TSE. Foi então que três partidos prejudicados impetraram os mandados de segurança nº 26.602, 26.203 e

26.204 em 2007, que fez com que o STF cancelasse o entendimento do TSE, modificando sua antiga jurisprudência para reconhecer o dever constitucional de observância da regra da fidelidade, sob os seguintes fundamentos:

[...] (i) a essencialidade dos partidos políticos para a conformação do regime democrático, aponto de existir uma denominada “democracia partidária”; (ii) a intermediação necessária das agremiações partidárias para candidaturas aos cargos eletivos, conforme disposto no art. 14, § 3º, V, da Constituição; (iii) a vinculação inerente entre mandato eletivo e partido como consequência imediata do sistema proporcional, no qual os cargos são distribuídos de acordo com o quociente eleitoral, obtido pelo partido, e não pelo candidato; e (iv) a infidelidade como atitude de desrespeito do candidato não apenas em face do seu partido político, mas, sobretudo, da soberania popular, sendo responsável por distorcer a lógica do sistema eleitoral proporcional (STF, 2015).

Cumprе ressaltar que as características do sistema proporcional tornam a fidelidade partidária importante para a preservação de sua legitimidade e, acima de tudo, para garantir que as opções políticas feitas pelo eleitor no momento da eleição sejam mantidas.

Após a formação desses precedentes, coube ao TSE, por determinação do STF, regulamentar a perda de mandato por infidelidade partidária, o que culminou para a elaboração da resolução 22.610/2007, em princípio caberia ao TSE dispor sobre a perda de cargos eletivos por infidelidade apenas no sistema proporcional, nos moldes da decisão do STF.

Ocorre, porém, que a elaboração da resolução foi antecedida de outro julgamento que acabou influenciando na elaboração do texto final, trata-se da consulta formulada perante o TSE nº 1.407/2007 em que havia a mesma linha de entendimento só que em relação ao sistema majoritário, o TSE entendeu que sim sob os seguintes fundamentos:

[...] (i) a centralidade dos partidos políticos no regime democrático; e (ii) o fato de os candidatos do sistema majoritário também se beneficiarem da estrutura partidária para se eleger, diante das exigências de filiação partidária, escolha dos candidatos em convenção, registro das candidaturas na Justiça Eleitoral, identificação dos concorrentes pela

legenda do partido, celebração de alianças; financiamento da campanha com recursos do fundo partidário, utilização dos espaços de rádio e de televisão para a propaganda individual etc. (TJGO, 2017)

Portanto, haveria um dever jurídico de fidelidade dos candidatos com às agremiações partidárias que os colocam no poder. Por essas razões, a infidelidade partidária teria a mesma consequência em ambos os sistemas eleitorais: a “devolução” do mandato ao respectivo partido.

Foi então que, no ano de 2007, o TSE formulou a Resolução de nº. 22.610/2007, que acabou por disciplinar a perda do mandato para todos os cargos eletivos, indo além dos fundamentos citados no julgamento do mandato de segurança, que se ativeram apenas às hipóteses do sistema proporcional na qual há a busca de criar hipóteses para o processo de perda de cargo eletivo e da justificação de desfiliação partidária, cuja importância é ressaltada pela doutrina. Segundo afirmam Rodrigues e Jorge (2014, p. 110): “[...] a fidelidade partidária que faz consolidar a seriedade e a credibilidade aos ideais e programas desenvolvidos por um partido político, que são defendidos por um candidato”.

Assim, evidencia-se mesmo dispositivo, ainda, os legitimados para propor a ação: o partido político interessado, o Ministério Público Eleitoral e aqueles que tiverem interesses jurídicos, devidamente comprovados, como expõe a norma.

Com o passar dos anos, houve relevante discussão doutrinária acerca da extensão da aplicabilidade dessa Resolução, sendo alguns pontos discutidos nos julgamentos, pelo STF, das ADIs nº 3.999/DF e 4.086/DF. Para Velloso (2012, p. 121): “[...] o cerne da questão que dominou o debate acerca da fidelidade partidária é a indagação se o mandato eletivo pertence à agremiação política ou configura-se como um direito subjetivo do representante”.

Impõe-se, pois, analisar se a jurisprudência já se encaminhava no sentido da decisão prolatada pelo STF, qual foi o fundamento legal utilizado na resolução da ADI, quais os impactos dessa decisão na seara eleitoral e como os casos que aguardam julgamento serão decididos, ressaltando ainda que “[...] esse princípio confere novos contornos à representação política, pois impõe que o mandatário popular paute sua atuação pela orientação programática do partido pelo qual foi eleito” (GOMES, 2015, p.101).

Hoje muito se discute se mesmo com a Resolução do TSE, havia uma lacuna legislativa acerca disso, tendo o Ministro Gilmar Mendes, em um de seus julgados, exposto que a aplicação extensiva só poderia se dar no caso concreto, se atingida a finalidade da norma, que seria o de assegurar o mandato ao partido, reforçando a ideia de lacuna legislativa (MS n. 23.405/GO, Rel. Min. Gilmar Mendes, j, 22.03.2004).

Ao debruçar-se sobre o estudo do direito eleitoral, nota-se que muitos itens são fruto de debates e divergências, e este foi o grande fator determinante de se ter escolhido o presente tema. Além disso, a regra/princípio da fidelidade partidária está atualmente em evidência, uma vez que foi recentemente designada pelo STF. Além disso, há o fato de quetal decisão não só vai gerar impactos nos casos pendentes de julgamentos, mas também no TSE, que se vê obrigado a acatar a decisão proferida pelo STF já que a mesma possui caráter *erga omnes*. Isso porque os itens que dão legitimidade à mudança de partido ou desfiliação partidária são, por ora, muito abrangentes e geram entendimentos diversos, cabendo ao juiz na análise do caso concreto saber se poderá aplicar este dispositivo.

Sobre isso, é necessário observar que o cuidado na hora da aplicação é muito importante, pois se sabe que os partidos buscam alguns artifícios para continuarem em poder do mandato eletivo. Por isso, a lacuna legislativa gerava um aspecto negativo, uma vez que cada um decidia do jeito que lhe era mais conveniente. Para tornar o contexto ainda mais complexo, cada sistema possui suas características e nuances, e o sistema majoritário não pode ser comparado ao proporcional, por atenderem a perspectivas diferentes e por conterem características diferentes.

Nesse contexto, nota-se que as divergências só aumentaram após a confusa edição da resolução que era tão aclamada, mas que posteriormente foi fruto de mais uma ADI, causando uma enorme insegurança jurídica.

Na decisão da Ação de Declaração de Inconstitucionalidade, ADI nº 5.081, já no ano de 2015, a advocacia-geral da união no mérito alegou que devido às disposições legais dos artigos 14, §3º, V e 17, §1º, ambos da CF (BRASIL, 1988), incidiria em eleições de cunho proporcional e majoritário, não havendo nenhum tipo de restrição a esse sistema especificamente. Logo, o Ministério Público opinou pelo conhecimento da ação e, no mérito, pela procedência do pedido, alegando ofensa à soberania popular, características constitucionais ao sistema majoritário e os preceitos constitucionais.

À mesma época, o Ministro Luís Roberto Barroso, então relator da matéria, aduziu que o STF havia se manifestado apenas sobre a constitucionalidade formal da então Resolução do TSE, objeto de controle concentrado nas ADIs nº 399/DF e 4.086/DF, autorizando-se agora investigar apenas a extensão ou não de sua aplicação.

A título de demonstração da importância deste debate, no período de 1995 a 2007 ocorreram cerca de 810 migrações envolvendo um total de 581 parlamentares (FREITAS, 2008, p. 40), o que significa que muitos deles trocaram de partido mais de uma vez. Portanto, tais fatos reiteram que os posicionamentos referentes a essa regra precisariam ser revistos em caráter emergencial.

Nesse ínterim, uma das últimas alterações sobre a regra da fidelidade partidária foi com o advento da Lei 13.165/2015, também chamada de “minirreforma eleitoral”, que trouxe mudanças importantíssimas para o futuro da aplicação, passando a incluir as hipóteses nas quais poderá ser requerida a desfiliação. Julga-se, aqui, que tal diploma é de elevada importância, pois unifica as várias decisões sobre a temática, entregando às discussões, finalmente, segurança jurídica e, enfim, esclarecendo de forma definitiva a aplicabilidade da fidelidade partidária apenas ao pleito proporcional.

## **5.1 Aplicação às eleições proporcionais**

Amparado pelo art. 23, XVIII, do Código Eleitoral, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), após julgamentos dos mandados de segurança de nºs 26.602, 26.603 e 26.604, resolveu editar a Resolução nº 22.610/2007.

Em um dos julgados dos mandados de segurança, foi reconhecida a existência do direito da livre associação de desfiliação, sendo um dos argumentos basilares para a criação da aludida resolução, desfiliação essa que causaria consequências, não por se considerar ilícito, mas assume o posicionamento que toda ação gerará uma reação, no caso em tese será a perda do mandato.

Como foi dito, tal renúncia poderia ser motivada ou não. Neste diapasão, é evidente analisarmos que desde a época do julgamento dos mandados de segurança, o Supremo Tribunal Federal (STF), alegava que a aplicação dessa livre desfiliação seria em casos de eleições de cunho proporcional, o suplente então deveria assumir, já que o desfiliado não foi eleito sozinho, mormente em razão das peculiaridades do sistema proporcional.

Levou-se, portanto, em consideração o voto do mandado de segurança nº 26.602-3, que declarou a vacância dos cargos objeto da eventual ação. Como a divergência só aumentava cada vez mais, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) elaborou a resolução em comento, que possui força de lei, elencando motivos para a eventual desfiliação tais como: I) incorporação ou fusão do partido; II) criação de novo partido; III) mudança substancial ou desvio reiterado do programa partidário; IV) grave discriminação pessoal e outros critérios de formalidade para a propositura da ação de desfiliação. Com algumas alterações, igualmente, essas disposições depois foram absorvidas pela Lei 13.165/2015 a chamada de “minirreforma eleitoral” (BRASIL, 2015).

Nesta linha de raciocínio, é possível afirmar, portanto, que considerando inclusive a origem teleológica do regramento – isto é, evitar a mudança reiterada de partido político por parlamentares no curso do mandato - se pacificou a aplicação da regra da fidelidade partidária às eleições. E isso porque quando se fala em fidelidade partidária, cogita-se justamente a forte ligação concreta do agente político com o seu partido, já que depende de tal aspecto para se eleger. Tanto que uma das polêmicas atuais desde as últimas eleições, usando sob a perspectiva as eleições de candidatos a vereadores em 2016 no Município de Natal, foi justamente a não eleição de uma candidata, a vereadora Amanda Gurgel, que, a despeito de ser a segunda mais votada do pleito, acabou não obtendo um mandato justamente porque o seu partido/coligação acabou por não atingir o quociente eleitoral. Enquanto isso, escancarando as particularidades do sistema proporcional, outros candidatos que não tiveram grande número de votos conseguiram se eleger, tendo em vista que os partidos componentes das respectivas coligações obtiveram, no total de votos nominais e de legenda, votação mais representativa.

Assim, evidenciada tamanha dependência do candidato nas eleições proporcionais em relação ao seu partido, afinal conta com os votos totais da agremiação ou coligação para ser eleito, de acordo com a quantidade de vezes que a formação partidária atingir o quociente eleitoral, não há como cogitar que a mudança de partido no curso do mandato não gere a sua perda em favor do partido, afinal sem ele sequer poderia ser eleito o agente político.



## 5.2 Aplicação às eleições majoritárias

Inicialmente, cumpre salientar que, após de diversas explicações acerca da aplicabilidade nas eleições proporcionais, debruça-se sobre o objeto do estudo que é a aplicação em eleições majoritárias.

Com base nos parâmetros legais, decisões proferidas e afins, pode-se constatar que um elemento jurídico importante em caso de eleições majoritárias é a regra da fidelidade partidária, que foi aplicada desde a época em que essa temática era discutida em Mandado de Segurança em resolução do Tribunal Superior Eleitoral, e agora com a lei 13.165/2015.

Nas eleições de cunho majoritário, há a ligação direta do povo para com o candidato, diferentemente da proporcional na qual o voto da legenda é levado em consideração e pode ser elemento decisivo para satisfação do pleito ou não. Em contrapartida, é notório que há um duelo de candidatos *versus* candidatos, e o partido entra como elemento de concepção ideológica destes, e, posteriormente, como condição de elegibilidade, pois aqui há de se falar em prestígio pessoal do candidato que será levado em consideração.

Sobre isso, a lei 13.165 veio para trazer mudanças substanciais, destaca-se a inserção do artigo 22-A na lei 9.096/1995, inserindo a questão da infidelidade partidária:

Art. 22-A. Perderá o mandato o detentor de cargo eletivo que se desfiliar, sem justa causa, do partido pelo qual foi eleito.

Parágrafo único. Consideram-se justa causa para a desfiliação partidária somente as seguintes hipóteses:

I - mudança substancial ou desvio reiterado do programa partidário;

II - grave discriminação política pessoal; e

III - mudança de partido efetuada durante o período de trinta dias que antecede o prazo de filiação exigido em lei para concorrer à eleição, majoritária ou proporcional, ao término do mandato vigente (BRASIL, 1995).

Cumpra, por oportuno, reiterar a importância da atual legislação concernente a regra da fidelidade, que garante e confere segurança jurídica, algo que foi amplamente aclamado e que felizmente chegou-se a uma uniformização, na busca de que a desfiliação seja sempre a última opção, até para tentar diminuir os números anteriormente ditos.

A lei, nessa linha, ratifica a resolução do Tribunal Superior Eleitoral e ainda acrescenta a chamada “janela partidária”, onde o candidato terá trinta dias antes do prazo da filiação para fazer a mudança de partido, seja ele proporcional ou majoritário.

O ministro Luís Roberto Barroso, relator da Ação Direta de Inconstitucionalidade, ADI 5.081, objeto deste estudo, alegou ofensa ao princípio da soberania caso houvesse a perda do mandato eletivo daquele candidato que foi eleito pelas eleições majoritárias dispondo: “imagine um senador de São Paulo. Se muda de partido e aplica essa lógica, assume o suplente, joga-se fora um milhão de votos e dá-se o cargo ao suplente, que não teve votos e o eleitor nem sabe o nome” (STF, 2015).

Cumprе ressaltar que essa decisão veio a beneficiar processos já em andamento, como o de Marta Suplicy que foi eleita senadora pelo Partido dos Trabalhadores (PT), mas que posteriormente alegou ser vítima de grande rejeição de seus pares, vindo a pedir a desfiliação, tendo o Partido dos Trabalhadores (PT) ingressando com uma ação solicitando o mandato da senadora, já que a época a divergência e lacuna era existente, pois o legislativo ainda não havia se pronunciado.

Assim, na época, a Ação Direta de Constitucionalidade (ADI), veio a ser julgada de modo que foi aplicada ao processo dela que estava em curso, permanecendo a senadora com seu mandato eletivo, o que permite a continuação do exercício de seu mandato, mesmo hoje estando a senadora filiada ao Partido do Movimento Democrata Brasileiro (PMDB).

Por fim, resalta-se as palavras do Ministro Luís Roberto Barroso, na premissa na qual o voto foi embasado: “a perda do mandato em razão de mudança de partido não se aplica aos candidatos eleitos pelo sistema majoritário, sob pena de violação da soberania popular e das escolhas feitas pelo eleitor” (SRF, 2015).

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conclui-se, portanto, a relevância do tema abordado, por envolver a própria representatividade dos agentes públicos, pelos quais o povo participa do governo e, mais, o papel dos partidos políticos nesse modelo, face à dependência do candidato em relação à sua agremiação, notadamente na eleição proporcional.

Nesse sentido, é válido observar que foi possível chegar a uma solução pela qual a minirreforma eleitoral se encarregou, unificando as decisões dos tribunais aos dispositivos legais, algo que não é de caráter permanente, já que as leis são criadas através de anseios da sociedade, que está em constante processo de modificação/evolução. Vale salientar também, que após a unificação, os casos pendentes de julgamento deverão seguir a legislação presente na Lei 13.165/2015, art. 22-A e seus incisos.

A constatação, a par disso, de que somente no pleito proporcional efetivamente o candidato conta diretamente com os votos do partido ou partidos que compõem a coligação leva à dedução de que somente às eleições para Vereador, Deputado Federal e Deputado Estadual se pode aplicar a máxima da infidelidade partidária e a consequente perda do mandato eletivo em prol da agremiação preterida.

Por seu turno, no sistema majoritário, conquanto só possa o agente político se candidatar com o estio de seu partido – via escolha em convenção partidária e prévia filiação –, a vinculação direta entre eleitor e candidato, que só depende de seus votos para ser eleito, acaba por conduzir a não aplicação da infidelidade partidária, o que foi contemplado pela novel lei.

Em linhas gerais, deve-se afirmar, por fim, que a Ação Direta de Inconstitucionalidade foi de fundamental importância para a consolidação e uniformização dos entendimentos. Por outro lado, a Lei 13.165/2015 veio a arrematar a questão, de modo que, após diversos debates doutrinários, chegar-se a um consenso que atualmente garante considerável segurança jurídica ao candidato e principalmente ao eleitor.

## 7 REFERENCIAS

ALVES, R.L. *Os partidos políticos na visão sócio-histórica de Max Weber*. *Revista Jus Navigandi*, Teresina, ano 10, n. 748, 2005.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 29 dez. 2017.

BRASIL. **Lei n. 13.165, de 29 de setembro de 2015**: Altera as Leis nos 9.504, de 30 de setembro de 1997, 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para reduzir os custos das campanhas eleitorais, simplificar a administração dos Partidos Políticos e incentivar a participação feminina. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13165.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13165.htm)>. Acesso em: 1 out. 2016.

BRASIL. **Lei n. 9.096, de 19 de setembro de 1995**: dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9096.htm)>. Acesso em: 1 out. 2016.

CERQUEIRA, T. T.; CERQUEIRA, C. A. **Direito eleitoral esquematizado**. 2. ed., São Paulo: Saraiva, 2012.

FREITAS, A. M. **Migração Partidária na Câmara dos Deputados**. 2008. 198 f. Dissertação (Mestrado) – Ciência Política – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

GOMES, J.J. **Direito Eleitoral**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

HERMENS, F. Dinâmica da representação proporcional. In: CRUZ, M. B. (Org.). **Sistemas eleitorais**: o debate científico. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1998.

LÓSSIO, L. Infidelidade partidária para os cargos majoritários: análise de um caso concreto. **Revista Brasileira de Direito Eleitoral** [Recurso Eletrônico], Belo Horizonte, v. 2, n. 3, jul./dez.2010.

RODRIGUES, M.A.; JORGE, F.C. **Manual de Direito Eleitoral**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. (Coleção Manuais Instrumentais para a Graduação).

SEGUNDA mais votada, Amanda Gurgel fica fora da Câmara Municipal de Natal. **Tribuna do Norte**, 10 fev. 2016. Disponível em: <<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/segunda-mais-votada-amanda-gurgel-fica-fora-da-ca-mara-municipal-de-natal/359940>>. Acesso em: 20 out. 2016.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ). **Recurso Ordinário em Mandado de Segurança**: RMS 26.203 DF. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/2032066/recurso-ordinario-em-mandado-de-seguranca-rms-26203-df-2008-0018762-2/inteiro-teor-12226934>>. Acesso em: 20 out. 2016.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF). **Ação Direta de Inconstitucionalidade**: ADIn. 5.081, 2015. Relator: Ministro Luís Roberto Barroso. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADI5081.pdf>>. Acesso em: 29 dez. 2017.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF). **Ação Direta de Inconstitucionalidade**: ADIn.3.999-7. Relator: Ministro Joaquim Barbosa. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=364514>>. Acesso em: 29 dez. 2017.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF). Perda do mandato por troca de partido não se aplica a eleições majoritárias. **Notícias STF**, 27 maio 2015. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=292424>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF). Plenário. **Ag. Reg. em Mandado de Segurança 25.898 Distrito Federal**. Relatora Ministra Cármen Lúcia. 1 ago. 2014. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=6534512>>. Acesso em: 2 jul. 2016.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF). Plenário. **Mandado de Segurança 26.602-3 Distrito Federal**. 4 out. 2007. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ms26602CB.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

TEODORO, Pedro Pereira. O sistema de representação proporcional visa distribuir de forma mais justa as cadeiras que estão em disputa: Cada partido ou grupo de partidos irá eleger tantos representantes quanto forem os seus votos. **E-Gov**, 21 maio 2012. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/contendo/representa%C3%A7%C3%A3o-proporcional-e-sistema-de-partidos>>. Acesso em 15 de outubro de 2016.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS (TJGO). **Decreto Judiciário n. 1407/2007**: dispõe sobre as normas e procedimentos relativos à publicação de atos administrativos e judiciais no Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado de Goiás. Disponível em: <[docs.tjgo.jus.br/servicos/diariodajustica/DEC\\_1407\\_27092007.pdf](http://docs.tjgo.jus.br/servicos/diariodajustica/DEC_1407_27092007.pdf)>. Acesso em: 29 dez. 2017.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (STE). O TSE. **Boletim informativo**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/institucional/escola-judiciaria-eleitoral/revistas-da-eje/artigos/revista-eletronica-eje-n-4-ano-4/sistemas-eleitorais-brasileiros>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (STE). **Resolução n. 22.610 de 11 de março de 2008**. Relator Ministro Cezar Peluso. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/arquivos/tse-resolucao-22-610>>. Acesso em: 15 out. 2016.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (STE). **Resolução n. 22.610 de 25 de outubro de 2007**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/arquivos/tse-resolucao-22-610>>. Acesso em: 15 out. 2016.

VELLOSO, C. M. S. **Elementos de Direito Eleitoral**. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

WALDSCHMIDT, Hardy. **Breves notas sobre a minirreforma eleitoral de 2015**. Disponível em: <<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ms-breves-notas-sobre-a-minirreforma-eleitoral-de-2015-1449677024470>>. Acesso em: 20 out. 2016.

# POSSIBILIDADES DE UTILIZAÇÃO DE CONCRETOS E ARGAMASSAS COM ADIÇÃO DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL, FÁBRICAS E DE POÇOS DE PETRÓLEO

*Elias Trindade de Brito<sup>1</sup>  
Fábio Sergio da Costa Pereira<sup>2</sup>*

## RESUMO

Discute-se o estado da arte atual da área de resíduos com suas possíveis aplicações na construção civil; realizam-se ensaios no laboratório de materiais de construção do UNI-RN e produz-se concreto e argamassa com o respaldo de ensaios de absorção de água e resistência à compressão realizada com diversos resíduos da construção civil; substitui-se nos concretos e argamassas a areia fina no preparo do reboco, a areia média no preparo do emboço, a areia grossa na produção do concreto, a brita 19 mm na produção do concreto e a areia fina na produção de argamassa industrializada, por areias e britas recicladas. No término da pesquisa serão apresentadas as aplicações aprovadas para cada caso citado, com seus respectivos resultados com aprovação pelas normas vigentes de concreto e argamassa, sendo um roteiro para a comunidade da construção civil do Rio Grande do Norte realizar a aplicação de produtos com custo inferior e com resultados iguais ou superiores das matérias primas tradicionais, gerando um grande benefício ao meio ambiente pela ocorrência da diminuição do consumo das matérias-primas tradicionais.

**Palavras-chave:** Resíduos de construção civil. Concreto e Argamassa.

## POSSIBILITIES OF USE OF CONCRETE AND MORTAR WITH ADDITION OF CIVIL CONSTRUCTION WASTE, FACTORIES AND PETROLEUM WELLS

### ABSTRACT

To present the current state of the art of the waste area with its possible applications in the civil construction, performing tests in the UNI-RN construction materials laboratory, producing concrete and mortar with the support of water absorption tests and compressive strength replacing concrete in the concrete and mortars with fine sand in the preparation of the plaster, the average sand in the preparation of the plaster, the coarse sand in the production of the concrete, the crushed stone 19 mm in the concrete production and the fine sand in the production of processed mortar, by recycled sand and crushed stone. At the end of the research, the applications

- 
- 1 Elias Trindade de Brito. Discente do curso de Engenharia Civil – UNI-RN. E-mail: [eliastdbrito@gmail.com](mailto:eliastdbrito@gmail.com). Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/0767986509312227>.
  - 2 Docente. PhD em Ciência e Tecnologia dos Materiais, Coordenador do curso de Engenharia Civil – UNI-RN, [engecal.fabio@gmail.com](mailto:engecal.fabio@gmail.com). Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/6695109770318583>.

approved for each case will be presented, with their respective results approved by the current concrete and mortar regulations, and a script for the civil construction community of Rio Grande do Norte to apply products with lower cost and with equal or superior results of the traditional raw materials, generating a great benefit to the environment by the occurrence of the reduction of the consumption of traditional raw materials.

**Keywords:** Waste. Concrete and mortar.



## 1 INTRODUÇÃO

Com a mudança no hábito de vida da humanidade, onde antes era nômade e agora sedentário, houve um impacto no ambiente os quais estão inseridos, sendo os recursos naturais extraídos de forma ostensiva, pois agora existe uma necessidade de moradia, trabalho, alimentação, deslocamento por estradas para comercialização de produtos e outras atividades.

Com a intensa industrialização, advento de novas tecnologias, crescimento populacional e aumento de pessoas em centros urbanos e diversificação do consumo de bens e serviços, os resíduos se transformaram em graves problemas urbanos com um gerenciamento oneroso e complexo considerando-se volume e massa acumulados, principalmente após 1980. Os problemas se caracterizavam por escassez de área de deposição de resíduos causadas pela ocupação e valorização de áreas urbanas, altos custos sociais no gerenciamento de resíduos, problemas de saneamento público e contaminação ambiental (JOHN, 1999).

Para termos uma ideia da magnitude deste processo extrativo, podemos citar como exemplo a construção civil que, anualmente, consome cerca de 210 milhões de toneladas de agregados (areia e brita) e até 75% de total de recursos naturais utilizados pelo homem (incluindo agregados, água, metais, combustíveis fósseis, etc.). A indústria da construção civil move a economia de várias nações, e com isso seu consumo de recursos naturais é enorme (REIBEIRO, 2009).

Na atualidade, o consumo de recursos naturais só aumenta; a cada ano que passa a população aumenta, e com isso a demanda habitacional também, trazendo consigo novas cidades, estradas, edifícios, zonas industriais, comércio, tudo isso precisa ser construído e os recursos retirados da natureza; além do mais, produzem grandes volumes de resíduos que na maioria das vezes, são lançados em locais impróprios, sem fiscalização, contribuindo com a proliferação de roedores e insetos que em sua maioria transmitem doenças.

Correlato ao anterior, o despejo dos rejeitos em áreas urbanas causam desconfortos urbanísticos, na aparência das cidades, na acessibilidade dos pedestres nas calças, na fluidez do tráfego de veículos pelas avenidas, além de colaborar para acidentes, como também na obstrução de sarjetas, entupimento de bocas de lobo, bueiros, galerias de águas pluviais, ocasionando inundações e enchentes nos períodos de maior precipitação. Podemos evidenciar isso obser-

vando a (Fig. 1), onde o entulho está depositado de maneira imprópria na via pública em Ribeirão Preto/SP.

Outro ponto importante é a destinação desses resíduos em aterros sanitários, que em tese não deveriam recebê-lo, pois os mesmos são destinados para rejeitos orgânicos, fazendo com que haja uma perda na eficácia de sua capacidade de deposição, limitando assim sua vida útil.

**Figura 1** - Pode-se evidenciar na imagem, que o resíduo de demolição depositado na via pública, está obstruindo parte da via de circulação de veículos, a calçada e também a sarjeta de águas pluviais.



**Fonte:** <http://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2014/08/moradores-reclamam-do-acumulo-de-entulho-nas-ruas-de-pradopolis-sp.html>.

## 2 OBJETIVO DO ESTUDO

A pesquisa tem como objetivo, aplicar diferentes tipos de resíduos em traços de concreto e argamassa, para verificar a sua posterior utilização em substituição do concreto, sem utilização de resíduos e o seu custo e benefício para a o meio ambiente e a indústria da construção.

## 3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Definir o resíduo utilizado é indispensável para qualquer pesquisa a ser levantada, para isso, utilizam-se como guia a Resolução nº 307 de 05 de julho de 2002 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA, 2002), define os tipos de resíduos existentes e como deve ser feito o tratamento, destinação final e empregabilidade sustentável.

O Art. 2º da resolução traz as definições no manejo dos resíduos, sendo cinco itens diretamente relacionados à pesquisa, que são:

**Resíduos da construção civil:** são comumente chamados de entulhos de obras, calça ou metralha;

**Agregado reciclado:** é o material granular proveniente do beneficiamento de resíduos de construção que apresentem características técnicas para a aplicação em obras de edificação, de infraestrutura, em aterros sanitários ou outras obras de engenharia;

**Reutilização:** é o processo de reaplicação de um resíduo, sem transformação do mesmo;

**Reciclagem:** é o processo de reaproveitamento de um resíduo, após ter sido submetido à transformação;

**Gestão integrada de resíduos sólidos:** conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável, segundo CONAMA (Resolução 307/2002; Resolução 448/2012).

O Art. 3º define as classes residuais existentes, sendo a classificação A, a abordada na análise, onde:

Classe A - são os resíduos reutilizáveis ou recicláveis como agregados, tais como: construção, demolição, reformas e reparos de pavimentação e de outras obras de infraestrutura, inclusive solos provenientes de terraplanagem; formas e reparos de edificações: componentes cerâmicos (tijolos, blocos, telhas, placas de revestimento etc.), argamassa e concreto; processo de fabricação e/ou demolição de peças pré-moldadas em concreto (blocos, tubos, meios-fios etc.) produzidas nos canteiros de obras, segundo CONAMA (Resolução 307/2002; Resolução 448/2012).

Em síntese, tudo o que tem sido feito está intrinsecamente relacionado com a gestão integrada dos resíduos sólidos, que engloba a reutilização e reciclagem do resíduo bruto, que passa pelo devido beneficiado, para a posterior aplicação.

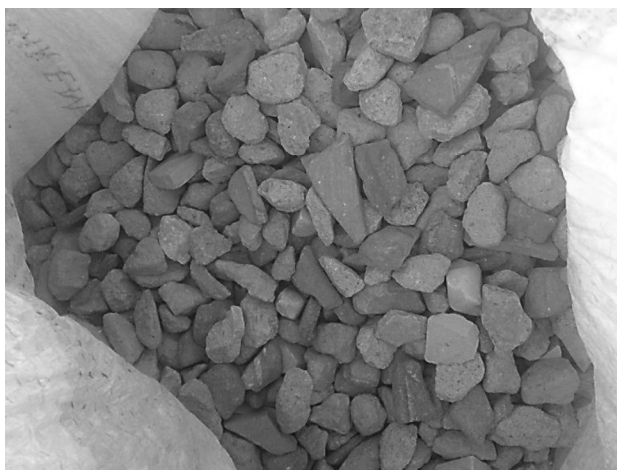
Foram tomadas por base as resistências e o fator água/cimento das quatro agressividades (Tabela 1), empregado para a produção de cada tipo. A referida, tabela 1 também mostra a capacidade de resistência à compressão para cada



O preparo do concreto e da argamassa é feito de modo tradicional, sem acréscimo de qualquer tipo de aditivo e adições, obedecendo aos traços estabelecidos pelos autores para as respectivas normas, sendo que em alguns casos a quantidade de água precisou ser aumentada para que agregado e aglomerante fiquem homogêneos, isso ocorre devido à presença de materiais de composição cerâmica, que absorvem a água utilizada no traço. São mostradas nas (Fig. 3, 4, 5, 6 e 7), os diferentes tipos de materiais reciclados empregados na elaboração de concretos e argamassas.

Cada matéria sólida é pesada e separada, a água é dosada em uma proveta e ministrada em partes. O concreto é feito por processamento mecânico (betoneira), dividido em três partes, sendo a primeira para a colocação do agregado graúdo com um terço do total da água a ser utilizada; a segunda para o cimento com dois terços da água; a terceira é a inserção do agregado miúdo com a última parte da água. Em resultados e discussões, estão detalhados os agregados graúdos e miúdos utilizados, como também nas (Fig. 3, 4, 5, 6 e 7).

**Figura 3:** Detalhe do resíduo de construção civil e/ou demolição já beneficiado, com granulometria de 19 mm.



**Fonte:** Elaboração para esta pesquisa, pelo próprio autor (2016).

**Figura 4:** Vista do rejeito de indústria de argamassa, material granular retido na peneira 1,18 mm (areia média).



Fonte: Elaboração para esta pesquisa pelo próprio autor (2016).

**Figura 5:** Detalhe do rejeito de indústria de argamassa, material granular retido na peneira 2,4 mm (areia grossa).



Fonte: Elaboração para esta pesquisa pelo próprio autor (2016).

**Figura 6:** Vista do resíduo de construção civil e/ ou demolição já beneficiado, com granulometria de 9 mm (cascalinho).



**Fonte:** Elaboração para esta pesquisa pelo próprio autor (2016).

**Figura 7:** Detalhe do resíduo de construção civil e/ ou demolição já beneficiado, areia reciclada de granulometria similar a areia fina natural.



**Fonte:** Elaboração para esta pesquisa pelo próprio autor (2016).

Os corpos de prova (CP's) são moldados com três camadas compactadas com haste metálica de extremidades esféricas, sendo 25 golpes cada e duas camadas com 10 golpes cada, para concreto com dimensões 15x30 cm e argamassa com dimensões de 10 x 20 cm, respectivamente. Os CP's de concreto finalizados (Fig. 8), aguardando o tempo de cura de 24 horas [6].

O período de cura para a desforma é de 24 horas (Fig. 9). Já o período de cura úmida é de 28 dias a partir da data da moldagem (Fig. 10). Decorrido o prazo citado anteriormente, são retirados da água e colocados para secar de modo natural por 24h. Posterior a isso são realizados ensaios de compressão através de prensa eletro-mecânica, a fim de determinar sua resistência à compressão e determinar sua aplicabilidade (Fig. 11); (ABNT-NBR 5739/2007).

**Figura 8:** Vista dos CP's 15x30 moldados e aguardando o período de 24 horas, para serem desmoldados.



**Fonte:** Elaboração para esta pesquisa pelo próprio autor (2016).

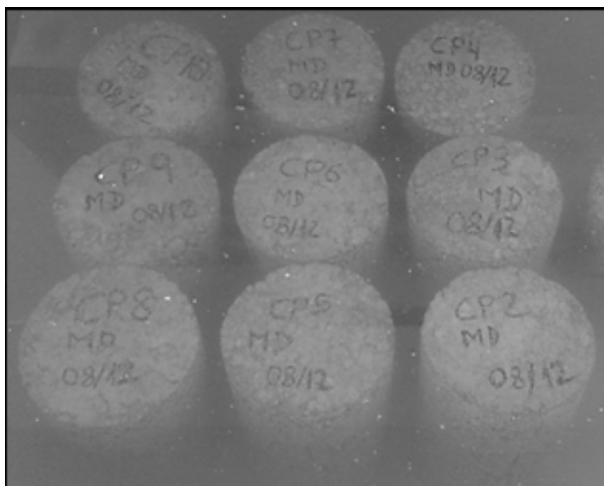


**Figura 9:** Detalhe dos CP's após 24 horas após desmoldagem e encaminhamento à cura úmida.



**Fonte:** Elaboração para esta pesquisa pelo próprio autor (2016).

**Figura 10:** Vista dos CP's na cura úmida.



**Fonte:** Elaboração para esta pesquisa pelo próprio autor (2016).

Figura 11: Vista do ensaio de resistência à compressão.



Fonte: Elaboração para esta pesquisa pelo próprio autor (2016).

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Seguem os traços com os respectivos resultados para o concreto:

1. Cimento, areia grossa e brita 19 mm (reciclada) e água. Resistência média de 24,91 [MPa]; ***(Satisfatório para agressividade I)***
2. Cimento, areia grossa (reciclada), brita (natural) e água. Resistência média de 21,63 [MPa]; ***(Satisfatório para agressividade I)***
3. Cimento, areia grossa (rejeito de fábrica de argamassa), brita (natural) e água. Resistência média de 31,44 [MPa]; ***(Satisfatório para agressividade I)***
4. Cimento (rejeito de fábrica), areia grossa (natural), brita (natural) e água. Resistência média de 26,046 [MPa]; ***(Satisfatório para agressividade I)***

Seguem os traços com os respectivos resultados para a argamassa:

1. Cimento, areia média (rejeito de fábrica de argamassa) e água. Resistência média de 20,68 [MPa]; **(Satisfatório para agressividade I)**
2. Cimento, areia (reciclada) e água. Resistência média de 25,91 [MPa]; **(Satisfatório para agressividade I)**
3. Cimento (rejeito de fábrica de argamassa), areia média natural e água. Resistência média de 26,90 [MPa]; **(Satisfatório para agressividade I)**

Os ensaios de compressão realizados para a argamassa demonstram sua firme resistência à compressão e possível aplicação para recobrimento de reforços estruturais. Ainda serão realizados ensaios de aderência para as mesmas, porém, não existe norma regulamentadora para determinar a resistência de aderência da argamassa convencional.

## 5 CONCLUSÕES

A pesquisa encontra-se em andamento, tendo sido iniciada em setembro de 2016 e previsão de término em setembro de 2018, onde serão realizados traços de argamassa e de concreto para as agressividades II, III e IV. Mesmo com os resultados preliminares, pode-se considerar que a empregabilidade dos resíduos de construção e demolição é satisfatória, uma vez que os resultados obtidos nos ensaios laboratoriais realizados estão em conformidade com as resistências à compressão estabelecidas pelas normas brasileiras.

Outro ponto que deve ser levado em consideração é o custo desses materiais, pois segundo as empresas que realizam o beneficiamento dos mesmos (areia e brita), o custo de aquisição final médio é 50% menor que os extraídos de reservas naturais, ou seja, tem reflexo diretamente proporcional ao custo de fabricação tanto para o concreto quanto para a argamassa. Isso é de suma importância para a indústria da construção, pelas excelentes vantagens custo/benefício.

Por fim, é importante salientar que a contribuição é imensurável para a preservação da natureza, uma vez que na atualidade as reservas naturais têm sido esgotadas, causando impactos muitas vezes irreversíveis,

pois a velocidade de extração é superior à capacidade do meio ambiente se recuperar. Com isso, os benefícios procedentes do emprego dos resíduos se veem nas vertentes do reuso e da não extração dos recursos naturais.

Apesar de muitas empresas investirem na reutilização, há ainda alguns paradigmas a serem vencidos que inibem a sua empregabilidade com uma abrangência maior; a pouca divulgação dos resultados das pesquisas realizadas sobre o tema para a sociedade e a comunidade da construção civil; falta de interesse e confiabilidade no novo, o pensamento engessado - se construir baseado no passado; políticas públicas de maior amplitude, que determinem o tratamento e emprego dos resíduos nas suas licitações, tomando por base municípios brasileiros que já adotaram essa política, a exemplo Belo Horizonte – MG e São José do Rio Preto – SP, que desde 1996 trabalham com a reciclagem e o emprego dos resíduos em vários trabalhos existentes.

Ressalte-se ainda que a construção civil é uma das maiores geradores de resíduos, mas é também a que mais tem a possibilidade de receber esse produto para novas aplicações, nas mais diversas situações.

## 5 REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 6118/2014**. Estabelece os requisitos básicos exigíveis para o projeto de estruturas de concreto simples, armada e protendido.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 8953/2015**. Estabelece as classes do concreto em função de sua massa específica, resistência à compressão axial e consistência.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 5738/2003**. Concreto: Procedimento para moldagem e cura de corpos-de-prova.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 5739/2007**. Prescreve o procedimento para moldagem e cura de corpos de prova cilíndricos e prismáticos de concreto.

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução nº 307 de 05 de julho de 2002; nova redação dada pela Resolução 448/2012. - Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil". **Diário Oficial da União**, 18 jan., 2012, p.76.

ISAIA, G. C. (ED.). **Materiais de construção civil e princípios de Ciência e Engenharia dos Materiais**. São Paulo: IBRACON, 2007. 2v. (p. 1603 - Quadro 3).

JOHN, V. M. J. Panorama sobre a reciclagem de resíduos na construção civil. In: **SEMINÁRIO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A RECICLAGEM NA CONSTRUÇÃO CIVIL**, 2., São Paulo, 1999. Anais.... São Paulo, IBRACON, 1999. p.44-55.

RIBEIRO, Daniel Vêras; MORELLI, Márcio Raymundo. **Resíduos sólidos: problema ou oportunidade?** Rio de Janeiro, RJ: Interciência, 2009.

# UMA REFLEXÃO SOBRE O SENTIDO DE FAMÍLIA PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES ABRIGADOS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA<sup>1</sup>

*Lara Mendes Braga Rigoti<sup>2</sup>*

## RESUMO

As crianças e adolescentes brasileiros em situação de extrema pobreza, violência e abandono são destituídos da guarda dos pais ou responsáveis, passando a estar sob a tutela do Estado. Eles são encaminhados às unidades de acolhimento com o objetivo de tirá-los do abandono e protegê-los. Tal realidade se dá, predominantemente, em famílias monoparentais de camadas populares, que sofreram mudanças na organização e na dinâmica das relações familiares. Nesse contexto, é a mãe que se sobrecarregada, pois se torna a principal responsável por suprir as necessidades econômicas, sociais e afetivas dos filhos, e a posição do pai na família, tem enfraquecido questões estas que afetam a constituição psíquica das crianças e adolescentes. O afastamento do convívio familiar leva ao sofrimento tanto dos filhos, quanto das suas famílias; estas são rotuladas como incapazes de criar seus filhos e acabam sendo abandonadas em sua vulnerabilidade social e excluídas das tramitações do processo de seus filhos. Mesmo diante dessa problemática, a família foi percebida como a principal fonte de apoio às crianças e adolescentes, sendo cada vez mais necessário à manutenção das relações familiares. Discute-se o tema contemplando a complexidade das famílias nesse contexto a partir do referencial sistêmico e estratégia de pesquisa da revisão bibliográfica. Conclui-se que as medidas socioprotetivas com essas famílias enfrentam desafios complexos e permanentes que exigem tomada de decisões rápidas, que garantam um melhor desenvolvimento para as crianças e adolescentes, mas também é preciso considerar as relações afetivas entre os membros da família (nuclear e extensa) e a própria saúde do sistema familiar; o acolhimento institucional deve envolver as famílias que precisam de fato ser acolhidas em seus sofrimentos e suas necessidades, para que não vivenciem mais uma situação de exclusão e possam enxergar possibilidades e alternativas de cuidado e proteção para seus filhos.

**Palavras-chave:** Família. Adolescentes. Acolhimento-institucional. Abordagem sistêmica

---

1 TCC- Especialização em Intervenção Familiar Sistêmica do Centro Universitário do Rio Grande do Norte - UNI-RN.

2 Psicóloga. Especialista em Intervenção Familiar Sistêmica (UNI-RN). Mestra em Psicologia-UFRN. Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/5169943212551946>.

**A REFLECTION ON THE SENSE OF FAMILY FOR ADOLESCENTS COVERED:  
A BIBLIOGRAPHIC REVIEW**

**ABSTRACT**

Brazilian children and adolescents in situations of extreme poverty, violence and abandonment are deprived of custody of their parents or guardians, and are now under the State's protection. They are referred to the host units with the aim of getting them out of the way and protecting them. Such reality occurs predominantly in single-parent families of popular strata who have undergone changes in the organization and dynamics of family relationships. In this context, it is the overburdened mother, who becomes the main responsible for meeting the economic, social and affective needs of the children, and the father's position in the family, has weakened issues that affect the psychic constitution of children and adolescents. The withdrawal from family life leads to the suffering of both the children and their families; these are labeled as incapable of raising their children and end up being abandoned in their social vulnerability and excluded from the processing of their children's process. Even faced with this problem, the family was perceived as the main source of support for children and adolescents, and it is increasingly necessary to maintain family relationships. The subject is discussed contemplating the complexity of the families in this context from the systemic reference and research strategy of the bibliographic review. It is concluded that socio-protective measures with these families face complex and permanent challenges that require rapid decision-making, guaranteeing a better development for children and adolescents, but also the affective relationships between family members (nuclear and extensive ) and the health of the family system itself; the institutional reception should involve families who need to be welcomed in their sufferings and their needs, so that they no longer experience a situation of exclusion and can see possibilities and alternatives of care and protection for their children

**KEYWORDS:** Family. Adolescents. Reception-institutional. Approach Systemic

## 1 INTRODUÇÃO

Elabora-se um estudo teórico, de revisão de literatura que visa apresentar informações acerca da família que possui criança ou adolescente em situação de abrigo, com o intuito de discutir o seu contexto, os seus direitos, dados acerca dos vínculos com a parentalidade e sobre direito a convivência familiar. Tal artigo discorrerá a temática articulando conceitos da abordagem sistêmica, numa visão construtivista.

A institucionalização é uma medida de proteção, prevista pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990 apud CNAS; CONANDA, 2009), utilizada quando os direitos das crianças e adolescentes se encontram violados ou ameaçados. Com isso, ocorre o afastamento dos que foram facilitadores da violência e/ou da situação de risco, seja por situação de negligência, violência, abandono, ou quando suas famílias estão impossibilitadas de oferecer cuidado e proteção, no momento.

Ao mesmo tempo, que o acolhimento institucional trata de uma alternativa de pôr um fim a situação de risco vivenciada pelas vítimas, se configura em uma dupla situação de abandono pois, de um lado a criança ou adolescente é privado da convivência familiar, e por outro, o abandono da própria família que, por razões diversas, não conseguiu sustentar seu papel de cuidadora (SIQUEIRA, TUBINO, SCHWARZ, DELL'AGLIO, 2009). Em muitas situações, as famílias vão sendo estigmatizadas com a incapacidade de criar seus filhos devido à destituição da condição de tutela e cuidado dos mesmos e acabam sendo excluídas do processo de decisão em relação ao caso, e aos órgãos sociais. Dessa forma, tais famílias acabam sendo abandonadas em sua desinformação, isolamento social e pobreza (RIZZINII, s.d.).

Muitas vezes, não se considera o histórico de violências sofridas pela família violadora, impedindo uma atenção e escuta diferenciada. Esta realidade está repleta de preconceitos, estigmas e rotulações. Nesse sentido, abre-se um olho para a violação de direitos sofrida pela criança e pelo adolescente, e fecha-se o outro para o sofrimento parental, que somado ao contexto de vulnerabilidade social vivenciado, ainda passou pela destituição do seu papel de cuidadora.

Existem estudos que informam que ainda há a ausência de preocupação de muitos abrigos com a individualidade das crianças e adolescentes, e



com a conservação de vínculos parentais, o que surge como mais um empecilho para a garantia do seu direito a convivência familiar (SIQUEIRA, TUBINO, SCHWARZ, DELL'AGLIO, 2009).

No presente artigo se discursará primeiramente sobre noções de família, em seguida acerca da realidade da vulnerabilidade social que as famílias de crianças e adolescentes abrigados estão inseridos, sobre uma breve contextualização do acolhimento institucional e o direito à convivência familiar e por fim, dados relacionados ao acompanhamento das famílias no processo de acolhimento institucional e processo de retorno/reintegração familiar.

## **2 UMALENTE SISTÊMICA SOBRE A FAMÍLIA**

Do ponto de vista do senso comum, a família é constituída por um grupo de pessoas “do mesmo sangue” que residem na mesma casa. No entanto, a família não é assim tão fácil de ser definida, em decorrência de uma série de elementos que envolvem o contexto social e cultural.

Macedo (1994), apresenta algumas visões existentes acerca da família. Afirma que no imaginário social, a família é associada a um refúgio que traz paz, segurança, amor e harmonia, lugar onde os membros se ajudam. Esse ideal é algo desejável, mesmo que as vivências do indivíduo tenham sido bem diferentes dessa visão, ela permanece como um modelo que se espera de um ambiente seguro para se desenvolver. Na área das ciências humanas e sociais, a família é entendida de forma mais genérica, sendo uma unidade social com o papel de preparar os filhos para a civilização e convívio social, através da educação e repasse da cultura e regras sociais. Especificando ainda mais, para a Psicologia, a família é compreendida como o primeiro contato com o mundo e com as relações, é a fonte e base na identidade individual e social. Nesse espaço, o sujeito é identificado com um nome que é relacionado ao núcleo familiar imerso, e que possui a sensação de pertencimento social, na qual se desenvolve pela vivência com as regras, limites, formas de se relacionar, bem como pela cultura e valores familiares.

Com o tempo, o indivíduo vai passando por um processo de diferenciação, no qual está ligado ao desenvolvimento da sua autonomia, independência e ao movimento de consciência de si, mesmo quando ele

se perceba diferente do outro. A diferenciação é uma sucessão de construções que nos ensinam sobre os distintos modos de viver, grupos sociais, hábitos e crenças. Nesse contexto, a diferenciação vai ocorrendo a partir da experimentação de variados atores sociais (filho, irmão, primo, sobrinho) que assumimos no nosso meio, bem como, pela imersão em grupos externos à família, como, amigos, escola, instituição religiosa (MACEDO, 1994). Desse modo, a família também é fonte de apoio para o estabelecimento de vínculos. A partir dela, o indivíduo se sente parte de um grupo, o que possibilita, em sua trajetória, participar de outros grupos (GOMES e PEREIRA, 2005).

A família tem sido associada também aos laços consanguíneos, aos formatos de moradias, ao seu papel educativo e socializador, as normativas da lei, dentre outros. Tais conceituações gerais podem ser dispensadas quando, a partir de nossas trajetórias pessoais, cada um pode ter seu olhar singular sob a influência da sua idealização. O grande problema é quando a família for naturalizada, de maneira a ser vista como algo dado e universal. Quando se fala em família, geralmente se olha para a nuclear, mas no Brasil, a convivência ou proximidade com a família extensa é bem comum. Um exemplo recorrente é das avós que muitas vezes assumem o papel de cuidado dos netos e do lar. Esta situação ocorre, na maioria dos casos, nas famílias de baixa renda, ou famílias chefiadas por mulheres (MACEDO, 1994).

Por sua vez, a Psicologia enxerga a família diferente de outros grupos sociais, devido à particularidade dos vínculos de lealdade, afeto e compromisso, os quais não permitem a negação ou saída dos membros, a não ser pela morte (concreta). E a entrada se dá pelo nascimento, adoção ou casamento. Nessa relação de fidelidade, a família possui a função de proporcionar as condições essenciais para o desenvolvimento da personalidade do membro, através do suprimento das necessidades básicas do mesmo, como alimentação, segurança e lar, afeto, amor, aceitação e cuidado. Com tudo isso, a criança terá um lugar seguro para crescer (MACEDO, 1994).

As noções de família, e os modos como se dão as relações familiares estão associadas com as profundas mudanças sociais que ocorrem na sociedade. Essas transformações podem ser consideradas como evolução social, e serem caracterizadas a partir da emancipação feminina, com a mudança

do lugar da mulher na sociedade e na família, a divisão do trabalho e a inserção no mercado de trabalho, a legalização do divórcio, a mudança na vida sexual, o aperfeiçoamento dos métodos anticoncepcionais e as técnicas de reprodução, entre outras mudanças, as quais têm alterado o conceito e a posição da família e do casamento em nosso contexto.

Tais mudanças sociais vêm repercutindo no surgimento de vários conflitos, relacionados à mudança da posição da mulher no lar, pois esta começou a exigir mais participação do homem nas atividades domésticas e nos cuidados dos filhos, já que agora ela estava se sentindo sobrecarregada com os papéis de esposa, mãe e profissional, tendo que dar conta da dupla jornada de trabalho. Quando os conflitos não são resolvidos, o divórcio, validado pela lei nº 5582 de 1970, mostra-se como uma alternativa para essas dificuldades (MOREIRA, BEDRAN, CARELLOS, 2011).

Tudo isso influencia os diversos sistemas da sociedade, mas afeta principalmente a dinâmica familiar. A partir do desenvolvimento dos movimentos sociais, as minorias tiveram maior visibilidade e atenção social, destacando-se entre estas, as mulheres, as crianças e os adolescentes, mas “o que terá acontecido com o espaço dos homens nestes novos tempos?” (MOREIRA, BEDRAN, CARELLOS, 2011, p. 163).

O ECA estabelece que as crianças e adolescentes possuem direito a convivência familiar e de saber quem são seus pais. No caso do pai biológico, muitas vezes não é marido da mãe, mas mesmo que os filhos não coabitam com o mesmo, o pai deve cumprir os deveres legais relacionados a eles. Na situação de família reconstituída, nem sempre o marido é o pai biológico de todos os filhos e em alguns casos, não lhe é permitido um lugar simbólico de autoridade em relação aos filhos de sua esposa. As relações mostram-se tão igualitárias entre homem, mulher e filhos que a família tem sempre o cuidado de não retornar ao modelo patriarcal (MOREIRA, BEDRAN, CARELLOS, 2011). Nesse sentido, as autoras em comendo afirmam, que tem se sobressaído à presença da legalidade nas relações familiares, pois os pais devem cumprir suas responsabilidades perante seus filhos, na visão da lei, e da mesma maneira os filhos são legalmente incumbidos de cuidar de seus pais quando idosos. O descumprimento destas leis pode sofrer consequências judiciais, o que reforça a ideia de sociabilidade guiada por leis, ao invés da lógica da tradição.

### 3 A FAMÍLIA EM VULNERABILIDADE SOCIAL

A casa para muitas famílias em situação de vulnerabilidade social, pode representar um lugar de instabilidade, de fragilidade dos vínculos afetivos e de solidariedade, como pensa Gomes e Pereira (2005). Devido ao seu contexto, estas famílias acabam se desestruturando por deixar de ser um espaço de proteção e suas tentativas de superação acabam ocorrendo de maneira fragmentada, tendo em vista que não possuem redes de apoio no enfrentamento de suas problemáticas. Mesmo com essas fragilidades, ainda é o ambiente familiar, que representa o lugar do afeto, da aceitação e do pertencimento ao grupo familiar e comunitário.

Dessa maneira, depois que a família está passando por grandes dificuldades, e é constatada a existência de risco pessoal/social e violação de direitos dos seus filhos, é que são feitos os encaminhamentos necessários à rede socio-assistencial e destituição de tutela de seus filhos pela atenção especializada. Mas, como tem sido o investimento da atenção básica para que esses problemas se minimizem e não cheguem a esse ponto de sofrimento familiar?

O ECA reconhece e prevê a família como detentora de direitos, como por exemplo, o de receber recursos materiais do Estado, que auxiliem no cumprimento do seu papel de cuidado, proteção e educação dos seus filhos, objetivando diminuir as suas fragilidades, vulnerabilidades e riscos. Dessa maneira, a centralidade da família não é somente considerada pelo ECA, no que diz respeito aos direitos das crianças e adolescentes, mas também às suas famílias (MOREIRA, BEDRAN, CARELLOS, 2011).

Gomes e Pereira (2005) afirmam que a família deveria ter seus direitos assegurados pelo Estado, inclusive no fornecimento de condições para que a mesma possa participar ativamente do desenvolvimento dos seus filhos. Entretanto, essa questão, não está entre as prioridades do Estado. A exclusão social no Brasil é predominante e muitas famílias vivenciam risco pessoal e social, sendo excluídas das políticas sociais básicas (Trabalho, educação, habitação, saúde e alimentação), e quando algumas famílias conseguem acesso, experimentam a ineficácia das políticas públicas, como: precárias condições das escolas públicas, professores mal remunerados, hospitais com péssimas condições de atendimento e falta de saneamento básico nos subúrbios.

Aa famílias quando possuem acesso à educação, trabalho e saúde são capazes de exercer seus papéis de cuidado e proteção das suas crianças e adolescentes, por esse motivo é necessário que o próprio município forneça os incentivos para o combate das problemáticas sociais que essas famílias vivenciam, como a violência doméstica, desemprego, a dependência química, entre outros. Dessa maneira e por consequência, a família pobre acaba precipitando a ida de seus filhos para a rua, e muitas vezes, ocorre o abandono da escola, a fim de auxiliar na renda da família para sobrevivência. Esta medida temporária de se articular na rua acaba se fortalecendo e distanciando do convívio familiar e social. Para esse modelo de família é observado que a perda ou quebra dos vínculos familiares leva a sofrimento e descrença do indivíduo em si mesmo, influencia na sua baixa autoestima e afeta tanto a capacidade de amar, quanto de ser amado. Essa exclusão social, privação de direitos afeta profundamente a banalização dos afetos, sentimentos e laços (IANNELLI, ASSIS; PINTO, 2015).

No Brasil, muitas famílias que tem a mãe como responsável tem enfrentado a pobreza e a miséria. No ano de 2000, por volta de 28,6% das famílias nas quais as mulheres são responsáveis obtinham até meio salário mínimo como renda mensal. O contexto no qual vivem é marcado pela

pobreza, a monoparentalidade, o desemprego, a baixa escolaridade dos cuidadores, as práticas educativas coercitivas, a hostilidade nas relações familiares, a presença de doença física e/ou mental, a família numerosa, entre outros fatores associados, dificultam a tarefa de cuidar dos filhos, colocando em risco o desenvolvimento e o bem-estar das crianças e dos adolescentes (SIQUEIRA, TUBINO, SCHWARZ, DELL'AGLIO, 2009, p. 178).

Pesquisa realizada em 2009, prosseguem as autoras, indica que o quadro das famílias de crianças e adolescentes abrigados retrata um índice de cerca de 70% de separação dos pais e mais de 70% indicou que a figura materna é mais apontada como membro da rede de apoio em comparação à figura paterna. Tal sistema familiar é muito dinâmico, pois constatou-se que as configurações familiares são instáveis devido mudanças dos companheiros da mãe, além de um “vai e vem” nos seus relacionamentos. Nessas famílias, a figura materna é a pessoa fundamental

no processo de desenvolvimento e educação dos filhos, é o membro mais presente na vida dos mesmos, é quem impõe limites e é a chefe familiar, se configurando numa família monoparental. A figura paterna, no entanto, muitas vezes não convive com os filhos.

Outro ponto a se considerar é fato da responsabilidade que a mulher acumula, em nossa sociedade, de ir além do cuidado com as crianças e adolescentes, se ampliando para jovens, idosos e doentes (MOREIRA, BEDRAN, CARELLOS, 2011).

Em 2004, Feijó e Assis fizeram uma pesquisa com jovens infratores e suas famílias, sendo identificado que em 40% dos casos, a figura paterna era ausente. Verificaram que tal ausência contribuiu para o sofrimento emocional e financeiro dos filhos, influenciando no desenvolvimento de sua identidade social. De acordo com Padilha (2001), possivelmente, essa falta da figura de um pai se torne um fator de risco a mais para uma precoce experiência sexual, principalmente quando já vivenciam contexto de vulnerabilidade social. Dessa forma, é preciso trabalhar, no abrigo, com ações que reforcem a importância da figura paterna na vida deles, não necessariamente ao pai biológico, mas expandindo para outra referência de apoio que possa exercer essa função, podendo ser, inclusive, um educador social.

Pela situação de pobreza devido à falta de um provedor que auxilie na renda familiar e pelo enfraquecimento dos vínculos e de referências de autoridade, as famílias monoparentais chefiadas por mulheres estão sendo consideradas em situação de vulnerabilidade social. Devido ao contexto de disfuncionalidade familiar, em muitos casos, as crianças e os adolescentes vivenciam situações de violência física, psicológica, sexual, são submetidos ao trabalho precocemente e, por isso, diversas vezes, ficam sem acesso a escola, ambientes de lazer e cultura. Os ditos violadores, geralmente, foram vítimas de diferentes tipos de violações. O retrato desta realidade revela a retroalimentação das desigualdades, pois as violações de direitos são perpetuadas pelas desigualdades sociais sofridas destas famílias que foram alvos da exclusão (MOREIRA, BEDRAN, CARELLOS, 2011).

Entretanto, mesmo quando existe o casal, este vivencia muitos problemas e dificuldades com a criação e educação dos filhos, já que vivenciam sofrimento de diferentes ordens (problema emocional, desemprego, falta de moradia própria, dependência química, criminalidade).

É perceptível o acúmulo de múltiplas funções da mãe, o excesso de responsabilidade, a sobrecarrega de forma a contribuir com o processo de negligência, abandono e da mesma ver a rua como possibilidade de auxílio na renda familiar, principalmente quando há vários filhos. Os profissionais envolvidos na destituição familiar, já refletiram sobre a situação de uma mãe nessas condições? Muitas vezes não possui auxílio do pai de seus filhos, nem de outros familiares. Como será a saúde mental dessa mãe e seu processo de sofrimento? Vendo seus filhos crescerem numa situação de vulnerabilidade? Não se trata de desconsiderar a violação de direitos presente, mas de compreender esse contexto e ver a família como o foco de atenção e cuidado. É importante evitar rotulação da família como incapaz ou simplesmente culpada, já que a mesma está inserida numa realidade de muitas violações, vítima do ciclo transgeracional de violências.

#### **4 ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E O DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR**

Desde o período colonial brasileiro, o acolhimento de crianças e adolescentes acontece e cada momento histórico teve suas peculiaridades. O período caritativo, que perdurou do período colonial até o século XIX, foi marcado pelo abandono e grande invisibilidade dada a crianças que eram indesejadas e bastardas, vivendo sob a responsabilidade de instituições religiosas e sob péssimas condições de cuidado. Na época do Código de menores (1929 e, reformulação em 1979), a proteção à infância passou a fazer parte do controle social, sob a administração do Estado, com a ideia de possibilidade de regeneração da sociedade, pois poderia evitar o desvio dessas crianças para o “mal” no futuro. Mas somente com as lutas de redemocratização, foi possível a promulgação da Constituição de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que reconheceram as crianças e adolescentes como sujeitos de direito e o serviço de acolhimento passou a ser visto como medida protetiva quando estes vivem sobre situação de violação de direitos.

Desse modo, a história do Brasil é marcada pelo afastamento da criança e do adolescente do convívio familiar como primeira solução à situação de vulnerabilidade social, risco ou pobreza. Havia a crença de desvio de conduta da criança pobre e desse modo, era necessário à intervenção do Estado de afastar a mesma de sua casa e comunidade para institucionalizá-la.

Não havia a priorização do apoio aos pais nos cuidados com os seus filhos (Rizzini, 2004). Com o ECA (apud CNAS; CONANDA, 2009), surge a ideia de modificar essa cultura, através do caráter excepcional da medida, afirmando que a pobreza da família não é motivo suficiente para o afastamento desses sujeitos do convívio com sua família.

Nas duas décadas anteriores, as políticas públicas vêm sendo norteadas pela orientação de preservação dos laços familiares e comunitários e se opondo a prática da institucionalização, já que esta reforça a separação da família e da comunidade (IANNELLI, ASSIS; PINTO, 2015).

Por sua vez, a estruturação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) surgiu com a proposta de um sistema que estabelece articulação da rede socioassistencial com as outras políticas públicas e com o Sistema de Garantia de Direitos (SGD), identificando a família como foco principal de atenção. Tal rede prevê a concretização do direito à convivência familiar e comunitária através dos serviços que trabalham com o caráter preventivo, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, atendimento especializado a indivíduos e família que enfrentam ameaça ou violação de direitos, e serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, serviços esses que atendem na atenção básica, média e de alta complexidade (CNAS; CONANDA, 2009). O enfrentamento das situações sofridas pelas violações de direitos tem sido realizado através de uma rede de atendimento composta pelos equipamentos públicos de assistência social, de saúde, de educação e acesso a suporte jurídico (MOREIRA; BEDRAN; CARELLOS, 2011).

Nesse sentido, quando acontece a medida de acolhimento institucional, o sistema familiar do abrigado começa a interagir com o sistema do serviço de acolhimento, bem como, com vários subsistemas como a Vara da Infância e Juventude, a Promotoria da Infância e Juventude, a Secretaria Municipal de trabalho e assistência social (SEMTAS) e outros órgãos e serviços nos quais a família e os abrigados serão acompanhados (FREITAS, 2008).

O acolhimento é uma medida de caráter excepcional, ou seja, uma ação atípica vista como última alternativa para proteção da criança ou adolescente. Outra característica dessa medida é a provisoriedade, pois seu objetivo é que, o quanto antes, eles voltem à convivência familiar e comunitária, como lhes é de direito. Quando não é possível o retorno às suas famílias de origem, eles podem ser encaminhados à família substituta.



Dessa maneira, o acolhimento geralmente ocorre quando se configura a carência extrema de recursos materiais da família/responsável; o abandono; a violência doméstica; a dependência química; a vivência de rua e a orfandade (IANNELLI, ASSIS; PINTO, 2015). Assim, o afastamento deve ocorrer somente em situações excepcionais que envolvam risco a integridade física e/ou psicológica da criança e do adolescente e a medida deve ocorrer para que haja o menor prejuízo ao seu processo de desenvolvimento. Sendo assim, a medida deve ser implantada quando não for possível fazer uma intervenção com a presença da criança e do adolescente no convívio familiar, seja nuclear ou extensa (CNAS; CONANDA, 2009); embora, o afastamento do meio familiar proporcione sentimentos de tristeza, ódio, rejeição, insegurança, angústias, decepção, prossiguem as autoras. Há, portanto, que se perguntar: será que o acolhimento tem trazido integridade psicológica para essas crianças e adolescentes?

Segundo a Constituição Federal (BRASIL, 1988) o direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária é dever da família, da sociedade e do Estado. A promoção da convivência familiar e comunitária é de responsabilidade dos serviços de acolhimento institucional e da rede socioassistencial, na qual envolve o Ministério Público, o Poder Judiciário e os Conselhos Tutelares e dos Direitos (IANNELLI; ASSIS; PINTO, 2015). A aplicação deste serviço exige a promoção do fortalecimento, a emancipação e inclusão social das famílias na rede de serviços públicos de forma a contribuir com as condições necessárias de um ambiente favorável e seguro da criança e do adolescente (CNAS; CONANDA, 2009).

O acolhimento institucional só deve acontecer, quando for a melhor medida para proteger a criança e o adolescente, sendo necessário concentrar todos os esforços no retorno seguro a convivência familiar no menor tempo possível. Esse tempo não pode ultrapassar dois anos, a fim de que seja promovida a reintegração familiar (nuclear, extensa, em seus variados arranjos). Somente em situações de extrema excepcionalidade, estes indivíduos podem ficar tempo superior a dois anos, e depois de justificação criteriosa elaborada pelos órgãos que acompanham o caso. Nesta situação, deverá ser enviado relatório à justiça da infância e juventude para avaliação quanto a melhor alternativa para a criança e ao adolescente, se persevera na tentativa de retorno a convívio familiar ou encaminhamento a família substituta (CNAS; CONANDA, 2009).

Nessa direção, entretanto, estudo realizado por Silva (2010) constatou que o período de institucionalização pode chegar a mais de 10 anos. Ou seja, muitas vezes, as crianças são acolhidas e ficam até o final da adolescência abrigadas. Não conseguem retornar ao convívio familiar. Esse fator produz consequências que afetarão na manutenção de vínculos afetivos na fase adulta.

Além disso, o acolhimento institucional possibilita alguns riscos, como por exemplo, à medida que se instaura a tutela jurídica sobre a família, se reforça certa fragilização da autoridade parental, fragmentando ainda mais os já difusos laços familiares em nossa sociedade (MOREIRA, BEDRAN, CARELLOS, 2011).

Quando não for possível o retorno à família de origem ou a adoção, os profissionais envolvidos deverão trabalhar no fortalecimento da autonomia das crianças e adolescentes. Os serviços responsáveis pela garantia da convivência familiar devem fazer esforço conjunto para continuar buscando apoio nas redes sociais que trabalham com a adoção e perseverando na criação de estratégias para a busca de famílias dispostas a acolher.

Nas normativas, parece simples a atuação dos profissionais na busca do retorno do convívio familiar. Segundo as autoras Iannelli, Assis e Pinto (2015), as constantes ameaças ou violação dos direitos das mesmas, dificultam o trabalho dos serviços na reintegração familiar. Tudo isso relacionado ao ciclo de violência e ao contexto de vulnerabilidade social e familiar que levaram as crianças e os adolescentes ao afastamento do seu contexto.

É importante se reconhecer a complexidade de determinadas situações de famílias para o retorno familiar, mas isso não deve impedir tentativas conjuntas para a efetivação das ações. Quando não se tem êxito em todas as possibilidades de convívio familiar, inclusive a adoção, o trabalho deve se concentrar na potencialização dessa criança e adolescente, sendo importante, neste processo, que estes possam visualizar em alguns profissionais da instituição referências de vida, tendo em vista a importância das mesmas para seu desenvolvimento.

O fortalecimento dos vínculos é fundamental para estes indivíduos por oferecer-lhes condições de um desenvolvimento saudável que favoreça a formação de sua identidade e auxilie na constituição deles como sujeitos e cidadãos.

## 5 ACOMPANHAMENTO FAMILIAR

Quando ocorre o abrigo, enquanto a criança ou adolescente fica sob a tutela e cuidados da instituição de acolhimento, a família deve ser acompanhada pela equipe do abrigo, a qual dará suporte para que a mesma supere as dificuldades que levaram a destituição familiar. Esta superação também será trabalhada com os filhos acolhidos. Para isso, será elaborado um Plano de atendimento Individual e Familiar que possui o intuito de guiar a intervenção durante o período de afastamento, a partir de estratégias que visem o atendimento às necessidades desta família, considerando as suas peculiaridades e potencialidades. A família será encaminhada para serviços que orientem e forneçam a assistência básica de forma a auxiliar na resolução de suas problemáticas.

O Plano de atendimento deverá ser desenvolvido com base no estudo que levou o acolhimento institucional, em conjunto com o Conselho Tutelar e, quando possível, com a Justiça da Infância e da Juventude. Será considerado também em relação à criança, adolescente ou a família: a dinâmica familiar, os relacionamentos afetivos na família nuclear e extensa, condições socioeconômicas, vínculos sociais e institucionais (atividades coletivas, escola, instituições religiosas), demandas específicas (sofrimento psíquico, abuso ou dependência de álcool e outras drogas, etc.), e a violência e outras formas de violação de direitos na família. Desse modo, o plano deverá articular serviços e órgão que acompanhem a família, como: a escola, Unidade Básica de Saúde, Estratégia de Saúde da Família, CAPS, CREAS, CRAS, programas de geração de trabalho e renda, etc. (CNAS; CONANDA, 2009).

Em todo processo de acolhimento, é essencial que a criança, o adolescente e a família participem ativamente da procura de caminhos que possibilitem ultrapassar a violação de direitos e situações de risco, bem como nas decisões voltadas para as ações e encaminhamentos que atendam suas necessidades (CNAS; CONANDA, 2009).

Segundo documento que orienta trabalho voltado ao acolhimento institucional, organizado pelos órgãos acima citados, no que diz respeito ao acompanhamento da família, as atividades deve resultar:

A acolhida da família, a compreensão de sua dinâmica de funcionamento, valores e cultura; a conscientização por parte da família de sua importância para a criança e o adolescente e das decisões definitivas que podem vir a ser tomadas por parte da Justiça, baseadas no fato da criança e do adolescente serem destinatários de direitos; A compreensão das estratégias de sobrevivência adotadas pela família e das dificuldades encontradas para prestar cuidados à criança e ao adolescente e para ter acesso às políticas públicas; a reflexão por parte da família acerca de suas responsabilidades, de sua dinâmica de relacionamento intrafamiliar e de padrões de relacionamentos que violem direitos; o desenvolvimento de novas estratégias para a resolução de conflitos; O fortalecimento da autoestima e das competências da família, de modo a estimular sua resiliência, ou seja, o aprendizado com a experiência e a possibilidade de superação dos desafios; O fortalecimento da autonomia, tanto do ponto de vista socioeconômico, quanto do ponto de vista emocional, para a construção de possibilidades que viabilizem a retomada do convívio com a criança e o adolescente. O fortalecimento das redes sociais de apoio da família; o fortalecimento das alternativas para gerar renda e para garantir sobrevivência da família (CNAS; CONANDA, 2009, p. 33).

É relevante apontar que há influência das crenças dos profissionais acerca das famílias nos resultados das ações. Por esse motivo é necessário que os profissionais respeitem às diferenças das famílias e acreditem que é possível a reconstrução dos vínculos. Essas atitudes contribuirão para o fortalecimento dos próprios recursos da família no cuidado de seus filhos e na confiança da mesma em sua capacidade em cuidar deles, possibilitando a superação das situações que levaram ao acolhimento institucional. O fortalecimento da família e reconhecimento de suas potencialidades está relacionado com o sentir-se cuidada, ajudada e acolhida.

## **6 VÍNCULO FAMILIAR E REINTEGRAÇÃO FAMILIAR**

Pesquisa realizada por Iannelli, Assis e Pinto, (2015), entre 2009 e 2010 em diferentes portes de instituições de acolhimento, em âmbito nacional, com o apoio do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), verificou que, no que diz respeito à situação de vínculo

familiar das crianças e adolescentes abrigados, parte significativa dessas famílias está presente nos serviços de acolhimento institucional, variando de 47,3%, cidades de médio porte, a 58,1% nas metrópoles. Entretanto, a falta de vínculos na existência de família se constatou 19,4% a 22%, porte pequeno II e grande porte, respectivamente. Nas grandes cidades há percentual mais alto de crianças e adolescentes com família não localizada/desaparecida, sendo 3,4%. Em casos dos pais que moram em outro município, diferente dos filhos, verificou-se 12,4% (metrópoles) e 33,6% nas cidades menores. Foi obtido número considerável de casos onde os irmãos são acolhidos em outros serviços (IANNELLI; ASSIS; PINTO, 2015).

Constatou-se, ainda, que há cerca de 6% de unidades que não desenvolvem nenhuma atividade com as famílias de origem, ou seja, estes serviços não estão estimulando e fortalecendo a convivência familiar e estão contrariando as orientações e normativas. Isso demonstra que há a falta de fiscalização do Ministério Público, Poder Judiciário e Conselho Tutelar. Municípios menores realizam menos atividades com as famílias do que as metrópoles. Referente à reintegração familiar, 46,4% dos casos estão na fase de preparativos para reintegração ou retorno ao convívio familiar.

Dessa forma, é essencial que sejam analisados os motivos que levaram a continuidade da criança e do adolescente no abrigo, observando também os fatores, sejam familiares ou pessoais, que levaram a uma segura reintegração familiar. Existem dificuldades e riscos na reinserção familiar, pois as questões problemáticas da família pelas quais levaram ao afastamento podem não ter sido ainda superadas, sendo possível reincidências na violação de direitos. O tempo máximo de dois anos é um fator que pode levar a uma reintegração no momento indevido. Por essa razão, devem ser analisadas com cuidado as condições socioeconômicas de vida da família, o anseio desta com o retorno do abrigado ao lar e das relações entre os familiares (IANNELLI, ASSIS; PINTO, 2015).

Em pesquisa do IPEA (apud FEIJÓ e ASSIS, 2004, p 30), apenas 6,6% das unidades desenvolveram as atividades como estímulo ao convívio com a família de origem, e não separação do grupo de irmãos. E 14,1% dos serviços promoveram: “visitas domiciliares; acompanhamento social; reuniões ou grupos de discussão e apoio; e inserção em programas de proteção/auxílio à família”. Tal realidade revela o descompromisso dos serviços com a responsabilidade e

cuidado com os laços familiares e comunitários e com o esforço nesse sentido tão cobrado pelo ECA. “O prolongamento do afastamento da criança ou adolescente pode provocar enfraquecimento dos vínculos com a família, perda de referências do contexto e de valores familiares e comunitários, exigindo preparação ainda mais cuidadosa no caso de reintegração familiar”.

Dados mostram que o abrigo de crianças e adolescentes comprometem negativamente os laços com pais e irmãos devido ao afastamento da convivência familiar, e há o risco de comprometer a construção da história de vida das mesmas. Elas consideram como parte de suas famílias, as pessoas da família nuclear e extensa, ou seja, inclui tios (as), primos (as) e avós (ós) como participantes de suas trajetórias pessoais seja na sua criação ou na sua educação por um período de tempo. Isso demonstra a relevância da família extensa e dessas atitudes de apoio e solidariedade do próprio sistema familiar como prática fortalecedora.

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A maneira como se vive é influenciada pelo ciclo de vida familiar do indivíduo. Outros fatores afetam nosso cotidiano como as constantes mudanças decorrentes da era da informática e tecnologia interferindo no modo como as pessoas interagem entre si, interferindo diretamente nas relações familiares, assim como, nos grupos e organizações.

Quando chegamos ao mundo, somos imersos em uma série de sistemas que possuem subsistemas e cada um com um funcionamento que influencia nosso modo de viver. O sistema familiar é o mais importante na constituição da identidade do indivíduo, pois é a partir dele que se começa a perceber as regras sociais, a maneira de se relacionar, se aprende valores e princípios e que se torna parte de quem nós somos. É na família que vivemos intensamente nossas relações íntimas, com diferentes emoções, atritos, rivalidades, invejas, conflitos, mas também amor, cuidado e carinho.

Outra parte de nós, é singular, desenvolvemos a partir das nossas experiências. Dependendo do contexto no qual estamos imersos e dependendo de como significamos a nossa história, alguns tem a oportunidade de desenvolver melhor o que lhe é próprio e único, e outros nem tanto, vivem numa realidade sem muito espaço para o que lhe é próprio e a maior parte do que

se torna, são as reproduções do que lhe foi ensinado na sociedade (FREITAS, 2008). No caso das famílias em vulnerabilidade, tais reproduções acabam se repetindo em função do mecanismo de retroalimentação de sofrimentos vividos, num histórico de violações, abandonos, perdas e rupturas.

Os processos de individuação em muitos casos estão bloqueados e precisam de uma reestruturação das relações com o sistema familiar original (BOWEN, 1978). Na situação do acolhimento institucional, essa reestruturação será buscada a partir do afastamento, onde a criança ou adolescente será trabalhado, ao mesmo tempo, a família será acompanhada nesse sentido para que a convivência familiar seja reestabelecida sem disfuncionalidade.

É interessante ressaltar, a grande influência da transgeracionalidade nas relações familiares, onde o passado interfere diretamente no funcionamento da família atualmente. É por esse fator que podemos compreender o ciclo da violência que se repete de geração para geração. Por isso a importância da equipe do serviço compreender essa dinâmica familiar, tentando investigar um pouco da vivência dessa família a partir da história de seus pais e avós. Para Freitas (2008), o funcionamento familiar vai influenciando a constituição do ser humano em desenvolvimento. Além disso, a transmissão transgeracional interfere e recebe influência de outros sistemas da comunidade que se insere, através dos valores, mitos, legados, dinâmica passando para um plano subjetivo.

A autora prossegue afirmando, que as crianças e adolescentes abrigados não compreendem de forma mais ampla, os motivos reais que os levaram ao acolhimento devido a uma série de lacunas, informações controversas, incompletas ou falta de informações mesmo sobre suas famílias e suas histórias de vida. O conhecimento de seu próprio contexto de vida ajudará a fazerem conexões com o momento atual, ajudando-os a prosseguir com seu ciclo de vida independente de como serão as suas vidas ao saírem do abrigo. Nesse sentido, devido a tantas mudanças que sofreram, se faz necessário uma (re) elaboração de suas identidades, (res)significando suas histórias.

Do mesmo modo deve acontecer com as famílias, as estratégias voltadas para o acompanhamento familiar devem conduzir a um processo de reflexão sobre seu contexto de vida, levando em consideração as suas violações sofridas, não somente as cometidas, além de possibilitar que olhem para as histórias vivenciadas pelas outras gerações da família.

Dessa maneira, será possível o entendimento aproximado dos eventos da história familiar, bem como compreensão, de maneira mais ampla, do seu próprio sistema familiar.

Há uma tensão permanente entre a tutela e a busca de potencialização dos recursos simbólicos e materiais da família (FREITAS, 2008). Portanto a situação de vulnerabilidade de crianças e adolescentes, bem como de suas famílias deve ser vista, pensada e trabalhada de modo interacional e sistêmico.

As medidas socioprotetivas com essas famílias enfrentam desafios complexos e permanentes que exigem tomada de decisões rápidas, que garantam um melhor desenvolvimento para as crianças e adolescentes, mas também é preciso considerar as relações afetivas entre os membros da família (nuclear e extensa) e a própria saúde do sistema familiar. Tanto no intuito, de possibilitar o retorno ao convívio familiar original, quanto para evitar que não haja repetição da violência com outro membro da família. Não sendo possível tal retorno, que a rede socioassistencial, trabalhe com foco numa família substitua. Enquanto isso, o abrigo precisa acolher de fato essas crianças e adolescentes, de forma que elas possam visualizar referências de vida, neste espaço, para que tenham suporte na ressignificação de suas trajetórias pessoais e produção da autonomia. A concentração de todos os esforços deve acontecer para evitar a dupla situação de abandono vivenciada pelas crianças e adolescentes, e pelas suas famílias.

Portanto, o acolhimento institucional deve envolver as famílias que precisam de fato ser acolhidas em seus sofrimentos e suas necessidades, para que não vivenciem mais uma situação de exclusão e possam enxergar possibilidades e alternativas de cuidado e proteção para com seus filhos.

## 8 REFERÊNCIAS

ARPINI, D. M. Repensando a perspectiva institucional e a intervenção em abrigos para crianças e adolescentes. **Psicologia: Ciência & Profissão**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 70-75, 2003.

BOWEN, M. Family Therapy. Cincial Practice. New York: Jason Aronson, 1978.



BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

CNAS; CONANDA. **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para crianças e Adolescentes**. Brasília, 2009.

FEIJÓ, Maria Cristina; ASSIS, Simone Gonçalves de. O contexto de exclusão social e de vulnerabilidades de jovens infratores e de suas famílias. **Estudos de Psicologia**, v.9, n.1, p.157-166, 2004.

FREITAS, A. L. R. Ampliando genogramas num abrigo: os recursos das famílias funcionais. In: PENSO M. A; COSTA, L. F. **A transmissão geracional em diferentes contextos: da pesquisa à intervenção**. São Paulo: Summus, 2008, p. 282-288. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?>. Acesso em: 4 dez. 2015.

GOMES, M.A.; PEREIRA, M. L. D. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. **Ciência & Saúde Coletiva**, Ceará, v. 10 (2), p. 357-363, 2015.

IANNELLI, A. M.; ASSIS, S. G.; PINTO, L. W. Reintegração familiar de crianças e adolescentes em acolhimento institucional em municípios brasileiros de diferentes portes populacionais. **Ciência & Saúde Coletiva**, Ceará, v. 20, n. 1, p. 39-48, 2015. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232015000100039&script=sci\\_arttext&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232015000100039&script=sci_arttext&tlng=pt). Acesso em: dez. 2015.

MACEDO, R. M. A família do ponto de vista psicológico: lugar seguro para crescer? **Cad. Pesq.**, São Paulo, n.91, p. 62-68, 1994. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/877/883>. Acesso em: 4 dez. 2015.

MOREIRA, M. I. C.; BEDRAN, P. M.; CARELLOS, P. M. **A família contemporânea brasileira em contexto de fragilidade social e os novos direitos das crianças: desafios éticos**. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/2292>. Acesso em: 4 dez. 2015.

PADILHA, M.I.C.S. **Representações sociais**: aspectos teórico-metodológicos. Passo Fundo (RS): Universidade de Passo Fundo, 2001.

RIZZINI, I. Reflexões sobre o direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes no Brasil. **Sociedade Brasileira de Pediatria**, [s.d.]. Disponível em <[http://www.sbp.com.br/show\\_item.cfm?id\\_categoria=74&id\\_detalhe=1354&tipo=D](http://www.sbp.com.br/show_item.cfm?id_categoria=74&id_detalhe=1354&tipo=D)> Acesso em: 5 abr. 2015.

SILVA, M. E. S. D. Acolhimento institucional: a maioria e desligamento. **Dissertação de mestrado**, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte. 2010.

SIQUEIRA, A. C.; DELL'AGLIO, D. D. O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 71-80, 2006.

SIQUEIRA, A. C.; TUBINO, C. DE L.; SCHWARZ, C.; DELL'AGLIO, D. D. Percepção das figuras parentais na rede de apoio de crianças e adolescentes institucionalizados. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 61, n. 1, 2009. Disponível em: <http://www.psicologia.ufrj.br/abp/>. Acesso em: 07 abr. 2015.

# TESTAMENTO VITAL E O DIREITO À MORTE DIGNA: UMA BREVE ANÁLISE À LUZ DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

*Laura Borges da Silveira Martins Duarte<sup>1</sup>*

*Luciana Flávia Nunes Casimiro<sup>2</sup>*

## RESUMO

Estuda-se, no presente artigo, o instrumento “testamento vital”, conhecido como diretivas antecipadas de vontade, estabelecendo inicialmente sua origem, características, oportunidade de aplicação e sua importância como garantia de respeito à última vontade dos pacientes terminais, da autonomia individual e da dignidade humana. Com o objetivo de verificar a possibilidade de sua positivação pelo ordenamento jurídico brasileiro, diante da atual ausência de legislação específica, bem como, demonstrar a ortotanásia como método de garantia da morte digna, distinguindo-a de conhecidos termos como exemplo a eutanásia, distanásia e suicídio assistido. Partindo-se do método dedutivo, o qual analisará os temas à luz dos direitos fundamentais, dos princípios constitucionais, das legislações infraconstitucionais e das resoluções 1.995/12 e 1.805/06 do Conselho Federal de Medicina, aplicados ao contexto atual. Objetivando-se, através de pesquisas bibliográficas e documentais, ampliar as discussões, a reflexão e o conhecimento a respeito do tema.

**Palavras-chave:** Testamento Vital. Diretivas Antecipadas de Vontade. Autonomia Individual. Dignidade Humana. Ortotanásia. Morte digna. Conselho Federal de Medicina.

## LIVING WILL AND THE RIGHT TO DIE DIGNIFIED:

A BRIEF ANALYSIS IN THE LIGHT OF THE DIGNITY OF THE HUMAN PERSON

## ABSTRACT

In this article it is studied the “Living Will” instrument, known as advance directives, establishing initially its origin, characteristics, application opportunity and its importance as a guarantee of respect to the last will of terminal patients, to the individual autonomy and to the human dignity. In a way to analyse the feasibility of its positivation by the legal order of Brazil, given the current absence of specific legislation, as well as parsing the orthotanasia as a way of ensuring a dignified death, distinguishing it from other well-known terms such as euthanasia, dysthanasia and assisted suicide. From the deductive method, which will examine

---

1 Discente do Curso de Direito do Centro Universitário do Rio Grande do Norte – UNIRN. E-mail: laurabduarte@live.com

2 Docente do Curso de Direito do Centro Universitário do Rio Grande do Norte – UNIRN. E-mail: casimiroLuciana@yahoo.com.br. Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/6903423454873042>.

topics according to the understanding of the fundamental rights, the constitutional principles, the infra-constitutional legislations and their solutions 1.995/12 and 1.805/06 of the Federal Council of Medicine, applied to current context. Aiming, through bibliographic and documental researches, to broaden the discussions, reflection and knowledge regarding the subject.

**Keywords:** Living will. Advance Directives. Individual autonomy. Human dignity. Orthotanasia. Dignified death. Federal Council of Medicine.

## 1 INTRODUÇÃO

Historicamente, o homem sempre almejou prolongar o curto lapso temporal que condiciona a vida. Nas últimas décadas, os avanços científicos vêm prometendo promover um aumento na expectativa de vida, com o desenvolvimento de meios de mantê-la artificialmente, ainda que sem perspectiva de melhora ou cura, e sem garantia de maior conforto ao paciente.

Partindo desses avanços, questiona-se a qualidade dessas vidas artificialmente mantidas. Sabe-se que o direito à vida é o principal direito tutelado pela Constituição Federal, por ser ele o pressuposto para o exercício de todos os demais. Por consequência, tal direito deve ser sempre observado à luz do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana. Logo, indaga-se: até que ponto a vida deve ser artificialmente mantida, quando em situação excepcional de dor e sofrimento, físico e psicológico? Como conciliar os direitos à assistência e à dignidade quando diante da morte com longo sofrimento? E, principalmente, se ao lado do direito de viver com dignidade não estaria também incluído o de morrer dignamente?

Com esses questionamentos o presente artigo propõe um estudo do gênero Diretivas Antecipadas de Vontade (DAV) e, principalmente, da espécie testamento vital, ainda pouco conhecido e discutido no Brasil, considerando sua tamanha relevância. Analisando-o como garantia de realização da última vontade do paciente. Propõe-se também a discutir os meios de se garantir uma morte digna, destacando-se a prática da Ortotanásia. Objetivando, portanto, uma análise desses temas à luz dos direitos fundamentais e da dignidade humana, observando sua legalidade e conformidade com a Constituição e com o Código Civil.

Inicialmente discorre sobre o surgimento do testamento vital, esclarecendo as diretivas antecipadas de vontade, distinguindo-o do testamento público já positivado pelo ordenamento jurídico brasileiro. Contextualizando, em seguida, com uma abordagem acerca do início da vida, e principalmente o conceito de vida digna considerando o evento, futuro e certo, da morte. Associando, obrigatoriamente, ao princípio da dignidade humana e à autonomia individual. Em um segundo momento, exalta-se a importância da atenção às DAV como garantia de se obter uma “morte digna”, destacando a Ortotanásia como o meio mais aceito no Brasil.

Pretendendo apenas fazer uma exposição jurídica da validade do instrumento, bem como seu alcance, e os avanços normativos e sociais diante da prática da Ortotanásia, enaltecendo a importância da discussão do tema para um maior conhecimento popular. Motivando o interesse pelo tema devido à ausência legislativa que o regulamente, deixando margens para que o instrumento seja pouco entendido. Não almejando, portanto, encontrar uma solução absoluta, mas apenas incentivar a discussão para que o tema passe a ser considerado comum e o instrumento possa ser encarado sem estranhamento pela sociedade.

## **2 DIRETIVAS ANTECIPADAS DE VONTADE: CONSIDERAÇÕES EVOLUTIVAS E CONCEITUAIS**

Diante dos avanços científicos nas últimas décadas, que visam aumentar a expectativa de vida da população, tratar de questões que envolvem seu início e, principalmente, seu fim tendem a suscitar indagações conflituosas, que devem ser enfrentadas pela sociedade e pelo ordenamento jurídico brasileiro. Isso por que, historicamente, baseado em uma relação hipocrática, o vínculo médico-paciente sempre foi hierarquizado de tal forma que se concebia a figura do médico como detentor do conhecimento e, portanto, o mais capacitado em fazer as escolhas para a saúde do paciente. Restando a este, por sua vez, apenas obedecê-las.

Por outro lado, após a segunda guerra mundial em meados de 1945, em decorrência de experimentos realizados por médicos nazistas em prisioneiros de guerra, foi formulado, em 1947, o Código de Nuremberg (1949), que passou a respeitar a autonomia do paciente, reconhecendo sua autoridade na participação das decisões que estabelecem o que é melhor para si. Fazendo com que seu consentimento, antes da realização de procedimentos fosse sempre observado e considerado imprescindível.

Surgiu, então, a necessidade de um instrumento válido que possibilitasse ao paciente expressar seu interesse em se submeter ou não aos cuidados e tratamentos médicos, firmando seu posicionamento, diante de uma situação futura e prevista em que se encontrasse em condição que considerasse indigna, de uma vida sem prognóstico, podendo exercer sua autonomia através de uma manifestação pretérita, instrumento esse que reforçasse os direitos que lhe são assegurados, atentando aos princípios constitucionais vigentes.

Na década de 60, o advogado Luiz Kutner, ao publicar nos Estados Unidos o primeiro artigo científico tratando sobre o direito de morrer, intitulado “*Living Will*” [testamento em vida], (KUTNER, 1969), foi pioneiro ao abordar sobre a autonomia da vontade do paciente. Embora reconhecendo a ilicitude da eutanásia e do suicídio assistido, defendeu a ideia de que este poderia tomar decisões sobre o seu próprio tratamento quando a medicina já houver diagnosticado a impossibilidade de cura da enfermidade. Corroborando para que, em 1991, as diretivas antecipadas de vontade (DAV) fossem previstas em lei federal aprovada pelo Congresso do país.

O Brasil, por sua vez, não possui ainda legislação que trate sobre as Diretivas Antecipadas de Vontade. Entretanto, o Conselho Federal de Medicina (CFM), em 2012, editou a resolução nº 1.995, que regulamenta como devem agir os médicos diante das DAV, reconhecidas pelo órgão como manifestação da autonomia da vontade do paciente. Definindo-as ainda, em seu art. 1º, como: “[...] o conjunto de desejos, prévia e expressamente manifestados pelo paciente, sobre cuidados e tratamentos que quer, ou não, receber no momento em que estiver incapacitado de expressar, livre e autonomamente, sua vontade” (CFM, 2012).

As DAV possuem uma denominação que explicita bem o seu propósito: Diretivas, por se tratar de uma orientação, instrução, logo, não obrigatória; antecipada, por ser proferida em um momento prévio ao fato futuro e certo a que se destina; E vontade por se tratar do desejo de quem as profere ou de quem está responsável por fazer tais escolhas em nome de um terceiro. Destarte, tais desejos são antecipações as quais orientam decisões quando o paciente não puder expressamente proferi-las. Não se pode confundir, portanto, a função desse instituto.

Trata de um gênero de documentos de manifestação de vontade, do qual são espécies o Testamento Vital e o Mandato Duradouro. O Testamento Vital é um documento em que o paciente, quando em vida, capaz e em pleno gozo de suas faculdades mentais, redige e assina com o objetivo de dispor sobre os cuidados, tratamentos e procedimentos médicos que deseja ou não se submeter quando estiver em estado terminal ou impossibilitado de se expressar livremente devido seu grave estado clínico.

Logo, trata-se de um instrumento de autonomia do paciente que surtirá seus efeitos quando este se encontrar em uma situação de enfermidade

incurável ou terminalidade, doenças crônicas avançadas ou estado vegetativo persistente. Entretanto, é necessário enfatizar que não se trata de uma autonomia absoluta. Encontra não só o amparo, mas também limites no ordenamento jurídico vigente, bem como no código ético dos profissionais de saúde, e nas resoluções do Conselho Federal de Medicina.

Contrariando a ideia geral que se tem a respeito de testamento, conforme conceitua Sílvio de Salvo Venosa (2005, p. 190) “[...] é um negócio jurídico, com efeito *mortis causa*”, em que os atos nele elencados destinam-se a produzir efeitos após a morte, o testamento vital visa produzir efeitos quando ainda em vida, atingido a pessoa do próprio testador, não a sucessores ou terceiros. E ainda, pela ausência normativa, também não exige nenhum tipo de formalidade em sua feitura. Por decorrência disso, a nomenclatura “testamento vital” enfrenta críticas e dificuldade de aceitação por causar certa confusão entre este, e o instrumento já positivado no ordenamento jurídico.

Isso ocorre por que, o termo “testamento vital” é decorrente de uma tradução literal do texto pioneiro na língua inglesa *Living Will*. Ocorre que, o termo *Will* pode ser traduzido ao português não só pela palavra “testamento”, mas de diversas outras formas, à exemplo: (i) como algo que vai acontecer no futuro; (ii) como adjetivo de capacidade; ou (iii) como vontade, determinação. E ainda, de acordo com o Cambridge Dictionary, o termo *living will* seria melhor traduzido como “vontade de viver” ou “vontade em vida”.

É cediço que o testamento público também é uma forma de disposição de vontade e, por isso, questiona-se se a sua tradução literal foi para equiparar o instrumento ao testamento já positivado, ou se houve um equívoco na tradução. Embora a questão da nomenclatura não represente prejuízo significativo quanto a sua validade ou função, a confusão poderia causar prejuízo na sua instrumentalização pois, se entendido como testamento público, seria exigida uma formalidade específica disciplinada no art. 1.864 do Código Civil<sup>3</sup>, a qual não está submetido o testamento vital (BRASIL, 2002).

---

3 Art. 1.864. São requisitos essenciais do testamento público:

I - ser escrito por tabelião ou por seu substituto legal em seu livro de notas, de acordo com as declarações do testador, podendo este servir-se de minuta, notas ou apontamentos;

II - lavrado o instrumento, ser lido em voz alta pelo tabelião ao testador e a duas testemunhas, a um só tempo; ou pelo testador, se o quiser, na presença destas e do oficial;

III - ser o instrumento, em seguida à leitura, assinado pelo testador, pelas testemunhas e pelo tabelião.

Parágrafo único. O testamento público pode ser escrito manualmente ou mecanicamente, bem como ser feito pela inserção da declaração de vontade em partes impressas de livro de notas, desde que rubricadas todas as páginas pelo testador, se mais de uma.



Por sua vez, o Mandato Duradouro, trata-se da nomeação de uma ou mais pessoas de confiança do outorgante como procurador, denominado procurador de saúde ou de cuidados de saúde, que o representará e será consultado pelos médicos quando for necessário tomar alguma decisão ou esclarecer possíveis dúvidas acerca do testamento vital, atentando para fazer prevalecer sempre a vontade do outorgante, quando este não puder manifestá-la, ainda que temporariamente. O procurador deverá ser qualquer pessoa que conheça a vontade do paciente. Entretanto, sua nomeação não é imprescindível. Trata-se de um negócio jurídico unilateral e que pode ser revogado a qualquer tempo pelo autor.

Portanto, verifica-se, fundamentalmente, questões sobre a autonomia de vontade, direitos e liberdades individuais as quais devem ser cuidadosamente observadas à luz dos princípios constitucionais e do diploma civilista de 2002, e garantidos durante toda a vida inclusive quando próximo ao seu fim.

### **3 O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E A AUTONOMIA INDIVIDUAL DA VONTADE**

Historicamente os direitos fundamentais são entendidos como aqueles inatos ao homem e os mais importantes na convivência entre os seres. É através da atenção a eles e ao seu exercício que se pode concretizar o princípio da dignidade da pessoa humana. Procuram limitar a intervenção estatal na esfera privada de modo a resguardar a autonomia individual, corolário a isso, são pre-existentes cabendo ao ordenamento jurídico apenas reconhecê-los.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi promulgada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948, estabelecendo direitos e liberdades essenciais que devem ser respeitadas e garantidas a todos os seres humanos no âmbito internacional, destacando-se o art. 3º, o qual expressamente prevê que “todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal” (ONU, 2014). Entretanto, boa parte das constituições contemporâneas, bem como os principais documentos internacionais, passaram a incorporar a seu texto esse conceito difundido como direitos fundamentais. Assim, a Constituição Federal do Brasil de 1988 (BRASIL, 1988), também consagra em seu artigo 5º, *caput*, o direito à vida, como direito individual<sup>4</sup>.

4 Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...]”.

Esse direito fundamental deve ser combinado com o princípio fundamental da dignidade da pessoa humana<sup>5</sup>, assegurado no art. 1º, III, da constituição brasileira. Isto por que, o referido princípio passou a ser considerado a base da democracia, o fundamento para inúmeras discussões e o principal garantidor desses direitos básicos do ser humano. Trata-se de um princípio supremo, de notório valor jurídico, que disciplina todos os direitos.

Todavia, encontram amparo legal não só na Lei Maior, art. 1º, III, e 5º, X, como também no Código Civil de 2002, arts. 11 a 21, os quais tratam sobre os direitos da personalidade. Para José Afonso da Silva (2014, p.178), os direitos fundamentais propiciam, no ordenamento jurídico, a garantia de uma convivência digna, livre e igualitária entre todas as pessoas. Dessa forma, a dignidade deve ser observada em todas as relações da vida civil, seja ela de ordem econômica, social ou pessoal.

As principais características dos direitos fundamentais, é a relatividade, a cumulatividade e indisponibilidade. Ou seja, não são direitos absolutos; ora se houver um choque entre eles, deverão ser relativizados e poderão coexistir. São direitos que limitam o poder estatal em relação à esfera privada, em um cenário de Estado Liberal, garantindo aos indivíduos a titularidade sobre eles e que garantem a dignidade humana, atendendo a aspectos valorativos variados.

Após a segunda guerra mundial, em meados da década de 40, mediante as agressões dos governos totalitários, a dignidade da pessoa humana passou a ser exaltada como um dos valores centrais das constituições. Entretanto, a subjetividade do conceito de dignidade humana permite ambas as partes evocá-lo para fundamentar seus respectivos posicionamentos. Assim também dispõe, o Ministro Luís Roberto Barroso (2010, p.3), acerca da dignidade em uma de suas publicações, no qual entende que “[...] ela funciona como um mero espelho, no qual cada um projeta sua própria imagem de dignidade. Não por acaso, pelo mundo afora, ela tem sido invocada pelos dois lados em disputa [...]”. Ou seja, pode ser igualmente utilizada em posicionamentos contrapostos, pois refletirá aquilo que corresponde com seus próprios valores.

O princípio precisa ser, portanto, fundamentado com os valores intrínsecos de todas as pessoas relacionados à vida, liberdade, à integridade física e moral, de modo a refletir aquilo que melhor represente o que entenda por

---

5 Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: [...] III - a dignidade da pessoa humana.

digno. Resguardando a autonomia privada, e permitindo a imposição de valores morais próprios do indivíduo de modo a erradicar a ideia de uma verdade, ou valoração, absoluta. Fazendo entender que o que parece ser digno para mim, pode não parecer para outrem.

Assim, seguindo o pensamento Kantiano (KANT, 2016) sobre dignidade humana, todas as pessoas são um fim em si. Dessa forma, não há como valorar no direito uma verdade absoluta. Isto posto, a Autonomia deve ser resguardada de modo que a diversidade moral frente a sociedade seja protegida, e as diversas projeções de “boa vida” dos indivíduos sejam amparadas, livres de intervenções abusivas por quem quer que seja.

Cunha Júnior (2015, p. 549), quando estabelece os direitos individuais como aqueles que visam a autonomia pessoal, para que o indivíduo possa gozar de sua liberdade sem interferência do Estado ou particular, reforça essa ideia de proteção à livre escolha de decisões sobre sua vida. Observando os limites legais, de maneira autônoma conforme entenda ser digno. Protegido de imposições sociais, e que esta garantia lhe seja assegurada inclusive após a morte. Possibilitando dessa forma, não só uma vida digna, mas também uma morte digna.

#### **4 DIREITO À VIDA X DIREITO À MORTE DIGNA**

Dentre as teorias existentes no ordenamento civilista a respeito do início da vida, o entendimento predominante é aquele cuja vida tem início com a concepção através da fecundação do óvulo com o espermatozoide gerando o zigoto. Considera o início da vida com a concepção, sendo desde logo salvaguardados os direitos do nascituro. É condicionada, a personalidade civil e os direitos a ela inerentes, ao nascimento com vida caracterizado pelo ato de respirar. É o que confirma o art. 2º, do diploma civilista de 2002 (BRASIL, 2002) quando diz: “A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro”<sup>6</sup>.

Dos direitos fundamentais, o direito à vida destaca-se pelo entendimento de que estar vivo é o pressuposto basilar para o exercício dos demais direitos. Com relação ao titular, tal direito não é absoluto por sabermos que pode ser relativizado, à exemplo dos casos de guerra declarada, nos termos

---

6 Teoria natalista.

do artigo 5º, XLVII, a, da Carta Magna<sup>7</sup>. Como também pelo simples fato de lhe ser garantido como direito e não como uma imposição. Ao defini-lo como tal, pressupõe que seja analisado sob a égide da dignidade humana.

Nas palavras de José Afonso da Silva(2014, p. 200),“A vida humana, que é o objeto do direito assegurado no art. 5º, *caput*, integra-se de elementos materiais (físicos e psíquicos) e imateriais (espirituais)”. Assim, tem-se o entendimento de que a vida consagra uma abrangência muito maior que a materialidade, ou a concepção orgânica, mas também a espiritualidade, os aspectos psíquicos e emocionais.

Dessa forma, tomando a dignidade da pessoa humana como princípio norteador dos conflitos que a envolvem, uma vida digna não se limita, portanto, à matéria. Ou seja, é preciso ter em mente a ideia de que não basta existir, no sentido de permanecer vivo, mas sim ter a sensibilidade de compreender como esta vida está sendo vivida, pois a longevidade não pressupõe qualidade. Trata-se de conceber a vida com a identificação da dignidade em todos os amplos aspectos que a constitui.

Sendo, por sua vez, a morte um processo natural inerente à vida, a interpretação da dignidade deve ser ampla o suficiente de modo a abrange-la e até supera-la. O Código Civil, em seu artigo 6º<sup>8</sup>, entende a morte como o fim da existência da pessoa natural. Entretanto, os direitos de personalidade têm estendida sua eficácia inclusive ao período *post mortem*. Logo, implicam que sejam observadas as garantias junto à dignidade, e que quando não mais se possa viver dignamente, já cientificado do fim próximo, o indivíduo possa ter a autonomia de escolher livremente a melhor forma de obter o conforto em seu leito de morte. O que se torna materialmente possível a partir das DAV.

O direito à existência é, em consonância com a Constituição Federal, segundo José Afonso da Silva (2014, p. 200) “[...] o direito de não ter interrompido o processo vital senão pela morte espontânea e inevitável”. Desta feita, pode-se entender que as intervenções e limites estabelecidos por ocorrência do testamento vital, e até mesmo a escolha pela Ortotanásia, objetivando a dignidade do paciente, está de pleno acordo com a constituição não atentando contra o direito à vida.

---

7 XLVII - não haverá penas:

a) de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX;

8 Art. 6º-A existência da pessoa natural termina com a morte; presume-se esta, quanto aos ausentes, nos casos em que a lei autoriza a abertura de sucessão definitiva.

Isso por que, o referido instrumento será munido com a vontade do paciente em consonância com o que este entende por digno. Como também, quando nele constar a escolha pela Ortotanásia, estará visando unicamente a promoção da morte espontânea, sem interrupção artificial, não prevendo nenhum método ou intervenção que acelere esse processo ou o provoque, nem sequer abrange situações em que a morte seja evitável. Considerando a morte apenas como um processo inerente a vida, e devendo a dignidade ser observada em todos os aspectos que a envolve, deve, nesse momento também, ser respeitada.

Ademais, o prolongamento de uma vida sem perspectiva a qualquer custo, condicionando o paciente a situações incomodas, dolorosas e degradantes física e emocionalmente, pode ser entendido como ofensa à sua condição humana e aos seus valores. Entretanto, ao mesmo tempo, o cuidado e a observância a vida deve sempre ser resguardado para que não haja negligência e nem violação a esse direito, usando como fundamento o respeito à dignidade. Cada caso deve ser analisado de forma isolada.

Permitir ao paciente a escolha de seu fim, como e onde desejar, é o que melhor se aproxima com o sentido do termo “morte digna”. Sendo imprescindível entender a ideia de sofrimento individual, desvinculando-se de valores generalizados e concebendo os indivíduos como seres plurais, com vontades distintas. É um dos únicos momentos relacionados à existência do homem em que ele pode exercer sua autonomia e escolher, baseado nos valores e crenças que possui, o método que mais se afasta do que entende por degradante para ter mais conforto em seu fim. Sendo necessário, portanto, entender as peculiaridades de cada um dos termos Eutanásia, Suicídio Assistido, Ortotanásia e Distanásia.

## **5 ASPECTOS DIFERENCIADORES DA EUTANÁSIA, SUICÍDIO ASSISTIDO, ORTOTANÁSIA E DISTANÁSIA**

Quando se pesquisa sobre a temática “morte digna” é inevitável não encontrar com as diversas discussões acerca dos conhecidos métodos que, não raro, são a ela associados. Os termos eutanásia, suicídio assistido, ortotanásia e distanásia são comumente confundidos entre si em razão da linha tênue que os distinguem, sendo necessário, desde logo, estabelecer as principais características entre cada um deles a fim de que possa ser entendido o que se pretende com a defesa da morte humanizada.

Primeiramente, o termo eutanásia tem origem grega e pode ser traduzida como “Boa morte”. Seria, na verdade, a interrupção direta da vida de uma pessoa sem prognóstico favorável, mediante o clamor do próprio paciente pela abreviação forçada, através de uma intervenção da equipe médica ou de um terceiro. Que por sua vez, de forma piedosa, com o escopo de evitar-lhe demasiado sofrimento, resolvem por bem atendê-lo. Noutra pórtico, é necessário atentar que na eutanásia não necessariamente o paciente estará condicionado à morte iminente. Pode o paciente apenas ter sido acometido com uma doença ou uma limitação física, por exemplo, e que teria uma possibilidade de sobrevida atestada. Porém, as condições limitativas são para ele demasiadamente dolorosas e sofridas, de modo a preferir a intervenção que lhe garanta a morte.

Atualmente, a eutanásia é proibida no ordenamento jurídico brasileiro sendo equiparada ao homicídio simples, consoante regramento do art. 121, *caput*, do Código Penal Brasileiro (BRASIL,1940)<sup>9</sup>. Logo, trata-se de um crime, sendo também vedado pelo Código de Ética Médica em seu art. 41 (BRASIL, 2016)<sup>10</sup>. Isso por que ela significa a abreviação da vida dos pacientes que ainda possuem possibilidades terapêuticas. Entretanto, permite-se a apreciação da diminuição de pena, previsto como homicídio privilegiado, se reconhecido que o agente agiu por domínio de violenta emoção ou relevante valor moral, de acordo com o § 1º do art. 121, do CP (BRASIL, 1940)<sup>11</sup>. Assim, ainda que o paciente escreva em seu testamento vital que deseja ser submetido à eutanásia, o médico não poderá cumprir sua vontade.

O suicídio assistido é comumente confundido com a eutanásia. Possuem pontos em comum pois ambos buscam abreviar a vida do paciente que ainda pode ter uma sobrevida longa. Porém, na eutanásia, há uma conduta do médico ou um terceiro para abreviar-lhe a vida. Já no suicídio assistido, a equipe de saúde proporciona ao paciente as condições para que ele mesmo provoque a sua morte, deixando a sua disposição os meios que deseje e que garantirão o fim de sua vida. Sendo previsto como auxílio ao suicídio, também vetado pelo Código Penal, art. 122, *caput* (BRASIL, 1940)<sup>12</sup>.

---

9 Homicídio simples. Art. 121. Matar alguém: Pena - reclusão, de seis a vinte anos.

10 Art. 41. Abreviar a vida do paciente, ainda que a pedido deste ou de seu representante legal. Disponível em: <https://portal.cfm.org.br/images/stories/biblioteca/codigo%20de%20etica%20medica.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2016.

11 [...] § 1º Se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço.

12 Art. 122 - Induzir ou instigar alguém a suicidar-se ou prestar-lhe auxílio para que o faça: [...]

De forma diversa à eutanásia e ao suicídio assistido, a Ortotanásia, apesar da proximidade na nomenclatura, é uma conduta considerada ética e lícita no direito brasileiro, e que pode ser entendida como um meio termo entre a eutanásia e a distanásia. Nas palavras de Maria Helena Diniz (2014, p. 500): “Ortotanásia é o ato de deixar morrer em seu tempo certo, sem abreviação ou prolongamento desproporcionado, mediante a suspensão de uma medida vital ou de desligamento de máquinas sofisticadas, que substituem e controlam órgãos que entram em disfuncionamento”.

Significa, portanto, permitir ao paciente ter a sua morte natural, quando em estado de terminalidade de vida já constatado pela equipe médica. Determina, o paciente, que não se prolongue os tratamentos e intervenções já considerados inúteis e que não terão mais nenhum resultado sobre seu diagnóstico, de modo a permitir a abreviação direta de seu sofrimento, mas não de sua vida. Trata-se de uma atenção à qualidade de vida do paciente, não apenas suaduração.

Devendo, no entanto, buscar amparo nos cuidados paliativos, abstendo-se apenas de procedimentos extraordinários os quais visam prolongar a vida a qualquer custo, fornecendo ao paciente o maior sentimento de alívio possível, seja ele físico ou emocional. É o que acontece quando permite ao paciente a realização de seus últimos desejos, a permanecer junto a sua família, visitar lugares que deseja como vontade última, etc., focando no conforto e tranquilidade, deixando-o falecer naturalmente, podendo ser associado ao termo “morte humanizada”.

Por sua vez, a Distanásia, contrário a Ortotanásia, caracteriza-se pelo prolongamento arbitrário e artificial de uma vida que não tem mais possibilidades terapêuticas, estendendo por consequência o sofrimento do paciente que não possui nenhuma perspectiva de melhora, contrariando a dignidade humana visto prolongar a dor e a tristeza em seu fim. É o que se pode entender por vida vegetativa, no qual mantém o paciente condicionado à meios artificiais para sobreviver, como por exemplo a ventilação mecânica, mesmo sabendo que apenas isso o mantém vivo. Esse método de prolongamento da vida é também vedado pelo Código de Ética Médica, art. 41, parágrafo único (BRASIL, 2016)<sup>13</sup>.

---

13 Art. 41. [...] Parágrafo único. Nos casos de doença incurável e terminal, deve o médico oferecer todos os cuidados paliativos disponíveis sem empreender ações diagnósticas ou terapêuticas inúteis ou obstinadas, levando sempre em consideração a vontade expressa do paciente ou, na sua impossibilidade, a de seu representante legal.

Diante dessas essenciais e imprescindíveis diferenças entre os métodos apresentados, e dos fundamentos legais a eles associados, pode-se perceber que a ortotanásia não apresenta nenhuma proibição expressa. Porém, faz-se necessário o conhecimento das normatizações e decisões que amparam sua prática no Brasil, bem como, discutir a necessidade de uma regulamentação específica a qual disponha unicamente a respeito do testamento vital, onde estabelecerá uma formalização e permitirá, de forma mais segura, que esta vontade seja expressa e garantida a todos aqueles que queiram manifestá-la em favor do direito à vida, pois morrer dignamente, faz parte deste direito fundamental.

## 6 LEGISLAÇÃO DO TEMA NO BRASIL

No Brasil ainda não há legislação que disponha sobre o tema a fim de explicitar quais os procedimentos que possam ou não ser suspensos, quais as especificidades e requisitos de aplicação do instrumento que proponha de fato uma regulamentação para o testamento vital. Dessa forma, a resolução nº 1.995/12 do Conselho Federal de Medicina (BRASIL, 2016) serve como orientação única para quem deseja confeccionar seu próprio instrumento, bem como para o médico que irá segui-lo.

Todavia, a dita resolução apresenta apenas três artigos que, por sua vez, não são auto-explicativos. Aborda as diretivas antecipadas de vontade de qualquer paciente que possa vir a ficar limitado de exprimir sua vontade, não apenas àqueles terminais ou que optam pela ortotanásia. Sendo, desde logo, compatível com a Carta Magna (BRASIL, 1988), art. 5º, III, quando determina que “ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante”; (destacou-se).

No ano de 2011, por ocasião da V Jornada de Direito Civil, realizada no Conselho de Justiça Federal, em Brasília, foi aprovado o enunciado, com o intuito de orientar futuras decisões judiciais, de nº 528 o qual dispõe sobre a legitimidade do instrumento “testamento vital”, com fundamento nos artigos 1.729, parágrafo único e 1.857 do diploma civil de 2002<sup>14</sup>, ao estabelecer:

---

14 Art. 1.729. [...] Parágrafo único. A nomeação deve constar de testamento ou de qualquer outro documento autêntico.  
Art. 1.857. Toda pessoa capaz pode dispor, por testamento, da totalidade dos seus bens, ou de parte deles, para depois de sua morte.

§ 1º-A legítima dos herdeiros necessários não poderá ser incluída no testamento.

§ 2º-São válidas as disposições testamentárias de caráter não patrimonial, ainda que o testador somente a elas se tenha limitado. Disponível em: <http://www.cjf.jus.br/enunciados/enunciado/597>. Acesso em: 31 de outubro de 2016.



Arts. 1.729, parágrafo único, e 1.857: É válida a declaração de vontade expressa em documento autêntico, também chamado “testamento vital”, em que a pessoa estabelece disposições sobre o tipo de tratamento de saúde, ou não tratamento, que deseja no caso de se encontrar sem condições de manifestar a sua vontade

Entretanto, a resolução nº 1.805/06 (BRASIL, 2016)<sup>15</sup>, regulamentou a conduta da ortotanásia. Serviu como um alicerce ético para os médicos regulamentando a suspensão de esforços terapêuticos quando na fase terminal de pacientes com enfermidades graves. Permitiu-lhes então o sobrestamento e limitação de procedimentos os quais prolonguem a vida improvável do doente, entretanto garantindo todos os cuidados e medidas necessárias a aliviar os sintomas que causem sofrimento.

Urge destacar que a resolução não permite, portanto, a suspensão dos tratamentos ordinários empregados aos pacientes. Pelo contrário, estabelece a continuidade do auxílio médico com tratamentos e medicamentos necessários para que o paciente não sinta dor, a fim de reduzir seu sofrimento, físico e psíquico, e viverem de forma digna, até que a morte naturalmente chegue. Conforme dispõe, em seu artigo 2º:

O doente continuará a receber todos os cuidados necessários para aliviar os sintomas que levam ao sofrimento, assegurada a assistência integral, o conforto físico, psíquico, social e espiritual, inclusive assegurando-lhe o direito da alta hospitalar (BRASIL, 2016).

O testamento vital, comumente é associado à ortotanásia ou a manifestação de recusa do tratamento. Entretanto, também é necessário lembrar que, sendo uma espécie do gênero diretivas antecipadas de vontade, também pode ser o meio pelo qual qualquer paciente capaz possa dispor sobre todos aqueles métodos e procedimentos pelos quais anseiam ser submetidos quando, por ventura, precisarem e não puderem expressar sua vontade. Sejam eles procedimentos específicos ou gerais, amplamente considerados.

---

15 “Na fase terminal de enfermidades graves e incuráveis é permitido ao médico limitar ou suspender procedimentos e tratamentos que prolonguem a vida do doente, garantindo-lhe os cuidados necessários para aliviar os sintomas que levam ao sofrimento, na perspectiva de uma assistência integral, respeitada a vontade do paciente ou de seu representante legal”

Uma vez que não há legislação específica, ampara-se no código civil, além da Constituição, para disciplinar quem teria legitimidade para utilizar esse instituto. Dessa forma, concebe como legitimados e capazes os maiores de 18 anos, conforme estabelece o códex, em seu artigo 5º<sup>16</sup>, podendo ainda nomear procurador, quando associado ao mandato duradouro, para representar sua vontade. Muito embora o testamento disciplinado no Código Civil (BRASIL, 2002) permita, no art. 1.860, parágrafo único<sup>17</sup>, ao maior de 16 (a partir daí) testar, o que reforça a necessidade de legislação específica sobre a matéria para suprir tais lacuna onde dão margem a dúvidas.

Tomando como imprescindível a capacidade, é indicado que a pessoa faça seu testamento vital antes de efetivamente se tornar um paciente. Ou seja, antes de ter como diagnóstico a terminalidade da vida, quando ainda em pleno discernimento. Uma vez que, compreensivelmente, essa notícia pode gerar abalos psicológicos e uma fragilidade emocional tamanha que implique no seu julgamento sobre os cuidados que gostaria de se submeter ou se abster.

Em contrapartida, em 17 de março de 1999, no Estado de São Paulo, o então governador Mário Covas promulgou a Lei de n. 10.241 sobre a qual *“Dispõe sobre os direitos dos usuários dos serviços e das ações de saúde no Estado e dá outras providências”* (SÃO PAULO, 1999), popularmente conhecida como *“Lei Mário Covas”*, em seu art. 2º, XXIII e XXIV<sup>18</sup>, dispõe acerca da possibilidade dos usuários do serviço de saúde do Estado recusar a submissão a tratamentos dolorosos e extraordinários, bem como optar pela local de sua morte. O mesmo pode ser observado na Lei n. 16.279/2006 do Estado de Minas Gerais<sup>19</sup> e na Lei n. 14.254/03 do Estado do Paraná<sup>20</sup>. A existência dessas normas estaduais, somadas às resoluções do CFM, o Código de Ética Médico e as decisões judiciais reiteram e oferecem às DAV uma segurança jurídica imprescindível quanto a sua validade e aplicabilidade.

---

16 Art. 5ºA menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.

17 Art. 1.860. [...]Parágrafo único. Podem testar os maiores de dezesseis anos.

18 Artigo 2º - São direitos dos usuários dos serviços de saúde no Estado de São Paulo:  
XXIII - recusar tratamentos dolorosos ou extraordinários para tentar prolongar a vida; e  
XXIV - optar pelo local de morte.

19 Art. 2º - São direitos do usuário dos serviços de saúde no Estado: [...] XXI - recusar tratamento doloroso ou extraordinário.

20 Art. 2º. São direitos dos usuários dos serviços de saúde no Estado do Paraná: [...] XXIX - recusar tratamento doloroso ou extraordinário para tentar prolongar a vida;  
XXX - a ter uma morte digna e serena, podendo ele próprio (desde que lúcido) ou a família ou o responsável, optar pelo local de morte;

Em maio de 2007 o Ministério Público Federal, na pessoa do então procurador regional dos Direitos do Cidadão no Distrito Federal, moveu uma Ação Civil Pública de nº 2007.34.00.014209-3 contra o CFM requerendo a revogação da resolução 1.805/06, alegando ser essencial a comunicação prévia, ao Ministério Público e ao judiciário, dos requerimentos dos pacientes, bem como alegando ser crime a ortotanásia no Brasil. E foi, em outubro do mesmo ano, concedida a antecipação de tutela, pelo juiz da 14ª Vara Federal do Distrito Federal, para suspender em âmbito nacional os efeitos da resolução (MORITZ, 2011, p.214-218).

Entretanto, o Ministério Público Federal, nas alegações finais feitas pela procuradora da República, Dr<sup>a</sup>. Luciana Loureiro Oliveira, concluiu pela legitimidade da resolução e a competência do CFM para editá-la, bem como pela constitucionalidade da ortotanásia, uma vez interpretado o código penal à luz da Constituição Federal, exaltando, inclusive, o benefício da resolução ao corroborar com a transparência nas relações médicas, quanto aos procedimentos adotados. Logo, em dezembro de 2010, a ação civil pública foi julgada improcedente pelo mesmo juízo, e fora revogada a antecipação de tutela por sentença transitada em julgado<sup>21</sup> voltando a vigor a resolução ora suspensa.

Dessa feita, a ortotanásia foi reconhecida pelo sistema jurídico brasileiro, através de uma sentença judicial de um juiz federal, com efeito *erga omnes*, ou seja, aplicável para todos no território nacional. Sendo adotada pela comunidade medica como a única normatização existente, estabelecida pelo seu órgão de classe e que não são inconstitucionais ou ilegais, já que não se encontra vedação no ordenamento jurídico sobre essa possibilidade, consoante esse entendimento dispõe Dirley da Cunha Júnior (2015, p. 525), “[...] o sistema jurídico brasileiro autoriza a qualquer órgão do Poder Judiciário remover lacunas indesejadas, colmatando-as e suprindo-as com base na analogia, nos costumes, nos princípios gerais de direito [...]”.

Por sua vez, a resolução 1.995/2012 do CFM (BRASIL, 2016), a qual trata sobre as diretivas antecipadas de vontade, também foi objeto de discussão pelo poder judiciário sobre sua constitucionalidade e a legalidade do testamento vital, através de uma ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal de Goiás, na qual foi indeferido o pedido liminar e,

---

21 Idem.

posteriormente, ficou definida a legalidade do instrumento em sentença. Comprovada, portanto, que a resolução é compatível com a autonomia da vontade, o princípio da dignidade humana e a proibição de quem quer que seja a tratamento desumano e degradante.

Ambas as resoluções não só disciplinam a ortotanásia, como também impõem ao médico o dever de respeitar as últimas vontades do paciente, observada a concordância com a legislação brasileira e o Código de Ética Médica, quando em estado terminal ou num estado vegetativo persistente. Com a feitura do instrumento, diante da ausência de lei que o regulamente, tecnicamente não será exigido nenhum tipo de formalidade específica. O que não implica em um empecilho para sua validade, consoante o Código Civil vigente, em seu art. 107, “A validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir”.

Entretanto, ainda se recomenda, para fins de segurança, o registro no cartório de notas, lavrando em escritura pública, perante o notário, possuidor de fé pública, onde este poderá atestar que a pessoa que o fez tinha condições plenas para aquele ato, gerando efeito *erga omnes*, bem como a orientação de um médico e um advogado de confiança, que suprirão qualquer tipo de dúvida relacionada a termos técnicos que devem ser utilizados na feitura do instrumento, para que nenhum ato contrário a lei seja, equivocadamente, mencionado, dificultando, dessa forma, a possibilidade desse documento ser questionado, ou invalidado futuramente.

## 7 CONCLUSÃO

Diante da pesquisa realizada, pode-se concluir que nas últimas décadas o testamento vital passou a ser abordado com mais veemência a partir da nova concepção da relação médico-paciente, que deixou de ser imperativa, para assumir um caráter humanizado. No Brasil, embora não haja legislação específica que o discipline, o testamento vital foi adotado como instruções antecipadas destinadas a situações específicas que envolvem o evento morte. Além disso, recebeu atenção do Conselho Federal de Medicina, o qual regulamentou como deveriam agir os médicos diante da expressão de autonomia do paciente, sendo, portanto, destinado a atingir o próprio autor do instrumento quando ainda em vida, com efeito *erga omnes*, onde a vontade dele

seja sobrelevada não só diante da conduta médica, como também diante da vontade dos familiares. Destaque-se ainda a inadequação da nomenclatura Testamento Vital, decorrente da tradução literal do termo *Living Will*, o que torna possível a confusão com o testamento já positivado pelo ordenamento jurídico brasileiro.

Tratando-se, portanto, de questões que envolvem direitos e liberdades individuais, a pesquisa precisou ser analisada sob o prisma da dignidade humana, visto ser a base da democracia e o princípio norteador de todos os direitos. Desse modo deverá salvaguardar a autonomia individual, por ser o supracitado princípio fundamentado com os valores intrínsecos de cada pessoa, logo, livre de uma valoração absoluta, excetuando os limites básicos estabelecidos pelo próprio Estado que torna possível a vida em sociedade, sendo a dignidade considerada um conceito plural.

Na análise feita acerca da vida *versus* morte digna, entende-se àquela, uma vez garantida como direito, deve ser assim compreendida, e não como obrigação. Ademais, a dignidade deve abranger toda a existência humana, de modo que esta compreenda também a sua terminalidade e até a transcenda, como é o caso dos direitos da personalidade, tornando compreensível garantir ao indivíduo a autonomia na definição de morte digna. Desta feita, a disposição acerca da vida no testamento vital, objetivando uma morte espontânea e sem interrupção artificial, e até mesmo a escolha pela ortotanásia se mostra conforme à Constituição Federal.

Tornou possível a compreensão do tema, por ocorrência do capítulo 5, onde a ortotanásia passa a ser compreendida como uma garantia aos indivíduos de que a dignidade lhe será assegurada quando em seus últimos dias, sendo-lhe possibilitada uma morte natural, com cuidados paliativos que cessem sua dor, mas sem intervenções procrastinadoras nem métodos interruptivos a sua vida por meios diretos. Pretendendo-se, portanto, que seja encarada a terminalidade de maneira mais humanizada, compreendendo o desejo e o conforto, este último de forma prioritária, de cada paciente, e não simplesmente prolongar uma vida já desacreditada.

Para garantia de tudo isso, ficou destacado no capítulo 6 que, embora não exista uma formalidade específica devido à ausência legislativa, o testamento vital tem sua validade reconhecida pelo Conselho Federal de Medicina, bem como pelo poder judiciário. Sendo prevista, inclusive, em algumas

legislações estaduais, representando, então, sensível avanço ao instituto. Entende-se atualmente ser possível sua elaboração por qualquer pessoa capaz, a partir de dezoito anos, em pleno gozo de suas faculdades mentais, podendo ou não ser registrado em Ofício de Notas.

É aconselhável para fins de segurança, algumas medidas de precaução, como é o caso da elaboração do documento antes de um diagnóstico, ou seja, antes de efetivamente se tornar um paciente, de modo que não tenha seu discernimento questionado, bem como a orientação médica e de um advogado no momento de sua feitura, para que não incorra em descumprimento das leis vigentes e/ou confusão na nomenclatura dos procedimentos específicos.

Faz-se necessário, portanto, a elaboração de uma lei específica pelo legislativo, enquanto regulamento e instrumento, estabelecendo todas as especificidades necessárias, instituindo um banco de dados nacional de registros do testamento vital, bem como estabeleça detalhadamente os procedimentos que possam ser dispensados, disciplinando acerca do estado vegetativo, bem como quem pode elaborá-lo, os seus requisitos e efeitos, para que a população possa se informar e conhecer sobre o assunto, cada vez mais, sem nenhuma grande divergência que cause insegurança na confiabilidade do instrumento. Desta forma, começa-se a criar a mentalidade de que no direito à vida, também reside o direito de morrer dignamente, por escolha do seu próprio titular.

## 8 REFERÊNCIAS

BARROSO, Luís Roberto. **A Dignidade da Pessoa Humana no Direito Constitucional Contemporâneo: Natureza Jurídica, Conteúdos Mínimos e Critérios de Aplicação.** Versão provisória para debate público. Mimeografado, dezembro de 2010. Disponível em: <<http://www.luisrobertobarroso.com.br/wp-content/themes/LRB/pdf/a-dignidade-da-pessoa-humana-no-direito-constitucional.pdf>>. Acesso em: 26 out., 2016.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL, Código Civil (2002). **Código Civil**. Brasília: Senado Federal, 2002.

BRASIL, Código Penal (1940). **Código Penal**. Brasília: Senado Federal, 1940.

BRASIL. Conselho da Justiça Federal. Enunciado 528, V Jornada de Direito Civil. **Enunciados**. Disponível em: <<http://www.cjf.jus.br/enunciados/enunciado/597>>. Acesso em: 31 out. 2016.

BRASIL. Conselho Federal de Medicina. Resolução nº 1.805/2006. **Resoluções**. Disponível em: <[http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/cfm/2006/1805\\_2006.htm](http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/cfm/2006/1805_2006.htm)>. Acesso em: 30 out. 2016.

BRASIL. Conselho Federal de Medicina. Resolução nº 1.995/2012. **Resoluções**. Disponível em: <[http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/2012/1995\\_2012.pdf](http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/2012/1995_2012.pdf)>. Acesso em: 28 ago. 2016.

BRASIL, Justiça Federal do Estado de Goiás. **Sentença Ação Pública Nº 0001039-86.2013.4.01.3500**. Disponível em: <<http://testamentovital.com.br/wp-content/uploads/2014/07/senten%C3%A7a-ACP-testamento-vital.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2016.

BRASIL; REGIÃO, 14ª Vara Federal; DEMO, Roberto Luis Luchi. **PROCESSO Nº: 2007.34.00.014809-3**. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/dl/sentenca-resolucao-cfm-180596.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2016.

CAMBRIDGE DICTIONARY. Disponível em: <<http://dictionary.cambridge.org/pt/translate/>>. Acesso em: 28 ago. 2016.

CÓDIGO DE NUREMBERG. Tribunal Internacional de Nuremberg – 1947. Julgamento de criminosos de guerra perante os Tribunais Militares de Nuremberg. **Control Council Law**, v.10, n.2, p.181-182, 1949.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA(CFM) ,2012. Disponível em: <[http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/2012/1995\\_2012.pdf](http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/2012/1995_2012.pdf)> . Acesso em: 28 ago. 2016.

CUNHA JÚNIOR, Dirley da. **Curso de Direito Constitucional**. 9. ed. Salvador: JusPodvm, 2015.

DADALTO, Luciana. Aspectos registraes das diretivas antecipadas de vontade. **Civilistica.com**. Rio de Janeiro, a. 2, n. 4, out./ dez. /2013. Disponível em: <<http://testamentovital.com.br/wp-content/uploads/2014/09/Aspectos-registraes-das-dav-civilistica.com-a.2.n.4.20131.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2016.

DADALTO, Luciana. ANGOTTI NETO, Hélio (org.). **História do Testamento Vital**: entendendo o passado e refletindo sobre o presente. *Mirabilia Medicinæ* 4. 2015. Disponível em: <<http://www.revistamirabilia.com/sites/default/files/medicinae/pdfs/med2015-01-03.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2016.

DIAS, Maria Berenice. **Manual das sucessões**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

DINIZ, Maria Helena. **O estado atual do biodireito**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. **Morrer e Suceder**: passado e presente da transmissão sucessória concorrente. 2.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Tradução de Antônio Pinto de Carvalho Companhia Editora Nacional. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/hdh\\_kant\\_metafisica\\_costumes.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/hdh_kant_metafisica_costumes.pdf). Acesso em: 27 out., 2016.

KUTNER, L. Due process of Euthanasia: The Living Will, A Proposal. **Indiana Law Journal**, v. 44, p. 539-554, 1969



MINAS GERAIS. Lei estadual nº. 16.279 de 20 de julho de 2006. Dispõe sobre os direitos dos usuários das ações e dos serviços públicos de saúde no Estado. **Diário Oficial [do] Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte, p. 1, 20 jul., 2006. Disponível em: <[http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?num=16279&ano=2006&tipo=LEI&aba=js\\_textoAtualizado](http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?num=16279&ano=2006&tipo=LEI&aba=js_textoAtualizado)>. Acesso em: 3 nov. 2016.

MORITZ, Rachel Duarte. **Conflitos bioéticos do viver e do morrer**. Brasília: CFM, 2011.

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>>. Acesso em: 06 out. 2016.

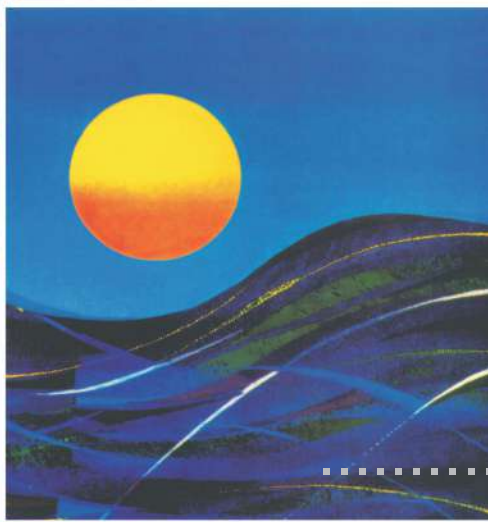
PARANÁ. Lei estadual nº. 14.254 de 04 de dezembro de 2003. Prestação de serviços e ações de saúde de qualquer natureza aos usuários do Sistema Único de Saúde- SUS e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Estado do Paraná**. Paraná, 04 de dezembro de 2003. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=735&indice=1&totalRegistros=1>>. Acesso em: 3 nov. 2016.

PESSINI, L.; BERTACHINI, L.; BARCHIFONTAINE, C. (Org.). **Bioética, cuidado e humanização**: das origens à contemporaneidade. São Paulo: Edições Loyola, 2014. v.1.

SÃO PAULO. Lei estadual nº. 10.241 de 17 de março de 1999. Dispõe sobre os direitos dos usuários dos serviços e das ações de saúde no Estado e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Estado de São Paulo**. São Paulo, SP, 17 mar. 1999. Disponível em: <<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/dh/volume%20i/saudelei10241.htm>>. Acesso em: 3 nov. 2016.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 37. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil**: direito das sucessões. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005. v.7.



## **RESENHA**

---

## RESENHA

SANTO JUNIOR<sup>1</sup>, Rosivaldo Toscano dos. **A GUERRA AO CRIME E OS CRIMES DE GUERRA: UMA CRÍTICA DESCOLONIAL ÀS POLÍTICAS BELIGERANTES NO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL BRASILEIRO.** Florianópolis: Empório do Direito, 2016.

*Maria Cecília Varela Marinho<sup>2</sup>*

Analisar um fenômeno social como o Direito para os institutos jurídicos ultrapassa a condição de meros recursos retóricos, apenas por meio de sua consideração na realidade social, que permite serem efetivamente aquilatados, problematizadora e dimensionados. A visão puramente jurídica dos fenômenos é, em si, uma artificialidade no Brasil.

Para o autor não podemos dizer que vivemos em um regime democrático quando nos deparamos com a ocupação elitizada dos cargos eletivos que materializam uma verdadeira República das Oligarquias e do abuso do Poder Econômico. Há uma crítica ao discurso de que “todos são iguais perante lei”, pois o que se visualiza é o contrário, os cárceres em sua realidade insolitamente seletiva e excludente.

O Direito, por si só, não somente explica o mundo, como também o regula e é capaz de transformá-lo. Todavia, são os homens, nas suas relações sociais, que o fazem transformador (ou não). São os homens que dão sentido aos acontecimentos sociais e o sentido das instituições jurídicas; e eles estão inseridos em uma totalidade que engloba relações que ultrapassam em muito a mera seara jurídica.

Por meio de uma reflexão, diante das graves violações a Direitos Fundamentais decorrentes da prática do Sistema de Justiça Criminal, a obra busca confrontar o que diz a normatividade e o que a prática do Sistema de Justiça Criminal torna real por meio dos seus agentes: Ministério

- 
- 1 Rosivaldo Toscano dos Santos Junior é doutor em Direito pela UFPB, mestre em Direito pela UNISINOS e MBA em Poder Judiciário pela FGV-Rio. É professor da Escola de Magistratura do Rio Grande do Norte – ESMARN. Publicou, em 2014, a obra *Controle Remoto e Decisão Judicial*, pela *Lumen Juris*. É juiz Titular da 2ª Vara Criminal da Zona Norte de Natal, RN, membro da Comissão de Direitos Humanos da Associação dos Magistrados Brasileiros- AMB. Membro da Associação Juízes para a democracia - AJD e Coordenador Regional do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCCRIM.
  - 2 Discente do Curso de Direito do Centro Universitário do Rio Grande do Norte-UNI-RN. Disciplina: Metodologia de Pesquisa Jurídica. 2015.

Público, Defensorias Públicas, a advocacia e as forças de repressão policial. Questiona-se se os Estudos Descoloniais são condições de possibilidade para uma epistemologia libertária, mais adequada do que a corrente tradicional dos Direitos Humanos.

O autor aborda a reconstrução histórica dos fundamentos explícitos e também dos subterrâneos, dos discursos e da prática do Sistema de Justiça Criminal brasileiro, fazendo isso por meio de uma demonstração de como foram importados da matriz eurocêntrica estadunidense a partir do século passado. Focando na explicitação dos efeitos deletérios dessa mimética, isto é, no seu efeito reprodutor de mais violência e de violações de toda sorte aos direitos de um determinado estrato da população já vitimada pela colonialidade e pelo colonialismo interno.

É avaliado os efeitos da assimilação do discurso hegemônico dos Direitos Humanos na prática judiciária criminal brasileira e como se concretiza sua inefetividade, reconstruindo-se esse discurso e ao mesmo tempo fazendo uma crítica de cunho libertário às práticas da Justiça Criminal, cujo modelo atual produz e reproduz mais violência, perpetuando a barbárie.

A reincidência também é objeto de reflexão. Junto com ela, a seletividade do Sistema Penal tanto na sua fase legislativo, o que é ou não considerado crime, quem são os criminalizados e quem efetivamente vai integrar o contingente de encarcerados. Expondo a funcionalidade do Sistema Penal brasileiro nos moldes de uma Tolerância Zero aos pequenos crimes e aqueles contra o patrimônio.

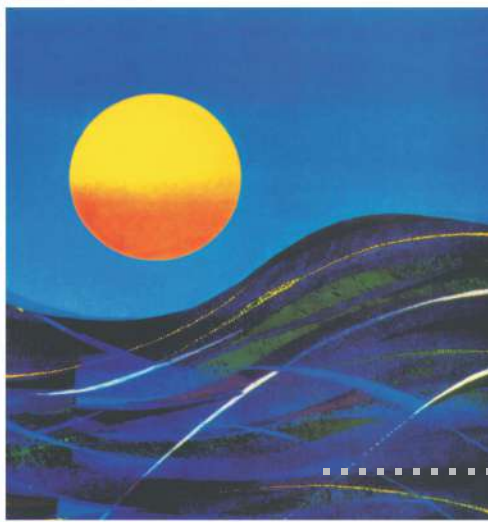
Políticas de exceção são aceitas e naturalizadas tanto pelos meios de comunicação em massa, quanto pelos atores jurídicos que atuam no Sistema de Justiça Criminal e que possuem o poder-dever de frear a barbárie, em nome da guerra ao crime, mais agressão cometida pelo próprio Estado. “São os crimes de guerra. A banalização das prisões sem mandado judicial e sem estado de flagrância, bem como a tortura igualmente tolerada e fomentada pelo Estado”. Essa guerra seria uma guerra a um determinado perfil de pessoa, os “sem-voz”, os habitantes das áreas de exceção. Uma guerra que naturaliza e encobre as relações desiguais de poder tão flagrantes, tão abissais, como são as que existem nas periferias do mundo.

O discurso punitivista seja edificado a partir de uma dimensão puramente disposicional, ignorando as forças situacionais e, principalmen-

te, sistêmicas, para encobrir as responsabilidades políticas de todos os agentes e atores jurídicos que estão em posições de comando no poder de decisão e com independência funcional no seu agir.

A guerra ao crime é uma guerra civil controlada, étnica, econômica e geograficamente delimitada, intencionalmente articulada enquanto resposta violenta a sonegação deliberada do Estado de Providência. O enaltecimento do Estado da Polícia como técnica de contenção das massas empobrecidas e de manutenção da colonialidade e do colonialismo interno. Polícia/estado que oprime, aterroriza e mata.

Por fim, traçam-se as relações entre globalização e Direitos Humanos e a impossibilidade de um judiciário globalizado em efetivar os Direitos Humanos de uma maneira autêntica, isto é, que nos reconheça enquanto sujeitos da história e que estabeleça uma pauta para nossa libertação. O Direito, assim como toda construção humana, é fruto de um paradigma e que é impossível fugir da paralaxe.



## **ESTUDO DE CASO**

---

# PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: COMPREENDENDO O PROCESSO DE GERÊNCIA CONTÍNUA QUE DETERMINA PARÂMETROS ESSENCIAIS PARA O SUCESSO DAS EMPRESAS

*Andreia Teixeira Alves<sup>1</sup>*

## RESUMO

Analisa-se a importância da implementação de um planejamento estratégico nas empresas, que tem como objetivo aprimorar a tomada de decisões dos gestores dentro da organização. Pretende-se demonstrar que no cenário presente o processo de planejamento estratégico serve como guia para o direcionamento das ações, que ajudará como ferramenta para tomar as decisões estratégicas adequadas, seguindo assim o melhor caminho para alcançar o sucesso profissional e financeiro. Expõe-se também o processo de planejamento estratégico através da análise SWOT, no qual promove uma análise do cenário interno e externo.

**Palavras-chave:** Planejamento estratégico. Análise SWOT. Visão de futuro.

## STRATEGIC PLANNING: UNDERSTANDING THE PROCESS TO ACHIEVE BUSINESS SUCCESS

## RESUME

This study analyzes the importance of implementing a strategic planning in companies, which aims to improve decision making of managers within the organization. It aims to demonstrate that in this scenario the strategic planning process serves as a guide for the direction of the actions, which will help as a tool to take appropriate strategic decisions, thus following the best way to achieve professional and financial success. Also exposes the strategic planning process through the SWOT analysis, which promotes an analysis of the internal and external ambience.

**Keywords:** Strategic planning. SWOT analysis. Future vision.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Administração pelo Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN). E-mail: [andrea\\_alves01@hotmail.com](mailto:andrea_alves01@hotmail.com). Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/3564758295618946>.

# 1 INTRODUÇÃO

*Só alcança o sucesso quem planeja  
o caminho e age estrategicamente  
(Robert Ambers)*

A importância de um planejamento estratégico dentro de uma organização está relacionada ao ato de adotar medidas decisivas para a condução dos procedimentos relacionados à administração empresarial, aumentando a probabilidade de que no futuro, a instituição estará seguindo o melhor caminho para alcançar o sucesso profissional e financeiro. Além disso, é considerada uma ferramenta determinante, pois tem como função definir de que maneira a organização aplicará os seus recursos no intuito de alcançar os objetivos propostos, com uma visão geral e a longo prazo.

Nas últimas décadas ocorreram diversas alterações no cenário econômico mundial, que provocaram e continuam provocando profundas mudanças nos processos de reestruturação gerencial em praticamente todos os setores da atividade humana. Desse modo, uma organização moderna que pretende manter-se competitiva no mercado deve estar entre as organizações que desejam *fazer acontecer*, pois no mundo globalizado o espaço é conquistado por aqueles que procuram inovar-se a cada momento.

Nesse contexto, pode-se evidenciar a importância de uma estratégia que oriente a empresa na constante busca de seus objetivos, assim como passaram a dar a devida importância ao planejamento nos processos gerenciais. Em função dessa realidade, o planejamento estratégico tornam-se uma importante ferramenta para as organizações.

Uma parte importante do gerenciamento da gestão de uma organização é o planejamento estratégico, no qual possui uma visão de metas e objetivos a serem atingidos, sem deixar de considerar as oportunidades e as ameaças que o meio ambiente lhe propõe. Sendo assim, o planejamento estratégico é uma ferramenta que estabelece o futuro almejado pela empresa, possibilitando aos diretores condições para tomar as decisões estratégicas mais adequadas na condução da empresa.

Percebe-se que a implantação de um planejamento estratégico dentro das organizações atualmente é considerada um fator primordial para alcançar melhores resultados e para que as organizações se mantenham competitivas no mercado.



## 2 A ANÁLISE SOBRE A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO E DA ESTRATÉGIA

Em um contexto atual, percebe-se que a concorrência tem nos colocado cada vez mais em um mercado acirrado, assim como as frequentes mudanças e transformações desencadeadas pela globalização relacionadas a economia, política, sociedade, cultura e tecnologias, no qual administrar sem um plano de negócio ou um planejamento é quase impossível.

Para Maximiano (2011, p. 112), “o processo de planejamento é a ferramenta para administrar as relações com o futuro”. De fato, planejar pode ser considerado um processo, uma habilidade e uma atitude, no qual é realizado com o objetivo de tomar decisões, apresentando conceito contrário ao de improvisação.

É fato que muitas empresas ainda não alcançaram seus objetivos, pelo fato de não terem encontrado um modelo eficaz de gestão para o seu negócio. A partir do momento em que se percebe a real importância de se planejar, torna-se possível implantar as mudanças que levarão ao sucesso da empresa. Sendo assim, é necessário identificar os pontos fortes e fracos da empresa, verificar o que precisa ser feito para tentar excluir os problemas, reconhecer as oportunidades, criar regras organizacionais que devem ser seguidas à risca e montar um planejamento financeiro e estratégico de curto e médio prazo.

O planejamento não se resume a um documento escrito. É utilizado para guiar o futuro da organização diante das estratégias elaboradas. Pereira (2010, p. 44) é claro ao demonstrar que o planejamento não deve ser feito apenas nos momentos de crise, devendo ser idealizado para o futuro, ao afirmar que “o planejamento se preocupa em elaborar um plano para fazer algo ou mesmo criar um esquema para agir”. Fica evidente que a organização deve valorizar a sua gestão diante das características humanas, ou seja, dar ênfase ao lado humano e a todo o processo estratégico.

De acordo com Pereira (2010, p. 14), existem três elementos-chave que “são fundamentais para o sucesso do planejamento, pois o sucesso de todo e qualquer negócio está na capacidade de entender e colocar em prática as palavras que parecem óbvias para os dias atuais: Criatividade, Inovação e Flexibilidade”.

A fim de compreender como esses elementos podem estar relacionados para o desenvolvimento de um planejamento, considera-se que a criatividade

depende da formação de ideias, a inovação será a aplicabilidade das ideias geradas e a flexibilidade proporcionará a abertura para tudo que seja novo, sendo assim, elementos interdependentes necessários para criação de um novo produto ou processo administrativo.

Nas empresas competitivas, verifica-se que uma importante condição para sua manutenção no mercado está ligada à definição de seus objetivos. Assim, no intuito de alcançar esta finalidade, é necessário a adoção de estratégias.

A origem da palavra estratégia advém da Grécia Antiga, no qual a palavra *strategia*<sup>2</sup> significa “a arte do general” (SERRA, 2014, p. 5). Por muito tempo, estratégia estava relacionada a capacidade do general em organizar e conduzir as tropas militares por um caminho a fim de derrotar o inimigo.

Do ponto de vista de Lobato (2009, p. 20), a estratégia tem como característica “alcançar um determinado desempenho competitivo”. Visto que a estratégia empresarial de uma organização se caracteriza pelo plano estabelecido e os meios utilizados para alcançar seus objetivos, é de suma importância que o gestor otimize os seus recursos e crie um modelo de gestão que seja eficaz.

A estratégia está relacionada com o processo de tomada de decisão dos gestores, tendo como papel fundamental compreender os motivos que levam algumas empresas ao sucesso, enquanto outras não atingem tal êxito. Sendo assim, a elaboração e aplicação de uma estratégia adequada aos objetivos pode proporcionar a organização ótimos resultados.

Na visão de Porter (1996), citado por Serra, existem três elementos que caracterizam a estratégia de uma organização:

- A) Posicionamento: compreende em escolher um conjunto diferente de atividades para estabelecer um conjunto único de valores, ou seja, deve desempenhar atividades diferentes das exercidas pelos competidores, ou fazer de forma diferente.
- B) Trade-off: envolve fazer escolhas sobre o posicionamento competitivo e o que fazer e o que não fazer, ou seja, decidir qual a melhor alternativa para tentar se proteger da concorrência que tenta copiar a estratégia para se tornar bem-sucedida.

---

2 Estratégia   uma palavra com origem no termo grego *strategia*, que significa, na sua origem, a palavra estratégia estava estritamente relacionada com a arte de fazer guerra de um líder militar. Disponível em: <<http://www.significados.com.br/estrategia/>>. Acesso em: 27 jul. 2015.

- C) Adaptação: é considerada essencial à realização da estratégia, pois a adaptação consiste na ligação entre as atividades e a estratégia, podendo ainda ocorrer quando as atividades se reforçam mutuamente.

Sendo assim, uma estratégia empresarial só é eficaz quando se consegue criar uma posição única e valiosa que envolva atividades diferentes de seus concorrentes. Além disso, deve exercer o trade-off, escolhendo o que será feito e o que não será feito e fazer a ligação entre as atividades existentes. Portanto, o sucesso da empresa dependerá do bom desempenho das atividades e da interação existente entre elas como um todo.

### **3 IDENTIDADE ORGANIZACIONAL: OS ELEMENTOS TÍPICOS NA FORMAÇÃO DA EMPRESA**

A identidade organizacional é considerada o DNA de uma empresa, no qual é formada pela Missão, Visão e Valores, sendo a partir desses fatores que ela se desenvolve e se relaciona tanto internamente como externamente. É através da identidade que os membros da organização, ou seja, os gestores, dão sentido ao que fazem baseado nas regras da empresa.

De acordo com Barbosa e Cesar (2003, p. 2) “as pessoas na organização constroem o significado de suas ações com base na intermediação de um conjunto de crenças atribuídas como identidades”. Desta maneira, essas identidades refletem como os colaboradores e o grupo irão definir o que fazer na organização da qual fazem parte. Pode-se considerar então que essas identidades representam aspectos da cultura da organização. Nesse sentido, a cultura organiza as regras que definem a organização e a identidade estrutura a compreensão dessas regras.

A expectativa de vida das organizações é determinada pela sua capacidade de se adaptar ao ambiente de acordo com a evolução. A necessidade de sobreviver no cenário de constantes mudanças requer que as vantagens competitivas sejam melhoradas, e para isso, deve-se realizar a implementação do planejamento estratégico. Ademais, a empresa precisa estabelecer a sua visão, missão e valores para alcançar os objetivos. Porém, muitas não compreendem que determinar estas etapas é fundamental para a organização, uma vez que

determinadas, os colaboradores saberão para onde e como a organização deve seguir, ou seja, o caminho traçado para alcançar o sonho idealizado.

Definir o negócio é especificar a área de atuação de uma empresa, ou seja, trata-se da sua ocupação, da atividade ou do trabalho que se realiza. Pereira (2010, p. 82) esclarece, “o negócio de uma organização é materializado através dos produtos e serviços, porém são elementos completamente diferentes”. Deste modo, é possível considerar que o negócio é o ramo de atuação da organização, enquanto que o produto ou serviço são as atividades ou bens fornecidos pela empresa, podendo assim variar de acordo com o tempo.

A missão da empresa é mais concreta que a visão, é o propósito básico da organização, a razão de sua existência. Conforme Chiavenato (2010, p. 62) “significa a finalidade ou o motivo pelo qual a organização foi criada e para que ela deve servir”. A missão envolve os objetivos do negócio e seu foco está voltado para fora da empresa, ou seja, no atendimento das demandas do mercado e nas necessidades do cliente.

Para que a missão de uma empresa atinja seu sucesso pretendido, é necessário que haja uma relação interpessoal e boa comunicação entre colaboradores e administradores, conforme dispôs Drucker: “a declaração da missão define o que a organização considera importante, ou seja, como a empresa pensa em fazer a diferença na economia e na sociedade. E, para alcançar o sucesso, cada empresa deve desenvolver a sua própria missão (2006, p.28).

De acordo com o que foi visto, uma organização deve estabelecer sua missão, porque reduz o risco de tomar decisões sem orientação e ajuda a organização a se preparar para o futuro, atuando como base para o desenvolvimento de objetivos organizacionais.

A visão deve criar uma imagem clara do futuro, mostrando a direção para qual a empresa está seguindo e o que poderá se tornar. De acordo com Bohlander (2011, p. 46) “a visão esclarece a direção que a companhia irá seguir em longo prazo, assim como sua intenção estratégica”. A visão precisa ser prática, realista e visível (nós não alcançamos aquilo que nós não vemos), pois não passará de uma mera alucinação, se ela sugerir ou propor resultados inatingíveis. Portanto, deve ser elaborada pela direção da empresa, divulgada para todos os membros, e deve ser criada observando o mercado em que se insere e os valores e princípios que a organização deseja chegar.

Os valores são considerados princípios ou crenças que servem como guia para os comportamentos, atitudes e decisões de todas as pessoas que detêm de responsabilidades e na busca dos seus objetivos, estejam executando a Missão, na direção da Visão. Serra (2014, p. 79), afirma que: “as declarações de valores indicam como as pessoas querem e devem se comportar com os outros dentro e fora da organização, como valorizam os clientes, os fornecedores, os esforços de inovação e o meio ambiente natural”.

É importante frisar que os valores são elementos motivadores que direcionam as ações das pessoas dentro da empresa, de modo que estas contribuam para a harmonia do trabalho. Além disso, indicam o que se persegue, ou seja, um padrão de comportamento de toda a equipe, na busca da excelência. Existem diversos fatores que as empresas definem como valores a serem seguidos, como: qualidade de serviço ao cliente, competência, responsabilidade, trabalho em equipe, excelência, persistência, confiança, entre outros.

Por fim, é relevante considerar que toda e qualquer empresa que preze pelos esforços e recursos que são utilizados, a cada dia, a cada hora, por todos os seus empregados e colaboradores, dá direção para o alcançar o sucesso através da elaboração, divulgação e acatamento diário à Missão, Visão e Valores.

#### **4 O PROCESSO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: MATRIZ SWOT, ANÁLISE EXTERNA E ANÁLISE INTERNA**

É fundamental que os administradores da organização analisem as principais tendências de seu ambiente externo e conheçam as competências e os recursos de que a empresa dispõe. A partir da composição dos fatores internos e externos, ou seja, da análise SWOT a ser elaborada, a organização poderá explorar várias opções de estratégias.

De acordo com Robbins (2004, p. 65) a análise SWOT (*Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats*) é definida como a “fusão das exterioridades com as interioridades que reúne os pontos fortes, os pontos fracos, as oportunidades e as ameaças, para identificar um nicho estratégico que a organização possa explorar”.

A análise do ambiente externo depende da identificação de fatores externos que podem influenciar no desempenho da organização. Para isso, deve-se acompanhar as mudanças no contexto global, de forma demográfica, socio-

cultural, político, econômico e tecnológico, assim como o comportamento dos *stakeholders*, tais como os clientes, os fornecedores, os concorrentes, bancos e outros. Fatores como entrada de novos concorrentes, o surgimento de uma nova tecnologia, as variações nas taxas de mercado devem ser analisadas pelos gerentes da organização. Sobre esse assunto, Sobral (2008, p. 145) afirma que “os administradores devem não só monitorar o ambiente, como também avaliar o impacto, positivo ou negativo, desses fatores sobre o desempenho da empresa”.

A análise externa é representada pelas oportunidades e pelas ameaças, na qual a primeira se refere a mudanças e tendências ambientais que têm impacto positivo na organização, enquanto a segunda corresponde a mudanças e tendências ambientais que têm impacto negativo sobre a organização. De acordo com Sobral (2008), existe uma técnica cada vez mais utilizada pelas organizações para realizar esse monitoramento, que é chamado de escaneamento ambiental, o qual tem como objetivo selecionar as principais informações que identificam as tendências e através disso é possível antecipar e analisar o ambiente.

Já a análise interna do ambiente baseia-se no estudo dos recursos e das capacidades da organização. Para isso, os administradores devem coletar o máximo de informações sobre os fatores internos, como a qualidade dos produtos e serviços, a situação financeira, a imagem da empresa, a qualidade e competências dos gerentes e colaboradores, entre outros. Através desta análise, a empresa consegue identificar as características organizacionais e as suas competências, para assim poder diferenciar-se de seus concorrentes.

A análise interna é representada pelas forças e pelas fraquezas, no qual a primeira se refere às características internas relacionadas com os recursos ou capacidades que tem como potencial para contribuir no alcance das metas. Por sua vez, a segunda se refere às características internas que restringem o desempenho da organização.

Deste modo, o objetivo da análise SWOT é levantar estratégias para manter pontos fortes, reduzir a intensidade de pontos fracos, aproveitando-se de oportunidades e protegendo-se de ameaças. A análise também é útil para revelar pontos fortes que ainda não foram plenamente utilizados e identificar pontos fracos que podem ser corrigidos.

Além disso, existem as variáveis incontroláveis do ambiente externo, tais como aspectos socioeconômicos, políticos, de legislação entre outros,

podendo-se esperar um cenário otimista ou pessimista. Tal cenário é então confrontado com a capacidade da empresa e assim avalia-se o potencial de competir em mercados concorridos.

## **5 A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO COMO FERRAMENTA PARA O SUCESSO DAS EMPRESAS**

No mundo da administração de empresas, questiona-se sobre a importância do planejamento estratégico para o sucesso das organizações. Considerando que atualmente o ambiente econômico, social e político está sujeito a turbulências e alterações, que tecnologias e produtos estão se tornando obsoletos de forma acelerada, e que as oportunidades no mercado devem ser identificadas o mais rápido possível, o planejamento estratégico tornou-se característico do sistema de gestão das empresas e uma forma de gestão que pode enxergar oportunidades e melhoria de lucros.

Como afirma, Bateman (2006, p. 121) “o planejamento estratégico é um conjunto de procedimentos para tomada de decisões sobre os objetivos e estratégias de longo prazo”, nessa perspectiva, percebemos que o planejamento estratégico visa antecipar o futuro da organização, ou seja, saber o que está sendo executado e de que maneira está sendo executado.

Trabalhar com a elaboração de um projeto, ou seja, realizar um planejamento estratégico, igualando aos objetivos organizacionais é o grande desafio enfrentado por administradores de pequenas e médias empresas. No entanto, o mais importante é gerar o comprometimento das pessoas, principalmente os envolvidos na direção do negócio.

Foi desse modo, que as grandes corporações iniciaram de baixo, mas iniciando o planejando e adquirindo competências, experiência, conhecimento, fidelidade dos clientes para crescer no mercado de trabalho, seguindo passo a passo as funções administrativas impostas pela empresa.

O propósito do planejamento estratégico pode ser definido como o desenvolvimento de processos, técnicas e atitudes administrativas, que proporcionem uma situação viável de avaliar os transtornos futuros de decisões presentes, em função dos objetivos empresariais que facilitarão a tomada de decisão de modo mais rápido, eficiente e eficaz.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos nos dias atuais, devido ao aumento da concorrência competitiva, que as organizações necessitam, para sua própria sobrevivência, começar a aplicar e implantar os conceitos administrativos na sua gestão, tendo em vista os benefícios que o processo de implementação do planejamento estratégico pode trazer tanto para a tomada de decisões dos gestores quanto para a saúde financeira da empresa contribuindo para o sucesso futuro.

Espera-se que, com a utilização da ferramenta de planejamento estratégico, as empresas adotem uma postura pró-ativa de gestão, tornando-se mais competitiva, ágil e aptas em relação às mudanças e aos acontecimentos presente em seu ambiente. Buscando, ainda, analisar seu ambiente, explorar suas potencialidades e oportunidades, inibir suas fraquezas e estabelecer ações para as ameaças, além de metas e objetivos ligados com sua missão e visão pensando em seu posicionamento no mercado.

Evidentemente que através de um planejamento estratégico e suas perspectivas, dos objetivos de desempenho, dos fatores de sucesso e dos indicadores, é possível elaborar planos de ação para cada área da organização, trazendo assim, enormes contribuições e benefícios nos processos gerenciais da organização.

## 7 REFERÊNCIAS

BARBOSA, Solange; CESAR, Claudine. **Estratégia e identidade organizacional: uma aproximação mais que conceitual**. Disponível em: <[http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/3Es/3es\\_2003/2003\\_3ES03.pdf](http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/3Es/3es_2003/2003_3ES03.pdf)>. Acesso em: 20 maio 2015.

BATEMAN, Thomas S. **Administração: novo cenário competitivo**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BOHLANDER, George; SNELL, Scott. **Administração de Recursos Humanos**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.



DRUCKER, Peter F. **O homem que inventou a Administração**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

LOBATO, D. et al. **Estratégia de empresas**: série gestão empresarial. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

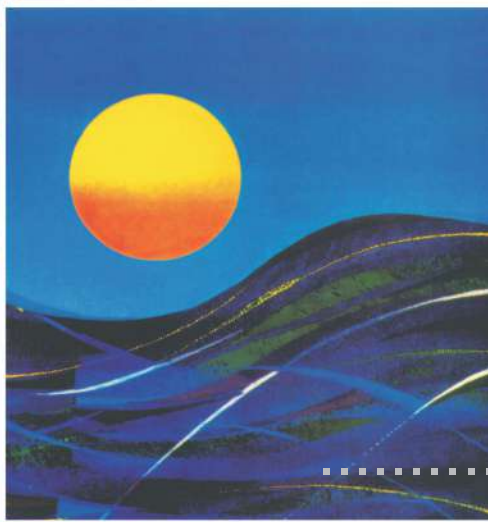
MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Introdução à Administração**. São Paulo: Atlas, 2011.

PEREIRA, Maurício Fernandes. **Planejamento Estratégico**: teorias, modelos e processos. São Paulo: Atlas, 2010.

ROBBINS, Stephen; DECENZO, David A. **Fundamentos de Administração**: conceitos essenciais e aplicações. **São Paulo**: Prentice Hall, 2004.

SERRA, F. et al. **Gestão Estratégica**: conceitos e casos. São Paulo: Atlas, 2014.

SOBRAL, Filipe; PECI, Alketa. **Administração**: teoria e prática no contexto brasileiro. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.



## **RELATO DE EXPERIÊNCIA**

# RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO NAS CLÍNICAS INTEGRADAS DO UNI-RN: ATENDIMENTO À PACIENTE COM DISFUNÇÃO CERVICAL

*Cesar Virgínio Pereira de Oliveira*<sup>1</sup>

## RESUMO

Analisa-se a eficácia da fisioterapia no tratamento da dor, da mobilidade articular na cervical e alterações posturais relacionadas com a disfunção da cervical em um paciente com estas condições, a partir de estágio curricular supervisionado realizado na Clínica-Escola de Fisioterapia do Centro Universitário do Rio Grande do Norte – UNI-RN, em Natal, RN. A experiência deu-se em quatro sessões, cujos procedimentos foram aplicação de técnicas de músculoenergia, manipulação articular com thrust, mobilização e técnica para partes moles. Verifica-se, após reavaliação fisioterapêutica, algumas características relevantes, como diminuição do quadro algico, aumento da mobilidade articular e ganho de amplitude de movimento - ADM.

**Palavras - chave:** Fisioterapia. Terapia Manual. Disfunção Cervical.

## STAGE REPORT SUPERVISED IN UNI-RN INTEGRATED CLINICS: CARE OF PATIENTS WITH CERVICAL DYSFUNCTION

## ABSTRACT

Analyze the effectiveness of physiotherapy in the treatment of pain, joint mobility and postural changes in cervical related dysfunction in a patient with cervical these conditions, from supervised probation conducted at the Clinic-School of Physiotherapy at the University Center of Rio Grande do Norte - UNI-RN, in Natal, RN. The experiment took place in four sessions, whose procedures were músculoenergia application techniques, joint manipulation with thrust and mobilization technique for soft tissues. There is, after reassessment physical therapy, some features, such as reduction of pain, increased joint mobility and increase the amplitude of movement – ADM

**Keywords:** Physiotherapy. Manual Therapy. Cervical Dysfunction

---

1 Fisioterapeuta. Pós-Graduando do Curso de Especialização em Terapia Manual do Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN). Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/5266612869443288>.

## 1 INTRODUÇÃO

Aproximadamente 60 a 70% da população mundial em geral têm ao menos um sinal de disfunção cervical em sua vida, contudo somente um quarto das pessoas está realmente ciente ou relatam algum sintoma e somente 5% destas procuram tratamento, conforme indica Maciel (1998).

A coluna vertebral é formada pela sobreposição de uma série de ossos isolados chamados vértebras. Superiormente, se articula com o osso occipital (crânio); inferiormente, articula-se com o osso do quadril (Ílfaco). A coluna vertebral é dividida em quatro regiões: **Cervical**, **Torácica**, **Lombar** e **Sacro-Coccígea**. São 7 vértebras cervicais, 12 torácicas, 5 lombares, 5 sacrais e cerca de 4 coccígeas. Essa constituição faz parte do esqueleto axial, constituindo o eixo principal do corpo; está situada na linha média da parte posterior do tronco.

O aparecimento de dores no pescoço pode ser provocado por várias situações, já que qualquer alteração numa das inúmeras e distintas estruturas dessa zona pode provocar a manifestação de dores nessa região do corpo. A cervicalgia é um problema comum em todo o mundo e constitui causa importante de incapacidade. “Cervicalgia ou dor no pescoço é um tipo comum de desordem músculo-esquelética, pois sua prevalência na população mundial é de 50%” (FEJER et al apud SILVA, 2009, p. 23).

O pescoço controla os movimentos da cabeça em relação ao resto do corpo, uma vez que os olhos e os órgãos vestibulares são localizados na cabeça. As informações vindas dos mecanorreceptores das estruturas do pescoço são cruciais para interpretar os dados vestibulares e para controlar as funções motoras que dependem das informações visuais (ARANHA E PERNAMBUCO, 2001).

A cervicalgia pode, assim sendo, ter profundas consequências. A dor pode ser aguda, sendo um fenômeno transitório associado com lesão tecidual; ou crônica, consistindo uma condição persistente mesmo após a cura da lesão, com duração maior que seis meses, manifestando-se de modo contínuo ou recorrente. Sendo a dor sempre subjetiva, sua interpretação envolve aspectos sensitivos, cognitivos, comportamentais, culturais, fatores socioeconômicos, dinâmicas familiares, entre outros. Além disso, o limiar de sensibilidade, tolerância e significado da dor varia individualmente, dependendo também de fatores emocionais (TOSANO, 2006).

Em relação à prevalência de cervicalgias, Andrew apud Wosiack (2002) comenta que as dores relacionadas à coluna vertebral afetam cerca de 80% da população mundial, sendo que a dor cervical afeta 36% dessa população. Além da população idosa, que naturalmente tem maior tendência a apresentar problemas ósteo-articulares, as pesquisas apontam para um aumento entre os trabalhadores ativos. As sobrecargas mecânicas representam fator chave no desencadeamento das desordens musculoesqueléticas pelo fato de exporem a vertebrae cervicais e a musculatura do pescoço à sobre-esforços.

Para Aranha e Pernambuco (2001), as desordens mecânicas são as causas mais comuns de cervicalgias. Como exemplo, Viel e Esnault (2000) esclarecem que a busca por uma posição da cabeça em retificação, correção abusiva da posição naturalmente inclinada à frente, pode desencadear cervicalgias mecânicas. E a manipulação nas disfunções músculo-esqueléticas, feita pelas mãos, faz com que ocorra um alongamento da cápsula articular, por meio de uma manobra brusca da articulação.

Por conseguinte, o propósito dessa técnica é restabelecer o máximo de movimento livre de dor em um sistema músculo-esquelético em equilíbrio postural. A manipulação articular atinge esse objetivo, devido ao aumento da extensibilidade articular, retificação de falhas de posicionamento, nutrição, controle da dor e relaxamento muscular, compressão meniscóide e benefícios psicológicos (MARQUES, 2006).

À vista de tais informações, este trabalho tem como objetivo relatar a experiência vivenciada no estágio supervisionado da Especialização em Terapia Manual, durante o tratamento de um paciente com cervicalgia, a partir das técnicas utilizadas na patologia apresentada no paciente, visando traçar um plano de tratamento correto que o faça voltar para suas atividades de vida diária e funcionais, livre de dor e sem limitações.

## **2 ESTÁGIO SUPERVISIONADO**

O Estágio Supervisionado ao final do curso de Pós-Graduação em Terapia Manual tem como objetivo exercitar os conhecimentos adquiridos em aulas durante o período letivo, tendo em vista a necessidade de experiência na técnica abordada.

Durante o estágio procurou-se unir teoria e prática para cumprir as recomendações acadêmicas do mesmo, com o intuito de demonstrar que o segundo complementa o primeiro. Assim, é possível observar o quanto é enriquecedor e relevante essa correlação na formação acadêmica do profissional.

A prática foi realizada em uma turma de quatro alunos e dividida em duas etapas:

- A primeira, com carga horária de 20 horas, teve início no dia 05 de março de 2010 e foi concluída no dia 26 do mesmo mês, com carga horária semanal de 5 horas/aulas, distribuídas da seguinte maneira: toda sexta-feira era realizado o atendimento aos pacientes que foram encaminhados para a clínica escola. Após os atendimentos, os alunos se reuniam para expor os casos clínicos e, em seguida, eram discutidos casos semelhantes apresentados ao grupo a partir de artigos científicos selecionados.
- A segunda etapa do estágio iniciou no dia 31 de maio e decorreu nos dias 07,14 e 21 de junho, com a mesma carga horária (20 horas) e 5 horas/aulas semanais distribuídas no mesmo formato da primeira etapa do estágio. Na presente etapa, o início das atividades aconteciam às 14 horas na preparação do espaço para o atendimento. O professor/orientador encaminhava os pacientes para cada aluno, entregando-o junto com o prontuário. O aluno/responsável buscava seu paciente na recepção da clínica escola e o encaminhava até a sala da terapia manual. Na sala, o paciente respondia um questionário para sua identificação no prontuário e logo em seguida iniciava-se o atendimento. A avaliação da paciente iniciava com: anamnese, exames cinético-funcionais, testes osteopáticos e para integrar, outras informações eram colhidas a partir de exames complementares, conforme será discutido, a seguir, na metodologia utilizada durante a prática do estágio supervisionado.

### **3 MATERIAIS E MÉTODOS**

O estágio foi realizado com paciente do sexo feminino que procuraram atendimento fisioterápico na Clínica Escola de Fisioterapia, com diagnóstico de cervicalgia. Entretanto, foi escolhido apenas um paciente para

relatar a experiência na prática supervisionada, tendo em vista que o mesmo reunia a problemática do todo da experiência.

O instrumento utilizado para avaliação foi a ficha de avaliação de terapia manual da clínica escola. Na avaliação fisioterapêutica, os dados foram coletados através de duas maneiras: anamnese e exame físico.

Na anamnese, os dados coletados eram referentes à história da doença atual (HDA), história da doença pregressa (HDP), história dos antecedentes familiares (HF) e história sobre o uso de medicamentos (HM).

No exame físico foi avaliada a coluna cervical alta, média e baixa nas suas quatro direções de movimento (flexão, extensão, inclinação lateral e rotação), palpação dos músculos trapézio superior, elevador da escápula, infra-espinal, esternocleidomastóideo, e deltóide; e movimentos articulares do ombro.

Após avaliação, foi traçada uma conduta fisioterapêutica específica para o caso da paciente que consistia em dor cervical que irradiava para o MSE. Foi utilizado como conduta de tratamento, no decorrer das quatro sessões, o uso de técnicas manuais, mobilização neural, liberação de pontos de tensão, alongamento bilateral do trapézio superior, escaleno, elevador da escapula, esternocleidomastóideo e pompagens cervicais.

O tratamento foi aplicado por um mesmo terapeuta ao longo das quatro sessões. Os alongamentos foram realizados durante 30 segundos e com 3 repetições cada um, da seguinte maneira :

- O trapézio superior foi alongado com uma das mãos desenvolvendo força de tração cervical e a outra deprimindo o ombro a) o trapézio superior foi alongado com uma das mãos desenvolvendo força de tração cervical e a outra deprimindo o ombro ipsilateral;
- Para o escaleno foi palpada a cabeça da primeira costela, imobilizando-a com uma das mãos, enquanto a outra realizava força de tração cervical.
- O elevador da escapula foi alongado, utilizando uma das mãos para fixar a inserção e a outra para realizar força de tração cervical.
- O elevador da escapula foi alongado, utilizando uma das mãos para fixar a inserção e a outra para realizar força de tração cervical.

Na pompagens, segundo Bienfait (1999, p. 71-72), para a realização da técnica deve se deixar o paciente em decúbito dorsal e o terapeuta posicionado atrás de sua cabeça, com isso seguido de três tempos. Tensionamento onde o

terapeuta alonga de forma lenta, regular e progressivamente, aquilo que a fásia cede. Manutenção da tensão que constitui o tempo principal da pompage são fenômenos lentos, pois os miofilamentos de actina só podem deslizar lentamente entre os miofilamentos de miosina. O tempo de retorno deve ser mais lento possível, a fásia que puxa a mão do terapeuta, mas este controla a tração. É realizado desta forma para não provocar reflexo contrátil do músculo. De acordo com o mesmo autor as pompagens são realizadas bilateralmente e a paciente permaneceu na mesma posição que foi citada anteriormente. No tratamento proposto foram realizadas técnica de pompage nos músculos: semi – espinhal, escalenos, trapézio superior, elevador da escapula e o esternocleidomastóideo.

Para efetuar a mobilização neural do nervo mediano a paciente permaneceu em decúbito dorsal e o fisioterapeuta do lado acometido. Iniciando a técnica o terapeuta posicionou-se de frente para a paciente, com uma das mãos envolvendo a mão da paciente assegurando controle para baixo do polegar e dedos. Em seguida foi realizada uma força de depressão sobre a cintura escapular durante o movimento, abdução do braço da paciente seguida de supinação do antebraço e extensão do punho e dedos. O ombro foi rodado lateralmente e o cotovelo estendido. Em seguida foi solicitado a paciente que mantivesse o olhar para cima e levasse a orelha até o ombro oposto ao lado acometido. Nesta posição realizaram – se movimentos de flexão e extensão do punho e dedos lentos e rítmicos durante 10 minutos.

Para tratar a lesão de posterioridade de C3, C4 e C6 com disfunção em ERS direita (extensão, rotação e lateroflexão para o mesmo lado lesionado) foi colocado a paciente em decúbito dorsal, o terapeuta posiciona – se do lado direito e com sua mão esquerda empalma a face do lado esquerdo enquanto que a mão direita toma um contato com a metacarpofalangeana sobre a posterioridade. O terapeuta regula a flexão e a extensão, realiza uma translação para esquerda, inclinação para direita e rotação para esquerda. A cervical foi manipulada através de um thrust, manipulação em alta velocidade e baixa amplitude em rotação.

#### **4 ANÁLISE DOS RESULTADOS**

A paciente do sexo feminino com 32 anos de idade chegou à Clínica do UNI-RN no dia 05 de março do ano corrente com queixa de fortes dores na região cervical com irradiação para o membro superior esquerdo. A mesma rela-



tou que no final de 2009 começou a sentir essas dores com irradiação, deixando-a com sensação de fraqueza, com isto limitando o movimento de abdução.

Durante a entrevista, foi possível observar um ponto de grande destaque para o agravamento das dores; a paciente tem como principal atividade tocar violão. Diante disso, relatou que a dor se manifesta mais intensamente depois de haver tocado, diminuindo depois de um período de descanso de 2 ou 3 horas. Na Escala Visual Analógica da dor que é graduada de 0 a 10, ela queixou-se de dor nível 9.

No exame cinético-funcional, na inspeção estática, a paciente apresentou ombro direito mais elevado, rotação interna dos ombros e anteriorização da cabeça; já na inspeção dinâmica queixou-se de dor e apresentou limitação na rotação e inclinação lateral para ambos os lados.

Na palpação reclamou de dor nas espinhosas de C3, C4 e C6. Apresentou tensão muscular nos escalenos, trapézio, esternocleidomastóideo (ECOM) e rombóides.

Nos testes osteopáticos verificou no Quick Scanning rebote elástico em toda cervical, já no teste de Mitchel foi encontrado disfunção nas vértebras C3, C4 e C6, todas em ERS direita. O teste de tensão Neural foi positivo para nervo mediano do mesmo lado. O tecido neural se mostrou hiperálgico à palpação. As facetas cervicais esquerdas se mostraram sensíveis à palpação entre os níveis C4 a C6. Para o teste do membro superior esquerdo, o terapeuta fica de frente para a paciente, posicionado-a em decúbito dorsal, com a cabeça em posição neutra e abdução do ombro. Com a mão esquerda do terapeuta aplica suave força para depressão e ao mesmo tempo estabilizar o ombro e com a mão direita, envolve a mão da paciente. Realizou uma rotação externa, mantendo a supinação de antebraço e extensão de punho e dedos, em seguida, foi estendendo suavemente o cotovelo e observando se há resistência a esta extensão ou queixa de dor, os quais indicam um teste positivo.

O teste de Klein que avalia a artéria vertebral foi negativo. O teste foi realizado bilateralmente com a paciente em decúbito supino, a cabeça para fora da maca realizando uma extensão, com isso fechando o canal de passagem da artéria, rotação e inclinação homolateral mantida por 30 segundos com olhos abertos. Se a paciente relatar alguma tontura, náusea, distorção da visão ou dor de cabeça, o teste é positivo. A paciente não apresentou exames complementares.

Conforme Bienfait (2000), as técnicas de pompagens podem ter objetivos distintos. Dentre esses objetivos podem-se mencionar dois objetivos: o aumento da circulação dos fluidos – liberando os bloqueios e as estases; e o relaxamento muscular que pode ser eficaz para no tratamento das contraturas, encurtamentos e as retrações dos tecidos moles.

Tais técnicas também podem ser utilizadas nas articulações para combater as degenerações cartilaginosas, manipulações intra-orais, fazendo-se massoterapia na região dos músculos masseter, pterigóido medial e lateral.

Essas manipulações, segundo Chaitow (2001, p. 20):

[...] possuem efeitos fisiológicos como: calmantes, estimulantes, relaxantes, neurôtonicos, na circulação sanguínea no sistema nervoso, no metabolismo e nos tecidos moles, tração cervical, mobilização de MMSS, exercícios globais para MMSS, exercícios para cintura escapular, mobilização escapular, alongamento de extensores de pescoço, escalenos e ECOM, técnica de Jones nas musculaturas do ECOM, trapézio e escalenos, mobilização neural para o nervo mediano e manipulação com thrust de C3, C4 e C6.

Conforme Fonseca, Tambellini e Barbosa (2004), as disfunções na região cervical, por ser uma zona excelente com características específicas na dinâmica de seu funcionamento, requerem precauções próprias nas formas de abordagem e de utilização das técnicas manuais. Contudo, Tosano (2006) aborda que quando os recursos são utilizados corretamente, estes são capazes de amenizar a dor por um longo período e o resultado pode ser observado a partir da aplicação da técnica apropriada.

Diante disso, Marinzeck e Souvlis apud Phty, **([2009?])** comprovaram em uma pesquisa que é possível visualizar um efeito positivo na função autonômica após uma manipulação (thrust) cervical. O ato de perceber essa interação entre a dor e a função autonômica propõe uma confirmação indireta de que a terapia manual provê um estímulo adequado para se ativar os sistemas inibitórios de dor descendentes que se projetam do mesencéfalo (VICENZINO; COLLINS; WRIGHT, 1998).

Com isso a paciente apresentou melhora dos sintomas dolorosos após a realização da mobilização neural à esquerda e teve uma redução significativa da dor após as técnicas de liberação de ponto tensão e pompagens, a melhora na ADM cervical veio depois da realização das manobras de Thrust.

Para a reavaliação da amostra foi reaplicado os testes de inspeção estática e dinâmica, palpação, testes osteopáticos e de tensão neural. Após as 4 sessões de tratamento, foi possível constatar que os sintomas álgicos da paciente haviam melhorado, relatando a mesma, diminuição nas dores nos músculos citados na avaliação. Já para os sinais presentes na avaliação constatou-se uma melhora na dor, na palpação e na mobilidade articular da cervical.

## 5 CONCLUSÃO

Conclui-se, após reavaliação fisioterapêutica, que os resultados do tratamento foram satisfatórios e podem ser listados como diminuição do quadro álgico, aumento da mobilidade articular e ganho de amplitude de movimento - ADM. Constatando-se que a mobilização neural realizada no membro superior acometido é eficaz para a redução do quadro doloroso, a pompage promoveu a diminuição da dor em todos seus aspectos, como na intensidade, na duração e na frequência. Os pontos gatilhos e a hipertonia também diminuíram, tendo um resultado satisfatório; a melhora na ADM do pescoço veio depois da realização das manobras de Thrust na cervical afirmando que estes recursos podem ser utilizados nas disfunções citadas.

Estabelece-se, então, que a terapia manual com manobras para tecidos moles e cervicais apresentou eficácia e deve ser utilizada para o tratamento das disfunções cervicais. Dessa forma, espera-se que este relatório possa despertar interesse para a realização de novas pesquisas e que a utilização das técnicas citadas se apliquem ao campo da fisioterapia em relação às disfunções cervicais.

## 6 Referências

ARANHA, S. F.; PERNAMBUCCO, R. A. **Diagnóstico diferencial das cervicalgias**. Temas de reumatologia clínica, [S.I.], v. 2, n.1, mar. 2001. Disponível em: <<http://www.cerir.org.br/revistas/marco2001/cervi.htm>>. Acesso em: 17 ago. 2010.

BIENFAIT, M. **Fáscias e pompages**: estudo e tratamento do esqueleto fibroso. 2.ed. São Paulo: Summus, 1999.

BIENFAITT, M. **As bases da fisiologia da terapia manual**. São Paulo: Summus, 2000.

CHAITOW, L. **Teoria e prática da manipulação craniana: abordagens em tecidos ossos e mole**. São Paulo: Manole, 2001.

FONSECA, Josiane G; TAMBELLINI, Anamaria T; BARBOSA, Luís Guilherme. Estudo comparativo das técnicas de terapias manuais usadas na fisioterapia como forma de abordagem terapêutica das cervicalgias de origem musculoesquelética. **Cadernos Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, n. 2, p.155, 2004. Disponível em: <[http://www.nesc.ufrj.br/cadernos/2004\\_2/resumos/cad20042\\_josiane.pdf](http://www.nesc.ufrj.br/cadernos/2004_2/resumos/cad20042_josiane.pdf)>. Acesso em: 10 ago. 2010.

MACIEL, R. N. Parafunções-Disfunções. In:\_\_\_\_. **Oclusão e ATM**. Procedimentos clínicos. São Paulo: Santos, 1998, cap. 1, p. 195-202.

MARQUES, C.de C. et AL. Manipulação nas disfunções músculo-esqueléticas. **Revista Fisio Brasil**, ano 10, n. 78, jul./ago. 2006.

PHTY, Thomas Deeg B.hsc; PHTY, M. **A Terapia Manual é uma forma eficaz de tratamento provida por Fisioterapeutas. [2009?]**. Disponível em: <<http://www.santafisio.com/trabalhos/ver.asp?codigo=166>>. Acesso em: 15 ago. 2010.

SILVA, Márcio José Régis da. Prevalência de cervicalgia em pilotos de helicóptero da FAB. **Rev. Unifa**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 21, p.22-32, jul. 2009. Disponível em: <[http://www.revistadaunifa.aer.mil.br/index.php/ru/article/view/290/pdf\\_34](http://www.revistadaunifa.aer.mil.br/index.php/ru/article/view/290/pdf_34)>. Acesso em: 16 ago. 2010.

TOSANO, Juliana de Paiva et al. **Avaliação da dor em pacientes com lombalgia e cervicalgia**. 2006. p.74,76. Disponível em:<[http://www.coluna.com.br/revistacoluna/volume6/p.73-77\\_lomb\\_cerv\\_final.pdf](http://www.coluna.com.br/revistacoluna/volume6/p.73-77_lomb_cerv_final.pdf)>. Acesso em: 15 ago. 2010.

VICENZINO, B.; COLLINS, D.; WRIGHT, A. An investigation of the interrelationship between manipulative therapy-induced hypoalgesia and sympathoexcitation. **Journal Of Manipulative And Physiological Therapeutics**, p. 448-453. 1998. Disponível em: <<http://espace.library.uq.edu.au/view/UQ:351113>>. Acesso em: 17 ago. 2010.

VIEL, É.; ESNAULT, R. **Lombalgias e cervicalgias da posição sentada**. São Paulo: Manole, 2000, 163 p.

WOSIACK, W. F. **Análise postural no trabalho de um cirurgião oncológico**: estudo de caso. 2002. 106 f. Dissertação (Mestre) - Curso de Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002. Disponível em: <<http://www.ergonet.com.br/download/analise-woldir.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2010.